

**ESTUDOS DE COMPLEMENTAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS
DA UHE ESTREITO NAS TERRAS INDÍGENAS *KRAOLÂNDIA, APINAJÉ,
KRÍKATI E GOVERNADOR***

ESTUDOS ETNO-ECOLÓGICOS

Outubro de 2006

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA

ÍNDICE

Apresentação

I. INTRODUÇÃO

II. DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL

2.1 Caracterização do Modo de Vida

Introdução: Ser Timbira

Chefia e representação política

Morfologia social

Nominação

As festas e a vida ritual

A relação com os recursos naturais

As mulheres e as roças

Os homens e a caça

O xamanismo

2.1.1 Atividades de subsistência e ingressos monetários

2.1.2 Territorialidade: critérios internos e pressões externas na composição das aldeias

2.2 A ocupação dos entornos das TIs e relações com a sociedade regional

2.2.1 TI Kraolândia

2.2.2 TI Apinajé

2.2.3 TI Krĩkati

2.2.4 TI Governador

2.3 Condições de saúde

2.3.1 Krahô

2.3.2 Apinajé

2.3.3 Krĩkati

2.3.4 Gavião-Pykopjê

2.4 Caracterização Físico-Biótica por Terra Indígena

Introdução: os Timbira e os Cerrados

2.4.1 TI Kraolândia

2.4.2 TI Apinajé

- 2.4.3 TI Krĩkati
- 2.4.4 TI Governador
- 2.4.5 Caracterização e usos dos recursos hídricos
 - 2.4.5.1 Krahô
 - 2.4.5.2 Apinajé
 - 2.3.5.3 Krĩkati
 - 2.3.5.4 Gavião-Pykopjê

III. IMPACTOS E INTERFERÊNCIAS DA UHE ESTREITO SOBRE AS TIs E SOBRE O MODO DE VIDA DOS POVOS KRAHÔ, APINAJÉ, KRIKATI E GAVIÃO-PYKOPJÊ

3.1 Introdução

3.2 Impactos ambientais previstos

- 3.2.1 TI Kraolândia
- 3.2.2 TI Apinajé

3.3 Impactos e interferências socioculturais

- 3.3.1 Krahô
- 3.3.2 Apinajé
- 3.3.3 Krĩkati
- 3.3.4 Gavião-Pykopjê

3.4 Impactos previstos sobre as atividades da *FrutaSã* e para o agroextrativismo regional

IV. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

ANEXOS

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho se propõe a subsidiar os órgãos competentes (Funai e Ibama) no processo de emissão das Licenças Prévia e de Instalação solicitada pelo consórcio CESTE para a UHE do Estreito, empreendimento que pretende instalar no curso médio do rio Tocantins, na localidade regionalmente denominada “Estreito” e hoje sede do município maranhense homônimo.

Os estudos para o inventário do rio Tocantins realizados pela Themag-Eletronorte na década de 1970 já apontavam a viabilidade desta obra para seu aproveitamento energético (Themag, 1976).

Em 2000 teve início o processo de licenciamento ambiental com o intuito de construir a UHE Estreito, encaminhado pelo Consórcio Estreito Energia – CESTE, formado pelas empresas Tractebel EGI South América Ltda, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Alcoa Alumínio S/A e Camargo Corrêa Energia S/A. Este consórcio, por sua vez, contratou os serviços da empresa de consultoria CNEC para a realização do EIA-RIMA.

A UHE do Estreito está projetada para instalar-se no trecho médio do rio Tocantins, na divisa dos estados do Tocantins e Maranhão, tendo uma potência total de 1.087 MW, formando um reservatório de 555 km quadrados de superfície, prevendo cerca de 400 km quadrados de terras inundadas. Custará o valor de R\$ 1.890.950.570,00 (um bilhão, oitocentos e noventa milhões, novecentos e cinquenta mil e quinhentos e setenta reais) e utilizará o valor de R\$ 72.234.311,00 (setenta e dois milhões, duzentos e trinta e quatro mil e trezentos e onze reais) para compensação ambiental¹.

Os trabalhos de elaboração do EIA/RIMA pelo CNEC tiveram início em janeiro de 2001 os quais, depois de entregues, foram objeto de discussões em cinco audiências públicas nos estados do Maranhão e Tocantins entre os dias 15/07/02 e 19/07/02.

Após a análise do EIA/RIMA pelo IBAMA, em setembro de 2003, este órgão solicitou ao empreendedor complementações aos estudos executados, os quais, segundo o órgão, seriam necessários para a viabilidade ambiental do empreendimento. Essas solicitações foram entregues em setembro de 2004 e entre os dias 31/01 e 04/02/2005 realizaram-se novas audiências públicas nos mesmos estados do Tocantins e Maranhão para que o empreendedor tirasse as dúvidas da população quanto aos estudos de complementação. A Licença Prévia (LP) foi emitida em abril de 2005, com 54 pontos para complementação no EIA-RIMA inicial e que eram condicionantes para a LP. A

¹ Informações dadas pelo IBAMA em seu site www.ibama.gov.br

direção do órgão justificou a emissão da LP argumentando que os condicionantes poderiam ser atendidos na Licença de Instalação.

O rio Tocantins tem sido o rio que mais tem despertado interesse das grandes empresas devido à regularidade das chuvas na região, que mantém o rio com um bom volume de água – e, sobretudo por estar próximo as maiores reservas de alumínio, ferro e bauxita do país e das grandes fazendas de monocultura de soja do sul do Maranhão e norte do Tocantins.

Doze municípios serão afetados pelo reservatório nos estados do Maranhão (Carolina e Estreito) e Tocantins (Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins), além de 04 Terras Indígenas.

Em relação à estas Terras Indígenas, o histórico do licenciamento da UHE Estreito igualmente possui pontos problemáticos. Em 2002 a Funai emitiu um parecer ao Ibama onde *“opina favoravelmente pela continuidade do processo de licenciamento ambiental da referida UHE, mediante a inclusão de condicionantes na respectiva licença, determinando ao empreendedor, complementar os estudos ambientais com quesitos para o componente indígena, conforme termo de referência a ser elaborado por esta Funai, detalhando os quesitos do relatório de vistoria”*². Esse parecer foi emitido alguns meses depois da primeira rodada de audiências públicas, realizadas nos municípios de Carolina e Estreito (MA).

No final do ano de 2004 os estudos de complementação foram entregues ao IBAMA e foi marcada uma nova rodada de audiências públicas a serem realizadas em cinco municípios (nos estados do Maranhão e Tocantins) nos meses de janeiro e fevereiro. Nessas audiências estiveram presentes representantes indígenas das áreas que sofrerão impactos com a construção da UHE Estreito (Krahô e Apinajé no estado do Tocantins e Krĩkati e Gavião-Pykopjê no estado do Maranhão). Esses representantes indígenas sabiam que não tinham sido contemplados devidamente nos estudos realizados e participaram ativamente dessas audiências públicas, indagando sobre a exclusão a que tinham sido submetidos. Não houve respostas imediatas aos seus questionamentos e a Funai foi procurada por esses representantes indígenas para saber como esse órgão do Governo Federal estava se posicionando quanto a esta questão. Outro motivo para se procurar a Funai foi o não envio de nenhum representante deste órgão para as audiências públicas já realizadas.

² Ofício nº 138 DAS/Funai de 26 de novembro de 2002. Processo 1457/01 / folha 38.

Diante da pressão imposta pelos Krahô, Apinajé, Krikati e Gavião-Pykopjê a Funai voltou a se pronunciar. Depois de realizar uma reunião na Terra Indígena Krahô, contando com a presença de outros representantes indígenas das outras Terras Indígenas, a Funai emitiu um parecer, datado de fevereiro de 2005, solicitando ao Ibama “*que a Licença Prévia do Empreendimento não seja concedida até que esta Fundação tenha analisado e apresentado a análise devida em relação ao componente indígena*”³. A justificativa para a Funai requerer a não liberação da licença prévia se embasa no temor dos índios em relação aos possíveis impactos sobre suas terras – e ainda no fato da Funai não ter se manifestado quanto aos estudos de complementação ao EIA/RIMA, pois os primeiros estudos que foram realizados são todos baseados em dados secundários, não tendo sido realizado estudos *in loco* nas Terras Indígenas afetadas.

Mesmo diante de tais fatos o IBAMA concederia, em 29/04/2005, a Licença Prévia (LP) ao Consórcio Estreito Energia – CESTE, com 54 condicionantes a serem cumpridos pelo empreendedor com vistas a obtenção da Licença de Instalação (LI). Quanto à questão indígena, foi solicitado ao CESTE “*apresentar programa de monitoramento de impactos potenciais nas comunidades indígenas, incluindo estudo etno-ecológico que considere os impactos socioambientais da UHE para as Terras Indígenas localizadas na área de influência do empreendimento, enfocando como a possível mudança do regime de escoamento dos rios poderá afetar as atividades produtivas destes grupos indígenas*”⁴.

Para a realização desses estudos etno-ecológicos, o CESTE encaminhou a Funai os currículos dos técnicos que fariam esses estudos, para que consultasse as comunidades se elas aceitariam ou não os técnicos que estavam sendo indicados. Depois de alguns problemas de comunicação da Funai com as aldeias e associações representativas das aldeias, foi possível realizar uma reunião para se decidir sobre os técnicos que estavam sendo indicados. A decisão dos índios foi: 1) não aceitar a construção desse empreendimento, pois afetaria suas Terras Indígenas; 2) mesmo não aceitando o empreendimento, os representantes indígenas autorizavam a realização dos estudos etno-ecológicos para comprovar os impactos que sofreriam, mas não aceitavam os técnicos sugeridos pelo CESTE, resguardando para si mesmos a indicação dos mesmos, pois temiam que os técnicos indicados pelo CESTE apressassem os estudos não informando dados que para eles seriam relevantes.

³ Ofício nº 79 / CMAM/CGPIMA/05 de 21 de fevereiro de 2005. Processo 1457/01 / folha 56.

⁴ Licença Prévia nº 201/2005 concedida pelo IBAMA / MMA.

Depois de meses neste impasse – com o CESTE se recusando a referendar os nomes dos antropólogos escolhidos pelos Krahô – uma reunião com representantes indígenas, do CESTE e CNEC, do Ministério de Minas e Energia e que contou, na última hora e a convite dos índios, com a procuradora-chefe da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, finalmente os empreendedores abriram diálogo com os antropólogos indicados pelos índios, todos integrantes do Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Esta ONG, fundada em 1979, trabalha desde então com os povos indígenas que, diretamente e indiretamente, seriam afetados pelo empreendimento da UHE de Estreito.

Finalmente, em maio de 2006 foi assinado contrato entre o CTI e o CNEC para a realização dos Estudos Etno-Ecológicos nas Terras Indígenas Kraolândia, Apinajé, Krĩkati e Governador, tendo por parâmetro os Termos de Referência elaborados pela FUNAI para este fim.

A coordenação destes estudos é de responsabilidade dos antropólogos Gilberto Azanha e Maria Elisa Ladeira e que são os responsáveis pelos projetos levados a efeito pelo CTI junto aos Timbira.

Apesar de o apresentarmos como uma obra coletiva, consideramos conveniente mencionar os nomes dos profissionais que contribuíram com este trabalho e suas qualificações.

Gilberto Azanha – mestre em antropologia social pela USP com tese sobre os Timbira e com os quais trabalha desde 1973;

Maria Elisa Ladeira – mestre em antropologia social com dissertação sobre os Timbira e doutora em sociolingüística, ambas pela USP;

Jaime Garcia Siqueira – mestre em antropologia social pela USP e doutorando pela UnB com tese sobre os Timbira;

Odair Giralдин – doutor em antropologia pela UNICAMP com tese sobre os Apinajé e foi o responsável pelos levantamentos socioculturais entre este povo.

Andréia Bavaresco – engenheira florestal pela UnB e trabalha com os Timbira desde 2003, responsável pelo levantamento ambiental junto aos Krĩkati e Gavião-Pykopjê;

Juliana Noletto – bacharel em ciências sociais pela UnB; trabalha com os Timbira desde 2003 e foi responsável pelos levantamentos socioculturais entre os Krĩkati e Gavião-Pykopjê;

Thiago Ávila – antropólogo formado e com mestrado pela UnB com dissertação sobre os Krahô e responsável pelo levantamento das condições de saúde nestes estudos;

João Paulo Morita – bacharel em ciências sociais pela USP e trabalha com os Timbira desde 2001;

Diogo Ladeira Azanha – bacharel em biologia pela Universidade Federal de São Carlos e responsável pelos levantamentos dos usos dos rios e da ictiofauna nas terras indígenas Apinajé, Krahô e Krikati;

I. Introdução

Nas últimas décadas, as microrregiões de Imperatriz, Marabá e Araguaína passaram a ser alvo de empreendimentos governamentais significativos, amparados em – e impulsionados por – financiamentos governamentais visando a exploração econômica de algumas áreas (mineração, madeira e, mais recentemente, o agronegócios de grãos), dentro os quais se destacam o Projeto Ferro-Carajás, a UHE de Tucuruí, o Corredor de Exportação da CVRD, os pólos metalúrgicos de Marabá e Açailândia, além dos desdobramentos socioeconômicos induzidos por estes empreendimentos (a valorização das terras, migrações, urbanização forçada de pequenos produtores rurais, entre outros).

Para a maioria dos grupos indígenas situados na área de influência destes empreendimentos, o processo desenvolvimentista desencadeado na região apenas acarretou – e tem acarretado – transtornos e problemas em suas terras, com a passagem de estradas de rodagem estaduais e federais, ferrovias, linhas de transmissão de energia. Além disso, os povos indígenas na região vêm sofrendo pressões quase cotidianas, advindas a reboque deste processo, sobre suas riquezas naturais, sobretudo sobre os seus recursos madeireiros e sua fauna. Na verdade, os grupos indígenas da região pouco ou em nada se beneficiaram do desenvolvimento induzido por aqueles empreendimentos.

As políticas compensatórias que visavam mitigar, em parte, os efeitos negativos destes processos redundaram em fracasso. O fator dominante na determinação deste fracasso parece ter sido o fato de que os órgãos responsáveis pelos empreendimentos (CVRD e ELETRONORTE, principalmente) negociarem exclusivamente com a FUNAI as medidas compensatórias, acreditando que os interesses dos índios e os da FUNAI fossem idênticos ou coincidentes, o que raramente é o caso. A FUNAI, por sua vez, usou os recursos para aumentar a sua própria infra-estrutura, pouco se ocupando em pensar ou discutir com os beneficiários - os índios - em como empregar tais recursos (que não eram poucos à época) em ações que, *no longo prazo*, minimizassem os efeitos da modernização da economia regional em curso. Esta política imediatista – tanto da parte da Funai quanto dos empreendedores – até hoje repercute negativamente nas Terras Indígenas Xikrin do Cateté e Gavião-Paracatejê, trazendo à empresas como CVRD e Eletronorte problemas que nem de longe imaginariam estar ainda hoje envolvidos .

Findo os recursos dos convênios, a Funai não pode continuar injetando recursos naquelas áreas indígenas, nem com a mesma frequência e nem no mesmo volume. O resultado foi que alguns grupos indígenas, já bastante dependentes da "assistência" recebida até então, não resistiriam à pressão das madeireiras para, literalmente, dilapidar o seu patrimônio de madeiras nobres em troca de uma remuneração financeira que lhes permitissem manter aquela assistência e os privilégios monetários de uns poucos líderes.

No presente caso, os povos indígenas Krahô, Apinajé, Kricati e Gavião-Pykopjê mantêm suas línguas como sistema vivo e operante, realizam seus rituais e tentam manter sua identidade, apesar da pressão contrária – que é grande e que tende a aumentar, por conta dos novos investimentos e da transformação gradual dos cerrados do Tocantins e sul do Maranhão em uma nova fronteira agrícola, com novas barragens (UHE Serra da Mesa, Lajeado, Peixes e Estreito), a hidrovia Araguaia-Tocantins, a ferrovia Norte-Sul e o asfaltamento de rodovias estaduais e federais no entorno de suas terras. Mas mantêm seus recursos naturais praticamente intactos.

De todos os grandes domínios morfoclimáticos e fitogeográficos brasileiros, o Cerrado tem sido aquele que mais transformações vem sofrendo nos últimos anos. Estima-se que atualmente 37% da área do Cerrado perderam suas coberturas originais, dando lugar a diferentes paisagens antrópicas. Da área remanescente do Cerrado, estima-se que 63% estejam em áreas privadas, 9% em áreas indígenas e apenas 1% da área total do Cerrado encontra-se sob a forma de Unidades de Conservação Federais⁵.

O cultivo da soja vem se consolidando no Brasil desde a década de 70, favorecido pela estratégia de modernização oficial da agricultura nacional. Na Amazônia Legal tal interesse começa em 1974, com o estreitamento das relações entre o governo brasileiro e o japonês, tendo por objetivo a incorporação dos cerrados brasileiros ao cultivo de grãos, por meio da implantação do agronegócio e da criação de uma estrutura agrícola moderna, com uso intensivo de insumos modernos e com a produção voltada para a exportação⁶.

No final da década de 1990, com o processo de globalização, a produção cresceu devido a sua utilização na alimentação de animais. No sul do Maranhão, há 17 anos verifica-se um crescimento desse tipo de investimento em detrimento das lavouras temporárias tradicionais (arroz, milho e feijão). Tal crescimento vem sendo viabilizado

⁵ <http://www.embrapa.br:8080>.

⁶ Mayron, Régis - Fórum Carajás - Soja e carvão ameaçam o Cerrado - http://www.tipitima.hpg.ig.com.br/tipiti/grandes_projetos_cerrado.htm.

por financiamentos obtidos junto a instituições oficiais (BNDES, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, ADA e SUDENE) e apoiados tecnicamente pela EMBRAPA⁷.

Até 1990 a monocultura da soja na região havia crescido 62% em nove anos, principalmente devido à abertura de novas áreas, enquanto a pecuária apresentava no mesmo período uma taxa de crescimento de 33%, com características de tipo extensivo, com baixa densidade por hectare, o que indica tendências para o desmatamento (MMA, 2002).

Como consequência destes investimentos, nas últimas três décadas verificou-se uma quase duplicação da população residente no Cerrado, ocorrendo nesse processo a inversão no sentido do crescimento populacional. Atualmente, o maior crescimento demográfico concentra-se na zona urbana, não mais na zona rural. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) apenas 1/3 do Cerrado encontra-se pouco antropizado, enquanto a outra terça parte foi densamente ocupada, ficando entre 52% a 92% o percentual de superfície fortemente antropizado. A título de comparação, enquanto a Amazônia apresenta uma taxa de desmatamento de 13% - o que por si já é alarmante - o Cerrado apresenta mais de 50% de sua área já totalmente antropizada.

Estudos da ONG Conservação Internacional (CI-Brasil) indicam que o Cerrado deverá desaparecer até 2030. Dos 204 milhões de hectares originais 57% já foram completamente destruídos e a metade das áreas remanescentes está bastante alterada, podendo não mais servir à conservação da biodiversidade. A taxa anual de desmatamento no bioma é alarmante, chegando a 1,5% ou 3 milhões de ha/ano (CI-Brasil, 2004).

Dado este quadro, cresce a importância de frisar-se que cerca de 70% dos solos no curso médio do Tocantins (cerrados e áreas de transição na pré-Amazônia maranhense) apresentam potencial erosivo entre médio e alto (IBGE, 1989). Trabalho da ONG Funatura (1990), utilizando imagens LANDSAT, calculou que 40% da vegetação da região já estavam modificados no final de 1980, acarretando problemas com erosão e lixiviação dos solos, contribuindo para os crescentes índices de deficiência hídrica verificados em algumas áreas.

Por outro lado, as políticas públicas que alavancaram os “grandes projetos” na região (Ferro-Carajás, Ferrovia Norte-Sul, complexo siderúrgico Marabá-Açailândia) induziram a incorporação das terras públicas às grandes propriedades privadas, tanto para sua utilização como estabelecimentos agropecuários produtivos, quanto para a

⁷ idem 22.

especulação imobiliária (no Maranhão, apenas 6% dos proprietários detêm 58% das terras). Estes empreendimentos, além dos danos ambientais que acarretaram, são responsáveis pela exclusão social e a miséria endêmica da região do médio Tocantins, facultando muito pouco a inserção regional dos benefícios socioeconômicos que geraram. Não fosse assim, o Maranhão não seria o estado líder na exportação de mão-de-obra nas últimas quatro décadas.

Alguns dados relativos a outros empreendimentos, implantados em passado recente e induzidos por políticas públicas de desenvolvimento regional, no médio Tocantins-Araguaia - e que no futuro se articularão com a UHE do Estreito (tais como, os incentivos fiscais da ADA para estabelecimentos de empresas agropecuárias; os Terminais Graneleiros da CVRD em Imperatriz e da Norte-Sul em Porto Franco; a Ferrovia Norte-Sul e os projetos PRODECER III e IV) - podem dar uma idéia do quadro recente dos desmatamentos:

- a operação dos Terminais Graneleiros induziram a incorporação de cerca de 80.000 hectares de cerrados, concentrados sobretudo na Serra dos Penitentes; somente um projeto de colonização privado – o da Batavo em parceria com a JICA – foi responsável pela erradicação de 20 mil hectares da vegetação nativa no topo do divisor de águas Tocantins/Parnaíba; além disso, as chuvas torrenciais carregam os agrotóxicos deste empreendimento diretamente para o Tocantins, através dos formadores do afluente Manoel Alves Grande situados logo abaixo da área da Batavo;
- a implantação da Ferrovia Norte-Sul removerá 290.000.000 m³ de solos, além de estar prevista a incorporação ao agronegócio de 34 milhões hectares de cerrados;
- os governos do Tocantins e Maranhão vêm obtendo financiamento para as pavimentações das rodovias TO-376/245 (Tocantínia a Lizarda e Alto Parnaíba), TO- 226/BR-010 (Campos Lindos a Pedro Afonso), TO-126 e MA-330 (Balsas a Alto Parnaíba), facilitando o escoamento da soja no extremo sul do Maranhão e o nordeste do Tocantins, interligando esta região à ferrovia Norte-Sul e induzindo a abertura de novas áreas para monocultivos de grãos e eucalipto; as áreas indígenas Krahô e Apinajé já são afetadas diretamente por estas obras.

Além dos danos ambientais apontados, estes empreendimentos vêm acarretando uma crescente valorização das terras da região, forçando, por sua vez, o abandono do meio rural pelo pequeno produtor – que vive basicamente da produção de subsistência e do extrativismo vegetal (frutas nativas, fava d’anta e babaçu) e animal (pesca).

Enquanto que o município de Carolina, por exemplo, teve sua população diminuída em 35% nos últimos 10 anos, a cidade de Imperatriz crescerá 350% (IBGE, 1991). Os camponeses e ribeirinhos do médio Tocantins, que respondiam por 41% da economia regional em 1980 (IBGE, 1987), hoje respondem por insignificantes 0,8 % da renda regional.

Os pequenos produtores que resistem ainda no campo são forçados a complementar sua renda com o trabalho assalariado nas carvoarias, madeiras, mão-de-obra avulsa nas grandes fazendas de soja ou arroz irrigado e no corte da cana em algumas usinas de açúcar e álcool da região. Mas a produção de alimentos (base do pequeno produtor) tem caído vertiginosamente desde meados dos anos 1980 (IBGE, 1991).

A modernização da agricultura na região vem sacrificando a produção de alimentos do pequeno produtor (mandioca, feijão, milho), privilegiando um produto de exportação (a soja). O pequeno produtor não consegue mais colocar sua produção no mercado local a preços competitivos: o arroz irrigado toma lugar nas mesas das classes médias regionais urbanas; a sua produção se transforma gradativa e inexoravelmente em auto-consumo. Sem renda monetária (para educar os filhos, comprar roupas e remédios, etc.), o pequeno produtor acaba por vender sua propriedade – para especuladores ou vizinhos mais capitalizados. Este é o quadro fundiário recente no sul do Maranhão e norte do Tocantins.

Esta preocupação com o pequeno produtor se justifica porque, mesmo sendo, antes da demarcação das terras indígenas, invasores ou “agregados” nestas terras, depois da demarcação, a disponibilidade de terras públicas no entorno das terras demarcadas permitiu a fixação da maioria das famílias ali mesmo. Neste contexto, a posse da terra nas mãos dos pequenos produtores rurais (em que pese seus preconceitos e as invasões que realizassem - ou realizam ainda) funcionou por muito tempo como uma espécie de “zona tampão” de proteção das terras indígenas aqui em foco. Sem possibilidade de investir – pois sem acesso ao crédito fácil dos grandes – permaneceram por décadas com uma estrutura de produção e de manejo da sua propriedade muito próxima àquela praticada pelos próprios índios. Hoje estes pequenos produtores rurais já são raros nos entornos das TIs aqui envolvidas, desalojados que foram pelos “gaúchos” ou pela “gente de fora”, como dizem os índios.

A UHE do Estreito se inserirá inevitavelmente neste contexto social e econômico, potencializando, queiram ou não os empreendedores, os efeitos negativos

apontados. E as experiências anteriores de Tucuruí e do Projeto Ferro Carajás para os povos indígenas Paracatejê, Krĩkati, Apinajé e Gavião-Pykopjê ainda estão frescas na memória dos mais velhos – e que por isso se opõem radicalmente a qualquer novo empreendimento de porte na região. Conhecem as conseqüências e os danos trazidos a suas terras por linhas de transmissão, estradas de rodagem, ferrovias e, sobretudo, os efeitos que as chamadas “compensações financeiras” de tais obras produziram (e produzem) nos seus jovens e no seu modo de vida.

Por outro lado, os Krahô, por exemplo, descrevem os rios como compostos por camadas: a primeira camada ou a parte mais superficial, é produzida pelos pequenos peixes de escama, ágeis e “corredores” (são “juvenis” na interpretação que fazem, “piabinhas”, por exemplo); intermediária ou segunda, habitada ou produzida pelos peixes “maduros” e migradores (piabanhas por exemplo); camada de fundo ou terceira, produzida pelos peixes de couro, traíras e curimbas. Os peixes “produzem” estas camadas no processo de interação que realizam: eles *são* a água do rio, se confundem com ela: para os Timbira, um rio seca porque não tem mais peixes, e não ao contrário como pensamos⁸.

As águas dos rios, segundo a concepção Krahô, é “alimentada” pelas urinas dos peixes e de outras espécies aquáticas e cada espécie tem uma hora específica para urinar: de madrugada é quando a sucuri mija (por isso quem quer ser forte, banha neste horário). São estas urinas que controlam os fluxos diários dos rios: de manhã cedo o fluxo está mais forte (para ser bom corredor, é bom banhar-se neste horário); ao meio-dia, mais fraco (jovens não podem beber neste horário).

Enchentes (*cô'tam*), por outro lado, prejudicam, temporariamente, as “camadas” dos rios e córregos, alterando o regime dos peixes. Ninguém pesca nestes períodos. E, além disso, trazem doenças para os humanos e afugentam os animais que vivem nas matas ciliares. Não é coisa boa (*impéj naaré*). Mas sabem que são temporárias, fazendo parte do regime do mundo. Pois o universo natural e social Timbira é dividido em duas metades, *Catãmjê* e *Wacmejê*, a primeira associada à água, a outra ao fogo; à estação

⁸ As águas dos rios vieram do tracajá (*caprãporé*), por arte de *Pytwröiré* (a Lua): quando este herói criador mais seu companheiro (*hãápîn*) *Pyt* (o Sol) andavam por esta terra plantando todas as árvores conhecidas, *Pytwröiré* causou, inadvertidamente, um gigantesco incêndio e ao experimentar a carne de uma capivara morta pelo fogo, queimou-se com a sua gordura. Para aliviar-se correu para a sombra de uma mata e viu um olho d'água saindo do ânus do tracajá; curioso e desesperado, *Pytwröiré* mexeu ali e imediatamente uma imensa enchente ocorreu. Quando as águas baixaram, depois de meses, os rios desta terra estavam criados.

das chuvas e a estação seca. É o revezamento entre elas que fornece o equilíbrio ao universo.

Portanto, os Timbira possuem uma concepção muito particular das águas e dos rios e do equilíbrio necessário à sua manutenção. Percebem as mudanças nas suas águas e sabem identificar o que acarreta para um rio alterar “seu regime lótico para lântico” na linguagem dos engenheiros. Explicam tal alteração a partir da observação que fazem das micros barragens feitas pelos *cupẽ* nos pequenos córregos na sua região. Observam que estes barramentos impedem a subida de várias espécies da ictiofauna, alterando as camadas aquáticas e o equilíbrio entre as espécies (afirmam que passam a predominar as “comedoras de barro”); o lodo depositado em sua base favorece o acúmulo de substâncias tóxicas, envenenando algumas espécies. Se uma pequena barragem já acarreta problemas, imagine uma enorme, deduzem⁹.

Percebem também as relações entre as espécies de forma arguta e sensível. Por exemplo: a ariranha (*têêré*) só come peixe (*tep*) quando este está “bêbado” (quando o *têêré* esfrega suas patas dianteiras na cara ele está na verdade, segundo os Krahô, jogando o “seu” tinguí na água para embebedar os peixes). A diferença entre esta observação e a nossa – que explica o “embebedamento” dos peixes em função do turbilhonamento da água (desoxigenação) feito pelas ariranhas quando caçam – está no *objeto* da explicação e não na observação propriamente dita: “(...) a diferença entre os dois pontos de vista não é uma questão cultural, e muito menos de mentalidade (...) a diferença é de mundo, não de pensamento” (Viveiros de Castro, 2002: 398-399).

Finalizando, o que vamos expor ao longo deste trabalho é a visão Timbira sobre o empreendimento, seu conhecimento do mundo e das coisas da natureza, suas relações com os seres vivos e a visão particular que têm sobre o equilíbrio necessário entre estes seres. Estes pontos são o cerne principal deste trabalho.

Antes, porém, uma breve explicação do porque insistimos em agrupar os povos aqui considerados sob a categoria genérica *Timbira*. Este termo foi consagrado na literatura etnológica por Curt Nimuendajú: “A unidade do povo Timbira e a sua classificação na família lingüística Jê são tão evidentes que até hoje não foram postas em dúvida por ninguém que se ocupou seriamente do assunto” (s/d: 7). Todos estes grupos apresentam como características comuns, segundo aquele etnólogo, a língua, o

⁹ A água, como o fogo, tem um poder transformador para os Timbira. As crianças e jovens têm que banhar cedo e por várias vezes ao longo do dia para crescerem fortes e sadias, como ensinaram seus heróis *Kêncunã* e *A'krêj* no mito do *Hác'ti* – e que serve de substrato ideológico para os ritos de iniciação dos jovens (o *Kêétwajê* e o *Ikrérêkam*). Crianças não podem chorar, porque ao perderem água (as lágrimas) podem se enfraquecer e ficar doentes.

corte de cabelo, a morfologia da aldeia e a corrida com toras. Mas não somente isso: o mais relevante é que eles mesmo possuem um termo genérico em sua língua, *měhĩ* ou *pa'nĩ*, que agrupa a todos e exclui os não-Timbira (Guajajara é *Plyjĩ*; Xerente é *Pyxêré* etc. – cf. Azanha, 1984). Nos dias de hoje, por insistência dos “brancos” com os quais convivem, aplicam o termo *měhĩ* para todos os que consideram “índios”. Nimuendajú classifica os *Timbira* em Orientais ou Ocidentais – em relação ao eixo do rio Tocantins, ficando apenas os Apinajé como “ocidentais”.

São englobados no conceito *Timbira* as seguintes sociedades ou povos, além dos Krahô, Apinajé, Krĩkati e Gavião-Pykopjê-Pykopjê: Canela-Ramcôkamekrá (ou Canela do Escalvado); Canela-Aapãnjêkrá (ou Canela de Porquinhos) e os Krepymcatejê ou Kukoicamekra (ou Timbira da Geralda-Toco Preto) e ainda os Gavião-Pykopjê-Paracatejê do sul do Pará.

II. DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL

2.1 Caracterização do Modo de Vida

2.1.1 Introdução: ser Timbira

Os Timbira caracterizam-se pelo seu tradicionalismo ou “conservantismo” cultural, no dizer de Melatti (1967) e W. Crocker (1967). Com isto estes autores pretendem apontar que, apesar dos quase 200 anos de contato com a nossa sociedade, continuam mantendo a língua como um sistema vivo e operante, suas organizações sociais e políticas, a circularidade de suas aldeias e a profusão de seus rituais.

Os *Krahô*, assim como os dois grupos *Canela* do Maranhão (Ramcôkamekra e Apãnjêkra), continuam mantendo seus padrões socioculturais sem muitos problemas. O isolamento relativo da área (isto é, sua distância em relação aos pólos mais dinâmicos e modernos da região) contribuiu (e contribui ainda) para isso. As aldeias Krahô mais populosas estão próximas da cidade de Itacajá e enfrentam problemas de subsistência por falta de caça e algumas encontram dificuldades em encontrar matas virgens para roça, utilizando-se praticamente apenas de capoeiras para tanto. Mas as grandes aldeias continuam a realizar os grandes rituais de iniciação masculina bem como as festas do ciclo anual.

Até a década de 1940, os *Apinajé* mantinham, com rigor, seu sistema ritual operante – e com ele toda a estrutura social e cultural que os aproximavam e afastavam, ao mesmo tempo, dos demais Timbira. As fotografias tiradas por Curt Nimuendajú - o “pai” da etnologia científica brasileira - entre estes índios, nos anos 1930, impressionam: os homens ainda nus, toras de corrida espalhadas por todos os lados da aldeia (a marca da intensidade da vida ritual), o rigor dos enfeites e adereços usados pelos rapazes e “donzelas associadas” nos flagrantes dos rituais de iniciação tomados por Nimuendajú, tudo isso causa espanto, admiração e certa inveja nos Timbira que hoje revêm estas fotos.

A depopulação drástica que sofreram aliada ao engajamento imposto pelo SPI e posteriormente FUNAI nas atividades produtivas de coleta e quebra de coco do babaçu, interferiram neste quadro, contribuindo para a determinação de um outro horizonte de futuro em que o “continuar sendo índio” e levou ao conseqüente abandono do

calendário ritual como norteador das atividades econômicas. Atualmente, depois da área demarcada e de uma re-aproximação mais intensa com os demais grupos Timbira, acentuada pela participação na Associação Wyty-Catë os Apinajé vem retomando com maior empenho alguns de seus rituais.

Os *Krikati*, por força da invasão de suas terras por mais de 500 famílias de “posseiros”, durante décadas, dispõem de poucos recursos do seu ambiente. Por conta desta situação - e por imposição de uma política equivocada da FUNAI – estavam residindo desde o início dos anos 1970, numa única aldeia. A convivência forçada entre subgrupos autônomos é a causa da instabilidade política permanente que se verifica entre eles (cujo reflexo imediato são as constantes trocas de chefes) que, somada a situação de tensão advinda da indefinição sobre a demarcação de seu território, favorecem o clima de “fuxico” permanente em que vive a aldeia São José. Em 2000, depois da demarcação física da Terra Indígena, uma nova aldeia (Raiz) foi formada por um dos sub-grupos, à sudeste da TI e outras, depois de concluído o processo de extrusão dos não-índios certamente serão formadas, garantindo a um só tempo, estabilidade política e controle territorial.

Os *Gavião-Pykopjê*, por seu turno, são os que ocupam o menor território (cerca de 40 mil hectares) – porque aceitaram a terra pequena proposta pela Funai em 1974 quando estavam ameaçados por um fazendeiro que havia atacado uma de suas aldeias. A despeito disso, seus cantadores são os mais procurados pelos demais Timbira para a realização dos rituais, em que pese a aparência de serem mais “civilizados”.

Chefia e Representação Política

Uma aldeia Timbira se constitui como um “grupo local” autônomo, isto é, que age politicamente e se apresenta frente às outras aldeias como unidade. Esta autonomia é gerada em e por um processo de cisão que leva algumas famílias a se desligarem da aldeia-mãe, por razões diversas (em geral, por acusações de feitiçaria ou por fuxico). Mas esta autonomia só se completa quando o novo grupo tem condições reais de realizar, sem concurso das demais aldeias, os rituais mais importantes do ciclo anual. Esta unidade do grupo local se manifesta ainda na chefia (o *pa'hi* possui delegação dos grupos domésticos para decidir autonomamente sobre os interesses da aldeia, *kri*) e na utilização de uma porção do território para caça e coleta (quando uma nova aldeia é formada, seu local de instalação é via de regra acertado com os membros remanescentes

da aldeia original, de forma a não sobrepor seus territórios de caça, fonte potencial de atritos entre as aldeias).

Cada aldeia tem seu “chefe” (*pa’hi*), como já foi dito, e possui autonomia de decisão. Não existe nenhum outro poder, que acima das aldeias, representaria todas as aldeias Krahô ou Apinajé ou Krĩcati (como um conselho de chefes ou algo parecido).

Recentemente foram (e estão sendo) criadas várias associações locais entre estes povos (são várias entre os Krahô: a *Kapéj* com sede no interior da área indígena; a *Wyty-Catë*, com sede em Carolina e congregando outras aldeias de povos Timbira; a *Mãkraré*, com sede na Aldeia Nova; a *Wôkrã*, com sede na aldeia Rio Vermelho; a *Aukêré*, com sede na aldeia Cachoeira; a *Kyiré*, com sede na aldeia Pedra Branca e a *Inxêcati*, que reúne todas as aldeias Karhô ao sul do Riozinho). Os *Krĩcati* também constituíram uma associação recentemente (*Pempcahàc*), assim como os Apinajé das aldeias situadas na porção oeste do território, ligado ao PI São José (a Associação *Krinduré*). Os Gavião-Pykopjê tem uma associação para cada uma das suas aldeias.

Mas estas associações não têm mandato nem representação para tomar decisões pelas aldeias ou pelos Timbira “em geral”. Por mais que se tente (seja a FUNAI ou sejam pessoas de fora, amigas dos índios, que vêm nesta generalidade um “avanço político”), a autonomia política do grupo local ainda prevalece.

Morfologia Social

Do ponto de vista da sua morfologia, as aldeias Timbira têm as suas casas dispostas em um círculo cujo centro é um área também circular e limpa (o pátio ou *càà*). Ligando as casas, tem-se um caminho sempre mantido limpo, o *krĩncapé*; deste caminho nasce um outro, mais estreito (*prycarã*), que saindo da frente de cada casa leva até o pátio. Lembra a forma de uma laranja cortada transversalmente ou uma roda de bicicleta com poucos raios.

As atividades quotidianas nas aldeias obedecem a um calendário ritual, regulado pelas atividades do “pátio”, centro das aldeias circulares e lugar da cena política propriamente dita – e, portanto dos homens. Ali, toda manhã e no final da tarde, os homens se reúnem com os “governadores” e “prefeitos” para decidirem ou avaliarem as atividades do dia ou as atividades necessárias para a conclusão ou prosseguimento de um ritual em curso. Entre os Krahô, os “governadores” e “prefeitos” são escolhidos pelos mais velhos e pertencem necessariamente à metade sazonal que “domina” a

aldeia: se no “verão” (estação seca) pertencem à metade *Wacmejê*; se no “inverno” (estação das chuvas), devem pertencer à metade *Catãmjê*.

O pátio (*càà*) é o lugar das atividades rituais e da vida pública: tudo o que chega ali (sejam pessoas de fora ou sejam bens materiais ou simbólicos) tem que ser visto por todos, participado com todos ou dividido com a totalidade da aldeia. O *krincapé*, ao contrário, é o lugar da mulher, da vida privada e das atividades cotidianas de subsistência; aqui nada se divide porque se está “entre parentes”.

A casa é da mulher, assim como a roça, local onde acontecem as atividades de geração e procriação dos filhos. A “casa” (*ikré*) constitui o “grupo doméstico”, unidade social que inclui uma mulher, seu marido e filhos, suas filhas casadas, genros e netos. Logo, numa mesma casa, é possível encontramos de duas a quatro famílias elementares (pai/mãe/filhos). Em cada casa, seus membros maiores atuam juntos para prover a subsistência dos filhos, sendo que os genros dedicam-se a trabalhar também na roça dos sogros e a repartir a carne conseguida, como forma de retribuição pela esposa recebida (o homem sempre deixa um pedaço da caça abatida por ele na casa da sua mãe e irmãs; mas é obrigado a dar a maior parte para sua mulher e filhos). Estes fatos são acentuados pela regra de residência uxorilocal (que determina que, com o matrimônio, o homem vá residir na casa da mulher, isto é, com os sogros) e fixa as atividades de subsistência e procriação em torno da mulher. Este processo faz com que os homens “circulem” entre duas casas (aquela da sua mãe, onde nasceu e foi criado e a aquela onde vai gerar sua descendência) e pelos matos e cerrados, atrás da caça.

A regra de residência é responsável ainda pela constituição de outro grupo social, mais abrangente que o grupo doméstico, denominado por Melatti de “segmento residencial”: quando uma família elementar já possui filhas em condições de casamento, ela constrói uma nova casa ao lado da casa de sua mãe. Portanto, numa aldeia Timbira, sempre teremos uma linha de casas formada por um grupo de irmãs, que se ajudam mutuamente na tarefa de criação dos seus filhos. E a nomenclatura e regras de parentesco enfatizam esta solidariedade das irmãs ao determinar que todos nascidos num mesmo segmento residencial (e numa mesma geração, claro) são chamados e tratados como “irmãos” (isto é, os filhos de irmãos de mesmo sexo são “irmãos” entre si e não “primos”, como entre nós; logo, os filhos das irmãs são “filhos” e não sobrinhos; e os filhos de irmãos de sexo diferente, serão tratados por um termo que se utiliza para netos [*tamwxy*]). Coerente com estas regras, pelo menos entre os Krahô, os maridos das irmãs são tratados também como “maridos” (e não cunhados) e as relações sexuais entre

eles são toleradas. A regra é simples e clara: se as irmãs (ou irmãos) são “iguais” (porque gerados numa mesma “casa”), então os homens (e mulheres) permitidos a uma (ou um) são permitidos (as) às demais.

Nominação

“As pessoas passam, mas os nomes perduram”. Toda perpetuidade e dinâmica da estrutura social Timbira são dadas e estabelecidas pelo sistema de nominação. Os nomes pessoais integram um estoque finito (é raro – mas não impossível – criarem-se nomes pessoais novos) que “pertencem” ou estão vinculados a determinados “segmentos residenciais”: as mulheres agem como “donas” dos “seus” nomes e são responsáveis pela sua transmissão. Muito antes de uma criança nascer o conjunto da sociedade já sabe o nome que terá, seja masculino ou feminino. A regra geral de transmissão determina que dois “irmãos” (e o espectro genealógico preenchido por esta categoria é amplo) de sexo opostos, ao se tratarem com o termo *ipantumeinxi* (o “irmão” falando) e *ipantunhũ* (“irmã” falando) transmitem seus nomes pessoais para o “sobrinho” ou “sobrinha” (*ipantũ*), que passa a chamar o tio nominador de *kẽtti* e a tia nominadora de *tyj*.

Ao herdar o nome pessoal, os sobrinhos herdam também todas as posições sociais dos tios nominadores, sejam elas posições de parentesco, cerimoniais ou rituais. Isto quer dizer que, ao dizer o seu nome para um terceiro (de uma outra aldeia), um Timbira já saberá de antemão a qual das metades cerimoniais este indivíduo pertence, se é seu “parente” ou seu “afim” e, logo, quais as mulheres ou homens que lhes são permitidos ou proibidos. Está demonstrado (por exemplo, *in* Melatti, 1969 e Ladeira, 1982) que para a “casa” aonde vai o nome não vai o cônjuge e vice-versa. A dinâmica e a teia responsável pela estrutura social Timbira são dadas por estes dois sistemas de trocas vinculados: a troca de nomes e a troca de cônjuges, sistemas estes que fundam e determinam as relações de aliança entre os grupos domésticos e segmentos residenciais de toda e qualquer aldeia Timbira (*cf.* Ladeira, *op. cit.*).

As “festas”

Entre os Timbira raramente as roças são suficientes para prover a alimentação dos grupos familiares ao longo do ano, sobretudo entre os Krahô. A razão de esta “carência” se encontra na intensa vida ritual e cerimonial que toma conta das aldeias o ano todo (nos núcleos isolados e aldeias menores, esta “carência” não existe).

As “festas” (*amji'kin*, literalmente: “alegrar-se”) preenchem o calendário anual das aldeias quase integralmente: sempre, em qualquer período do ano, uma aldeia estará preparando uma festa, executando outra ou aguardando condições – veremos quais são – para finalizar uma outra. Melatti (1974) inventariou cerca de 50 ritos e situações cerimoniais entre os Krahô. Estas festas exigem uma farta distribuição de alimentos e, hoje em dia, algumas festas se prolongam em período de “latência” de vários meses até que a aldeia promotora possa providenciar comida e outros itens necessários para sua conclusão (pedindo contribuições para antropólogos por lá passaram, ou para a FUNAI ou ainda vendendo bens industrializados para os regionais vizinhos). Além da comida, são necessários miçangas e cortes de pano, que são oferecidos para os participantes das outras aldeias.

Cada festa é marcada pelo nome de uma tora de corrida específica e por cantos específicos – o que leva à conclusão que sem um “cantador” (*hapryrcatê*) que domine os cantos, não se pode realizar determinado ritual. As aldeias que se encontram nesta situação, superam o problema “contratando” um cantador de fora (de outra aldeia Krahô ou mesmo Timbira, Canela, Krĩkati ou Gavião-Pykopjê). As festas Timbira são relativas ao ciclo anual (festa do milho - *põnhuprô*, da batata - *jàtjõpin*, da tora grande ou da mudança da estação do ano - *pàrti*), à iniciação dos jovens entre 5-16 anos (*kêêtwejê*, *ikrerékam* e o *pemcahàac*), à regulamentação das relações de parentesco e interpessoais usando as relações entre os animais como paradigma (como a festa do peixe - *tepjarkwá*, do papa-mel – *kràkràc*, das máscaras *côkrithtehô*), as festas relativas a assunção ou a entrega da dignidade *vyty* a alguém ou ainda as festas e pequenas cerimônias relativas ao ciclo de vida de um indivíduo (fim de resguardo do casal pelo nascimento de filhos, ritos de reintrodução de alguém que ficou afastado por muito tempo do convívio na aldeia, por doença ou luto). Nestes dois últimos casos (*vyty* e ciclo vital), a responsabilidade pelo suprimento de comida e bens a aldeia é da casa de origem do homem ou mulher.

As festas marcam a solidariedade necessária ao convívio nas aldeias e são momentos onde se enfatizam as regras de comportamento. Os *amjkin*, além de proporcionar um momento de “alegria” e descontração (pois nestes momentos, os jovens têm a oportunidade de conhecer mulheres de fora e os homens e mulheres casadas, para experimentarem relações sexuais extras matrimoniais permitidas), são fundamentais para a atualização da estrutura sociocultural e para o equilíbrio das relações internas; daí porque os núcleos isolados não se constituírem como aldeias de

fato, seus integrantes preferindo a “barriga cheia” (como dizem) aos compromissos sociais que as festas necessariamente obrigam. Os Krahô dizem que as famílias que assim agem que são “sovinas”, isto é, não compartilhem da sua comida e nem das suas mulheres, guardando-os para si. Ser “sovina” para os Timbira (e também para muitos grupos Jê) é o pior comportamento que podem imaginar e a palavra para designá-lo – *hõõxy*- soa como um palavrão.

Os cantos Timbira, por outro lado, reforçam o conhecimento que têm do ambiente: pode-se dizer que o “mundo é cantado” por estes povos (e canta-se praticamente todo o tempo numa aldeia Timbira). Todas as músicas falam sobre um aspecto diferencial de um determinado recurso natural (da fauna, flora, da água, pedras, nuvens, raios, estrelas cadentes, meteoros, enfim: “o mundo”). E canta-se aquilo que marca e distingue, esteticamente, os fenômenos naturais, aspectos da flora e até determinados comportamentos da fauna. Por exemplo: não se canta sobre o preá (*amxy*) abstrato, mas sobre um pequeno “redemoinho” localizado em sua cabeça; ou sobre uma determinada espécie de peixe comedor de barro, mas sobre as borbulhinhas que produz quando se alimenta etc. Outro exemplo: certa feita, um homem estava perguntando sobre certo pássaro que estava naquele momento cantando; uma mulher de pronto respondeu: “este é aquele...” e cantou a música que descrevia a espécie.

Para um Timbira, portanto, cantar é conhecer os detalhes do ambiente. E esta apreensão estética do mundo natural reafirma o caráter fundamentalmente não utilitário destes índios com o ambiente, ao mesmo tempo em que permite a transmissão deste conhecimento para as gerações seguintes.

A relação com os recursos naturais

Na concepção Timbira, o espírito dos humanos mortos (*carõ*) sofre uma série de metamorfoses, passando a utilizar os corpos de animais e vegetais como avatar ou “roupa”, em uma escala regressiva (dos mamíferos superiores aos insetos; das plantas cultivadas ao “pau podre”, para finalmente se transformar em pedra, deixando então de se comunicar com os vivos). Além de revelar a hierarquia implícita na ordem natural na concepção Timbira, estas metamorfoses indicam que, sob a pele de um ente natural, o *carõ* estabelece contato com os humanos. Este contato é sempre perigoso (pode trazer doença e a morte) dando ao sujeito contatado (se ele aceita os termos “oferecidos” pelo *carõ*) a possibilidade de vir a ser xamã (*wajaka*), adquirindo por essa via o poder de

manter uma interlocução permanente com o “outro lado” e o poder de cura (detalhes *infra*).

Além disso, o mundo natural é povoado por “espíritos guardiães” das espécies; são agentes inominados (é o *ijãxycatê*, o “dono” do veado mateiro, por exemplo) que se manifestam na roupa de um espécime individual com alguma característica marcante (tamanho, força, esperteza etc.). Os “espíritos guardiães” se comunicam com os humanos nos sonhos ou nos estados liminares de um sujeito (doenças, resguardos), mandando mensagens sobre o estado de seu “rebanho”. Por exemplo: um Krahô gostava muito de paca (*cra*) e fazia muitas “esperas” ou armadilhas para abatê-las; em dada ocasião, começou a sentir-se mal, ficou doente e logo apareceu na sua frente (sonho, delírios) o *cracatê* (“dono da paca”) dizendo que, se ele quisesse se recuperar, deveria dali em diante abster-se que matar paca ou mesmo comer da sua carne. Cumprindo esta determinação, sarou. Desta forma, o “espírito guardião” regula o estoque da espécie que protege, agindo como uma espécie de vetor para o manejo e controle destes estoques. Portanto, quando a caça desaparece, não é somente a dieta alimentar Timbira que perde uma fonte de proteína (o que, aliás, pode ser suprida pelo boi, a galinha etc.): este desaparecimento pode pôr em risco pautas socioculturais importantes para estes povos pela sua impossibilidade de atualização.

Para os Timbira, ademais, as relações entre determinados animais (por exemplo, o predador e sua presa) servem de matriz simbólica para reger as relações entre os afins ou os inimigos, do mesmo modo como as relações simbióticas de companheirismo são usadas para modular as relações entre consangüíneos.

Por outro lado a mitologia Timbira – como, aliás, todas as sociedades indígenas sul-americanas – enfatiza a humanidade dos animais, dado que “*antes, todos os bichos falavam*”, como dizem. Nesta concepção os animais são tidos como ex-humanos, a cosmologia indígena neste ponto se diferenciando radicalmente da cosmologia ocidental, para quem a condição comum entre os humanos e os bichos é a “animalidade”, já que desde Aristóteles os humanos são *animais* racionais.

As mulheres e as roças

As roças de subsistência – que pertencem às mulheres – são abertas na matas de galeria ou de encosta mais ou menos distantes das aldeias. Estas se localizam sempre perto de pequenos ribeirões e em lugares altos, com boa visão, preferencialmente na “chapada” (*hakôt*), com predominância de uma fisionomia vegetal de cerrado (senso

estrito). Naquelas matas, os solos são mais argilosos e ricos em nutrientes e por isso preferidas para o plantio de roças.

A média de roça colocada por grupo doméstico é de 1,5 hectares (ou de 0,5 há por família elementar). Os homens são responsáveis pela “broca” (desbaste da vegetação arbustiva), a derrubada, queima e o plantio do arroz. As mulheres participam da semeadura do milho, mandioca e demais gêneros (fava, inhame, feijões, batata-doce, abóbora, melancia, amendoim, mamão e banana). As roças Timbira não diferem daquelas observadas em outros grupos indígenas sul americanos – mas se diferenciam bastante daquelas dos regionais vizinhos pequenos produtores. Enquanto as roças destes últimos privilegiam o arroz e a mandioca, plantados separadamente, as roças indígenas aparentam certo caos, apresentando um *mix* de espécies. O arroz, o milho e a mandioca são os primeiros a serem plantados, com pequenos intervalos de tempo (novembro/dezembro) e intercalados ao longo de toda extensão do roçado. Em seguida são plantados, em setores específicos, os inhames e a batata-doce (janeiro); após a colheita do milho verde (março), são plantados as favas e o feijão “trepapau” junto aos pés do milho deixados para secar; favas e feijão-trepapau são plantados também junto às árvores maiores que não foram derrubadas, ou mesmo pés de babaçu. Nas leiras remanescentes da coivara são plantadas abóboras e finalmente são distribuídas pela área, pés de mamão e banana. A vida útil de uma roça é determinada pelo ciclo da mandioca (de 10 a 24 meses) e da banana.

Os homens e a caça

A carne é outro item indispensável na dieta Timbira e hoje em dia, para a finalização dos grandes rituais, muitas aldeias recorrem a à carne de gado – e não de caça – para esta finalidade. Apesar de caçadores, esta atividade já não atrai como antes as novas gerações, principalmente onde ela exige um esforço maior devido a escassez de animais de caça – como é o caso das aldeias Krahô situadas ao sul-sudoeste da área, próximas a Itacajá ou dos Krĩkati e Gavião-Pykopjê. Estes substituem a caça pela criação de pequenos animais (porcos e galinhas) – o que causa constantes conflitos entre as famílias, porque são criados soltos no terreiro da aldeia e não raro “alguém” acaba matando uma peça de um terceiro. Nestas aldeias, quando se pergunta por que não caçam mais como antes, argumentam que a caça “acabou”, argumento que acaba sendo corroborado pelas infrutíferas caminhadas pelos cerrados, provocando o desânimo dos

jovens. O fato é reforçado pela cada vez maior atração sobre estes mesmos jovens das “coisas da cidade” e a escola.

Em geral, a caça é praticada com espingardas (tipo “por fora” em grande parte). As caçadas coletivas (hoje feita com o auxílio de cães e não se utilizando o fogo, como antigamente) são feitas na estação seca, época ideal para realização dos grandes rituais. A técnica empregada na caçada individual varia com a estação do ano: no “verão” (seca), a preferência é pela “espera”; no “inverno” (chuvas), quando as pegadas são mais visíveis, por rastejamento. O termo que os Timbira empregam para a atividade de caça é sinônimo de “espantar” (*ajahêr*), o que reforça a suposição de que aprenderam a caça por espera com os regionais. Daí também o sentido do termo que empregam para o boi (*prycahàc* – “falsa caça”, porque é uma “caça” que não se espanta - e no início do contato os Timbira “caçavam” o gado do invasor branco).

Para os Timbira os principais animais de caça são, por ordem de importância e apreciação gastronômica: veados (mateiros, catingueiros e campeiros), anta, tatus (peba, china, verdadeiro e rabo-de-couro; o canastra já desapareceu em algumas terras indígenas), paca, cutia, tamanduás (o mirim, pois o bandeira está cada vez mais raro), o quati, o macaco-capelão, o quandú (porco-espinho) e o preá. O porco-queixada praticamente desapareceu das áreas indígenas enquanto o caititu vem proliferando cada vez mais, chegando a ser um transtorno entre algumas aldeias Krahô e Apinajé, porque comem os roçados.

Como todo grupo caçador-coletor, os Timbira têm pela atividade de caça uma verdadeira paixão: sonha-se, muito, com caça e caçadas e relata-se com pormenores, no pátio à noite, as aventuras do dia de cada caçador, momento em que se trocam informações sobre a caça, sua argúcia, comportamentos e até mesmo suas características individuais. Neste sentido, todo Timbira é um etólogo em constante formação.

O xamanismo

Entre os Timbira os xamãs são denominados *wajaká* ou *kai*. O poder de cura destas pessoas advém do contato intenso com um (ou vários) *carõ* (o espírito ou o duplo-reflexo de toda e qualquer coisa do universo com movimento e responsável em última instância por esta animação). No diálogo propiciado pelo contato intenso, o futuro xamã recebe o *hurã*¹⁰, que o *carõ* introduz no corpo do candidato, e mediante o

¹⁰ É a substância mágica que o *carõ* põe no corpo de um indivíduo e que é responsável pela doença; se o indivíduo, com o auxílio de outro *wajaká* que interpreta a intenção do *carõ*, suportar esse “presente”,

qual ele passa a ver o invisível, escutar o inaudível e dialogar com *mêcarô*. Por essa via, podem lhes indicar plantas com eficácia para a cura de determinadas moléstias – é somente aceitando o *hurã* que alguém tornar-se um *wajaká*. O contato com o *carô* pode se dar fortuitamente ou ser preparado e entre os Timbira há grupos que validam apenas um deles (entre os Krahô, só o fortuito; entre os Canela-Ramcokamekra só os segundo tipo) e outros ambos (como entre os Canela-Apãnjêkra).

Contudo, o pano de fundo comum é que o contato ocorre sempre por ou em um processo de quase morte (“desfalecimento”), que induz a estados de alheamento e fuga do próprio *carô* desta pessoa: o contato intenso só é possível se estabelecido entre iguais – *carô* com *carô*. E aceitar o *hurã* (e conviver com ele) é estar permanentemente afetado pelos (e sensível aos) *mêcarô* e conviver *entre* o mundo dos humanos (*mêhĩ*) e o mundo dos espíritos (*mêcarô*). Para manter o *hurã*, o *wajaká* deverá cumprir uma série de abstinências: não comer carne de determinadas espécies de caça, não se expor à fumaça dos alimentos, não manter relações sexuais em excesso, sobretudo extraconjugais que o deixam como que pré-disposto ao contato.

Aceito o *hurã*, o *wajaká* passa a “andar de dois”, como expressou um deles; vive entre os humanos, mas é diferente deles; “vive” entre os *mêcarô*, mas não é um deles: ele é um mediador, ou melhor, um *transistor*, transita entre os dois mundos, levando informações entre eles. O *wajaká* Timbira, como o pajé *Wajãmpi*, é algo que se “tem” e não se “é” (Gallois, 1988). Porém é prudente ressaltar que, do ponto de vista estético, os Timbira enfatizam que viver entre os *mêhĩn* é que é *impej*, bom/bonito – já que os *mecarô* são feios, seu mundo é insípido e inodoro, as relações sexuais não levam ao gozo (*mêcarô* não procria) etc. Decerto modo, os *wajaka* são constrangidos a sê-lo - pelos *mêcarô*. O grau de assédio destes sobre os *mêhĩn* varia em função de certa predisposição, em geral notado na sua “sensibilização” (ter muitos pesadelos, o *carô* dos animais vive lhe perturbando quando caça ou pesca sozinho etc.). Portanto, ser *wajaká*, não é algo que os Timbira desejam para seus parentes (aliás, os *wajaká* não podem tratar dos seus próprios parentes).

As doenças, por outro lado, são ocasionadas pelo contato excessivo com o sangue ou o *carô* dos outros seres, humanos ou não ou por feitiço (ossos, gorduras com pelos entre outros objetos postos às escondidas nos corpos dos *mêhĩ* por “curadores de unhas sujas”). A cura, inversamente, se realiza na identificação da natureza deste contato e na retirada (exposição) do feitiço e complementada pela prescrição do

torna-se ele mesmo um *wajaká*; portanto, o *hurã* é que é de fato o responsável pelo poder de cura; a posse deste bem mágico obriga o *wajaká* a permanecer indefinidamente em um estado *liminar* e de *resguardo*.

tratamento adequado pelo *wajaká* - tratamento que consiste na proibição da ingestão de determinados tipos de carnes, na abstinência de relações sexuais por um período de tempo ou na administração de um determinado “remédio do mato” ensinado ao *wajaká* pelos *mêcarô*¹¹.

As doenças “do mundo” (dos brancos), por outro lado, são diagnosticadas pelos *wajaká* quando o tratamento prescrito, por um ou vários deles, não surte efeito: se não é feitiço, então é “doença de branco”, dizem. É como se o *cupê* fosse desde logo “neutro”, ou melhor, neutralizado na sua potência *intencional* de causar doenças (por isso são “doenças do mundo”): o micróbio, apesar de invisível, não tem agência, não é sujeito – simplesmente “ocorre”, como o *cupê* seu portador. Esta neutralidade estaria embebida da concepção Timbira do “homem branco” onde este não é definido nem como Outro, nem como “inimigo” porque justamente “inclassificável”, já que produto de um acontecimento imprevisível e, portanto, fora da ordem Timbira (Azanha, 1984, cap. III).

De outra parte, as plantas indicadas pelo *carô* a um *wajaká* somente ele conhece, pois este conhecimento foi-lhe transmitido pelo *carô* que lhe repassou o *hurã*. Contudo, não é conveniente revelar esse conhecimento aos demais membros da aldeia, pois isso poderá acarretar a perda dos seus poderes, isto é, o *carô* retomará o *hurã* que havia-lhe. Talvez isto se suceda porque divulgar esse conhecimento representa, na verdade, uma traição, ou melhor, a quebra do contrato estabelecido com o *carô* no momento da entrega do *hurã*. E do mesmo modo que o *wajaká* não tem poder de cura sobre as doenças trazidas pelos *cupê* (não-índios) – porque estas doenças são “doenças do mundo” como dizem – revelar seus conhecimentos a estes também não acarretaria perigo algum, em função de sua neutralidade. As demais plantas medicinais são de conhecimento de todos os moradores das aldeias e sua eficácia é comprovada pelo teste empírico de ensaio/erro.

¹¹ Convém assinalar que o conhecimento sobre o poder de cura de determinadas plantas não é exclusivo do *wajaka*: qualquer *Krahô* adulto conhece plantas curativas, do mesmo modo como os seus vizinhos regionais também conhecem. Mas “o *xamã*...além de conhecer um número razoável de plantas mágico-medicinais, pode ver os espíritos (*carô*) dos mortos, entrar em contato com eles e consultá-los; fala com determinados animais, de quem aprende novos remédios...” (J.C.Melatti, “O Mito e o *Xamã*”, in *Mito e Linguagem Social*, Editora Tempo Brasileiro, 1970, p.66).

2.1.2 *Atividades de subsistência e ingressos monetários*

Krahô

Os Krahô e os demais povos aqui tratados possuem uma série de mitos e tradições para o preparo, plantio da terra e colheita. Na escolha da área de plantio, eles procuram terras 'boas', isto é, terras com uma mata característica de terras férteis, geralmente nas matas de galeria, áreas bem próximas aos córregos ou brejos. As áreas escolhidas são brocadas, derrubadas e queimadas. Durante o roçado da área, alguns cultivares já são plantados (como a batata e o inhame), servindo de alimento enquanto a terra é preparada para o plantio dos outros cultivares.

Os Krahô observam um conjunto de regras para o plantio. Por exemplo, para o plantio de amendoim, as pessoas que irão plantá-lo não podem ingerir gorduras. Para outros cultivares, como milho, a abóbora e o amendoim, apenas as mulheres podem plantar. Os principais cultivares plantados nas roças Krahô são milho, amendoim, mandioca, arroz, abóbora, melancia, guandu e cabaças. Algumas sementes dos cultivares como milho, amendoim, arroz e cabaça são guardados. Dos outros cultivares planta-se a muda.

O trabalho na agricultura é dividido entre homens e mulheres ficando a cargo dos homens a broca, a derruba e queimada enquanto que as mulheres são responsáveis pelo plantio, manejo e colheita. Apesar desta divisão por gênero o que se nota, porém, é uma grande disposição para a ajuda mútua na realização do trabalho, sempre com grande participação das crianças. Em um acampamento de roça, o tamanho da roça está diretamente relacionado ao tamanho da família nuclear e sua capacidade de trabalho e a cada ano o grupo do aldeamento decide por implantação de áreas contíguas e comuns ou isoladas, de qualquer forma a ajuda mútua está sempre presente.

O tamanho das áreas de roça varia de 1/4 a dois hectares. Após a escolha da área, ela é primeiramente brocada (junho), depois derrubada (julho) seguida de cerca de um mês secando, todo o material é queimado (agosto/setembro). Caso o primeiro fogo não tenha sido suficiente para reduzir toda a matéria orgânica a cinzas, seus restos são amontoados em "coivaras" e novamente queimados. Feito isto a área estará pronta para o plantio. As diferenças entre as tecnologias de roçados utilizadas pelos regionais brancos e os índios estão basicamente na não instalação de cercas e nos métodos de plantio diferenciados para espécies tradicionais.

Hoje em dia após a queima, as primeiras espécies plantadas são a abóbora e a melancia (outubro), para a quais muitas vezes é necessário irrigar (molhar). Quando o inverno começa a se estabelecer, com chuvas “mais seguras” (outubro/novembro), plantam a mandioca e a macaxeira, depois o arroz e por último plantam o milho. Na maioria das roças encontramos ainda, inhames e favas de várias cores. Nos aceiros, em torno da roça plantam também cabaças, gergelim e o guandu.

O arroz é a espécie introduzida mais consumida, sendo muito apreciado pelos Krahô e demais Timbira. Como em geral a produção nas roças não é suficiente para o consumo de todo o ano, ele é comprado na cidade. Nos plantios encontramos 15 variedades. Entre elas encontramos variedades locais e melhoradas introduzidas por programas de governo. O arroz também é um dos responsáveis pela grande mudança tecnológica e a diminuição do uso dos plantios “em abafado”, pois exige limpeza total do terreno para o plantio. Seja entre os índios ou entre os brancos a introdução de tecnologias que dispensem o uso do fogo tem como impedimento a necessidade de limpeza total da terra para plantio do arroz com as “matracas” (plantadeiras).

Os Krahô residentes na **aldeia Pedra Branca** (maior aldeia Krahô, com 47 residências e 341 habitantes recenseados por nós) são os que mais encontram dificuldades nas suas atividades de subsistência, devido ao esgotamento de matas virgens nos córregos próximos (Ribeirão dos Cavalos, *Côtugré* e Pedra Furada). As roças dos moradores são pequenas, e todas colocadas em antigas capoeiras em regeneração, inviabilizando o plantio do arroz na maioria delas. Plantam mandioca (várias variedades), milho, batata-doce, favas, feijão-trepa-pau, abóbora e, poucos, inhames. Estas roças têm uma dimensão média de 1,5 “linhas” (1/4 de hectare), não sendo suficientes para abastecer uma família o ano todo. A complementação necessária é obtida com a compra de gêneros alimentícios em Itacajá, com o dinheiro dos velhos aposentados, que não são muitos, dada a população desta aldeia (31 idosos recebem este benefício) ou dos funcionários indígenas (cinco ao todo). Apenas um morador possui uma grande roça de banana, da qual espera vender os excedentes em Itacajá.

As atividades de caça dos moradores desta aldeia também são muito restritas por ser uma área muito explorada, mas, sobretudo por falta de interesse dos mais jovens. Existem apenas seis espingardas em toda aldeia (tipo “por-fora”), dando a exata dimensão da atividade ali. Os itens que conseguem encontrar são o que chamam de “caça miúda” (tatus-chino, peba, tamanduás-mirins, raposas e quatis). Nos últimos anos mencionam uma espécie de “invasão” de caititus em suas roças, “fuçando” mandioca e

outros tubérculos. Mas ninguém mata porque alegam que não têm “cachorro bom” – em que pese a enorme quantidade destes na aldeia.

A **aldeia Pedra Furada** (14 casas, 80 habitantes), pela sua localização e dimensões da sua população, goza de uma vida mais confortável do ponto de vista da subsistência. Um dos maiores conjuntos de matas da TI Kraolândia fica nas suas proximidades (o chamado “Vão do Zacarias”), além de disporem de matas virgens ao longo dos córregos Pedra Furada e Pedra Branca. Todas as casas abriram roças no “Vão do Zacarias” neste ano de 2006, com uma média de 4 “linhas” por casa. Plantam arroz, mandioca, milho, batata-doce, abóbora, feijão “trepa-pau”, favas, banana e inhame.

A oferta de caça também é boa e apesar de contarem com apenas três espingardas (“por fora”), conseguem muitas presas ao longo do ano (num esforço de memória, contaram 14 veados e 09 antas neste ano de 2006, até agosto). Caçam veados, antas e pacas na região da bacia dos córregos Pedra Branca e Riozinho e caititus no “Vão do Zacarias”. Reclamaram que as emas “sumiram” (aliás, esta é uma queixa generalizada, e os Krahô culpam os desmatamentos no entorno como responsável por isso).

Esta aldeia conta com cinco aposentados e quatro funcionários indígenas, cujos benefícios e remunerações mensais complementam a cesta-básica dos seus moradores.

A oferta de frutas é para mais do que razoável com predominância da bacaba no córrego apropriadamente denominado “Bacabinha” e do buriti nos córregos mencionados.

A **aldeia de Campos Limpos** é resultado de uma cisão recente da Pedra Branca (cinco anos). Conta atualmente com 101 habitantes distribuídos por 22 residências (todas elas ocupadas por apenas uma família elementar) e localiza-se muito próxima da Pedra Branca e do núcleo residencial do São Vidal. As razões alegadas para a mudança e fundação desta nova aldeia eram as precárias condições para a subsistência (matas) disponíveis na Pedra Branca.

De fato, a nova localização tem por perto as matas virgens dos córregos Bacabinha, Pedra Furada e São Vidal, onde está a totalidade das roças já derrubadas para este ano de 2006. Possuem muita mandioca nas capoeiras do ano anterior, assim como mamão e banana. Como na Pedra Furada, é boa a disponibilidade de caça. Possuem hoje 06 espingardas (neste ano de 2006, já mataram 04 antas). Esta aldeia conta com 05 aposentados e possui 03 funcionários indígenas.

O núcleo residencial do **São Vidal**, localizado a apenas três km de Campos Limpos é integrado pela família extensa do líder Clovis (03 casas para um total de 13 habitantes). Partilham as mesmas áreas de roça e caça-pesca de Campos Limpos.

A aldeia denominada **Água Branca** possui hoje 10 residências e 36 moradores. É também uma aldeia criada recentemente, sob a liderança de Oscar Haporo, filho de um falecido líder Krahô, Marcão. Tem à sua disposição as matas virgens dos córregos Xupé e Retiro para roças (todas as casa possuem roçados maiores que média geral dos Krahô deste trecho da área) e razoável oferta de caça e peixe, não maior devido a concorrência de outras aldeias, sobretudo do povo da Cachoeira. Possuem apenas duas espingardas “por fora”. São 03 os idosos aposentados e 02 os funcionários indígenas nesta aldeia.

A aldeia do **Manuel Alves** se localiza bem próxima da margem direita do rio de mesmo nome. É uma aldeia relativamente grande (201 habitantes, distribuídos por 27 residências), e como esta última, encontra sérias dificuldades para manter o padrão tradicional de subsistência em função da sua localização – é a mais próxima de Itacajá das aldeias Krahô.

Somente 04 famílias possuem roçados nesta aldeia e seus habitantes só comem carne de caça miúda “quando topam com ela na estrada”. Ninguém caça – só uma pessoa possui uma espingarda “por fora”. Praticamente todos os seus habitantes compram seus alimentos na cidade, com o dinheiro dos seus 14 aposentados e dos seus 13 funcionários indígenas, facultando uma renda monetária mensal média de onze mil reais.

A aldeia da **Cachoeira** (318 habitantes, 45 casas) localiza-se na porção centro norte da TI Kraolândia, circundada pelos córregos Cabeceira Grossa, Corrente e Ribeirão dos Cavalos e Galheiro, além de próxima dos ribeirões Xupé e Riozinho. Conta com isso com boa oferta de matas virgens. Todas as famílias possuem roçados novos e capoeiras (no “baixão” do Galheiro, no Riozinho, no Ribeirão dos Cavalos e na “cachoeira velha”).

É a aldeia Krahô que dispõe de mais espingardas dentre todas (04 flobéias calibre 22 e 12 “por fora”) refletindo a intensidade da atividade de caça dos seus moradores. Segundo eles, há uma boa oferta de caça grande nas suas imediações (veados: no canto grande e engenho no *inxu* no Correntinha e Porteira; antas, pacas e porcos-do-mato: no Xupé e nas matas do Corrente e Ribeirão dos Cavalos). É uma das poucas aldeias que ainda fazem caçadas coletivas para abastecer as grandes festas –

apesar de contar com o dinheiro dos seus 30 aposentados e 09 funcionários indígenas (cerca de quinze mil reais mensais). produção de artesanato ali também é grande.

Das aldeias ao sul dos Riozinhos, **Santa Cruz** é a maior delas (320 habitantes distribuídos em 40 casas) e localiza-se nas proximidades da margem direita do rio Manuel Alves Pequeno. Sua região é privilegiada em termos de solos propícios à agricultura que praticam (roças de toco), pois como dizem seus moradores, “*ali é só barraria*”. Por isso é a aldeia que mais cresceu em número de habitantes nos últimos 20 anos. A oferta de caça é ainda razoável (existem 12 espingardas “por fora” nesta aldeia), mas é na pesca que seus moradores mais se concentram na busca da proteína animal. Seus 18 aposentados e 12 funcionários indígenas garantem uma renda monetária mensal importante na complementação da subsistência dos seus moradores.

Nos últimos dois anos, a prefeitura de Itacajá tem financiado um motosserrista para ajudar na derrubada das roças das aldeias ao sul dos Riozinhos, contribuindo para o aumento significativo das áreas de roças naquelas aldeias.

Serra Grande (14 casas, 96 habitantes) está localizada a sudeste da TI Kraolândia e originada com a dispersão da antiga aldeia do Galheiro. É circundada pelos córregos Urubu (*xôn*), Gameleira, Serrinha e Donzela, dispendo de muitas matas para colocação de suas roças. Neste ano de 2006, seus moradores optaram por abrir uma roça coletiva de cerca de três hectares auxiliados pelo motosserrista pago pela prefeitura de Itacajá. Porém somente 03 famílias possuem capoeiras de mandioca. A oferta de caça é muito boa e todas as casas, com exceção de uma, possuem espingarda “por fora”. Encontram muito veado e anta, mas a concorrência dos caçadores ilegais não-indígenas é grande (“*cupê caçador é direto aqui*”), principalmente de Recursolândia, pequeno povoado localizado quase nos limites da TI Kraolândia. Existem 10 aposentados e 03 funcionários indígenas nesta aldeia.

Lagoinha (08 casas, 47 habitantes) também se originou com a dispersão dos moradores da aldeia Galheiro no final dos anos 1990. Sua localização, a mais ao sul da TI Kraolândia das aldeias, nos limites desta TI, não chega a inibir a presença constante de caçadores ilegais “brancos”. Como as outras aldeias localizadas ao sul dos Riozinhos, há dois anos colocam roças com ajuda da prefeitura de Itacajá.

Os núcleos habitacionais do **Riozinho** (34 moradores, 07 casas), **Galheiro** (56 habitantes, 07 casas), **Forno Velho** (33 habitantes, 05 casas) e **Macaúba** (11 pessoas, 03 casas) são todos originados de cisões do Galheiro e Santa Cruz, à exceção do Riozinho (criado pelo falecido Basílio) e congrega as famílias extensas de seus

fundadores. São basicamente “lugares de roça”, não encontrando, dadas suas dimensões, dificuldades de subsistência. Todos eles (mais Lagoinha) foram criados com a justificativa, explícita por seus moradores, de poderem criar pequenos animais (todos estes núcleos têm muitas galinhas e porcos, contrastando com as aldeias grandes onde praticamente não existem). Todos eles, mais Lagoinha, têm 08 aposentados e 08 funcionários indígenas. A oferta de caça nas suas imediações é bastante razoável, assim como de peixe.

O **Morro do Boi** é composto pelos descendentes do finado Bernardino e de sua mulher *cupê* e criado por estes em 1954. Enquanto estes estavam vivos, este núcleo era composto por casas arruadas ao estilo regional e como negação explícita da forma redonda das aldeias Timbira. Bernardino queria viver como *cupê*. Depois que morreram e por pressão da Funai, organizaram as casas como aldeia. Muitos dos seus descendentes estão casados com *mêhĩn* em outras aldeias, mas residem ainda ali 105 pessoas. Seus habitantes são reputados – e se esforçam para tanto – como “muito trabalhadores” pelos funcionários “brancos” da área, colocando grandes roças ao estilo dos sertanejos vizinhos. Mas para os Krahô, são eles vivem “quase como *cupê*”, sem realizar as festas tradicionais e não cumprindo os resguardos necessários para a formação de um corpo *mêhĩn*.

As aldeias localizadas na margem esquerda do Rio Vermelho (**Rio Vermelho e Aldeia Nova**) resultaram de cisões de outras maiores. Na primeira, Rio Vermelho (32 casas e 330 habitantes), a oferta de matas do próprio rio Vermelho e de seus afluentes da margem esquerda possibilita razoável conforto aos seus moradores em termos de subsistência. Juntamente com a Cachoeira, é a aldeia que mais segue a tradição na realização dos seus rituais. O povo do Rio Vermelho há vários anos tem por costume abrir roças coletivas para sustentar suas grandes festas. Apesar da concorrência feroz dos *cupê*, caçam e pescam muito nas matas da região e no rio Vermelho e nas lagoas das suas imediações.

A **Aldeia Nova** (14 casa, 151 habitantes) foi fundada por moradores da antiga aldeia do Galheiro em 1998. Alegavam, então, que no Galheiro as matas estavam cada vez mais distantes e que não havia mais caça e nem peixe. Esta região possui grandes áreas de matas para roças e oferta para mais do que razoável de caça, em que pese a concorrência dos *cupê*. Todas as casas têm roças novas e capoeiras do ano anterior. Plantam muito arroz nas vazantes do rio Vermelho e suas mulheres são grandes e exímias produtoras de artesanato.

Por fim, o núcleo residencial do **Bacuri** (03 casas e 23 habitantes) é composto pela família extensa de Antonio Cavalcante Xôcã, que fundou este núcleo depois de sair da Cachoeira, primeiro, e do Rio Vermelho. Dispõe de boas matas para roças e, como diz seu nome, grandes bacurizais, sendo a aldeia Krahô que mais fornece essa fruta para a *FrutaSã*.

Quadro do Ingresso de Recursos Financeiros entre os Krahô - 2006

<i>Aldeia</i>	<i>Aposentados</i>	<i>Funcionários Indígenas</i>
Pedra Branca	31	07
Pedra Furada	05	04
Manuel Alves	14	13
Cachoeira	30	09
Campos Limpos	05	03
Água Branca	03	02
Santa Cruz	18	12
Serra Grande	10	03
Lagoinha	02	02
Riozinho	-	-
Morro do Boi	04	04
Macaúba	01	01
Rio Vermelho	21	08
Aldeia Nova	11	06
Bacuri	01	03

Apinajé

Os Apinajé, como os demais povos Timbira, são tradicionalmente um povo caçador, coletor e agricultor. A agricultura é a base principal da dieta alimentar deste povo. A maioria das aldeias possui roças em quantidade suficiente para o fornecimento de base de carboidratos para a população. A exceção são as **aldeias Mariazinha, Bonito e Cocalinho**. A pequena quantidade de roças nas duas primeiras (Mariazinha contamos apenas dez “linhas” e no Bonito seis) deve-se, sobretudo ao fato da população vir se envolvendo já há alguns anos na coleta de coco de babaçu para vender a um atravessador que o revende para a TOBASA, uma empresa que processa o babaçu e extrai óleos e carvão. Existem, dentro da área indígena, caçambas que armazenam os cocos coletados quinzenalmente. Como a coleta do babaçu ocorre entre o mês de junho e novembro, as pessoas que se envolvem nesta atividade acabam deixando de plantar roças, pois os meses de preparação do terreno (broca, derrubada, queima, coivara, limpeza e plantio) coincidem com a atividade de coleta do babaçu.

Na aldeia Cocalinho a ausência de roças está relacionada ao hábito recorrente de arrendamento de terras para que não-indígenas (*cupê*) da cidade de São Bento do Tocantins e povoados próximos plantem dentro da terra indígena. Com isto, sobram apenas a fava e mandioca que ficaram (em cinco linhas) após a colheita do arroz e milho.

Nas demais aldeias é grande a quantidade de roças, havendo a predominância de plantio de mandioca para a produção de farinha. A quantidade e tamanho das roças Apinajé é diretamente proporcional à proximidade ou distância com a cidade. Quanto mais distante está a aldeia, maior quantidade de roças pode ser encontrada. Em algumas aldeias existe a comercialização de farinha de mandioca, como nas aldeias Palmeiras e Patizal. Mas para todas elas o objetivo principal é a segurança alimentar dos membros da aldeia.

Quadro das roças em 2006

<i>Aldeia</i>	<i>Número de “linhas”</i>
Mariazinha	10
Brejão	08
Bonito	06
Riachinho	43
Botica	16,5
Buriti Comprido	23,5
Cocalinho	5 (capoeira)
Palmeiras	73
Patizal	29
Prata	15,5
São José	52

Por outro lado, nas aldeias Mariazinha e Botica alguns dos seus moradores criam gado (11 cabeças na primeira e 13 na segunda). Zé da Doca, ex-cacique da Mariazinha possui um sítio dentro da TI, nas proximidades da aldeia Botica, onde cria cerca de 60 cabeças.

A atividade de pesca deve ser incluída na categoria de caça, pois na forma tradicional, (anterior ao contato com linha e anzol), os instrumentos utilizados para a captura de peixes eram basicamente o arco e flecha, além de formas de armadilhas

construídas no leito de córregos. Ainda hoje eles se referem, quando realizam pesca coletiva com entorpecentes (tingui), ao ato como uma caçada, pois dizem: *vamos matar peixe* e não, *vamos pescar*! O uso do verbo “pescar” (*tepkandxe*) restringe-se ao ato do uso de linha e anzol. Atualmente os moradores das aldeias Riachinho, Bonito e Botica fazem uso de redes e canoas para pesca no rio Tocantins e seus afluentes. A produção é eminentemente para consumo interno, havendo a comercialização somente em caso de haver excedente.

Para a caçada utilizam diversas técnicas. *Caçada de espera*, realizada para veado na florada do pequi, para paca, na época do bacuri, para caititu em roças de mandioca. *Caçada de varrida*, em trilhas limpas e varridas na mata para caçadas noturnas no qual se consegue abater toda sorte de animal de hábito noturno, como paca, tatu e, excepcionalmente, veados. *Caçada com cachorros*, realizada durante o dia quando um grupo de cachorros realiza batidas pelo cerrado e na mata, acuando animais que, se alcançados, podem ser abatidos. Além disso, realizam também a *caçada em caminhada*, quando realizam longas caminhadas pelo cerrado e podem encontrar principalmente os tamanduás-mirins, os quatis, porcos-espinhos e bichos-preguiças.

Os animais conseguidos nestas atividades de caça servem, preferencialmente, ao consumo interno. Porém com a pressão cada vez maior com o crescimento das cidades da região, alguns indivíduos de algumas aldeias também optam pela comercialização esporádica dos animais caçados. Dentre os mais demandados, estão a paca, o tatu, o veado e a cutia. A atividade de caça, entretanto, não supre as necessidades protéicas da população.

Diferentemente dos demais povos aqui considerados, os Apinajé inserem no mercado regional alguns produtos extrativos, o principal deles sendo o coco do babaçu. Existe um não-indígena que atua como atravessador. Com seu caminhão ele carrega os cocos que são coletados pelos indígenas nas matas de cocais e os depositam nas caçambas da TOBASA, espalhadas pelas aldeias. Esta atividade é realizada principalmente pelos moradores das aldeias Mariazinha, Riachinho e Bonito.

Outra semente coletada para venda em algumas aldeias Apinajé é a fava d’anta. Esta semente ocorre na maior parte da área indígena Apinajé, mas nem todas as aldeias o exploram. No ano de 2006, apenas a aldeia Botica “arrendou”, ou seja, permitiu que um comerciante desta semente entrasse na área e realizasse a coleta. As demais aldeias não realizaram esta atividade no ano de 2005.

As frutas de época, como caju, cajá, bacaba, jussara são pouco comercializadas por serem de baixa produtividade. O bacuri, entretanto, é importante fonte de renda para algumas aldeias. No ano de 2005 esta fruta rendeu para a aldeia Cocalinho algo em torno de R\$10.000,00. Já para a aldeia São José a renda foi de algo em torno de R\$3.000,00. Na aldeia Prata há relação mais estreita com a *FrutaSã*, tendo conferido uma renda em 2005 de R\$450,00 com a venda de polpa de frutas. Há boa quantidade de bacuri nas aldeias Cocalinho, Buriti Comprido, Bonito e São José.

Quadro do Ingresso de Recursos Financeiros entre os Apinajé - 2006

Aldeia Mariazinha

	<i>Quantidade</i>
Professores	05
Aposentados	09
Funcionários da Educação	04
Funcionários da Saúde	02
Funcionários da Funai	-
Comércio com as cidades do entorno (Babaçu, caça, coleta)	Babaçu 100 sacas dia x 06 meses
Comércio com Fruta Sã	-
Bolsa Família	-

Aldeia Brejão

	Quantidade
Professores	01
Aposentados	01
Funcionários da Educação	01 Merendeira sem remuneração
Funcionários da Saúde	01 Agente de Saúde sem remuneração

Funcionários da Funai	-
Comércio com as cidades do entorno (Babaçu, caça, coleta)	-
Comércio com Fruta Sã	-
Bolsa Família	-

Aldeia **Botica**

	Quantidade
Professores	2
Aposentados	14
Funcionários da Educação	
Funcionários da Saúde	02
Funcionários da Funai	
Comércio com as cidades do entorno (Babaçu, caça, coleta)	Fava d'anta Aluguel de pasto Bacaba, Jussara e Bacuri
Comércio com Fruta Sã	-
Bolsa Família	-

Aldeia **Bonito**

	Quantidade
Professores	2

Aposentados	4
Funcionários da Educação	1 merendeira sem remuneração
Funcionários da Saúde	1 Agente de Saúde remunerado 1 Agente de Saneamento não remunerado
Funcionários da Funai	-
Comércio com as cidades do entorno (Babaçu, caça, coleta)	No ano de 2005 houve coleta de coco de babaçu. Hoje o cacique incentiva a população a plantar roças Coleta de Bacaba Coleta de Fava D'Anta (quando há produção) Caça (tatu, paca, veado)
Comércio com Fruta Sã	-
Bolsa Família	-

Aldeia **Buriti Comprido**

	Quantidade
Professores	1
Aposentados	6
Funcionários da Educação	1 merendeira (prefeitura)
Funcionários da Saúde	02
Funcionários da Funai	-
Comércio com as cidades do entorno (Babaçu, caça, coleta)	Venda de Bacaba, Jussara, Bacuri, Fava D'Anta

Comércio com Fruta Sã	Até 2005 vendia para Fruta Sã. Não comercializou em 2006 por problemas de transportes
Bolsa Família	--

Aldeia Cocalinho

	Quantidade
Professores	1
Aposentados	2
Funcionários da Educação	1 merendeira sem remuneração
Funcionários da Saúde	02 (1 AISAN sem remuneração)
Funcionários da Funai	
Comércio com as cidades do entorno (Babaçu, caça, coleta)	Venda de Bacaba, Jussara, Fava D'Anta Bacuri
Comércio com Fruta Sã	Não comercializou no ano de 2006 por falta de transporte
Bolsa Família	-

Aldeia Palmeiras

	Quantidade
Professores	1
Aposentados	2
Funcionários da Educação	-
Funcionários da Saúde	01 agente de saúde em treinamento
Funcionários da	

Funai	
Comércio com as cidades do entorno (Babaçu, caça, coleta)	Farinha (Sup. Marinho e Netão)
Comércio com Fruta Sã	-
Bolsa Família	-

Aldeia **Patizal**

	Quantidade
Professores	1
Aposentados	3
Funcionários da Educação	-
Funcionários da Saúde	02 (1 AISAN sem remuneração)
Funcionários da Funai	
Comércio com as cidades do entorno (Babaçu, caça, coleta)	Farinha Existem frutas (bacaba, buriti), mas não há transporte fácil para comercializar
Comércio com Fruta Sã	
Bolsa Família	-

Aldeia **Prata**

	Quantidade
Professores	2
Aposentados	2
Funcionários da Educação	-

Funcionários da Saúde	01 Ag, Saúde
Funcionários da Funai	
Comércio com as cidades do entorno (Babaçu, caça, coleta)	
Comércio com Fruta Sã	Polpa de fruta – 142 kgs em 2006
Bolsa Família	-

Aldeia **Cocal Grande** (não tem nenhum aposentado ou funcionário)

Aldeia **Boi Morto** (não tem nenhum aposentado ou funcionário)

Aldeia **Serrinha**

	Quantidade
Professores	1
Aposentados	2
Funcionários da Educação	-
Funcionários da Saúde	01
Funcionários da Funai	-
Comércio com as cidades do entorno (Babaçu, caça, coleta)	-
Comércio com Fruta Sã	-
Bolsa Família	-

Aldeia São José

	Quantidade
Professores	8
Aposentados	27 aposentados e 1 pensionista
Funcionários da Educação	8 + 1 diretor com ensino superior
Funcionários da Saúde	03 (2 agentes de saúde e 1 agente de saneamento) sendo 1 ainda sem remuneração
Funcionários da Funai	-
Comércio com as cidades do entorno (Babaçu, caça, coleta)	Venda de Bacaba, Jussara, Bacuri
Comércio com Fruta Sã	-
Bolsa Família	-

Aldeia Riachinho

	Quantidade
Professores	3
Aposentados	8
Funcionários da Educação	1 merendeira
Funcionários da Saúde	02
Funcionários da Funai	-
Comércio com as cidades do entorno (Babaçu, caça, coleta)	Comércio de coco de babaçu Comércio de caça (tatu,

	veado, capivara cutia) e pesca
Comércio com Fruta Sã	-
Bolsa Família	-

Krĩkati

Como os demais povos Timbira, os Krikati possuem vários mitos que norteiam o preparo, plantio da terra e colheita. Na escolha da área de plantio, eles procuram terras "boas", isto é, terras com uma mata característica de terras férteis, geralmente nas adjacências de matas de galeria, próximas a córregos ou brejos, no entanto estas terras devem ser secas e/ou barrentas, nunca encharcadas. As áreas escolhidas são brocadas, derrubadas e queimadas.

Durante o roçado alguns cultivares são plantados como a batata-doce e o inhame, servindo de alimento quando a terra está pronta para o plantio de outros cultivares. Os principais cultivares plantados são: mandioca, arroz, abóbora, melancia, milho, feijão, guandu, banana, mamão, amendoim, em algumas roças também se pode encontrar cana, abacaxi e gergelim. Com a importação de vários cultivares do *cupẽ*, como o feijão, a melancia, o abacaxi e principalmente o arroz, também se importou as técnicas para o cultivo.

É comum encontrar no entorno das roças tingui utilizado para embebedar peixe durante pescarias. Os homens são responsáveis pela preparação da terra, as mulheres e crianças auxiliam no plantio e na coleta.

A ocupação não-indígena na terra Krĩkati e o relacionamento intenso que mantêm até os dias de hoje com os regionais tem norteado a relação desse povo com atividades ligadas a terra, sejam elas a agricultura e atualmente, muito comumente a pecuária. A agricultura desenvolvida atualmente pelo povo Krĩkati incorporou técnicas dos sertanejos, pois em muitos casos, são os próprios sertanejos que realizam esse serviço. É comum encontrar casos de regionais contratados pelos Krĩkati para 'fazerem o serviço da roça'. Com a extrusão da área indígena, os sítios desocupados pelos *cupẽ* foram sendo ocupados por famílias, que habitavam tradicionalmente esses locais. Desses sítios aproveitavam-se às estruturas, as cercas (estacas e arames) e as frutíferas deixadas nos quintais.

Esse processo tem levado a construção de um novo modelo de manejo e controle do território. Encontramos dois casos característicos. O primeiro caso é de famílias que aproveitam a estrutura deixada pelos antigos moradores e ali continuam realizando as mesmas atividades que dos *cupê*, ou seja, a pecuária semi-extensiva. No segundo caso, os Krĩkati aproveitam as estruturas deixadas no local para venda e abandonam o sítio quando ele não oferece mais recursos a explorar. Esse sistema tem sido reconhecido pelas lideranças Krĩkati como impactante ao ambiente, porém não vêem outras alternativas de sobreviverem dos escassos recursos naturais que a área indígena oferece atualmente.

São normalmente nesses sítios, denominados pelos Krĩkati como fazendas ou núcleos, que os Krĩkati estabelecem seus roçados. As variedades de espécies cultivadas têm diminuído gradualmente e a demanda por equipamentos para estabelecimento de roças mecanizadas têm aumentado. Por outro lado, demandas de projetos que revitalizem ou manejam os pomares de cítricos deixados pelos *cupê* no processo de extrusão tem sido freqüentes. A preocupação com a oferta de caça, pesca e a qualidade dos recursos hídricos também é levantada pelos Krĩkati, o que demonstra que novas estratégias de controle do território estão sendo construídas diante desse novo contexto socioambiental.

O cultivo de roças ainda exerce um papel importante nas atividades de subsistência dos Krĩkati e atualmente, pelo aumento de áreas para essa atividade, alguns indivíduos Krĩkati comercializam produtos excedentes dessa atividade. Na aldeia se comercializam produtos com arroz, banana e abóbora por meio de trocas ou em vendas localizadas na aldeia. Porém a introdução de alimentos industrializados, pela proximidade com os municípios de Montes Altos e Imperatriz põem em risco a segurança alimentar do povo Krĩkati, uma vez que os alimentos introduzidos são de baixíssima qualidade. Diversos problemas de saúde, como desnutrição, diabetes e problemas cardíacos têm se proliferado pelo consumo de alimentos com baixo valor nutritivo, como macarrão, biscoitos, sal, açúcar e óleo.

A dificuldade para encontrar terras férteis para o cultivo também se caracteriza por outro problema encontrado pelo povo Krĩkati da **aldeia São José** (704 habitantes) para manutenção dessa atividade. Com os solos extremamente degradados em decorrência da atividade agropecuária e pela retirada seletiva de madeiras de lei os locais para estabelecimento de roças estão cada vez mais distantes das aldeias. Esse também é um motivo explicitado para o planejamento de fundação de novas aldeias.

No caso específico da **Aldeia Raiz** (112 pessoas), com uma população reduzida e solos férteis para estabelecimento de roçados, a situação apresenta algumas diferenças. Há três anos a comunidade cultiva umas roças comunitárias, próximas a aldeia, que é mantida em mutirões. A colheita é dividida entre a comunidade não se destacando as roças familiares.

A comunidade da aldeia Raiz também mantém um plantio de frutíferas, como estratégia de recuperação das cabeceiras do Riacho Raiz, em um dos limites da área indígena. Essa área de produção tem como principal objetivo abastecer uma unidade de beneficiamento de polpas de frutas do Cerrado que a associação da Aldeia Raiz mantém em parceria com a Associação *Wyty-Catë* e a agroindústria FrutaSã. A escolha do local para estabelecimento do plantio está relacionada à questão da fiscalização. Os Krĩkati da aldeia Raiz optaram por introduzir o plantio em um dos limites da terra indígena para visitarem mais freqüentemente o local e realizarem a fiscalização de seu território. As atividades produtivas na Terra Indígena Krĩkati estão se reconfigurando, de acordo com as novas demandas e nova realidade que esse povo enfrenta atualmente. Porém as atividades de plantio, pecuária ou manejo e plantio de frutíferas ainda são realizadas sob os cantos dos velhos Krĩkati.

A caça entre os Krĩkati, das atividades relacionadas ao ambiente, é uma das mais importantes; vários rituais envolvem esta prática, os bons caçadores são muito respeitados pela comunidade. Muitas das festas realizadas pela comunidade se iniciam com caçadas; as coletivas muito comuns no passado continuam existindo; no entanto, hoje a divisão no pátio do resultado da caça não mais se realiza. Como podemos ver nas palavras de Juvenal:

"Todo mundo caçava junto, marcava o lugar pra cortar o pau... o outro já foi na frente cortar o pau de buriti pra corre de tora na chegada. A caça comunitária era cortada miúdo e cada um ganha um pedacinho e leva pra caça".

As dificuldades de se manter atitudes como essas são enormes e um dos fatores é a reunião em número tão grande de pessoas em uma única aldeia (São José) - o que dificulta esta divisão e mesmo as reuniões no pátio. A diminuição de animais cinegéticos de grande porte, e a ocupação da área por não-índios até os dias de hoje são outros fatores que contribuem para o (abandono) dificultar a realização da antiga prática.

Os Krĩkati atualmente enfrentam diversos fatores que resultaram na diminuição dos recursos cinegéticos em sua terra, como a fragmentação e conseqüente redução do cerrado no Sul do Maranhão, a ocupação de sua terra por não índios, a caça predatória e o comércio ilegal de espécies animais. Originalmente caçavam utilizando arco e flecha, substituído nos dias de hoje por arma de fogo; todas as casas possuem pelos menos uma arma, a mais comum é a espingarda de calibre 12, poucos índios utilizam cachorros na caçada. A caça tradicionalmente envolvia várias restrições, podemos verificar isto no relato de Modesto Krĩkati:

"o bom caçador tem que cumprir muitos resguardos, antigamente o caçador não comia qualquer coisa não, hoje em dia só pega kong (iguana) porque ninguém mais guarda resguardo direito".

A diminuição da disponibilidade de caça leva os Krĩkati a infringirem suas próprias regras de conduta; muitas divergências existem entre o que se come e o que não se come, carnívoras parecem ser as espécies menos caçadas, exemplo da raposa (*Cerdocyon thous*), espécie de canídeo abundante na área. Os Krĩkati cumprem muitos resguardos, por exemplo, quando nascem os filhos os pais não se alimentam de determinadas espécies animais, as explicações são das mais variadas, pode ser para que o filho cresça forte, para que não adoça, entre outras. Este fato, entretanto, não impossibilita a caça, pois em determinada ocasião, o índio de resguardo que obteve alguma caça a entrega para outro. Em outra ocasião um dos índios não podia matar uma cobra porque seu filho choraria demais, chamou outra pessoa para matá-la, em outra ocasião me contaram uma história em que um homem foi picado de cobra o que lhe acompanhava o socorreu e espantou a cobra, não podia matá-la, pois estava de resguardo.

Apesar destas dificuldades, a caça ainda constitui-se em uma atividade bastante praticada na TI Krĩkati. As espécies mais encontradas para caça atualmente são iguanas, preguiças, preás, cutias e caititus. Identificamos a intensidade da atividade levantando o número de espingardas na aldeia São José. Aproximadamente 50 indivíduos da aldeia possuem algum tipo de arma de caça, sejam espingardas, bolandeiras ou arco e flechas. Não perdem oportunidade de deslocamento (veículos da aldeia ou de entidades parceiras que estejam desenvolvendo atividades na área) para realizarem pequenas excursões de caça.

A fragmentação dos ambientes do entorno da TI Krĩkati e o processo de regeneração natural que as matas Krĩkati desde o processo de extrusão de algumas áreas

da terra indígena tem atraído animais refugiados do entorno. Tem-se percebido um aumento na oferta de caça no entorno da aldeia São José, a primeira região da Terra Indígena a ser extrusada, há aproximadamente 10 anos. Existem reclamações sobre a grande quantidade de caititu que têm visitado as roças dos Krĩkati. Excursões noturnas a áreas de roças para ‘espera’ destes porcos têm sido freqüentes.

Porém a preocupação dos Krĩkati em relação à oferta de caça pode ser bem representada pela demanda da associação local da aldeia São José, associação *Pempcahoc*, de implementar um projeto de criação de animais silvestres para soltura e repovoamento do Cerrado. A associação vem desenvolvendo um projeto de criação de emas há aproximadamente dois anos e crê na possibilidade de ‘ver ema andando no Cerrado novamente’.

A principal preocupação dos Krĩkati em relação à escassez dos recursos de caça diz respeito a região conhecida como Arraia, que abrange toda a margem do rio Arraia e de seus afluentes. Ainda ocupada por não-indígenas vêm sofrendo constantes invasões de caçadores ilegais. O trânsito intenso nas estradas que existem nessa região também tem sido causadora de muitos atropelamentos de animais silvestres. A intensificação na ocupação de entorno, principalmente na região do rio Arraia, sul da terra indígena é preocupante, por caracterizar-se por um ambiente já tão fragilizado ambientalmente.

A pesca atualmente é uma das grandes fontes protéicas para os Krĩkati. A pesca pode ser individual com anzol, praticada principalmente por homens, mas segundo os mais antigos a pesca é uma atividade das mulheres, que pescam com a utilização de uma tarrafa confeccionada com a fibra do tucum da chapada. Essas pescarias podem ser coletivas ou em pequenos grupos de mulheres utilizando-se de tarrafa.

A pesca coletiva tradicional é realizada com o uso do timbó ou do tingui. Esta pescaria é relatada como muito antiga pelos índios. Antes da pesca ocorre a coleta do timbó ou tingui, seguindo-se o seu preparo, que se dá raspando a raiz (tingui) ou batendo o caule (timbó), logo após o sumo contendo o veneno (rotanona) é colocado na água. Os peixes atordoados são coletados com a utilização das tarrafas. Ao retornarem para a aldeia realizam uma corrida de tora e o resultado da pesca é dividido entre as famílias.

A resolução de se realizar a pescaria, na maioria das vezes, ocorre em reuniões no pátio da aldeia, provavelmente devido à escassez de caça, o que leva as pescarias serem cada vez mais constantes. Em geral, as pescarias coletivas iniciam no começo do verão, que segundo os Krĩkati "as águas ainda tão correndo", o que leva a espalhar o

veneno pelo rio. No mês de agosto os rios estão rasos e se formam lagoas naturais, é a época mais adequada para "tinguizar". O processo é muito semelhante em todas as tinguizadas, sempre utilizando o timbó, um cipó facilmente encontrado no cerrado, principalmente em áreas alteradas; depois de retirado, o timbó é amarrado em feixes e macerado para depois ser colocado na água. É com o auxílio da tarrafa que se coletam os peixes que bóiam embebidos pelo veneno.

Na oportunidade do trabalho de campo, acompanhamos uma pescaria em um afluente do Rio Arraia. Este rio e seus afluentes são os principais pontos de pesca e caça dos Krĩkati na atualidade. No entanto, o rio Arraia está localizado a oeste da Terra Indígena, região que ainda não foi indenizada e possui cerca de 120 ocupações de não indígenas. O nível de degradação ambiental nessa região é bastante alto. De acordo com os Krĩkati, os não indígenas que ocupam essa região estão utilizando os recursos naturais com exaustão, pois a possibilidade de sair dali há qualquer momento faz com que essas pessoas queiram “tirar” o que puderem enquanto ainda ali estiverem.

Os principais locais de pesca para os Krĩkati são os rios Arraia e seus afluentes São Gregório, São Francisco e Tapuio e os rios Pindaré e Batalha. Todos se encontram em situação de degradação ambiental e nenhum mantém vegetação original em todo o seu curso.

Quadro do Ingresso de Recursos Financeiros entre os Krĩkati - 2006

<i>Aldeia</i>	<i>Aposentados</i>	<i>Funcionários</i>
São José		
Raiz		

Gavião-Pykopjê

Os Gavião-Pykopjê cultivam roças que lhe garantem uma parcela significativa de suas atividades de subsistência. As roças são cultivadas no sistema de roça de toco.

As terras mais apreciadas para o cultivo de roças são as localizadas às margens de cursos d'água, por possuir solo argiloso e rico em matéria orgânica denominado pelos índios como terras “boas”, de coloração escura e principalmente disponibilidade de água subterrânea. Os trabalhos nas roças se iniciam no verão (estação seca) com a derrubada e queima. A queima é realizada após as primeiras chuvas, atentando-se para que a vegetação ainda esteja seca e seja realizada uma boa queima. Na broca algumas espécies são poupadas como o buriti, bacaba e demais palmeiras.

O fogo é bem controlado e dificilmente extrapola os limites da área aberta. Como as áreas de cultivo são geralmente pequenas o impacto causado pelo fogo é reduzido e o manejo realizado pelos índios é eficiente, não prejudicando a rebrota da vegetação após o abandono da área. O plantio se inicia junto com o início do inverno (estação chuvosa). É um período onde os integrantes da família se concentram nessa atividade.

As roças Gavião-Pykopjê foram muito diversas no passado, caracterizando-se como verdadeiros sistemas agroecológicos e reforçando a idéia de que os índios possuem conhecimentos apurados sobre o manejo dos Cerrados. Com a introdução do arroz, especialmente na década de 70, incentivados por programas de desenvolvimento da FUNAI, muitas sementes tradicionais foram perdidas e as roças perderam em diversidade.

Floriano Gavião-Pykopjê possui uma grande diversidade de sementes em sua residência. Armazena suas sementes em sacos de arroz em cima do giral. Ele relata que antigamente armazenava as sementes dentro de cabaças (*cucon*), pois as sementes mantinham viabilidade de germinação por um período maior. Os ramos de batatas e inhames de variedades crioulas são deixados nas roças para serem replantadas no dia seguinte.

A colheita é realizada por todos os membros da família nos meses janeiro a maio. Nessa época há uma maior produção de pacarás nas aldeias, artefato utilizado para carregar a colheita das roças à aldeia. Os paparutos, alimento tradicional dos Timbira, são preparados na roça utilizando-se folhas de banana brava e palha de bacaba. Em ocasiões de festas e rituais os paparutos são feitos na aldeia.

Atualmente os principais cultivares produzidos nas roças Gavião-Pykopjê são a mandioca, arroz, milho, fava, inhame, batata doce, mandioca, amendoim e abóbora. As terras férteis da área indígena não são suficientes para que todas as famílias cultivem suas roças que estão cada vez mais distantes das aldeias. Os solos estão se exaurindo e o rodízio de pousio das áreas de cultivo diminuindo. Isso se dá pelo fato de uma população crescente estar habitando um território reduzido para atender suas necessidades de subsistência.

Do mesmo modo, esta TI possui poucos recursos de caça que os índios dividem com os caçadores ilegais. As caçadas coletivas, tradicionalmente muito importantes para os Gavião-Pykopjê estão cada vez mais raras, tanto pela escassez da caça como pela mudança de hábitos alimentares do povo Gavião-Pykopjê. Porém as carnes de caça

continuam muito apreciadas principalmente em festas para preparação de alimentos tradicionais (“paparutos”).

Tradicionalmente utilizavam apenas arco e flecha nessa atividade. Atualmente caçam utilizando espingardas de fogo, arco e flecha e baladeiras. Utilizam cachorros nas caçadas e comumente é necessário ultrapassar os limites da terra indígena para realização dessas atividades, até porque os principais locais tradicionais de caça dos Gavião-Pykopjê não foram contemplados na área demarcada.

Os principais locais tradicionais de caça do povo Gavião-Pykopjê são as matas dos rios Batalha e Santana (localidade Piripiri dos Luca), Cocalinho e Marimbondo (nos limites nordeste na TI.) e Pindaré (localidade Bacoiteira). Todos esses locais localizam-se fora dos limites atuais da terra indígena. Muitos desses locais continuaram sendo visitados durante muito tempo, mesmo depois da demarcação. Atualmente, com a mudança do perfil de ocupação do entorno, esses locais estão se restringindo, ou por degradação ambiental ou pela não permissão dos novos proprietários. Em algumas fazendas visitadas no trabalho de campo, os proprietários instalaram cercas elétricas para evitarem a entrada de indígenas para atividade de caça.

Os animais mais encontrados na terra indígena são de pequeno porte como quati, camaleão, cutia, guandu, tatu, peba, china, seriema, perdiz, nhambu, guariba e guaxinim. Os animais de grande porte estão cada vez mais escassos, como veado, catingueira, anta (já extinta na terra indígena) e caititu. Isso se dá pelo fato dos ambientes da terra indígena se encontrar extremamente fragmentados e a ocorrência de diversos incêndios criminosos, principalmente às margens da rodovia que atravessa o território.

A diminuição dos recursos de caça e de espécies cinegéticas dentro da TI Governador também prejudica a regeneração da vegetação, que atualmente encontra-se em um estágio secundário, pela retirada seletiva de madeira. Animais de grande porte são importantes no processo de dispersão de espécies clímax.

Há uma demanda constante da comunidade para projetos de desenvolvimento local direcionados para criação de animais silvestres e recuperação de áreas degradadas. Isso ressalta a preocupação ambiental dos Gavião-Pykopjê que vêm seus recursos naturais exauridos aumentando as necessidades de insumos externos.

A pesca é uma importante atividade de subsistência dos Gavião-Pykopjê e pesca exerce um importante papel, tanto na obtenção de proteína, substituindo a carne vermelha, tanto pelas suas implicações culturais.

A pesca é realizada pelos Gavião-Pykopjê coletivamente ou individualmente, normalmente com a utilização de tarrafas confeccionadas com fibra de tucum. É comum encontrar tarrafas em todos os quintais nas aldeias e mulheres confeccionam o artefato durante todo o ano.

Quanto as atividades de coleta, a cobertura vegetal da TI Governador não é suficiente para garantir ao povo Gavião-Pykopjê a manutenção de suas atividades tradicionais de extrativismo. Mesmo assim, conseguem as palhas e o material necessário para a construção das residências e para o artesanato, cujo recurso principal é o guarumã.

A **aldeia Rubiácea** (com 330 moradores distribuídos em 50 casas), conta com 28 aposentados e 07 funcionários indígenas, gerando uma contribuição financeira mensal de cerca de 13 mil reais.

A **aldeia Governador** (população de 20 pessoas em 37 casas) entre os quais 21 aposentados e 06 funcionários indígenas, gerando uma contribuição financeira mensal de cerca de 11 mil reais.

A **aldeia Riachinho** (população de 120 pessoas em 33 casas) dos quais 13 são aposentados e 06 são funcionários indígenas, possibilitando à aldeia uma renda média mensal de cerca de 7 mil reais.

Quadro do Ingresso de Recursos Financeiros entre os Gavião-Pykopjê - 2006

<i>Aldeia</i>	<i>Aposentados</i>	<i>Funcionários</i>
Rubiácea	28	07
Governador	21	06
Riachinho	13	06

Territorialidade: critérios internos e pressões externas na composição das aldeias

Krahô

Como para todos os povos Timbira – e em que pese a profusão de seus grupos locais (são em número de 18, entre aldeias e núcleos residenciais vide Anexo 1) – o território Krahô é indiviso, podendo ser partilhado na busca de recursos por quem consideram membro do grupo local. Como cada integrante do grupo tem total liberdade para mudar-se de uma aldeia para outra – já que pode buscar esposa em qualquer aldeia ou, se viúvo ou solteiro possui parente praticamente em todas elas – pode-se, em princípio usar e dispor para si dos recursos de toda a TI.

Contudo, cada grupo local tem uma zona de uso exclusivo para colocação de roças. Isto porque estas tendem a ser próximas das aldeias e um morador não vai colocar roça em um lugar que não habita: quem tem roça quer dizer que está casado e tem obrigações conjuntas com sogro e demais integrantes do grupo local.

Áreas de caça, ao contrário, estão disponíveis para todos, ainda que possam ocorrer reclamações se integrantes de uma aldeia passem a caçar sistematicamente nas proximidades das áreas de caça de uma outra aldeia. Já a pesca não acarreta este tipo de reclamação.

A mudança para uma nova aldeia é sempre motivada por razões internas (disputas políticas por prestígio, acusações de feitiçaria ou busca de uma área mais fartas em termos de recursos). Somente em um caso (Aldeia Nova) tais critérios também foram agregados da justificativa de controlar uma parte da TI muito freqüentada por caçadores ilegais não-indígenas., a divisa do Rio Vermelho. Este limite, juntamente com os limites sul da TI, é aquele mais invadido por caçadores ilegais, já tendo havido confrontos sérios entre os índios da Aldeia Nova e “brancos”.

A história do território Krahô segue, em linhas gerais, aquela dos demais povos Timbira: pressionados por fazendeiros, vão perdendo partes do seu território tradicional e sendo confinados em pequenas porções (vide Anexo1). No caso Krahô, o governo do Império, a pedido de fazendeiros da região de Carolina (MA), enviou, em meados do século XIX, um padre capuchinho para levá-los para o então Goiás, para a região do rio do Sono, onde se localiza hoje o município de Pedro Afonso. Depois de quase uma década nesta região, começaram a retornar para a parte norte do seu território, ocupando a região compreendida entre os rios Manuel Alves Grande Pequeno. Parte deste território foi “concedida” pelo governo do Goiás aos Krahô em 1940, após o massacre perpetrado por fazendeiros locais a duas de suas aldeias.

Nos tempos atuais os Krahô pensam seu território como que “dividido” pelos dois córregos chamados Riozinho (um que corre de leste a oeste desaguando no Manuel Alves Pequeno e o outro que corre no sentido contrário e deságua no rio Vermelho). Estas duas “porções” são habitadas (não exclusivamente, contudo) por descendentes dos Pãrécamekra-Kênpócatejê (ao norte dos “riozechos”) e por descendentes Mãkraré (ao sul). Porém não identificamos qualquer predomínio real e exclusivo de um sub-grupo nestas porções – e o caso da Aldeia Nova (majoritariamente Mãkraré e instalada ao norte dos Riozechos) é um exemplo disso.

Apinajé

Atualmente os Apinajé residem em 14 aldeias e núcleos residenciais. Porém, antes da demarcação e por conta da invasão de seu território tradicional por cerca de 400 famílias de não-índios, ocupavam apenas parte dele, com duas aldeias, São José e Mariazinha. Alguns anos depois, com a retirada dos invasores, os subgrupos Apinajé voltaram a se restabelecer em porções do território tradicional (vide Anexo 1).

O território coletivo é definido tanto pela utilização dos recursos naturais para a reprodução sócio-cultural quanto pela memória e sinais de ocupação tradicional que remontam à ancestralidade. No caso Apinajé, o território tradicionalmente ocupado estendia-se desde a margem oeste do rio Tocantins, até ambas as margens do rio Araguaia.

Existe um recurso natural amplamente utilizado pelos Apinajé que são as canajuras, com as quais confeccionam flechas e adornos. Os mais velhos ainda hoje sabem chegar ao lugar, próximo ao córrego Mosquito onde existe uma ocorrência deste vegetal de onde tradicionalmente se abasteciam, sobretudo aqueles da aldeia São José (antiga aldeia Bacaba). Nesta margem sul também está localizado o ribeirão Mumbuca, local tradicional de ocupação com pesca de arco e flecha, que também ficou fora da área demarcada.

Existe uma redefinição no que venha a ser considerado, inclusive pela maioria dos Apinajé, como aldeia. Para os Timbira em geral, e para também para os Apinajé, uma a aldeia (*krĩ*) é a unidade política fundamental que organiza suas relações internas. Certa população só pode ser considerada *krĩ* se atender a alguns requisitos básicos quanto a sua forma e organização. Ela deve ser redonda, ter um pátio central (*kã*) que é o local das reuniões diárias e das festas-rituais. Toda aldeia possui um domínio sob uma determinada área e a construção de novas aldeias implica em acordos com as aldeias antigas que tenham domínio sob a porção territorial almejada. Outro ponto é que toda aldeia deve ter autonomia econômica sobre si e ser capaz, principalmente, de organizar e realizar (principalmente com sustentação em alimentação e prestígio político para arregimentar apoio para sua realização) os principais rituais do ciclo anual (festas dos jovens, festas de colheita, festas de finalização de luto).

Todavia, atualmente, existe entre os Apinajé (como também para os Krahô) uma redefinição nestes limites do que é ou não aldeia. Tradicionalmente, uma família que optasse por residir afastada da aldeia, longe dos “fuxicos” e das obrigações de despesas com festas e parentes, era considerada como “moradores de roça” por que vivem em um

estilo totalmente diferente do que prega a tradição Timbira. Apesar de que desde algumas décadas, os Apinajé tenham aldeias que não sejam perfeitamente redondas, a idéia de círculo e toda a ideologia de movimento, igualdade e publicidade revelada pela espacialidade de uma aldeia Timbira é ainda o modelo em vigor. Dentro desta perspectiva, encaixam-se as aldeias São José, Mariazinha, Buriti Comprido, Cocalinho, Bonito, Botica, Riachinho, Patizal, Palmeira.

Nos últimos anos, principalmente após a regularização fundiária e retirada dos não-indígenas ocupantes de áreas dentro da reserva, os Apinajé vem construindo novas aldeias e reocupando antigas áreas. A FUNAI vem reconhecendo alguns destes novos assentamentos como “aldeias”, principalmente por pressão das lideranças indígenas. Com o reconhecimento do órgão indigenista oficial, os demais órgãos governamentais responsáveis por assistência aos povos indígenas (educação, saúde, atividades econômicas, etc.) ratificam esta postura. Nesta postura estão as aldeias Prata, Serrinha Cocal Grande e Brejão.

Estas aldeias apresentam, portanto, uma grande heterogeneidade quanto a sua população. Enquanto o São José é a maior aldeia entre os Apinajé, com uma população de 520 índios (dados de julho de 2006), existem aldeias como a do Prata, Serrinha e Brejão, com uma população inferior a 50 pessoas. Outras como Riachinho e Mariazinha, têm em torno de 200 pessoas.

Krĩkati

Em 1962, “por causa da matança de gado” os fazendeiros ameaçaram os Krĩkati exigindo que o prefeito de Montes Altos à época tomasse providências enérgicas contra estes índios. O prefeito convocou então uma reunião na Prefeitura onde estiveram presentes representantes Krĩkati de todas as aldeias existentes na época (Baixa Funda, Cabeceira das Cabras, Batéia e São José) e os fazendeiros. Neste encontro acabaram por estabelecer um acordo segundo o qual os índios receberiam uma cabeça de gado para ser consumida todo o ano pela comunidade, em troca deixariam de matar porcos e gado dos fazendeiros. O prefeito aconselhou também que todos os Krikati deveriam viver juntos em uma só aldeia o que facilitaria o trato com a prefeitura (que acenava com a possibilidade de alguma assistência).

No contexto desta “cooperação”, Frei Aristides, missionário italiano que acabava de chegar a Montes Altos, iniciaria uma escola na aldeia de São José com o compromisso de que todas as crianças Krĩkati estudariam nela. A “escola do Padre

Aristides”, que tinha como professor outro missionário italiano, Frei Antônio, foi o mecanismo principal utilizado pelos políticos regionais para que os Krĩkati deixassem de habitar simultaneamente em vários pontos de seu território. Esta pluralidade de pequenas aldeias estava dificultando a ocupação plena de parcelas do território Krikati pelos fazendeiros vizinhos.

Em 1979 os Krĩkati ainda habitavam três pontos distintos de seu território: em águas do Ribeirão São José (aldeia São José); em águas do Ribeirão Bom Vivendo (aldeia Batéia); e em águas do Ribeirão Buenos Aires (aldeia Areia).

A partir de 1980 os Krikati estavam todos reunidos em uma única aldeia, São José, por força das pressões exercidas pelos políticos de Montes Altos e pela Funai.

A então aldeia “Areia” era composta de famílias extensas Guajajara que residem no território Krikati na região da Serra do Cipó (limite sudeste) e com os quais os Krikati mantêm intercasamentos. Os Krikati os consideram como “agregados”; na verdade são os únicos agregados que lhes são, hoje, fiéis. Hoje este núcleo compõe a aldeia chamada “Recanto dos Cocais”.

Logo depois da demarcação física da TI Krĩkati e o início do processo de retirada de não-índios da área, uma nova aldeia foi formada no limite sudeste, Raiz, dando início ao processo atual de desmembramento da aldeia São José. Um novo núcleo está sendo formado nas cabeceiras do rio Pindaré, na localidade chamada “Cabloco Velho”, enquanto outras famílias estão se preparando para mudar para a região do rio Arraias, tão logo a Funai retire dali os invasores.

Portanto, a distribuição das aldeias Krĩkati sofreu e vem sofrendo interferências externas por conta do longo processo de reconhecimento dos seus direitos territoriais e a invasão de não-índios que a omissão dos órgãos responsáveis, por ação ou omissão, facultou. Esta distribuição vem seguindo a linha dos sub-grupos formadores dos atuais Krĩkati (Anexo 1), ainda que outras famílias possam se incorporar por cima desta linha de formação, por critérios tais como alianças matrimoniais ou liderança.

Gavião-Pykopjê-

Os Gavião-Pykopjê enfrentam hoje sérios problemas em função da exigüidade de seu território, demarcado na década de 1970 no âmbito do Convênio Funai/RADAM - convênio este que tinha como horizonte explícito a demarcação de terras indígenas com no máximo 70 mil ha de extensão. O crescimento da ocupação no entorno da área indígena vem trazendo aos Gavião-Pykopjê a compreensão do seu confinamento, já que

estão encontrando cada vez mais dificuldades em ter acesso a muitas das áreas de caça, coleta e de “tinguizada” (pesca com tinguí), que ficaram fora dos limites demarcados.

Quando da demarcação "pacífica", eles não tinham a dimensão do que este confinamento traria de complicações no futuro. Aparentemente para eles, a situação vivida naquele momento da demarcação não se alteraria. Agora, restritos a um território exíguo e pressionado por uma ocupação regional predatória e que cresce assustadoramente, os Gavião-Pykopjê vêem seus recursos naturais diminuir, o que os obriga a buscar novas formas de sobrevivência.

Do mesmo modo que os Krĩkati, o SPI, e depois a Funai, pressionaram estes índios para que habitassem uma aldeia apenas, com o fim explícito de “liberar” partes do seu território tradicional para criadores de gado. Depois da demarcação, voltaram a se constituírem em três grupos locais distintos (Governador, Rubiácea e Riachinho), ocupando os trechos do seu território (detalhes no Anexo 1).

2.2 A ocupação dos entornos das TIs e relações com a sociedade regional

Krahô

Os municípios onde se insere a **TI Kraolândia** (*Kraolândia*), Itacajá e Goiatins, se caracterizaram até os últimos sete anos pela estagnação de suas economias, restritas que estavam às tradicionais culturas do ciclo anual (mandioca, arroz, milho e feijão), à criação de gado (pode-se dizer extensiva) e o extrativismo vegetal (madeiras e frutas nativas). Estas atividades eram até bem pouco tempo as principais nesta região desde os primeiros tempos da colonização, em meados do século XIX. Estas características sofreriam alguma alteração com a construção da Belém-Brasília, permitindo o acesso à região, não de investidores, mas de pequenos especuladores, vindos do sul e nordeste. A principal alteração foi a passagem da criação extensiva, aproveitando os pastos naturais do cerrado, para a “semi-intensiva” de gado, sobre pastagens artificiais.

Nos últimos cinco anos, plantadores de soja do sul do país, incentivados pelos altos preços deste grão no mercado internacional então praticado (e pelo baixo custo das terras na região), passaram a comprar crescentes parcelas de terras dos pequenos posseiros tradicionais que, sem recursos e apoio governamental, as venderam, partindo para os centros urbanos regionais (Itacajá, Goiatins, Araguaína, entre outros).

Ao mesmo tempo em que compravam os cerrados vinham abaixo, transformados em plantações de grãos ou pastagens artificiais. Esta nova frente de expansão agrícola começou a chegar à região com os projetos PRODECER, que incentivou produtores do sul do país a comprar grandes áreas de terras para o plantio de soja, arroz irrigado, sorgo e fruticultura tropical, apoiado pelos japoneses da JICA. Até 2000, esta expansão ficou restrita às manchas de cerrados vermelhos existentes ao sul da área Krahô, concentradas, sobretudo no município de Pedro Afonso. Hoje, porém, esta expansão, estimulada pelos altos preços da soja em 2003-2005, incorporou terras nas fronteiras oeste e sudeste da TI Kraolândia, acarretando problemas sérios para estes índios (detalhes adiante).

Apinajé

A região onde se localiza a TI *Apinajé*, conhecida como “Bico do Papagaio”, foi palco de inúmeros conflitos pela posse da terra envolvendo “posseiros” e “grileiros”, até o início dos anos 80. É uma região pobre, cujo pólo dinâmico está centrado na criação de gado em regime semi-extensivo e que teve, no passado, no ciclo do babaçu, o seu período de maior dinamismo.

O ciclo do coco babaçu deixou de ser importante já na década de 1980, com o fechamento e sucateamento da maior usina do “Bico do Papagaio”, a TOBASA de Tocantinópolis. A produção de carvão para o estabelecimento das pastagens e venda para as metalúrgicas recém instaladas no pólo de Carajás levou a um falso dinamismo na região por um curto período com a conseqüente devastação de imensas parcelas dos cerrados nativos. O coco deixa, então, de ser o maior destaque na economia regional, acomodando-se ao longo das décadas de 1980 e 1990 como uma atividade econômica expressiva, mas sem exclusividade na região.

Posteriormente os Apinajé são inseridos no raio de atuação do Projeto Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD e passam a receber os recursos do Convenio FUNAI / CVRD destinados aos “projetos de desenvolvimento comunitário”. Com estes recursos adquirem uma série de bens que em pouco contribuíram para uma melhor qualidade de vida. Houve a chegada da energia elétrica nas aldeias São José e Mariazinha e um maior envolvimento com a esfera política local, que na década de 1980 era extremamente tenso e conflituoso, principalmente, pelos conflitos envolvendo a demarcação e reconhecimento oficial da Terra Indígena Apinajé.

O Convênio FUNAI / CVRD era administrado pela FUNAI que intermediava as negociações em nome dos índios que em contrapartida tocava as roças comunitárias de arroz. A atuação da FUNAI reforça um estilo de vida que se distancia das idéias Timbira, contribuindo para um enorme deslocamento dos Apinajé e suas atividades cotidianas (roças familiares, coletas e caça) para serem inseridos nas atividades controladas pela FUNAI.

Todavia esta atuação oficial adquiria dinâmicas próprias dentro do território apinajé e os índios não tinham o controle sobre estes recursos destinados à suas comunidades. Na aldeia Mariazinha, por exemplo, os índios eram obrigados a, ou trabalhar nas roças do projeto ou coletar babaçu para ser vendido na cantina da aldeia, mantida pela FUNAI. Não podiam dedicar-se aos trabalhos de roça, caça e pesca cotidiana porque se viam pressionados pela FUNAI para que ela cumprisse seus compromissos com as empresas de processamento do babaçu (TOBASA, em Tocantinópolis - TO, e a OIVA em Imperatriz - MA). Na aldeia São José, os índios tinham mais liberdade de comercializar o coco babaçu, podendo vender para quem lhe pagasse melhor. A contrapartida era que, pelos olhos da FUNAI, as iniciativas nesta aldeia não eram bem sucedidas.

A década de 1980 foi, portanto, o período de delimitação de seu território e o período de maior injeção de capital entre os Apinajé, mas esta injeção de capital não foi acompanhada de um modelo de controle social e benefício comunitário das aldeias apinajé. O que houve foi a cooptação de certas lideranças que passaram a pensar tal qual os gestores da FUNAI que, por sua vez, via no convênio CVRD uma possibilidade de recuperação e construção de suas instalações na área apinajé. Os recursos e sua aplicação eram controlados pela FUNAI e não eram divididos de maneira igual entre as aldeias Apinajé. A aldeia São José, por exemplo, era mais numerosa mais recebia menos do que a aldeia Mariazinha. Este tipo de atuação indigenista oficial estava em consonância com a visão da política indigenista oficial que se sentia na responsabilidade de “integrar o índio à sociedade nacional” em um processo de inserção deles na economia regional.

Na década de 1990, o convênio não foi mais renovado, ficando os Apinajé sem os recursos que sustentaram a ação indigenista e os fracassados projetos de desenvolvimento comunitário. Mas é o tempo onde, paradoxalmente, exigem que os índios passem a ter mais controle sobre as ações realizadas em seu território. É nesta década que há a descentralização do indigenismo de Estado, com o sucateamento da

Funai e a transferência de antigas responsabilidades exclusivas sua para o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde / FUNASA.

Quatro itens podem ser apontados como pontos de vulnerabilidade do território Apinajé, que podem atualmente ser verificados no entorno e nas relações sociais com a população regional: a) pressão por invasão de caçadores e pescadores; b) desmatamentos e grandes projetos no entorno; c) pressão por arrendamentos de roças e pastagens e d) abertura e asfaltamento de estradas. Trataremos destes três primeiros itens aqui, deixando o último para o ponto 3.5, adiante.

Ao longo de toda a fronteira do território indígena Apinajé existem pontos vulneráveis à entrada de caçadores. Mas esta atividade ocorre principalmente em locais onde não existem aldeias próximas, como é o caso da região do Pontal (na fronteira norte do território) que fica a poucos quilômetros da cidade de Maurilândia. Mas esta atividade predatória e invasora também ocorre nas matas da margem do rio Tocantins uma vez que a fiscalização nesta parte do território torna-se muito difícil pela necessidade de sua realização através do rio. Existe uma embarcação (voadeira) no Posto da aldeia Mariazinha, com motor de popa, porém a sua utilização para a fiscalização é condicionada, segundo o chefe de posto, à presença da Polícia Federal e do IBAMA. O que significa que o próprio chefe de posto ou os indígenas não realizam a fiscalização pelo rio. Os sinais desta presença de invasores de pesca e caça pôde ser observado em uma expedição realizada por membros do CTI em dezembro de 2005, durante o curso de formação de agentes ambientais na terra Apinajé, conforme foto adiante.

Em nossos trabalhos durante o levantamento de informações para estes estudos etno-ecológicos, encontramos homens das aldeias Riachinho e Bonito saindo em expedição de caça e pesca pela margem do rio para também fiscalizar e inibir a presença de caçadores e pescadores não-indígenas. Utilizou-se de canoas de madeira e remo, tipo de embarcação ineficiente para uma atividade de fiscalização. Após três dias de expedição, os reencontramos sem terem verificado a presença de caçadores ou pescadores dentro da área, tendo apenas sinais deles.

O segundo ponto de vulnerabilidade do território Apinajé ocorre pelos desmatamentos que vem se dando no entorno da área seja para a agricultura tecnificada em grande escala (soja), presente a oeste do território em direção ao município de Darcinópolis, seja para atividades de reflorestamento, com a retirada da cobertura vegetal natural e plantio de eucalipto. Esta atividade esta relacionada à criação de massa

vegetal para a produção de carvão para usinas siderúrgicas do Estado do Maranhão. É o caso da Siderúrgica do Maranhão S.A. (SIMASA), com uma extensa área localizada ao norte da T.I Apinajé, cuja plantação de eucalipto dista apenas 1.100 metros do limite da terra indígena (veja fotos adiante), na margem direita do ribeirão São Martinho. A diminuição de áreas naturais leva à diminuição de recursos faunísticos prejudicando o uso destes recursos pelos Apinajé. Além disso, a ameaça de assoreamento dos córregos dentro da área desmatada ameaça a própria vitalidade do São Martinho e de sua vida ictiofaunística, fonte de recurso protéico para os Apinajé das aldeias Buriti Comprido e Cocalinho.

O sistema de arrendamentos de pastagens e de roças para pecuaristas e pequenos produtores rurais também torna vulnerável o território Apinajé. O arrendamento de terras para plantio de roças vem ocorrendo de maneira mais intensa na aldeia Cocalinho, localizada na fronteira noroeste do TI Apinajé. Esta tem sido uma prática costumeira das lideranças daquela aldeia que permitem que moradores vizinhos a TI entrem e plantem dentro das terras férteis de mata de cocal existente naquela região. Mas a presença não indígena acaba não se restringindo apenas à atividade de trabalho na roça, estendendo-se também para as práticas de caça e pesca, diminuindo este recurso para os próprios indígenas.

Na região nordeste da TI Apinajé, no local conhecido como Pontal, vinha sendo comum a prática de arrendamento das pastagens naturais para pecuarista da região, arrendamento este promovido pelos moradores das aldeias Botica e Buriti Comprido. A existência de um posto de vigilância abandonado ao lado de um curral (veja fotos adiante), é sinal evidente da ameaça que esta atividade promove sobre aquela porção do território e da ineficiente vigilância exercida pelo órgão indigenista oficial.

Como no caso de arrendamento de roça, também neste caso as atividades extrapolam a pecuária e adentram para a caça e pesca predatória. Além disso, a presença de gado bovino leva a um aumento da competição por pastagens, diminuindo esta para a fauna nativa, além da possibilidade de transmissão de doenças dos bovinos para os animais silvestres.

A dependência externa por alimentos e produtos industrializados pode ser caracterizada como uma vulnerabilidade sócio-econômica. Alguns itens podem ser apontados como causadores desta situação de dependência e vulnerabilidade: proximidade da cidade; atividade extrativista predominando sobre praticas tradicionais de roça; presença de fontes externas de recursos financeiros.

A proximidade das cidades cria na população indígena uma ilusão de abundância e uma idéia de que o acesso a esta abundância poderia ser mais fácil que a tarefa diária de plantar, colher, caçar. Assim, sempre que se tem a possibilidade de algum bem que possa ser vendido na cidade (frutas, legumes, caça), realizam esta venda com a intenção de adquirir alguns bens que são muito apreciados atualmente, como café, açúcar e fumo.

Como já mencionado anteriormente, a atividade atualmente em curso de coleta de coco de babaçu, nas aldeias Riachinho, Mariazinha e Bonito, para ser vendido para a TOBASA, impedem o plantio de roças, gerando uma dependência externa por alimentos e produtos industrializados. Esta atividade torna-se ainda mais perversa, pois esta dependência se estende tanto para os seis meses em que é possível a coleta (junho a novembro), quanto para os seis meses seguintes (dezembro a junho) quando não há a fonte de renda gerada pela coleta deste coco. Isto faz com que a população que se envolve na coleta do babaçu passe seis meses sem renda nem roça, ficando totalmente dependentes de rendas externas para sua sobrevivência.

A existência de aposentados, pensionistas e funcionários remunerados também contribui para a dependência de alimentos e produtos industrializados. A existência de um aposentado na família faz com que algumas pessoas iludam-se esperando que a renda mensal possa suprir suas necessidades cotidianas de comida, adquiridas nos armazéns e supermercados da cidade. Esta situação de dependência leva também a um endividamento do aposentado com um determinado comerciante que retém seu cartão magnético ou, como vem ocorrendo em alguns casos, retém o número da senha do cartão do aposentado. Este, e algumas vezes os membros de sua família, acabam retirando mais mercadorias mensalmente que a aposentadoria poderia pagar, gerando uma dependência por dívida.

Dos diversos programas de políticas públicas das várias esferas de governo (federal, estadual e municipal), apenas aqueles relacionados com as áreas de saúde e educação chegam até as aldeias Apinajé. Todo o sistema de bolsas concedido pelo governo federal (bolsa cidadã, entre outras, considerados programas de distribuição de renda) não contempla os Apinajé. Em nenhuma aldeia há recebimento de qualquer destas bolsas. As ações relacionadas à saúde estão expostas adiantes, no item 4.2. Comentaremos aqui as ações relacionadas à educação.

Com o Decreto 26/1991 a educação escolar indígena foi transferida da alçada da FUNAI para o Ministério da Educação (MEC). A partir de então o MEC define a

política de educação escolar indígena no país e as secretarias estaduais e/ou municipais executam as ações.

No Estado do Tocantins a educação escolar indígena está totalmente sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação. A execução orçamentária para a infra-estrutura das escolas, aquisição e distribuição de material didático, formação de professores e definição do direcionamento pedagógico é papel da SEDUC, com a participação do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena na definição da política pedagógica e de investimento. O acompanhamento pedagógico das atividades escolares, por sua vez, é de competência das Diretorias Regionais de Ensino.

Atualmente na área Apinajé existem 12 escolas nas 14 aldeias (detalhes no Anexo 1). A situação dos professores e da escola varia de aldeia para aldeia. Na aldeia S. José, a mais populosa e tradicional das aldeias Apinajé, existem, por exemplo, 14 professores, 08 índios e 06 não índios para um universo de mais de 450 alunos, em turmas que vão desde o primeiro ciclo do ensino fundamental até o ensino médio. Nas demais aldeias, menores, como Patizal há somente professores indígenas.

A situação dos prédios escolares, acesso a materiais escolares, merenda etc, varia em cada aldeia segundo a sua proximidade a cidade, a mobilização de seus professores e lideranças e a boa vontade dos organismos responsáveis. Esta diversidade de situações leva a existência de variada infra-estrutura das escolas. Em algumas, como a escola Matyk da aldeia São José, há uma boa infra-estrutura, com salas de aula, cantina, sala de professores, laboratório de informática. Em outras situações, como da aldeia Prata, a escola ainda funciona em uma casa de palha.

Krĩkati

A TI *Krĩkati* está situada na micro-região de Imperatriz. Esta região tem sido alvo, nas duas últimas décadas, de empreendimentos significativos e vultosos incentivos fiscais voltados à industrialização e modernização das empresas agropecuárias. A implantação do Programa Carajás trouxe alterações profundas na estrutura socioeconômica da região. A principal é o crescimento demográfico, agravando os problemas de regularização fundiária, numa região já marcada por sérios e sistemáticos conflitos pela posse da terra.

Para os Krĩkati, este processo tem significado apenas a divisão de seu território, agravado pela passagem de dois circuitos de linhas de transmissão da ELETRONORTE,

além da rodovia estadual que atravessa o território no sentido leste-oeste e que passa a apenas 300 metros da aldeia.

Os municípios onde se insere a Área Indígena Krĩkati — Montes Altos, Lajeado e Sítio Novo — se caracterizam pela pobreza de sua gente e a estagnação das suas economias, restritas às tradicionais culturas do ciclo anual (mandioca, arroz, milho e feijão) e à criação de gado, em geral extensiva. Estas atividades são as principais nesta região desde os primeiros tempos da colonização, em meados do século passado.

Após o início da implantação do Projeto Carajás, novas invasões de seu território tradicional passaram a ocorrer, caracterizando-se pela chegada dos “paulistas” e a implantação de estabelecimentos agropecuários “modernos”, isto é, com a derrubada da vegetação nativa e a introdução de pastagens artificiais. Estas novas invasões se concentraram nos limites sul e sudoeste da área reclamada pelos Krĩkati. Montes Altos, por exemplo, de onde partiu a resistência contra a regularização da TI Krĩkati, foi fundada em 1898, quando foi estabelecido um engenho de açúcar e uma destilaria, tornando-se um pequeno centro comercial para os colonizadores — criadores de gado e agricultores de subsistência. Entretanto tornou-se vila apenas em 1949, sendo que até 1967 contava apenas com 800 habitantes. A “tolerância” que os índios até certo ponto mantinham e mantêm com os antigos invasores (fundamentada em relações de troca), resultou de uma estratégia de sobrevivência, posto que o enfrentamento direto, como no passado, não garantia mais a sobrevivência do grupo. Com os novos invasores, a relação é de distância e de conflito potencial.

A indústria madeireira instalada na região de Imperatriz deslocou seu eixo de atividade, passando a explorar sistematicamente, a partir dos anos 70 e 80, as áreas indígenas e unidades de conservação da região. Segundo dados fornecidos pelo Ibama de Imperatriz, em 1992, a Reserva Biológica do Gurupi e a AI Guajajara (dos municípios de Arame e Amarante) eram praticamente as únicas áreas da região onde ainda existiam matas possíveis de se encontrarem ipês, cedros, angelins e cumarus, espécies já esgotadas em outras áreas daquela região. No período áureo de exploração das matas das reservas indígenas de Arariboia, Guajajara e a Biológica do Gurupi, chegaram a instalar-se no município de Amarante (distante 120 km de Imperatriz) cerca de 16 serrarias legalizadas e 150 serrarias sem registro (dados do IBAMA para 1992). Todas elas utilizavam a madeira extraída daquelas áreas “protegidas”, retiradas destas por um preço até 20 vezes inferior ao que eram revendidas nas serrarias.

Gavião-Pykopjê

A TI *Governador* fica a aproximadamente 22 km da cidade de Amarante do Maranhão e um dos limites passa a um quilômetro do começo da cidade. Por causa dessa proximidade, os *Gavião-Pykopjê* sofrem freqüentes invasões de caçadores. Esta TI é ainda atravessada por uma estrada de rodagem municipal que liga as cidades de Amarante a Campo Formoso por onde passam muitos caminhões de madeireiros que a utilizavam principalmente como via de acesso à Reserva Biológica do Gurupi e às áreas Guajajara (TI Araribóia) e por caminhões carregados de carvão feito em Campo Formoso, situado ao lado da área dos Guajajara.

Esta situação trouxe conseqüências desastrosas para os índios; além da prostituição, verificou-se um significativo aumento da violência e de conflitos entre índios e brancos. Os casos mais lamentáveis foram os assassinatos de Domingo Paulino, 32 anos, cacique da aldeia de Riachinho, em 30 de novembro de 1992 na cidade de Amarante; e de José Martins Aryj, 30 anos, expressiva liderança *Gavião-Pykopjê*, principalmente como interlocutor de seu povo junto a CVRD. Seu assassinato ocorreu em 20 de agosto de 1992, na cidade de Imperatriz. Pelo menos três índios morreram em virtude de acidentes provocados por caminhões madeireiros dentro da TI.

A assistência acenada pela Funai como contrapartida à aceitação dos limites territoriais impostos, não se concretizou, pelo menos nos moldes desejados e necessários. Tal frustração tem levado os *Gavião-Pykopjê* a constantes e improdutivas cobranças para a FUNAI, de cabeças de gado, carro, escolas, enfermarias etc. Esta relação viciosa com a Funai, acrescida da atual violência que cerca os *Gavião-Pykopjê* e de um certo isolamento em relação aos demais grupos Timbira (com exceção dos Krĩkati, com os quais mantêm relações baseadas na troca de cônjuges e na procura de curadores), tem dificultado aos *Gavião-Pykopjê* a busca de um novo modelo de relação com a sociedade nacional (cf: Ladeira, ME e Azanha, G *in* Aconteceu - 1996).

A Terra Indígena Governador tem problemas ambientais muito sérios. A oferta de caça tem diminuído a cada dia. Não tem rio, falta água, falta peixe. Contam apenas com um pequeno igarapé que fica a 6 km da aldeia Riachinho. Os peixes desse igarapé são pequenos e estão acabando, pois fizeram um açude na cidade de Amarante e colocaram uma tela pela qual eles não passam. A água chega às casas por meio de um poço artesiano comunitário.

Para tornar a situação dos *Gavião-Pykopjê* ainda mais delicada, com a finalização do processo de extrusão da Terra Indígena Krĩkati, os posseiros que

ocupavam esta área estão chegando para a região, aumentando a pressão no entorno da TI Governador.

Por outro lado, a indústria madeireira em Amarante é uma das últimas ainda ativas no Maranhão, exportando madeira ilegal e apresentando um cenário que retrata claramente o arco do desflorestamento da Amazônia Legal. O que se pode ressaltar desse quadro, já conhecido em outros contextos (como o sul do Pará e Rondônia) é o fato de que os recursos florestais explorados advêm principalmente da TI Araribóia, situada ao norte da TI Governador e distante desta cerca de 10 km.

A TI Araribóia é um importante fragmento florestal da pré-Amazônia maranhense e ainda, apesar de toda exploração que vem sofrendo nos últimos 20 anos, apresenta capacidade de abastecer essa indústria ilegal com significativa abundância. Essa exploração ocorre ilegalmente, sem autorizações de desmatamento e sem planos de manejo. Cabe ressaltar que 80% do desmatamento da Amazônia Legal são realizados ilegalmente. A exploração ilegal de madeira nesta região iniciou-se com o declínio da atividade madeireira no município de Açailândia/MA. Estima-se que, nos primeiros anos da década de 80, Amarante chegou a abrigar mais de 150 serrarias ilegais. Os Gavião-Pykobjê estiveram envolvidos com a venda de madeira na década de 90, mas a atividade foi paralisada a partir de um acordo entre todas as lideranças Gavião que não reconheciam vantagens nesse tipo de exploração.

Atualmente cerca de 70 caminhões madeireiros realizam a atividade, com o foco de retirada ilegal de madeira na TI Araribóia. São exploradas principalmente as espécies (ipê), (jatobá), (candeia) e (aroeira). Os preços pagos as comunidades indígenas são irrisórios. Um caminhão de madeira, que chega a comportar 12 m³ em toras é vendido pelos Guajajara por aproximadamente R\$ 80,00. O preço do m³ de madeira, mesmo no mercado ilegal, chega a R\$ 120,00 considerando a espécie com maior valor no mercado regional (jatobá). Cabe ressaltar que as madeiras com melhor qualidade já não oferecem oferta suficiente para comercialização. As espécies comercializadas atualmente são consideradas na indústria como madeiras brancas, com baixa densidade e pouco valor de exportação. Os maiores lucros gerados por meio dessa negociação são das madeireiras que comercializam as toras beneficiadas e livres de impostos e registros, consumindo mão-de-obra não especializada e funcionando de forma irregular nas imediações do município de Amarante. Os madeireiros se arriscam em uma atividade ilegal, sem tecnologia associada e com infra-estrutura precária. Os Guajajara não se envolvem com a retirada das madeiras da mata, apenas indicam os lugares onde estão

localizadas as árvores e os madeireiros entram para retirá-las. A exploração é feita com os “jericos”, tratores que puxam as toras de madeira da mata até os caminhões. Dos jericos para os caminhões são os peões os responsáveis, uma tarefa perigosa que já custou muitos acidentes. A exploração madeireira traz aos Guajajara problemas de diversas ordens, desde a presença freqüente de não indígenas em sua área à devastação intensa de seus recursos naturais.

Além do clima tenso provocado por essa situação ilegal e pelo prejuízo causado ao meio ambiente, a exploração madeireira traz ainda diversas conseqüências negativas para aqueles que convivem com essa situação. Aos Guajajara, problemas de diversas ordens. A presença de não indígenas que chegam com a perspectiva de trabalhar na retirada de madeiras e acabam morando na área é um problema sério. O pagamento da madeira vendida pelos Guajajara também é incerto e são comuns os conflitos por conta de dívidas. A entrada mais forte de bebidas alcoólicas, o alto índice de doenças sexualmente transmissíveis são outros problemas potencializados pelo ciclo madeireiro.

Para os Gavião-Pykobjê as conseqüências também são diversas. Em primeiro lugar, tem-se a distância física entre a TI Governador e a TI Araribóia. Uma pequena faixa de terra divide esses dois territórios. Além disso, a estrada estadual que liga a cidade de Amarante ao povoado de Campo Formoso é o principal caminho por onde trafegam os caminhões madeireiros saídos da TI Araribóia. Essa estrada corta a TI Governador em toda sua extensão. O trânsito de madeireiros na TI Governador, é, portanto, intenso durante o dia e a noite. Os caminhões são extremamente mal conservados e trafegam em situações precárias. Este é outro problema grave para os Gavião-Pykojê, que se arriscam em viajar para a cidade pegando carona sobre toras de madeira em caminhões pesados e desgastados. Diversos acidentes já foram constatados nos últimos anos, inclusive com vítimas fatais. Em vinte minutos dentro desta estrada durante trabalho de campo, nossa equipe cruzou com 10 caminhões madeireiros lotados.

O trânsito intenso de madeireiros pela TI Governador acaba por afugentar as caças do território e abre espaço para a entrada de caçadores dentro da área, que exploram os recursos naturais dos Gavião-Pykojê. De acordo com o depoimento de Cecília Gavião:

“tem muito caça, tem anta e veado, caititu, catingueiro, aqui tem tudo e daquele tatu grande...cadê? não mata mais nada...cadê peba, que é muito grande, deste tamanho? Não tem não, cabô. Porque madeireiro estragou tudo

esse mato grande, daí do Riachinho que tem morava daí. Primeiro que é mata inteiro, tinha muito caça...cabô caça tudo, não tem mais caça grande não”.

Outro depoimento de uma senhora Gavião demonstra como os recursos naturais da região e dos próprios Gavião-Pykopjê estão sendo devastados pelo ciclo madeireiro e por fazendas de gado:

“Hoje não tem mais nada, cristão acabou tudo. Nem caça não tem, não tem mais veado, não tem paca, não tem catingueiro, não tem mais. Aí é só capim. Você pode andar por aí, é só capim, só tem mais é gado, galinha, porco. Aí não tem mais mata, madeira, acabou tudo. Praculá os Guajo ta acabando de vender madeira tudinho”.

Além disso, as trocas matrimoniais e relações de maior proximidade que tem se tornado cada vez mais intensas nos últimos anos entre os Gavião-Pykopjê e Guajajara, acabam por envolver ainda mais aqueles indígenas no universo da exploração madeireira e de suas conseqüências (alcoolismo, violência na cidade, doenças sexualmente transmissíveis etc).

Grau e modo de inserção no ambiente regional

Krahô

A relação dos Krahô com a população e economia regionais data de longo tempo. Com os pequenos proprietários habitantes do entorno da área indígena (via de regra muito pobres), as relações são, em geral, amistosas e baseadas em pequenas trocas comerciais, porém regulares e até intensas, com visitas mútuas dos índios às propriedades e dos regionais às aldeias, quando levam produtos ou pequenos animais para venda ou troca com os índios. Com alguns destes regionais pobres, famílias Krahô estabelecem relações de compadrio como modo de reforçar as relações de ajuda mútua entre elas. Outras famílias indígenas fazem “promessa” a santos católicos (principalmente São Pedro) e, por influência da população regional, no dia 29 de junho em várias aldeias se organizam “forrós”, reforçando ainda mais a integração índios/pequenos produtores pobres. O SPI antes e a FUNAI hoje, em vários períodos, tentou proibir o comércio entre os índios e a população regional alegando que, nela, os índios são “explorados” (em geral a troca se dá entre os produtos industrializados dos índios – pano, roupas, pratos, colheres e ferramentas agrícolas - por produtos da roça ou pequenos animais dos regionais).

De fato, observando-se este pequeno comércio, percebe-se que ele é muito mais vantajoso para os regionais brancos do que para os índios. Mas do ponto de vista destes, mais do que o valor em si, o que buscam é manter uma relação social mediada pela troca; quando indagados sobre esta suposta desigualdade, em geral a justificam dizendo que “são pobres e também precisam” ou “que têm pena deles”. Na maior parte dos casos, a troca não se consuma no seu ato, gerando um sistema de dívidas mútuas que acaba por “amarrar” – e, portanto consolidar a relação social – os agentes sociais envolvidos. É também, o modo dos Krahô se posicionarem como agentes e “produtores” da relação.

Apesar da boa vizinhança, não se verifica, nem da parte nem dos índios e nem dos regionais vizinhos, qualquer “admiração” pelos modos de vida – radicalmente opostos em muitos sentidos – que cada um leva. Ao contrário, os preconceitos de ambos os lados são enormes. Parte deste preconceito, do ponto de vista dos regionais, é reforçada pela proteção, mesmo precária, que os índios gozam do “Governo” e, supostamente, de pessoas das grandes cidades, “ricas” para os padrões locais, que visitam as aldeias com alguma frequência.

As vilas mais próximas (Itacajá e Goiatins) são, para os Krahô, lugar para o comércio, do tratamento médico-hospitalar de 2ª linha, dos serviços eventuais para conseguir *poré* (dinheiro) e do comércio de mel, frutas nativas ou artesanato com mesma finalidade. Sede onde reside a “elite” política local – e que sentem seus interesses prejudicados de alguma maneira pelos índios – nestes espaços urbanos não se estabelecem relações sociais duradouras (de compadrio, por exemplo), a não ser aquelas que, originadas no “sertão”, continuaram na cidade por força da migração e urbanização forçada do “compadre”, ex-pequeno proprietário rural. É no comércio daquelas localidades que velhos indígenas aposentados pelo INPS são obrigados a gastar a maior parte do seu parco recurso monetário, pois os comerciantes retêm os “cheques” ou agora os “cartões” dos velhos para saldar os débitos anteriormente contraídos.

Como se vê, os Krahô discriminam e são discriminados no e pelo ambiente regional e não se percebe nenhum esforço por parte dos velhos índios em integrar os jovens neste ambiente; ao contrário, o incentivo é para que sigam as atividades dos *mehin* (“índios”): já se escreveu – e muito – sobre o chamado “conservantismo” Timbira (cf. Melatti, 1979 e Azanha, 1984). Mas isto não quer dizer que não incorporem itens ou pautas culturais dos “civilizados” (como o cachorro, o gado, a espingarda, a panela, o português castiço, a escola, o forró ou mesmos uma forma de organização,

com as “associações”) julgadas convenientes, isto é, compatíveis com a estratégia pascaliana (“*plus ça change, plus c’est la même chose*”), explicitamente adotada por estes povos. Em outras palavras, os Krahô crêem dominar o processo de contato – e de mudança que ele acarreta – e se vêem como agentes deste processo; até agora nos parece que estão sendo bem sucedidos nesta empreitada.

Atualmente um novo personagem vem se incorporando ao cotidiano Krahô, a quem chamam de “gaúcho” ou “*cupê* de fora” – para distingui-lo do “*cupê* pobre”, seus vizinhos tradicionais. Pois diferentemente destes, eles derrubam grandes extensões de cerrados (os “tradicionais” derrubam apenas roças em matas de galeria, como eles), não caçam (não comem carne de caça). E, sobretudo, não querem manter relações de proximidade com os Krahô (consideram que têm “medo de índio”) – não permitindo que transitem em suas propriedades (há apenas uma exceção, um fazendeiro paranaense cuja fazenda de grãos localiza-se no sudeste da TI). Alguns chegam ameaçar os índios quando os surpreendem transitando a pé pela propriedade (em visita aos poucos “compadres” que restaram nos limites da TI).

De fato, nos últimos 4-5 anos, estes “gaúchos” compraram dos pequenos produtores vizinhos da TI a maioria das terras que possuíam, individualmente, ou por meio de consórcios, visando o plantio de soja ou de eucalipto. As relações com os Krahô não podem mesmo ser pautada pela cordialidade, já que derrubam o cerrado, provocando a revolta dos índios. Estes por sua vez já reclamaram desta prática à Funai, que como sempre, nenhuma providência tomou. Pensam agora em reclamar oficialmente ao Ibama, em vista da “lei” que proíbe este tipo de prática a menos de cinco km de qualquer Área Protegida (Resolução nº 13 do CONAMA).

Reclamam ainda vivamente com a inoperância da Funai no que diz respeito ao asfaltamento da TO 226 – BR 010, cujo trecho Goiatins – Campos Lindos foi asfaltado sem qualquer interferência da Funai. Esta obra está no momento prosseguindo no trecho Goiatins – Itacajá, passando a menos de quatro quilômetros da TI e também até agora não houve qualquer interferência da Funai ou do MPF do Tocantins.

Apinajé

Os *Apinajé* costumam ser receptivos com aqueles que vêm de fora e chegam a sua aldeia, possuindo estratégias locais para conquistar a confiança e controlar este “estrangeiro” que chega. Este comportamento pode ser visto como uma forma de pacificação e incorporação do elemento estranho à realidade local e, de fato, sua crença

de que paulatinamente é que se forma o corpo de uma pessoa (ainda no ventre) e sua personalidade (ao longo da vida). Eles dão nomes e parentes às pessoas que vem de longe, inserindo-as em suas famílias extensas e passam a colocá-las nos círculos de vínculos e trocas entre as pessoas da aldeia.

Existem vários casamentos com *cupê* regionais e isto não é exclusividade do tempo atual. Há registros antigos e, pelo histórico do contato, é possível imaginar que houve muitas trocas de mulheres entre eles. Há, neste sentido, uma grande “mistura”, facilmente visível e que está por baixo da presença forte da língua e identidade indígena Apinajé. Esta “mistura” está, relacionada com o extenso e longo tempo de contato com a sociedade regional e nacional e serve como um dos parâmetros de diferenciação interna dos Apinajé (“o povo de lá – Mariazinha – tudo misturado e casado com o *cupê*”). Esta receptividade do que vem de fora e a tentativa de acondicioná-lo à forma Apinajé de pensar e ver o mundo é uma característica cultural.

Os Apinajé, sobretudo da aldeia São José e Mariazinha, são bastante procurados por antropólogos, lingüistas e pesquisadores acadêmicos para fazerem pesquisa entre eles. Recebem também visitas regulares de grupos de escolas. Estes são os *cupê* que vem de longe e dos grandes centros urbanos do Tocantins e Brasil. Com os *cupê do sertão* não se dão nomes e se trocam e comercializam muitos bens. A aldeia recebe várias visitas por dia, seja de regionais que vão para aldeia para benzer alguém, ser tratado por um pajé, para trocar/vender produtos, para festas e encontrar pessoas seja de pesquisadores acadêmicos. Além deles existem os trabalhadores governamentais que, com a diluição e descentralização das atividades indigenistas governamentais, recebem a visita de inúmeros profissionais destes órgãos governamentais como professores, técnicos de enfermagem, membros da equipe de educação regional indígena apinajé e outros. Ainda moram nas aldeias Apinajé, 03 grupos de missionários.

As relações com as autoridades do município de Tocantinópolis são em geral tensas, e foram agudizadas ao longo do processo de demarcação da TI – considerada inapropriada por aquelas autoridades, que tentaram impor, por anos, algo em torno de 20 mil hectares para os Apinajé. Apesar dos preconceitos (mútuos), os Apinajé freqüentam a sede do município com alguma assiduidade – porque é ali que recebem seus cheques de aposentadoria, procuram tratamento de saúde e fazem suas compras de bens industrializados.

Krĩkati

A relação dos **Krĩkati** com os diversos segmentos sociais locais é ambígua, por força da situação de quase permanente tensão na região, em função das invasões da sua terra e dos conflitos decorrentes da demarcação de sua terra - fatores que forçam os índios a disputarem quotidianamente os recursos de seu território com terceiros. Por várias ocasiões os chefes Krĩkati foram “aliciados” (isto é, agraciados com cabeças de gado e dinheiro) pelas forças políticas dominantes para concordarem com um território não superior a 20.000 ha ou mesmo para se mudarem para as terras dos Gavião-Pykopjê.

Estes “acordos” nunca prosperaram na verdade - com o chefe Krĩkati, seu promotor, caindo em desgraça - mas revelam as circunstâncias delicadas que envolvem as relações dos índios com as elites políticas regionais de Montes Altos. Por outro lado, muitos índios mantêm uma relação de troca com invasores pobres é intensa e acaba por levar a sua formalização numa relação de “compadrio”, legitimando deste modo a ocupação do “compadre”.

Enquanto isso, os setores da elite tradicional ou aqueles recém-chegados e “modernos” - invasores confessos - buscam vencer a disputa territorial com os índios negando-lhes o direito a um território digno e atacam o preconceito (“muita terra para pouco índio”, “preguiçosos que vivem fazendo festa”) junto aos seus vizinhos pobres. A demarcação física foi executada com a cobertura de policiais federais, a situação de tensão chegando a seu ponto extremo, depois dos Krĩkati terem ateadado fogo em uma das torres de alta tensão da Eletronorte que atravessa o seu território.

Da mesma forma, a relação dos **Gavião-Pykopjê** com os regionais é marcada pela ambigüidade, pois, ao mesmo tempo em que estabelecem relações de compadrio, com pequenas trocas de mercadoria e serviços, sofrem com a invasão de sua terra e a conseqüente devastação das manchas de floresta ainda presentes em seu território - com a retirada de madeira para carvão, roubo de caça e outros recursos naturais.

Com a cidade de Amarante os **Gavião-Pykopjê** mantêm uma relação constante, na aquisição de bens de consumo, acesso à banco para a retirada de aposentadoria, freqüentando o ensino médio em escolas estaduais e municipais, além do acesso à saúde no pólo base de saúde indígena e no hospital municipal. Para casos mais graves de saúde e no relacionamento com a FUNAI, os **Gavião-Pykopjê** se dirigem à cidade de Imperatriz/MA.

2.3 Condições de Saúde

Krahô

Com a transferência da responsabilidade da assistência à saúde da FUNAI para o Ministério da Saúde / FUNASA, instituída pelo Decreto 3.156 de 27/08/1999, o atendimento aos Apinajé modificou-se. A portaria FUNASA n. 852, de 30/09/1999, cria o Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI para prestar e organizar os atendimentos de saúde dos povos indígenas e articulá-lo com o Sub-Sistema de Atenção à Saúde Indígena do SUS. No caso dos povos Timbira residentes no Estado do Tocantins – os Krahô e Apinajé – a atenção da saúde indígena ficou dentro do DSEI-TO juntamente com os Xerente, Karajá e Javaé.

A assistência às aldeias timbira no Estado foi terceirizada para Fundação de Assistência a Saúde da Amazônia Meridional – FASAM. Posteriormente, a FASAM mudou de nome, passando para Sociedade de Apoio às Ações de Saúde, Ensino e Pesquisas do Estado do Tocantins - SASEP.

Este re-ordenamento da saúde indígena no Brasil fez com que cada vez mais houvesse uma pactuação entre órgãos de assistência à saúde e as prefeituras municipais visando o atendimento da população indígena localizada nos municípios. Isto coloca novos desafios e enfrentamentos para os povos indígenas, pois notavelmente é na esfera de poder municipal que estão, historicamente, concentrados os representantes locais com os interesses não-indígenas.

A atenção à saúde indígena aos Krahô é realizada dentro do Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins (DSEI-TO). Este DSEI atende a uma população de mais de 8.000 indígenas, bastante heterogênea socioculturalmente. Além dos Krahô, suas atividades envolvem os povos Xerente, Carajá, Krahô-Kanela, Javaé, Carajá-Xambioá e Apinajé. Podemos afirmar que a constituição do DSEI -TO não levou em consideração a questão das afinidades culturais para definição de seu território de atuação.

Esta heterogeneidade sociocultural, constituída por povos indígenas de diferentes línguas, sistemas de organização social e valores culturais – aliada à falta de quadros de profissionais especializados em cada um destes diferentes povos – contribui para as dificuldades que o DSEI enfrenta. Dentre estas destacamos as dificuldades de conhecer efetivamente a realidade destes povos para que seja possível construir uma gestão participativa e administrativa mais eficiente, e/ou saber como se portar diante das

diferenças e divergências históricas e políticas internas que acabam por reverberar nas representações relativas a saúde indígena.

Os Krahô possuem uma rede de atendimento a saúde contando com 14 Postos de Saúde e 02 Pólos-Base. Estes dados, se lidos friamente, parece indicar uma excelência no atendimento à saúde. O que acontece é justamente o contrário. Não adianta simplesmente construir postos de saúde e estruturas físicas para o saneamento básico, pois estas estruturas, por si só, não fazem absolutamente nada. É preciso programas contínuos, participativos e eficientes de controle e combate às endemias.

Nesta rede de serviço estabelecida para atender os Krahô existem problemas estruturais, como postos de saúde sem condições de acomodar adequadamente os técnicos de enfermagem e a equipe multidisciplinar, postos construídos com materiais de baixa qualidade; postos inapropriados, isto é, são muito pequenos e sem armários e móveis adequados para acomodação de pacientes, prontuários e medicamentos; ou postos sem medicamentos e insumos básicos.

O acesso à maioria das aldeias é difícil e realizado por terra. Somente veículos com tração 4 X 4 conseguem rodar na TI Kraôlandia, região de solo bastante arenoso. Os veículos disponibilizados pela FUNASA são em número reduzido e insuficiente para atender a demanda das aldeias e estão geralmente parados em oficinas, dificultando as rotinas da equipe multidisciplinar.

O problema mais relevante na área Krahô, todavia, é a total inoperância do subsistema de atenção à saúde. Esta precariedade da atenção aparece na sua incapacidade de antecipação e prevenção das doenças; sua baixa resolutividade dos problemas de saúde nas aldeias; a falta de uma rotina consistente de atendimento pela equipe multidisciplinar; a falta de planejamento para ações de educação em saúde ou de ações culturalmente sensíveis e que considerem as diferenças culturais como fundamentais nestas ações; a carência de medicamentos e insumos básicos em várias aldeias; a falta de um planejamento adequado de aquisição de medicamentos.

A incapacidade de uma gestão eficiente é o principal fator que compõe o atual quadro de saúde entre os Krahô como uma situação meramente paliativa, tão somente preocupada em aplicar medicamentos para cura e não procurando controlar os diversos aspectos que facilitam o aparecimento de doenças. Isto é uma inversão total dos preceitos das políticas nacionais de atenção à saúde da população brasileira. O SUS (e o Subsistema Indígena) é um sistema formulado para se antecipar às doenças e entender a

saúde como algo complexo e multifatorial, onde o conceito de saúde adotado é muito mais do que a mera ausência de moléstias.

O controle epidemiológico existente para os Krahô é muito precário e insuficiente para subsidiar ações de planejamento eficientes. Há problemas de sistematização de dados, apesar das notificações de agravos serem relativamente bem realizadas. Há sérias dúvidas quanto aos recenseamentos realizados nas aldeias que, provavelmente, contém erros e devem estar contando indígenas duas vezes (pode ser que uma pessoa recenseada em uma aldeia seja novamente incluída no cadastro de outra aldeia). Não há informações precisas sobre os agravos e doenças nos Krahô, com problemas sérios de preenchimento dos dados informativos sobre a saúde. O Sistema de Informação sobre a Atenção a Saúde Indígena – SIASI, nos Krahô, ainda não foi minimamente implementado.

Inicialmente todos os Krahô eram atendidos em um único Pólo-Base, localizado em Itacajá. Havia aldeias - como Serra Grande, Lagoinha, Morro do Boi, Aldeia Nova, Rio Vermelho e Bacuri - que ficavam muito distantes da cidade de Itacajá. Algumas destas aldeias estavam localizadas mais próximas do município vizinho de Goiatins. Depois de muita pressão e sensibilização dos Krahô, sobretudo das aldeias Nova, Rio Vermelho e Bacuri, houve a inclusão de mais um Pólo-Base, inicialmente um simples ponto de apoio, localizado em Goiatins.

O Pólo-Base Goiatins surgiu mais recentemente, graças ao empenho, articulação e pressão dos Krahô. Foi considerado inicialmente um “sub-pólo”, um ponto de apoio, que foi ganhando importância e relevância para prestar a atenção à saúde das aldeias Krahô localizadas no município de Goiatins. Inicialmente foi chefiado por um *cupen* (não-indígena) e, depois, assumiu um Krahô da aldeia Rio Vermelho. Pela primeira vez um índio ocupou um papel de destaque na estrutura governamental montada para a atenção à saúde indígena entre os Krahô. A idéia era de capacitar os Krahô para que eles estivessem, dentro de um período de cinco anos, aptos para assumir estes cargos ligados à saúde indígena. Este processo de capacitação continuada nunca existiu, havendo ao contrário um movimento de não-capacitação. Houve somente a realização pequenas atividades que serviam muito mais para limpar a consciência dos gestores da saúde do que para realmente capacitar o servidor indígena em gestão administrativa de uma unidade básica e fundamental do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, como o Pólo-Base.

Na sua origem o Pólo Base Goiatins estava localizado mais próximo do centro da cidade, sendo posteriormente transferido para a periferia, para evitar problemas e conflitos dos brancos com os índios. Este afastamento visava muito mais deslocar o problema dos índios perambulando pelo centro da cidade do que propiciar condições adequadas para receber e encaminhar os pacientes krahô que procuram atendimento. Novamente as instituições da FUNASA tomam decisões que não contribuem em nada para solucionar problemas, mas criam soluções que, como nuvens de fumaça, se esvaem rapidamente e não modificam substancialmente a realidade inicial.

Os dois Pólos-Base que atendem os Krahô têm problemas comuns. Suas estruturas são deficientes e não comportam o volume de pacientes que recebem. Em parte, este grande volume de pacientes está relacionado com a incapacidade de resolver os problemas de saúde na própria aldeia e, em parte, pela má estruturação e planejamento do trabalho das equipes multidisciplinar.

São duas equipes que atendem à população Krahô, uma em cada pólo. A Equipe Multidisciplinar enfrenta problemas de interferência e pressão da prefeitura sob seus cargos e, principalmente, ela geralmente não é composta por profissionais comprometidos e com perfil para trabalho em áreas indígenas. Seus salários são bons, mas os médicos, dentistas e enfermeiros-padrão parecem que não desejam passar dias em aldeias. Se a Equipe Multidisciplinar não tem uma rotina consistente ficando até dois ou três meses sem retornar em uma mesma aldeia, como relatado pelos krahô, os postos de saúde também não possuem a menor condição de colaborar na prevenção e controle das doenças nas próprias aldeias. Faltam medicamentos e insumos básicos, material educativo, articulação com a Equipe Multidisciplinar e há uma alta rotatividade nos técnicos de enfermagem que prestam os atendimentos iniciais a um paciente. Estes profissionais são os mais fragilizados na disputa de poder entre a saúde indígena e as prefeituras municipais que temos verificado entre os Krahô nos últimos anos.

A situação da Casa de Saúde do Índio – CASAI em Araguaína é um tanto similar a vivenciada nos Pólo-Base e postos de saúde nos Krahô. A CASAI está localizada no centro de Araguaína, próxima à prefeitura, Funai e ao mercado municipal. Ela não tem condições adequadas para acomodar dignamente os 70 pacientes mensais, em média, que tem recebido (dados de janeiro a julho de 2005¹²). Pensando em minimizar este problema, a FUNASA está construindo uma nova sede para a CASAI. Ao que tudo indica, esta nova sede não terá também as condições ideais de alojamento

¹² Dados obtidos na Casa de Saúde do Índio – Araguaína.

para os indígenas e seus acompanhantes e que são encaminhados para exames e tratamentos mais especializados. A Funai tem uma chácara em Araguaína que possui muito mais espaço para acomodação, parecendo mais adequada, apesar de também ter seus problemas.

Os Krahô, particularmente, são bastante impactados pela condição de atendimento da CASAI. São muitas as entradas de Krahô nos registros da CASAI, mais do que os Apinajé e Karajá. Isto evidencia a precariedade da rede de atendimento disponível nas aldeias. A rotina de atenção à saúde nas aldeias krahô é incapaz de resolver os problemas de saúde dos índios nas próprias aldeias. Os motivos principais são a ineficiência de gestão e de planejamento, aliados à carência de políticas bem direcionadas para a saúde indígena deste povo. Isto aparece claramente nas duas principais reclamações dos Krahô sobre a atenção à saúde: “não temos médicos nas aldeias e não temos remédios e equipamentos nos postos de saúde”.

Depara-se, na área Krahô, com um quadro complexo que inviabiliza uma prestação de serviços de saúde de excelência e qualidade. Por um lado, tem-se uma rotina fragmentada e inconsistente desenvolvida pela equipe multidisciplinar e que não permite a prevenção de doenças, inviabilizando ações de educação e saúde. Esta equipe, por menor que seja, dispõe de condições mínimas de realizar o acompanhamento efetivo de pacientes, mas falta uma melhor estruturação de seus trabalhos. Todavia, o que tem acontecido é que ela é incapaz de controlar ou antecipar as endemias de doenças infecciosas parasitárias e doenças de pele encontradas nos Krahô. Por outro lado, os postos de saúde não têm a estrutura física e condição para minimizar os impactos das doenças principais. São incapazes de oferecer subsídios mínimos para a articulação e envolvimento direto com a comunidade (cacique, lideranças, agente indígena de saúde, professor indígena) para planejamento de campanhas e ações educativas.

As políticas públicas de saúde destinadas para este povo indígena estão sendo conduzidas sem o diálogo com as aldeias e lideranças tradicionais Krahô. O Conselho Local de Saúde é uma instância meramente figurativa na realidade prática do Estado do Tocantins, principalmente nos Krahô. Não consegue atingir seus objetivos de ser propositivo e avaliativo sobre a situação de saúde nas aldeias. Ele vem se reunindo sempre antes e depois das reuniões do Conselho Distrital, cumprindo muito mais uma obrigatoriedade legal – que diz que os Conselhos Locais devem ter uma reunião prévia e uma posterior às reuniões do Conselho Distrital – do que um imperativo moral de

permitir que os índios construam, avaliem e direcionem as políticas de saúde em seus territórios.

As moléstias mais comuns são parasitárias ou infecto-contagiosas (as diarréias, doenças de pele, pneumonias), mas que nos últimos anos cresceu os casos de moléstias degenerativas (diabetes e câncer).

Em que pese os problemas estruturais do atendimento prestado pela Funasa, o número de óbitos tem decrescido significativamente nos últimos anos (a título de exemplo, na maior aldeia Krahô, Pedra Branca, de 2002 até agosto de 2006, ocorreram 15 óbitos, dos quais apenas 04 de crianças).

Estruturas de saúde existentes na TI Kraolândia

Aldeia	População	Posto de Saúde	Estrutura de água	Banheiros
Pedra Branca	341	Sim	Sim – captação de córrego	Não
Pedra Furada	80	Sim	Sim – captação de córrego	Não
Manuel Alves	201	Sim	Sim – poço semi artesiano	Não
Água Branca	36	Sim	Sim – captação de córrego	Não
Campos Limpos	100	Sim	Sim – captação de córrego	Não
Cachoeira	318	Sim	Sim – poço artesiano	Não
Santa Cruz	320	Sim	Sim – captação de córrego	Sim, alguns
Serra Grande	96	Sim	Sim – captação de córrego	Não
Lagoinha	48	Sim	Sim – poço semi-artesiano	Não
Galheiro	56	Sim	Sim – captação de córrego	Não
Forno Velho	33	Sim	Sim – captação de córrego	Não
Riozinho	34	Sim	Sim – captação de córrego	Não
Morro do Boi	89	Sim	Sim – poço artesiano	Não
Rio Vermelho	240	Sim	Sim – captação de córrego	Não
Aldeia Nova	126	Sim	Sim – poço artesiano	Não

Uso de práticas da medicina tradicional

Os Krahô utilizam o conhecimento dos seus pajés (*wajaká*) mais do que aquele dos profissionais de saúde *cupẽ*. Confiam mais no diagnóstico dos seus pajés do que nos *cupẽ*. De um modo geral, utilizam ambas as medicinas, concomitantemente, mas se desfazem rapidamente do tratamento prescrito pelos *cupẽ* quando não vêm resultados imediatos – recorrendo então aos seus *wajaká*.

Em cada aldeia há pelo um *wajaká*, mas os de grande reputação são poucos. E há ainda os especialistas (em mordidas de cobra, doenças da cabeça etc.). Por outro lado, muitos Krahô se queixam do preço cobrado pelos *wajaka* (um tratamento simples não sai por menos de “uma bicicleta nova” – algo em torno de 250/300 reais). Consideram que seus pajés estão “abusando” e reclamam do crescente endividamento dos velhos aposentados que em geral bancam tais custos.

Apinajé

No caso dos Apinajé os convênios são realizados com a SASEP. Há repasses fundo a fundo como o município, através da prefeitura de Tocantinópolis que recebe os repasses do Ministério da Saúde / Funasa para executar as ações de atenção à saúde indígena entre os Apinajé. São repassados recursos mensais desde 1999 para a Atenção Básica, sob a rubrica de Apoio a Saúde Indígena.

A prefeitura tem a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar as ações de empreiteiros locais contratados para construir as obras de saneamento básico – água encanada, banheiros e fossas – nas aldeias. Há muita reclamação, por parte dos índios, de que estes processos não são discutidos com as comunidades e que as obras são realizadas com materiais de qualidade duvidosa e mal-construídas.

A prefeitura municipal de Tocantinópolis tem programas específicos sobre DST-AIDS. De 2001 a 2004, recebeu por meio de um repasse estadual, recursos para questões de DST-AIDS como o co-financiamento Carga Viral HIV TCD4 e CD8. Em 2003, o município começou a receber o Incentivo do Programa Nacional de DST-AIDS e recursos para tratamento também. Via de regra, estes recursos não estão articulados para a população indígena.

Entre os Apinajé existem 06 Postos de Saúde oficiais – sendo que algumas aldeias construíram casas de madeira e palha por conta própria, forçando a presença

mais efetiva da Funasa em sua região. Após os tristes episódios da morte de dezenas de crianças da aldeia São José, em dezembro/2005 e janeiro/2006, a presença de técnicos de enfermagem em todas as aldeias é regular, com exceção de Boi Morto, Serrinha, Cocal Grande, Prata e Brejão, que são aldeias em processo recente de criação. Da mesma forma está-se ampliando o fornecimento de água potável através de poços e caixas d'água. Em aldeias novas, como Serrinha, Boi Morto, Palmeiras e Cocal Grande o abastecimento ainda é feito nos córregos próximos. Abaixo alguns exemplos de postos de saúde na área Apinajé e abastecimento de água.

Aldeia	População	Posto de Saúde	Estrutura de água	Banheiros
São José	520	Sim	Sim	Não
Prata	37	Sim (improvisado na casa utilizada para despulpamento de frutas)	Sim	Não
Serrinha	39	Não	Não	Não
Cocal Grande	23	Não	Não	Não
Boi Morto	51	Não	Não	Não
Patizal	51	Sim (casa palha)	Sim	Sim
Palmeiras	64	Sim (casa palha)	Não	Não
Cocalinho	46	Sim	Sim	Não
Buriti Comprido	79	Sim (casa palha)	Não	Não
Botica	126	Sim	Sim	Sim
Bonito	129	Sim (c/ técnico de enfermagem)	Sim	Sim
Riachinho	165	Sim (c/ técnico de enfermagem)	sim	sim
Brejão	24	Não / farmácia com rádio	Não	Não
Mariazinha	207	Sim (c/ técnico de enfermagem)	Sim	Sim

De maneira geral as principais doenças entre os Apinajé são as diarreias, gripes e escabiose. Não há casos de diabetes notificados e nem de DST nos últimos dois anos. Está aumentando a notificação de problemas uterinos nas mulheres Apinajé e os casos de câncer de colo uterino tem sido uma das recentes preocupações dos programas de saúde da mulher. Há muita resistência das mulheres quanto à realização de exames preventivos que não admitem, via de regra, que tenham que abrir as pernas e mostrar seu órgão genital para uma pessoa estranha. Talvez seja isso que justifique o nível de notificação baixo entre os Apinajé Na aldeia São José há uma verdadeira peregrinação das mulheres e mães de criancinhas no início da manhã (até 7:30) e no final da tarde (das 16:00 às 18:00) ao posto de saúde da aldeia. Havia 18 meninos considerados subnutridos que tomam um composto de “multi-mistura” todos os dias.

As principais reclamações dos Apinajé são quanto à falta ou atraso no envio de medicamentos; dificuldade no transporte para atendimento médico; falta de estrutura dos postos de saúde; falta de recursos básicos como ataduras, esparadrapos, gases, remédios para coceira e escabiose; mau atendimento nos hospitais; precariedade e pouca rotina no atendimento da equipe multidisciplinar na aldeia; incompatibilidade entre a regra Timbira relacionada à saúde e as possibilidades oferecidas pela FUNASA.

Os Apinajé contam com um Pólo-Base para o atendimento de toda sua população. Ele está localizado em Tocantinópolis e é considerado, pelos técnicos do DSEI, como um exemplo para outros pólos. Não há grandes problemas na estrutura do pólo e os conflitos sob alimentação, hospedagem e acompanhantes de pacientes não são tão acentuados como ocorre nos Krahô, por exemplo. Isto se deve muito mais à postura de como os Apinajé se relacionam e lidam com a cidade do que a alguma organização diferenciada do pólo base de Tocantinópolis.

A maioria das aldeias conta com posto de saúde e sistema de radiofonia e, na aldeia São José, há um telefone público. O problema é maior naqueles pequenos assentamentos e núcleos-familiares ou que recentemente foi considerado como aldeias ou que ainda não alcançaram este status. Nestes locais, quando há postos de saúde, eles não têm nenhuma estrutura e não há condições de estabelecer comunicação com o Pólo-Base para chamar algum socorro médico. Os pacientes e/ou seus familiares têm que se deslocar até as aldeias maiores para solicitar o auxílio médico e, em alguns casos, buscar medicações básicas contra febre, gripe e tosse.

Todos pacientes que moram em aldeias localizadas em municípios que não sejam Tocantinópolis (como Nazaré, São Bento, etc.) são encaminhados para o hospital

municipal de Tocantinópolis. Não há, entre os Apinajé, o Pólo-Base que oferece atendimento médico. Há, no máximo, pequenos atendimentos exercidos pela enfermeira e/ou pacientes que estão aguardando serem encaminhados para o hospital municipal ou os hospitais de referência em Araguaína.

No final de 2005, um vírus não identificado e cujos sintomas são febre, diarreia e vômitos, causou a morte de 13 crianças, demonstrando que o Pólo Base “modelo” apresenta falhas gritantes na prevenção de endemias.

Uso de práticas da medicina tradicional

O povo Apinajé utiliza-se largamente de sua medicina tradicional para resolver problemas de saúde. Assim o fazem porque a concepção de doença está diretamente relacionada com sua visão cosmológica. Para os Apinajé as doenças estão relacionadas à atuação dos *karõ*. Para eles quase todas as coisas existentes empiricamente possuem *karõ*. As exceções são as terras (*pyka*) e as águas (*gõ*). O termo *karõ* (*me karõ*, no plural) poderia ser traduzido por “espírito” ou “alma”. O *karõ* é composto de duas partes, uma mais forte e outra mais fraca.

A causa de uma doença pode ser interpretada de duas formas: ela tanto pode ser resultado da ação material de algum agente nocivo quanto da ação de algum *karõ*. No primeiro caso temos os exemplos das verminoses, que são muito comuns, ou de ferimentos provocados por algum instrumento, como cortes de machado, foice, faca, ou pancadas por queda de árvore ou por um tombo. Nestes casos, recorre-se a remédios (*kanê*) que são prescritos levando-se em consideração seu efeito terapêutico pelas qualidades farmacopéicas conhecidas pelos Apinajé. Para a cicatrização de ferimentos, por exemplo, utiliza-se a casca de cajueiro ou de uma outra árvore conhecida como cachamorra. Além desses, fazem uso constante de remédios ocidentais, fornecidos pelas enfermeiras na farmácia da aldeia.

Mas as doenças podem ser causadas, principalmente, pela ação dos *mekarõ*. Estes podem atacar o corpo de alguém após, por exemplo, a ingestão da parte material corpórea do agente. Ao comer determinado alimento, tanto animal quanto vegetal, a pessoa pode ser ‘contaminada’ pelo *karõ* do alimento, adoecendo. Para combater a ação dos *mekarõ*, os Apinajé se utilizam de algum elemento de contra-ação, através de algum *kanê*, que visa neutralizar a ação do *karõ* maléfico. Estes *kanê* provêm (como se verá adiante), quase exclusivamente, do reino vegetal.

A lógica Apinajé para a cura está ligada à sua lógica da interpretação do mundo material como consistindo de matérias que possuem um duplo, uma imagem, um *karõ*. Para contrapor-se à ação de um *karõ* que ataca o corpo de alguém, recorre-se à ação de um princípio oposto, e mais potente, que possa neutralizá-lo. Este princípio é o *kanê*. Este é originário, quase exclusivamente, do reino vegetal (a exceção é o *meikanê*, ou remédio do mel que provem de uma espécie de formiga que, amassada, produz um cheiro semelhante ao mel). Para todo tipo de indisposição física, encontra-se entre os vegetais um *kanê*. Um *kanê* será sempre uma planta que guarde algum traço de similaridade metonímica com o agente provocador da doença. O *kanê* para combater o *karõ* do *karà* (veado) é uma planta cujas folhas se assemelham aos chifres do veado. O *arój-kanê* é uma planta cujo caule se assemelha a um pé de arroz. A *kān-kanê* (*kān* = cana) é uma planta que lembra a cana-de-açúcar. Esta última é utilizada para combater os males provocados pelo consumo excessivo da cachaça.

Existe uma dedicação constante das pessoas para ensinar aos mais jovens, durante perambulações pelo cerrado, a utilização dos diversos tipos de remédios *kanê*. Dessa maneira, toda pessoa desde jovem sabe reconhecer quais as plantas que servem para cada tipo de enfermidade. Este conhecimento, entretanto, não impede certa especialização entre os Apinajé. Existem pessoas que são especialistas em determinados remédios, associados aos animais, ou então são considerados especialistas em certas enfermidades por terem adquirido este poder de determinado espírito.

Krĩkati

A situação de saúde nos *Krĩkati* é bastante preocupante e tanto a incidência como a situação de vulnerabilidade e risco em suas aldeias é bastante alto. A frequência e intensidade dos *Krĩkati* nos centros urbanos e o próprio processo de incorporação de hábitos alimentares e comportamento urbano expõe a comunidade *Krĩkati* a novos desafios na área da saúde, principalmente as doenças crônicas relacionadas a hábitos alimentares e comportamentais. Diabetes, Doenças Sexualmente Transmissíveis, HIV-aids, Câncer, hipertensão e problemas cardíacos têm sido cada vez mais diagnosticados em suas aldeias.

Imperatriz é o centro urbano mais freqüentado pelos *Krĩkati*, sendo a segunda maior cidade do Estado do Maranhão e um importante pólo-comercial do sul-maranhense e sudeste do Pará. Os *Krĩkati* vão para Imperatriz fazer compras diversas (eletroeletrônicos, gêneros alimentícios), serviços bancários, em busca de estudo

(diminuiu agora com o segundo grau na aldeia), além de manter relações de amizade na cidade. Eles têm uma casa própria em Imperatriz. Este fluxo e relação com grandes centros urbanos e com a urbanidade e novos hábitos e comportamentos influencia a saúde dos Krĩkati.

A assistência a saúde dos Krĩkati está no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão, juntamente com uma expressiva população Guajajara, Awá, Urubu-Kaapor e os povos Timbira. É um DSEI com sérios problemas de assistência à saúde indígena, altamente influenciado pela política maranhense, com uma grande sócio-diversidade cultural com mais de 23.000 indígenas sendo atendidos em sua região. Esta assistência é influenciada por esta conjuntura macro do DSEI – MA e princípios básicos do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena são desrespeitados (como a *resolutividade* – capacidade de resolver os problemas individuais e coletivos de saúde localmente – *participação social* – inviabilizada pelo modelo adotado para a Funasa e a inexistência de um DSEI/Timbira onde os povos Timbira poderiam ter mais participação e controle das políticas de saúde direcionadas às suas aldeias). O recente exemplo dos Krĩkati queimados em um acidente de carro perto de Amarante – MA, revelam a precariedade da assistência à saúde já que os queimados foram removidos em avião da FAB conseguido por intermédio do convênio com a Eletronorte.

Os Krĩkati possuíam um convênio com a FUNASA por meio de sua associação Conselho Indígena Pempcahóc. Nenhum convênio com associações indígenas foi renovado no DSEI – MA pelos problemas de administração de organizações indígenas do povo Guajajara.

A atenção primária é realizada nas aldeias Krĩkati, sendo que nos casos de maior complexidade, os índios são encaminhados para os hospitais de Imperatriz encontram atendimento de alta e média complexidade. As duas aldeias Krĩkati contam com um posto de saúde, uma técnica em enfermagem e agentes indígenas de saúde e agente indígena de saneamento.

Na aldeia São José, a enfermaria tem capacidade para armazenar os prontuários e medicamentos dos pacientes, além de oferecer condições de atendimentos. Nesta aldeia há um dentista atendendo durante a semana, mas a população Krĩkati ainda tem sérios problemas dentários, em parte relacionados com o alto consumo de produtos doces.

No caso da aldeia Raiz que é populacionalmente menor, o posto de saúde é novo e tem um local de moradia da enfermeira em condições de armazenar os medicamentos

e prontuários dos pacientes e oferece estrutura para atendimento primário. Contudo, nas duas aldeias a presença de médicos da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena não possui uma rotina e constância, caracterizando uma baixa *resolutividade* nas aldeias e aumento do fluxo de Krĩkati para serem atendidos nas cidades próximas de suas aldeias (Imperatriz e Montes Altos; imperatriz, Porto Franco e Lajeado Novo).

Nas duas aldeias Krĩkati a água consumida pela população é captada de poços artesianos construídos pela FUNASA, mas sua distribuição encontra sérios problemas principalmente na aldeia São José. A distribuição de água é precária no São José, somente há água em alguns momentos do dia, ou seja, sua captação e distribuição são insuficientes para atender as necessidades da população da aldeia. Em outras horas, somente algumas casas têm água e outras não. As famílias mais ricas e com melhores condições financeiras adquirem caixas d'água para estocarem água em casa e poderem usufruir ao longo do dia. Aquelas famílias que não podem, ou conseguem um tonel de 200 l, ou simplesmente ficam à mercê da distribuição de água.

Os Krĩkati reclamam muito de que as crianças sofrem de diarréias, febre e vômitos constantes, quadro sintomático característico de doenças infecto-parasitárias e verminoses. Estes quadros não são quase nunca resolvidos nas aldeias, sendo que infecções parasitárias simples são encaminhadas para os atendimentos nas cidades.

A vulnerabilidade frente a doenças de pele é alta devido ao grande número de cachorros e dos problemas de distribuição de água. Mesmo que comparado com outros povos Timbira (como Krahô e Apinajé) os Krĩkati aparentem uma melhor condição de pele, ainda assim, as dermatites, sarnas e escabioses são problemas que atingem todas as faixas etárias.

Uso das práticas da medicina tradicional

A medicina tradicional é um tema que os Krĩkati não comentam muito. Segundo pensam, existem as doenças de “*cupẽ*” e doenças de “*mehĩn*”, sendo que cada especialista (médico ou o curador) possui conhecimentos relativos à sua medicina. Cada *wajaká* é especializado em determinados problemas como picadas de cobra. Os Krĩkati possuem os *wajaká* (curadores), mas este assunto é um tema delicado e discreto que não fica sendo comentado abertamente. Os Gavião-Pykopjê freqüentam aldeias Krĩkati na procura por curadores e, da mesma maneira, os Krĩkati saem de suas aldeias em busca de tratamento medico tradicional.

Em 2004 foram notificados 32 casos de DST entre os Krĩkati, um número elevado provocado por diversos fatores. O grande fluxo de *cupẽ* nas aldeias, bem como a presença constante e freqüente dos Krĩkati nas cidades no entorno da área e em Imperatriz, a não-objeção frente as relações sexuais entre os mehin e cupen, principalmente nas festas de forró e a cultura e sexualidade segundo os padrões Timbnira são fatores que favorecem a disseminação e presença de DST nas aldeias. A proximidade com Imperatriz (cidade com alto índice de HIV – AIDS notificado) é outro ponto preocupante e que é reforçada pela fragilidade da atenção a saúde indígena oferecida aos Krĩkati.

As redes de transmissão de energia elétrica da Eletronorte que cortam o território Krĩkati e os impactos na saúde dos índios é um ponto ainda em aberto e que necessitariam de estudo mais aprofundado, principalmente pela radiação que emitem. Além de estarem próximas das aldeias, os Krĩkati passam pelo menos 02 meses por ano trabalhando na limpeza do mato que cresce na região por onde esta linha de transmissão passa e, assim, ficam expostos à radiação.

A saúde da mulher é um problema grave nas áreas Gavião-Pykopjê e Krĩkati e não há nenhuma política de saúde concreta para reverter este quadro. A dinâmica de gênero própria da sociedade Timbira exige que em cada aldeia tenha, pelo menos, uma agente indígena de saúde mulher responsável por trabalho com as mulheres da aldeia.

Gavião-Pykopjê

A assistência à saúde ao povo Gavião-Pykopjê é prestada no âmbito do DSEI – MA, um distrito com graves problemas estruturais provocados por diversos fatores como interferência política, falta de autonomia frente à Coordenação Regional da Funasa – MA e uma população indígena expressiva (23.000 indígenas) e de várias culturas. Os povos Timbira, conhecidos no meio indigenista maranhense como do Grupo Jê, são uma minoria dentro do contexto indígena estadual e encontram grandes dificuldades em representatividade e em direcionar políticas de saúde por meio do modelo adotado pela Funasa que, em uma conjuntura como a do DSEI – MA, não consegue operar efetivamente.

Os Gavião-Pykopjê tinham até recentemente um convênio com a FUNASA por intermédio da Associação de Saúde Indígena Pykopgatejê – ASIP. Por conta de problemas de execução administrativa e financeira por organizações indígenas do povo Guajajara também conveniadas, a FUNASA decidiu por não renovar qualquer contrato

com organizações indígenas no Estado do Maranhão. Com esta decisão, está havendo uma grande indefinição quanto aos rumos da saúde indígena nos povos Timbira, como os Krĩkati, no Maranhão.

A atenção à saúde é bastante precária nas aldeias Gavião-Pykopjê e o atendimento básico é praticamente inexistente e ações de educação e saúde não tem condições mínimas de ocorrer. Problemas comuns em outras Terras Indígenas Timbira, como falta de atendimento na aldeia, baixa resolutividade dos casos de doenças localmente, falta de insumos e medicamentos básicos, interferências da prefeitura, desvio de recursos para obras de estrutura em saúde indígena são verificados nas aldeias Gavião-Pykopjê.

A atenção primária à saúde disponibilizada a estes índios é bastante vulnerável e isto aumenta o risco de suas comunidades frente a doenças graves como a AIDS e os diabetes. Os postos de saúde não têm condições de atendimento, a Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena não tem uma rotina (não há atendimentos nas aldeias) e, dentro da Terra Indígena, os Gavião-Pykopjê contam basicamente com seus conhecimentos medicinais, já bastante abalados pelo impacto do contato com os *cupẽ*. Contam eventualmente com medicamentos que eles compram na cidade ou com os escassos recursos médicos disponibilizados nos postos de saúde na aldeia.

A Aldeia Governador tem um posto de saúde que pertence a um grupo de missionários norte-americanos da Missão Novas Tribos do Brasil, atuando na área Gavião-Pykopjê desde a década de 1960. Uma sirene é tocada e aqueles que querem atendimentos de saúde (distribuição de medicamentos e atendimento de saúde precário) vão até a casa-posto dos missionários. Os atendimentos são realizados por missionários que não possuem as condições estabelecidas na legislação brasileira para atender os índios na questão de saúde e é realizado à revelia da Funasa. De qualquer forma, pela precariedade da atenção à saúde oferecida pela autarquia a este povo indígena, é a única opção que o povo da aldeia Governador tem. Há inclusive remédios importados vencidos que são distribuídos aos indígenas.

A aldeia possui dois agentes indígenas de saúde. Todavia, o posto de saúde oficial foi construído no tempo em que a FUNAI era responsável pela atenção à saúde dos povos indígenas e não oferece mais as condições adequadas de uso. Tem problemas para conservar e armazenar os medicamentos e prontuários dos pacientes, além de não possuir condições de atendimento médico ou odontológico na aldeia. Tem agente indígena de saneamento, responsável por ligar o motor de abastecimento água.

Na aldeia Governador, o abastecimento de água é insuficiente e não permite que os índios tenham água em suas casas ininterruptamente. Na parte de saneamento básico, o pessoal da aldeia faz suas necessidades no mato ao redor da aldeia. Há grandes índices de diarreias, febre e vômitos (quadro sintomático característicos de doenças infecto-parasitárias), além de problemas de pele.

A aldeia Rubiácea é a maior das três aldeias Gavião-Pykopjê e tem uma grande presença de Guajajara (casados na aldeia) e um fluxo grande para os Gavião-Parkateyê que vivem no Estado do Pará. Nesta aldeia não existe posto de saúde, apesar dos índios informarem que os recursos para esta construção foram liberados pela Funasa e desviados pela prefeitura local. O atendimento de saúde é feito no posto da Funai (PIN Rubiácea). Contam com um técnico de enfermagem, agente indígena de saúde e agente indígena de saneamento, além dos mesmos problemas gerais presente na aldeia Governador. Existe distribuição de água na aldeia que também encontra problemas de interrupção da distribuição de água. Há banheiros com fossas abertas, ou seja, aqueles construídos com um simples no buraco no chão. Os índios não o utilizam freqüentemente, preferindo fazer suas necessidades na mata no entorno da aldeia. O quadro de sintomas de doenças infecto-parasitárias é presente e similar ao da aldeia Governador. Nesta aldeia o consumo de bebida alcoólica é alto, facilitado pela presença da estrada que passa próxima da aldeia.

Na aldeia Riachinho, igualmente, não há condições mínimas de uma atenção a saúde indígena digna e que resolva a maioria dos casos de doenças na própria aldeia. Não tem posto de saúde e não possui técnica de enfermagem para prestar atendimento básico na aldeia. Possui um agente indígena de saúde e um agente indígena de saneamento. Os medicamentos e prontuários ficam guardados na casa do agente indígena de saúde, sem condições apropriadas. O atendimento primário praticamente não existe. Possui banheiros em fossa aberta, similar ao da aldeia Rubiácea e que não são totalmente utilizados pelos índios. Quadros graves de doenças de pele e de doenças infecto-parasitárias tem se manifestado com constância.

O descaso com a atenção primária se reflete no alto grau de encaminhamentos e consultas médicas na cidade e, obviamente, no ciclo de doenças nas aldeias. Os Gavião-Pykopjê, assim como os Krĩkati, enfrentam desafios de doenças de “*cupê*” (as doenças crônicas que não tem cura). Amarante do Maranhão, cidade a 10 quilômetros da Terra Indígena Governador, é a cidade com maior notificação de casos de AIDS em indígenas no Maranhão. São seis casos de indígenas Guajajara no município, inclusive com dois

óbitos, que é muito freqüentado pelos Gavião-Pykopjê. Além disso, 36% da população residente na TI Governador se identifica etnicamente como Guajajara, morando em 02 aldeias. Há, ainda, um alto numero de casamentos entre Guajajara e Gavião-Pykopjê em todas aldeias, talvez a Rubiácea se destaque mais.

O diabetes é outra doença crônica que tem vitimado muitos Gavião-Pykopjê e Krĩkati, estando relacionada com uma vida ritual cotidiana presente, mas menos intensa do que nos Krahô ou Apinajé (e por isto, não correm mais diariamente com toras, reduzindo a carga de exercícios e formação do corpo nos Timbira). Os hábitos alimentares baseados em uma alimentação não produzida nas roças, sendo que a formação de roças e articulação das famílias e pessoas na produção agrícola foi seriamente abalada pela interferência equivocada da ação indigenista da Funai no tempo do Convenio com a Vale do Rio Doce.

O abastecimento de água é bastante precário nas aldeias Gavião-Pykopjê, em uma situação bastante semelhante à vivida pelos Krĩkati. A água dos poços artesianos é insuficiente para a população e, a oferta de água na Terra Indígena foi severamente prejudicada pela construção de um açude na saída de Amarante comprometeu os mananciais de água que cortam a reserva. Assim, a oferta de peixe é pequena e os índios pescam sobretudo em pescarias coletivas e em locais fora da Terra Indígena.

Nas aldeias Gavião-Pykopjê é comum a presença de doenças de pele, mesmo que sejam de maneira menor do que se comparado com os Krahô ou Apinajé. Os fatores de existência dessas doenças é o grande número de cachorros sarnentos nas aldeias e a ausência total de políticas de saúde preventivas e das ações de saúde, distorcendo o modelo de atenção a saúde indígena proposto pelo Governo Federal.

O consumo de bebidas alcoólicas é elevado e há um grande fluxo dos Gavião-Pykopjê nas cidades de Amarante e Imperatriz, principalmente, mas com freqüência vão a São Luis. É um dos principais fatores de risco e vulnerabilidade frente as DST-AIDS, além da grande proximidade com centros urbanos com alto índice de notificação de HIV/Aids, inclusive em povos indígenas.

Uso das práticas da medicina tradicional

A medicina tradicional ainda persiste, mas de maneira discreta e reservada. Não é um assunto falado livremente nas aldeias, assim como os comentários sobre feitiçaria. Talvez, esta situação atual esteja associada com a presença missionária constante por mais de 40 anos e com a conversão religiosa de vários índios. Ainda assim, eles

procuram tratamentos médicos tradicionais nos seus parentes Krĩkati, em curadores Guajajara moradores na região e, também, de rezadores não-indígenas.

A atenção de média e alta complexidade é feita nos hospitais municipais de Amarante e Imperatriz. Eventualmente, um paciente pode ser transferido para São Luis ou outro centro urbano para atendimento especializado. Os encaminhamentos e deslocamentos de pacientes são precários, por falta de transporte adequado e grande demanda de atendimento na cidade (já que praticamente nada se resolve nas aldeias).

Não há atendimento médico ou dentário nas aldeias Gavião-Pykopjê, revelando uma atenção à saúde indígena que não está preocupada por atender e resolver as demandas na própria aldeia. Ao contrario, na área Gavião-Pykopjê o estímulo é por atendimento na cidade, excluindo atividades preventivas e de educação em saúde nas aldeias. Isto reflete em uma grande vulnerabilidade, visto a presença de doenças crônicas (diabetes e câncer), problemas uterinos nas mulheres (grande numero de retirada de ovários e útero), e o risco eminente de HIV–Aids.

2.4 Caracterização Físico-Biótica por Terra Indígena

Introdução: os Timbira e os Cerrados

Os cerrados do Brasil Central, centenas de anos antes da colonização portuguesa, constituem-se no *habitat* privilegiado de um grande conjunto de sociedades indígenas chamadas, pela literatura etnológica, de *Jê*. Os *Kayapó*, os *Bororo*, os *Karajá*, os *Timbira* e os *Akwẽn* (Xavante e Xerente) dominavam uma vasta extensão destes cerrados, que ia do norte de São Paulo, sul de Minas ao sul do Maranhão/sudeste do Piauí e do oeste da Bahia ao leste do Mato Grosso.

Estas sociedades têm em comum uma sofisticada organização social (com vários sistemas de metades cerimoniais e grupos rituais e sem paralelo no contexto das sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul), possuem aldeias relativamente populosas e são predominantemente caçadores e coletores, praticando - antigamente mais do que hoje - apenas uma horticultura centrada em tubérculos.

A adaptação destas sociedades ao ambiente dos cerrados atingiu tal requinte que impressionou os primeiros estudiosos europeus, que, perplexos, indagavam como seria possível se constituírem, sobre uma base material tão pobre (isto é, sem cerâmica, sem agricultura desenvolvida, sem tecelagem), sociedades requintadas, demograficamente importantes e, sobretudo, expansionistas. De fato, antes do contato dizimador com os

européus - que se inicia no final do século XVII - estas sociedades possuíam aldeias circulares ou semicirculares com 2 mil a 3 mil pessoas.

A região do Cerrado, com seus amplos horizontes, permite aos Timbira uma movimentação fácil (todos estes povos são grandes andarilhos e corredores), visão à distância, além da possibilidade de explorarem, simultaneamente, as várias fisionomias vegetais que a caracterizam (matas de galeria, cerradões, campos, etc.). Mesmo quando compelidos a viverem em outros nichos ecológicos (como os Gavião-Paracatejê do Pará), fazem esforços para recompor de algum modo seu antigo *habitat* (como os “caminhos de corrida de tora” abertos na floresta de terra firme). Os povos Timbira estão extremamente adaptados aos cerrados e em função disto acredita-se que ocupam a região há pelo menos mil anos.

Um tema corrente no pensamento ecológico é o da relação entre nível de complexidade sócio-cultural e oferta de alimentos em determinado ambiente natural (Steward & Faron). Desta forma os adeptos dessa abordagem relacionam a “pobreza” do meio - em função da disponibilidade de proteínas - a formas de organização social menos complexa. No entanto dados reunidos a partir dos estudos de Zarur (1975) mostram que, em algumas situações, verifica-se o oposto: em áreas onde o ecossistema é menos generoso, a adaptação requer mecanismos especializados, que exigem maior complexidade sócio-cultural.

Os povos Jê do Brasil central são considerados como pequenos grupos caracterizados pelo “padrão caçador”. Segundo a teoria de Steward & Faron, a interação entre tecnologia “simples” e um meio ambiente “pobre” forçaria estas tribos a se dividirem em bandos, durante o período do ano em que a escassez de alimentos não permitisse uma maior concentração da população. Constituídos por distintos critérios – tais como descendência e residência pós-nupcial – os bandos circulariam pelo território tribal, em busca da caça e da coleta. Na medida em que a fauna decrescia em uma área dada, o bando movia-se para outro campo de caça, permitindo que a população animal se refizesse ao nível ótimo (Zarur, 1975). Mas esse padrão não se aplica aos Timbira.

É fato incontestável que os Jê se dividem em pequenos grupos para caçar e coletar alimentos. Porém este padrão não decorre, necessariamente, de qualquer ausência cíclica de alimentos. T. Turner (1993) já demonstrou cabalmente que o padrão *trekking* – movimento periódico de subgrupos da população de uma aldeia – cumpre a função de reforçar a hierarquia interna, ou seja, o sistema de dominância masculina dentro do grupo doméstico. Atividade tradicionalmente masculina, a caça impõe-se

como um modo de produção dominante em relação à “horticultura”, atividade tradicionalmente feminina. Existem ainda indícios de que a mobilidade exerça outras funções diretamente relacionadas à defesa e à subsistência. Além disso, Nimuendaju (1946) já demonstrou a importância da agricultura para os Timbira.

Os Timbira não possuem cerâmica. Comparada com a de grupos de florestas, a cultura material destes povos é composta por pequeno elenco de objetos “portáteis” e resistentes ao choque. Um inventário da cultura material Krahô demonstrou que aproximadamente 65% dos itens são feitos de folhas de palmeiras. As folhas de buriti e de outras espécies são abundantes no cerrado. Devido à facilidade e rapidez com que estes objetos são produzidos, e a pequena quantidade de bens necessários, cada pessoa pode produzir e descartar a vontade inúmeros artefatos. Por exemplo, as cestas Krahô levam de cinco minutos a uma hora para serem feitas, dependendo do cuidado com que são trançadas. A plumária não é tão elaborada, certamente porque o estilo de vida destes índios não oferece condições para sua conservação (Zarur, 1975).

Em suma, o acervo tecnológico dos povos Timbira caracteriza-se por uma pequena quantidade de equipamentos, ausência de canoas e de cerâmica, plumária pouco elaborada, trançado de palha relativamente desenvolvido e a capacidade de descartar e reproduzir vários objetos, segundo as necessidades do momento.

Os inventários da cultura material destes povos evidenciam uma vida sociocultural adaptada ao cerrado e deixam claro que sua cultura material gira em torno da premissa “mobilidade no espaço”. Desta maneira, também a divisão de trabalho entre grupos de idade torna-se altamente funcional. É possível que os Jê em geral, e os Timbira em particular, não fossem seus freqüentes deslocamentos, ocupassem um ecossistema que resultaria inabitável, segundo Zarur (1975).

Este autor re-elabora a hipótese de Cooper e Steward segundo a qual o padrão “mobilidade espacial” dos grupos Jê é menos o resultado de um ambiente pobre – em termos de oferta de alimentos e de tecnologia simples – do que uma adaptação complexa à oferta de proteínas, à natureza do sistema sócio-político e a pressões militares. Estes fatores também iluminam a importância da prevalência dos sistemas de oposição etária sobre o da oposição sexual em algumas sociedades Jê (Kayapó e Xavante, por exemplo; mas não se aplicaria, hoje ao menos, aos Timbira e Bororo).

2.4.1 Terra Indígena Kraolândia

A área da TI Kraolândia abrange 302.000 ha, os quais são compostos por cerrados, em diferentes fisionomias (de campo sujo a cerrado *sensu stricto*, de acordo com a classificação de Coutinho, 1978; Eiten, 1972 apud Pivello, 1992), e matas de galeria e de encostas ou vãos de serras.

O clima da região caracteriza-se por temperaturas médias anuais que variam entre 24°C e 28° C, nos meses da chuva (outubro a março) e na estação seca (maio a setembro) entre 28°C e 35°C. A amplitude térmica varia pouco entre 14°C. O regime de chuvas é sazonal e tipicamente tropical, com acentuada máxima no verão e mínima no inverno. Mais de 70% do total de chuvas precipitam-se de novembro a março; na estação seca (abril a outubro), há em média 4 a 5 dias do fenômeno. As precipitações médias anuais estão por volta de 1.800mm.

Para a ciência ocidental, a classificação da vegetação do cerrado obedece a um gradiente entre a proporção e distribuição de espécies arbóreas e rasteiras, onde áreas com dominância de vegetação rasteira são classificadas como “campo limpo”, e áreas com domínio de vegetação arbórea densa são classificadas como “cerradão”. A meio caminho entre uma e outra temos o “cerrado sensu restrito”, onde as espécies arbóreas estão distribuídas como em um pomar e o extrato herbáceo é dominado por gramíneas. Outros tipos que aparecem na região são o campo sujo, parque cerrado, palmeiral, vereda, matas ciliares e de galeria, de encostas e vãos de serra e a mata seca (ver abaixo mapa sobre as tipologias vegetais).

A classificação dos Krahô para os vários tipos de vegetação segue uma visão muito compatível com uma “ecologia de paisagem”, na qual uma região é composta de vários elementos de paisagem e que são diferenciados pelos índios. Ao classificar uma vegetação, além da diferença fisionômica, os índios consideram o relevo e o solo.

A Terra Indígena Kraolândia apresenta distintos ambientes. A simples menção de uma destas fisionomias implica em todo um conhecimento acerca de sua localização na paisagem, disponibilidade de água, tipos de solos e aproveitamento para agricultura, espécies vegetais úteis para alimentação ou na medicina tradicional, fauna associada à época de caça. Os principais ambientes identificados pelos índios estão caracterizados abaixo.

***Hacôt* – “chapada”**

É por meio desta categoria que os Krahô se referem ao ambiente que denominamos “chapada”. É de grande importância sócio-cultural dado que se trata de um povo caçador/coletor. É o ambiente preferencial para o assentamento das aldeias. A “chapada” permite ainda uma profundidade visual que favorece o acesso a uma ampla variedade de espécies animais. A classificação Krahô, no entanto, é mais restritiva do que a nossa, fixando no conceito *hacôt* apenas as terras mais altas, com relevo suavemente ondulado, dominado por solos de areias quartzosas e vegetação de cerrado *stricto sensu* (paus d’arco, piquizeiros, cega-machados, sucupiras-pretas são, entre outras, dominantes nesta paisagem)

***Pôpêj* ou *hacôtcarã* – “chapada” de campo limpo**

Esta categoria se diferencia da anterior pela vegetação dominada por gramíneas e alguns arbustos e com rara presença de árvores. Toda a colonização da região foi baseada na oferta de gramíneas nas chapadas e nos campos limpos. A classificação regional não faz diferenciação entre estes ambientes. As principais espécies associadas ao *pôpêj* são as gramíneas, os araçás e o tucunzinho ou tucum rasteiro, muito utilizado pelos Krahô para a confecção de fios.

***Aprêj*– “bola de mato”**

Aprêj é outro tipo fisionômico associado às chapadas. Os Krahô a descreve como “bola de mato” no meio da chapada. Podem ocorrer com tamanho variado de 3 a 12 metros de diâmetro. São como ilhas isoladas em meio a chapadas de vegetação rala, onde grupo de árvores cresce adensado. Estas características fazem destes locais pontos de refúgio de caça e ninhos de aves. Podem ocorrer em áreas de “campo limpo”, “campo sujo” ou “cerrado senso restrito”. Todas as espécies que ocorrem no *hacôt* podem ocorrer nessas ilhas.

***Capròm* ou *Hitwô* – “baixões”**

Como o próprio nome utilizado pelos regionais nos informa, os “baixões” são áreas baixas da paisagem onde o lençol freático se aproxima bastante da superfície do solo. São também chamados de “campo limpo úmido”. Para os Krahô, *Capròm* é aquele baixão associado a áreas de chapada, de solos arenosos e em geral distróficos (baixa fertilidade). A vegetação predominante é de gramíneas, sempre verdes devido à água.

Geralmente não há afloramento de água, porém devido à altura do lençol freático as espécies arbóreas do cerrado não se desenvolvem aí.

As principais espécies associadas são espécies da Família das Gramíneas e das Ciperáceas.

Harê – “veredas”

As veredas estão geralmente localizadas em vales e áreas planas acompanhando linhas de drenagem mal definidas, próximas a nascentes (olhos d'água) ou às bordas de matas de galeria. São dominadas por agrupamentos de vegetação arbustivo-herbácea mais ou menos densas, características de onde emergem buritis pouco adensados, buritiranas e mais raramente sambaibas. Distintamente dos “baixões”, seus solos são em geral hidromórficos (que estiveram sujeitos a presença da água durante sua formação). As veredas são em geral circundadas por campos limpos úmidos

Estes ambientes exercem importante papel na manutenção da fauna do cerrado, funcionando como local de pouso para a avifauna e de refúgio, abrigo, fonte de alimento e local de reprodução para fauna terrestre e aquática.

As principais espécies associadas são aquelas da Família das Gramíneas e Ciperáceas, além de buriti, buritirana, sambaíba e o murici,

Himpô – lagos e lagoas

Os dois últimos ecossistemas citados, baixões e veredas, formam com os lagos um único sistema complexo ligado ao afloramento do lençol freático, aparecendo juntos ou separados em combinações, de acordo com o local. Esta categoria indígena independe do tamanho do lago.

A combinação se dá em função da geomorfologia da paisagem. As serras e principalmente as chapadas, com seus latossolos e areias quartzosas bastante porosas, funcionam como esponjas ou grandes receptoras e armazenadoras das águas das chuvas que são lentamente liberadas nas áreas mais baixas.

Em geral os “baixões” são as cabeceiras ainda secas dos riachos em pontos mais baixos da paisagem. De acordo com o aumento da água acumulada começam a aparecer às espécies típicas da vegetação das veredas em torno de lagos de tamanho variado, onde a água passa a estar em quantidade suficiente para se acumular; a partir de uma vertente a água flui de acordo com a declividade do terreno. A vegetação se torna mais densa formando o que os regionais chamam de “brejo”, onde ocorrem espécies

hidrófilas como o buriti. Com o aumento do fluxo da água, são formadas as matas de galeria e depois as matas ciliares.

Ecosistema de rara beleza e fragilidade, é também importante unidade de recurso e pontos de refúgio de diversificada fauna. Peixes como a traíra, de grande seletividade para os Krahô, jacarés e uma grande variedade de pássaros se servem deste ambiente. Na estação mais seca aumenta a variedade e concentração dos animais nesses bebedouros.

Além das gramíneas, da vegetação de vereda, como o buriti, ocorre neste ambiente ainda uma espécie bastante característica e presente neste ecossistema, a palmeira buritirana, e algumas espécies flutuantes. Outras espécies dominantes são o murici, a sambaíba e as diversas “tiriricas”. Peixes, jacarés e ariranhas ocorrem em grande quantidade nestes *himpô* e dos quais a TI Kraolândia é pródiga.

***Kên* – serras**

Kên é palavra também utilizada para designar “pedra” ou “rocha” e é bastante representativa das serras da região, pedregosas e escarpadas. São formadas de rochas sedimentares, arenitos, argilitos e siltitos concrecionados, testemunhos do antigo relevo em forma de platôs (mesetas) com altura nunca superior a 400 metros em relação ao solo, comprimento de até uma dezena de quilômetros e largura de vinte metros até um quilômetro. Do ponto de vista da designação, o termo *kên* abrange os ecossistemas das encostas, com seus solos rasos, pedregosos e muito sujeitos a erosão com sua vegetação e fauna adaptadas.

A vegetação do topo das serras da TI Kraolândia é diversificada, entre outros fatores, em função da qualidade dos solos e do microclima. Os Krahô fazem distinções, uma vez que *kên* é classificação específica para serras com vegetação de campo limpo no topo (*kênkré*). Principais espécies associadas: vegetações rasteiras, gramíneas, sendo excelente pasto para as espécies herbívoras. As espécies arbóreas são as do *hacôt* e do *havên* com predominância dos araçás, jatobás, sucupiras, muricis, “folha larga”, cachamorra, cajuí e mangaba. É o ambiente principal para a reprodução de araras e morcegos, em buracos e cavernas das encostas.

***Havên* – “capão de mato” ou “catinga”**

A fisionomia vegetal assim classificada ocorre em locais baixos, sempre associada a solos rasos de cascalho e plintitas (elementos concrecionados de ferro).

Pode ser classificada como um tipo de “cerradão”, pois possui vegetação bastante densa e fechada. O *havên* é uma mata seca, composta por algumas espécies que perdem as folhas (semicaducifólias e caducifólias). Sua espécie mais característica é a catuaba.

Uma outra variante também classificada como *havên* são os ambientes propícios à aroeira, igualmente com solos rasos, mas com formação mais rica em argilas concrecionadas e menos rica em derivados do ferro. Ambas as fisionomias ocorrem em locais secos e altos.

As principais espécies associadas são idênticas às espécies que predominam no *hacôt*, só que de maior porte, como a catuaba, a aroeira, o pau roxo e o angico. As espécies frutíferas como a macaúba, o arará e a sapucaia também dominam neste ambiente. Guaribas, guandus, cotias e quatis são a fauna associada ao *havên*.

***Irõm* – matas**

As matas de referência para esta definição são as semidecíduas do Maranhão, em sua zona de transição com o cerrado. Os solos que dão sustentabilidade a esta vegetação são em geral de maior qualidade física e química quando comparados aos solos dos cerrados e estão localizados em áreas mais altas. A reciclagem promovida pela vegetação de espécies decíduas e semidecíduas e pelo regime climático, com estação seca bem definida, ajuda a manter sua alta fertilidade e a eleger a área como muito importante para agricultura.

É uma importante unidade de recursos da flora e da fauna. A flora das matas é aproveitada na construção das casas (madeira, palha, cipós) e na coleta de alimentos, mas seu maior valor é ser um importante refúgio de fauna, inclusive indicada como região prioritária para a conservação da biodiversidade de aves e mamíferos.

Todas as matas são classificadas pelos índios como *irõm*, sejam elas matas de galeria, matas ciliares, matas de baixão, matas localizadas nos vãos das serras. Em muitos casos estas matas são sub-classificadas de acordo com a biodiversidade de suas espécies: *kêncavé* (mata-de-vãode-serra) ou *kênkré* (mata-de-encosta). Ainda de acordo com as especificidades do ambiente tem-se a predominância de algumas espécies como:

- Inajá – então a mata tem o seu nome – *awar'cô*¹³ – geralmente localizado nos vãos das serras.

¹³ O sufixo “cô”, depois do nome destas espécies pode ser traduzido como “local do”. Esta classificação não é exclusiva para áreas de mata, mas para locais com predominância de alguma espécie e também é utilizado para fisionomias do *hacôt* como por exemplo “*cunxê'cô*”, onde predomina o bacuri.

- Bacaba - *caaper'cô* – as matas de bacaba ou bacabal, geralmente nas matas ciliares.

Principais espécies associadas à mata:

- Frutas: cajá, bacaba, taturuba, goiaba de porco, inajá, tucum, merim, jatobá, babaçu, jenipapo, sapucaia.
- Essências florestais: copaíba, aquariquara, chuveiros, jatobás, ipês, macaúba, sambaíba, amarelão, merim, ata menju, pente de macaco, pau roxo, angico, pati.
- Extrativismo: timbó, tingui do mato, banana brava, canajuba, amescra,
- Fauna: jaboti, veado-mateiro, fuboca, veado-catingueiro, caititu, queixada e anta.
- Fauna: (no contato entre mata e cerrado): rabo de couro, tatu, china e peba; e as aves: jacu, aracuã, jacamim e tucano.

***Akêt* – mata-de-cipó**

O *akêt* é uma fisionomia de mata que ocorre na zona de transição entre o *hacôt* e as matas de galeria, muito fechada, com presença de lianas.

***Hipé* – “capoeira”**

Os *hipé* são “capoeiras”, sejam elas originadas pelo uso do solo nas roças ou por queimadas, e a sua característica mais importante para seu enquadramento é o fato de não “estarem maduras”. Para esta classificação é levada em conta a sucessão das espécies vegetais conhecida pelos Krahô. É evidente que só ocorrem nos domínios das matas e de vegetações densas.

As principais espécies associadas a este ambiente são as espécies pioneiras e secundárias da vegetação da mata, como a imbauba (várias espécies), a banana brava e a marmelada.

***Pàà* – “carrasco”**

O “carrasco” caracteriza-se por um ambiente com diferentes tipos de vegetação, geralmente arbustiva, em solos pobres em nutrientes, podendo variar de denso a aberto. Distingue-se da caatinga por apresentar uma densidade de indivíduos lenhosos com troncos finos, uniestratificados e pela quase ausência de cactáceas ou bromeliáceas (Araújo *et al*, 1999).

De acordo com as informações dos índios, o carrasco está “pegado na mata”. São caracterizados por nesgas de uma vegetação densa, de difícil acesso, cujo solo apresenta concreções ferruginosas. Dentre as espécies vegetais associadas ao carrasco estão o pau d’arco, a sucupira e a fava-de-bolota (*Dimorphandra sp.*).

Quanto à fauna, espécies como veado, caititu (*Croce*), peba (*Euphractus sexcencetus*), tatu verdadeiro, cutia, veado (*Mazama sp.*) podem ser encontrados neste ambiente, cujas estratégias de caça mais utilizadas pelos índios são a “espera”, com cachorro, armadilha com espingarda, utilização do fogo, rastejo e o cavoucamento.

O extrativismo e a utilização dos recursos naturais

O aproveitamento dos recursos da fauna e da flora ainda hoje é a base para a sobrevivência dos Krahô, seja pelo aproveitamento direto seja pela comercialização de produtos extrativos.

Junto com a caça, as espécies extrativas é um importante fator no modo de vida e na sobrevivência dos Krahô. Utilizam-se de espécies como Buriti, Buritirana, Bacaba, Cajá, Babaçu, Pequi, Fava D’anta, Tucum, Cajuí, Bacuri, Oiti, Puçá, Mangaba, Bruto em distintas épocas do ano. A coleta e o beneficiamento destes produtos são realizados pelas mulheres, que em grupo, passam o dia na coleta.

Fauna

Na aldeia indígena do Rio Vermelho, foram listadas 44 espécies de mamíferos e uma espécie de marsupial; verificou-se ainda 17 espécies de répteis. Muitas espécies que existiam em maior número já tiveram sua população diminuída, mas entre estes animais, nenhum se extinguiu. Apenas alguns animais, como o urubu, o Gavião-Pykopjê e a cobra, têm uma menor pressão de caça devido a tabus alimentares. Foram listados pelos índios 37 espécies da avifauna. Em relação aos invertebrados, os índios identificaram 19 espécies, a maioria de insetos, principalmente de abelhas. Na tabela seguinte estão listadas algumas das espécies da fauna encontradas no território Krahô.

Nº	Nome			Ecossistema	Outras informações
	Krahô	Português	Científico		
1	Anxu	Rato			
2	Carôjacati	Fuboca		Mata e caatinga	
3	Caprã	Jabotí		Serras	

4	Crôré	caietu		Mata	
5	Pó	Veado do campo	Mazama sp.	Chapada	
6	Pócahãj	Veado fêmea	Mazama sp.	Chapada	
7	Póxumtí	Veadomacho	Mazama sp.	Chapada	
8	Carâcaprêc	Catingueiro vermelho	Mazama sp.	Chapada e mata	“caprec” – em alusão a pelagem vermelha
9	Kõccatecti	Teiú	Ameiva ameiva	Mata e pé de serra	
10	Kõnc’ti	Camaleão	Iguana sp.	Brejo e matas ciliares	Come folhas de árvores do brejo
11	Puké	Cangambá		Chapada e mata	“Deixa Tripas na beira do rio, jacaré ou sucruiu que comer morre”
12	Xêpré	Morcego		Oco de buritizeiro, laje de pedra, quase do tamanho de um papagaio.	Sem limpar, moquea, bota no girau, depois no pilão.
13	Kyré	Gambá furão	Didelphis sp.	Mata e chapada	
14	Kokroc	Papa mel		Mata e chapada	
15	Roppuré	Gato de chapada branco	Felis sp.	Chapada	
16	Pât’ti	Bandeira	Myrmecophaga sp.	Mata, serra, baixão	
17	Pât’ré	Bandeira			

		pequeno, mambiro			
18	Tonré	Rabo de couro		Chapada	
19	Croy	Guandu		Mata	Mata Grande
20	Wacõ	Quati	Nasua sp	Catinga, mata bruta e brejo.	Come milanga
21	Wacõcarocti	Quati mundé		Catinga, mata bruta e brejo.	Quati macho velho, quati mundé, anda só. Fêmea anda com filhos.
22	Wacõcarocré	Guaxinim		mata	
23	Cycujré	Macaco		mata	Cara preta, corpo mais claro
24	Cypytcahãï	Guariba – fêmea	Alouatta sp.	mata	preto
25	Cypyt'ti	Capelão - macho	Alouatta sp.		Preto
26	Cycujcatõcré	Quatipuru ou quatro olhos	Sciurus sp.	Mata	Olho pintado na testa
27	Xõpariré	Sauim	Callithrix sp.		
28	Cypytcahàcré	Macaco preto ou barbudo			
29	Pàtcahàcti	Preguiça	Choloepus sp.	Mata	
30	Cu'kryt	Anta	Tapirus terrestre	Mata bruta	Muita carne e pouco osso, come fava d'anta na chapada

31	Ropro'pro	Gato Maracajá	Felis sp.	Mata	
32	Ropré	Gato Xiringa	Felis sp.	Mata	
33	Ropô	suçuarana	Felis concolor	Mata, caatinga.	Atravessa chapada até outra mata. Caça na chapada e dorme na mata
34	Ropti	Onça pintada	Pantera onça	Mata, caatinga.	
35	Roptihere	Onça preta	Pantera nigra	Mata, caatinga.	
36	Xàrécaprêc	Raposa pé vermelho		Chapada	
37	Xàré	Raposa pé preto		Mata	
38	Crôcrâcaprec	Porco queixada cabeça vermelha		Mata	Violento, destrói qualquer Coisa, quando no bando.
39	Crôtyrere	Porco queixada cabeça preta	Tayassu pecori	Mata	Menos violento
40	Tê'ti	Lontra	Lutra sp.	Águas dos rios e riachos	Pari dentro da água, tem muito no rio Corda.
41	Cũntũn	Capivara	Hydrochaeris sp.	Rio corda	Gosta de arroz e tiririca
42	Cra	Paca	Azauti paca	Mata, brejo, beira d'água	Muita carne e pouco osso,

					ossos finos
43	Crà'ti	mucura		Qualquer lugar	
44	Tôn	Tatu		Qualquer lugar	
45	Raaré	China		Qualquer lugar	
46	Awxê't	Peba		Qualquer lugar	
47	Cukên	Cotia		mata	
48	Mĩ	Jacaré	Melanosuchus niger	Lagos	Mim ti – grande Min ré - pequeno
49	Caprãpejti	Tracajá	Platemys sp.	Rios e lagos	
50	Caprãporé	Tracajá caco			

Os Krahô utilizam algumas espécies animais para uso medicinal, conforme o quadro abaixo:

Animal	Uso
Jaboti	Gordura utilizada para vermes Guarda parte preta do corno, que solta quando ste é queimado. Usa o pó para retirar espinhos e tocos do pé
Capivara	Osso – torrado e moído é usado como um café para reumatismo
Cara – Kondi	Miolo da cabeça do peixe vivo usado para ajudar a puxar espinhos
Sucuri	Retiram óleo (gordura) para tratamento de reumatismo

Das 17 espécies de répteis conhecidas, 11 pertencem ao grupo das serpentes; as restantes compreendem os tracajás (02 espécies), o jaboti, o teiú, o camaleão e o jacaré.

A classificação Krahô para as cobras está listada a seguir no quadro.

Nº	Nome Krahô	Nome português	Ecossistema	Outras informações Pontos de caça importantes
1	Krêncó	Cobra papagaio	Mata	Cor de pena de papagaio
2	Pãrpup	Surucucu	Mata	Quatro ventas, muito venenosa
3	Kroacroré	Cobra cipó	Mata	Sem veneno

4	Paacti	Cascavel	Chapada	costumam caçar para venda do chocalho
5	Cangãpej	Rabo Branco		Muito venenosa, malha igual a da cascavel.
6	Cangãhuti	Caninana	Chapada	Pintada
7	Cangãhu tycti	Papa Pinto	Chapada	
8	Hic'co	Corre campo	Chapada	
9	Lô'ti	Sucuri	Mata de galeria/brejos	
10	Hãti	Boipeba	Mata	Quando observa a presa fica larga do rabo até o pescoço
11	Pukatxuré	Coral	Mata	

As 37 espécies de aves identificadas e classificadas pelos índios, mais a descrição dos ambientes em que elas ocorrem e o uso que os Krahô fazem de cada uma estão listadas abaixo.

N°	Nome			Ecossistema	Outras informações
	Krahô	Português	Científico		
1	Pjêcré	siriema		Chapada	Bastante consumida, criada na aldeia
2	Pêêquêti	Perdiz		Chapada	Imitam o barulho de formiga para atraí-la
3	Capu'ti	Jaó do mato		Mata	
4	Atôrôré	Nambu	Crypturellus sp.	Chapada e mata	Bastante consumida
5	Ronti	Tucano	Ramphastos sp.	Todos	
6	Roncuxôjti	Tucano felipe, grande amarelo		Todos, mora na mata	
7	Jôjôtré	Felipinho papa branca	Amazona sp.	Todos, mora na mata	
8	Cryjré	Papagaio –	Amazona sp.	Todos	Croy – nome geral

		cabeça azul			para papagaio
9	Cryjti	Papagaio – cabeça amarela verdadeiro	Amazona sp.	Todos	Penas utilizadas para enfeite
10	Kanti	Raimundo nonato		Todos	
11	Rojré	Curica	Pionopsitta sp.	Todos	Penas utilizadas para enfeite
12	Krēnpej	Curica maracanã	Pionopsitta sp.	Todos	Penas utilizadas para enfeite
13	Caijê ou Caijê ré	Maracanã do talhado		Todos	
14	Axoré	Jacamim	Psophia sp.	Mata	
15	Xôn	Urubu	Coragypus atratus		
16	Aketkatôtôjré	Passaruim – periquito	Brotogeris sp.	Chapada	
17	Krekremp	Carcará		Chapada	
18	Hacporocrirê	Gavião- Pykopjê da chapada		Chapada	Miudinho como caburé
19	Putêc	Jacu pamba		Mata e caatinga	
20	Jarkwâcré	Aracuã –tipo de jacu		Mata e caatinga	
21	Kwên	Gavião- Pykopjê fumaça		Chapada	
22	Krēncarocré	Periquito ferrugem	Brotogeris spp.	Mata	
23	Kócôré	Periquito jandaia	Brotogeris spp.	Mata	Bem vermelho como arara

24	Krêré	Periquito estrela	Brotogeris spp.	Todo lugar	Usado para empenção em festas, no Ketuayê todas as crianças são empenadas de verde.
25	Ketré	Periquito verde	Brotogeris spp.	chapada	idem
26	Careyti	Araruna	Ara spp.	Brejo e buritizal	Tipo maracanã só que bem maior, põe no buritizeiro.
27	Pâncaprec	Arara vermelha	Ara spp.	Chapadas, serras e talhados.	Penas para penachos de cabeça, arco e flecha.
28	Pânhandi	Arara Canindé	Ara spp.	Chapadas, serras e talhados.	Menor um pouco que a anterior. Penas amarelinhas usadas em saiotos
29	Pântycti	Arara preta	Ara spp.	Chapadas, serras e talhados.	Existe mais no Goiás
30	Hâccwynjacaré	Gavião-Pykopjê de penacho		Matas e chapada	Jaka – pena branca de cima é dura. Penacho sob penas do peito, muito valorizado, só usado em rainhas. Diz que quem mata e come Gavião-Pykopjê não cria nada.
31	Kînjârên	Gavião-Pykopjê pinhên		Chapada	
32	Kõncó	Gavião-Pykopjê cuã		Chapada	

33	Hàc	Gavião- Pykopjê		chapada	
34	Hàc'tycti	Gavião- Pykopjê da noite		Mata	Caçador voraz, só anda a noite. Pega paca tatu, cotia.
35	Waracatêti	Gavião- Pykopjê			Parecido com coruja.
36	Pãti	Coruja		Mata, brejo.	Caça ratões e outros.
37	Mãti	Ema	Rhea americana	Chapada	Gosta de muricizinho, cipó de rama, folhas novas.

Entre os invertebrados, as abelhas mereceram atenção especial por parte dos Krahô. Foram classificadas e identificadas 13 espécies de abelhas. Algumas abelhas são coletadas de maneira especial, mas em geral o fogo é utilizado com as abelhas mais agressivas. Também foi relatada uma técnica que usa a castanha de caju verde, que é queimada e usada para fechar a saída das casas antes da derrubada do tronco, desta forma “nenhuma fica valente, não é preciso usar o fogo”.

Krahô	Português	Localização provável	Usos	Produção (ano)
<i>Hikutí</i>	Tiúba	Cerrado em furos nas árvores, nós.	Resfriado, catarro, reputada como mel <i>mais medicinal</i> . Cera utilizada em fios de algodão para <i>iluminação</i> dentro de frutos de sapucaia, na ponta de flechas (bolota), <i>Pesca</i> , para fixar cordas	cerca de 4lts.
<i>Cacór</i>	Abelha de fogo Tataíra	Cerrado chapada	Bom para catarro, para estomago, possui substância urticante.	½ lts. ou menos
<i>Cucrân</i>	Xupé	Casa de barro duro nas pedreiras, buritizeiros, pequizeiro.	Produz muito até 50 kg. Mel enjoativo, forte. Não usa para comer farinha Fura com vara e déia cair na vasilha e vai pegar de manhã..	
<i>Pua</i>	Arapuá	Cupinzeiros da chapada	mel doce como a Tiúba, , A cera colocada na cabeça, acalma crianças irritadas e “choronas”	Até ½ litro,

<i>Hiprejy</i>				Máximo 2 lts.
<i>Inxungap rec</i>	Abelha vermelha Tubi vermelho	Aspecto e hábitos parecidos com a Tiúba	Mel doce, fino, bom para tosse, Cera para velas Utiliza cera em artesanatos como cola	+/- 3 lts.
<i>Penlé</i>	Jandaíra	Casa em troncos próxima ao chão	Como colírio Muito doce	
<i>Inxuntug ré</i>	Tubi brabo	Pequizeiro, pau de terra	Gripes e resfriados	menos de 5 lts.
<i>Terriporé</i>		No oco de candeia	Mel muito grosso, bom para tosse.	1 a 2 lts.
<i>Honriré</i>		No oco do pau, alvado comprido	Bom para “resguardos de corredor”, mel muito azedo.	
<i>Thóm</i>		No oco do pau	Usa cera para passar na flexa, cera muito forte	
<i>Autxundi</i>	enxu	Morada grande, paredes tipo papel, redonda.	Doce, mel para velho, jovens não usa; Para pesca	

Espécies arbóreas

Foram identificadas 61 espécies vegetais utilizadas pelos Krahô. As espécies classificadas foram ainda divididas de acordo com a sua utilização no cotidiano krahô. Algumas das frutas (denominação genérica: /xô/) presentes no território são Bacuri, Bacaba, Murici, Buriti e Babaçu. Os Krahô utilizam as plantas de várias formas e não somente como alimentos, mas para construção de moradias, remédios, confecção de artesanatos e utensílios domésticos. Abaixo apresentamos a utilização das espécies vegetais no seu uso cotidiano pelos Krahô. Espécies vegetais e seus usos no cotidiano estão relacionados nos quadros abaixo.

Exemplos de plantas utilizadas para “espera” de animais

Krahô	Português	Parte atrativa	Ecossistema	Animais atraídos
<i>Kujti</i>	sapucaia	Flor - setembro	mata	Cotia, paca, veadozinho, anta, caititu, jacu.
<i>Rýmré hu (hominré)</i>	Jurema ou rosca	fruta		Paca, veado, etc
<i>Crayourã</i>	Toari	flor	mata	Paca
<i>Aprã tuc</i>	Marfim	Flor – em agosto fruta – out/nov		Cotia, veado, teiú, capran, caititu, jaboti.
<i>Ror Karoc gré</i>	Pacuzeiro da mata	Fruta setembro	mata	Cotia, veado, jacu, caititu, paca.
<i>Tokti</i>	Pau d’arco	Flor	chapada	Ema
<i>Pýr ry ré</i>	Copaíba ou podói	Fruta	Mata	Paca, cotia, todo bicho.
<i>Intó atxu</i>	Merindiba	Fruta	chapada	Veado, cotia, anta, cotia, jacu.
<i>Cutenré</i>	Muricizinho	Fruta	Chapada	Ema
<i>Aranhóc</i>	Pau de Leite	Flor	Chapada	Campeiro, Catingueiro.
<i>Cotlé</i>	Mandioca Braba	Flor, folha.	Chapada	Campeiro, Catingueiro.
<i>Prin</i>	Pequi	Flor	chapada	Campeiro, Catingueiro.
<i>Huyorôré</i>	Inharé	Fruto – nov/dez	Chapada e mata	Mateiro, cotia, jacu, paca.
<i>Capran Yontxo</i>	Cagaita	Fruta out/nov.	chapada	Veado, paca.
<i>Tegrógarok</i>	Mamaluca	Fruta - outubro	Mata	Jacu, mateiro, cotia.
<i>Awãr</i>	Inajá	Dez até verão	Mata	Paca, cotiaa, caititu, rato.
<i>Ronrocti</i>	Fava de Bolota	verão	Chapada	Anta, paca, cotia, ratinho.

Frutas e outras plantas comestíveis da mata e do cerrado

Krahô	Português	Ecossistema	Época do ano	Outros usos
<i>Rõnré</i>	tucum	Chapada	Todo ano	Utiliza também as folhas como fonte de resistente fibra
<i>Kritindi</i>	Puçá (casca Preta)	chapada	Nov/dez	
<i>Krotolé</i>	Puçá (casca vermelha)	chapada	Nov/dez	
<i>Penroctxo</i>	Mangaba	Chapada	Dez	Leite medicinal, látex (pouco usado)
<i>Tegroidi</i>	Murici	Chapada		
<i>Pitoncarok</i>	Pitomba	Mata		
<i>Ron</i>	Coco babaçu	Mata		“Da casca fazia grolado, massa e mingau”.
<i>Awãr</i>	Inajá	Mata		Dois tipos: grande e cabeçudo
<i>Nancarokgré</i>	Bromélia	Mata		
<i>cuntxe</i>	Bacuri	Chapadas,	Dez	Comercializado, topo de serra.
<i>Roepró</i>	Araçá	Encostas de serras,		litosolos
<i>Mecaten</i>	Bruto	Chapada		
<i>Prukogako</i>		chapada		Fruta meio compridinha branca, dá leite.
<i>Tecrey</i>	Jatobá de vaqueiro	chapada		farinha desmanchada na água
<i>Krenti</i>	Castanha de burro	Mata	Nov	queima caroço para tirar castanha.
<i>Crol</i>	Buriti	Brejos	Nov/dez	
<i>Caaper</i>	Bacaba	Matas ciliares	Nov/dez	
<i>Krolaró</i>	buritirana	Margens de lagoas e olhos d'água,	Nov/dez	
<i>Poy</i>	Jatobá	Mata	Nov	Muito consumido antigamente; identificam hoje

				antigas aldeias pela sua presença.
Ampotxotug ré	Merin	Brejos		Frutinha de cor arroxeadada

Principais espécies usadas na construção de residências

Usos	Nome		Característica utilitária	Local de coleta
	Krahô	Português		
Telhados	awãr	Inajá	Durabilidade e grande comprimento da palha. Usada no telhado e nas paredes	Mata, maior oferta na mata grande.
	Crow	buriti	Forma da folha para o capote da casa	Brejo
Fibras para amarrão	Crow ro	Buriti	”Olhos” ou folhas imaturas longas	brejo
Caibro	Kod ré	Merin	Retidão e durabilidade	Mata, brejo.
	Kro inho –pin	Língua de galinha		
Travessa	Kod ré	Merin		Mata, brejo
	Cuten ré	Mufumbo		Mata
	Cu kó	pindaiba		Mata
Forquilha	Cutó	Sucupira	Durabilidade, âmagó.	Chapada
	Pukaikó	Cachamorra preta	Âmagó	Chapada
	cohi	Pau roxo	Âmagó	mata
	Cutxu kran	Coração de nego		mata
Paredes	Par kaquiré	caneleiro	Resistência ao sol	Mata seca
	Cipós		Armação para colocação de barro nas paredes	
Girau	awãr	Inajá	Estrado	

Resinas

Krahô	Português	Usos	Ambiente
<i>Aronroc</i>	Pau de leite	Para empenar e “fixar” tintura de carvão	chapada
<i>Rontoy mim</i>	Amescra	Empenar	Mata
<i>Cruti</i>	angico	Suco e remédio para resfriado e catarro	Mata seca
<i>Poy</i>	Jatobá	Para olhos	Mata

Tinturas utilizadas

Krahô	Português	Usos
<i>Poldi txo</i>	jenipapo	Tintura preta
<i>Py</i>	Urucum	Tintura vermelha

Espécies preferenciais para Lenha

Nome Krahô	Nome português	Ecossistema
<i>Tegroidi/kuténré</i>	murici	Chapada
<i>Poy</i>	Jatobá	Mata
<i>Prucókako</i>	Maçaranduba	chapada
<i>Cruti</i>	Angico	Mata seca
<i>Cutó</i>	Sucupira	chapada
<i>Romim</i>		

Espécies utilizadas para confecção de artesanatos e utensílios domésticos

Nome Krahô	Nome português	Usos	Ecossistema	Outros usos
<i>Kenguro Par</i>		Raiz Utilizada para ralar	brejo	
<i>Krol</i>	Buriti	Fita e embira – tira e deixa secar no sol	Brejo	Cesto, corda para costuras em geral, esteira, alça do cofo.
		Talo – tira e deixa secar no sol		Peneira, caipó, <i>tapit</i> , esteira, balaio,
<i>Ronti</i>	Tucum	Tira fita para fazer corda	Chapada	
<i>Awãr</i>	Coco Inajá	Esteira, estrado do girau	mata	
<i>Pãput</i>	Banana brava	Folha pãput hô – para fazer berubu	brejo	Para fazer berubu, amarra com a folha de buriti.
<i>Atwor par</i>		Faz tipo de iô-iô (kangô) que assobia quando girado	mata	
<i>Krowatxaré</i>		Para fazer arco e vara de pesca – forte como Catuaba	Mata	
<i>Woodi</i>	Pati	Arco	Mata	Palmeira
<i>Poukoré</i>	Capim da mata	“Pinça dos antigos”	Mata	Semente tem um espinho, segurando na semente e passando sobre os pelos arranca-os

A utilização do fogo

O fogo na terra indígena é empregado no preparo da roça e na limpeza das “chapadas” (*Hacôt*). Ao se queimar as “chapadas” não há nenhum cuidado quanto ao controle do fogo como abertura de aceiros, mas observa-se a direção do vento antes de atear o fogo, por exemplo. A frequência do fogo sobre uma mesma área acarreta o dessecamento do solo e, conseqüentemente, seu empobrecimento. Devido a estas queimadas, predomina uma fisionomia de campo sujo ou na linguagem indígena a “chapada”.

O fogo é utilizado pelos pequenos agricultores apenas para o preparo da terra, tomando cuidado para evitar o alastramento deste. A ausência de fogo durante pelo menos 20 anos, permite o desenvolvimento do cerrado. De acordo com as entrevistas, áreas ocupadas anteriormente por “chapadas”, estão atualmente ocupadas por cerrado (cerrado *sensu stricto*). Neste caso, as áreas queimadas possuem um tempo em repouso

suficiente para a recuperação do solo e regeneração da vegetação para uma fisionomia de cerrado *senso stricto*.

Solos

Os Krahô, e os demais povos Timbira aqui considerados, possuem uma classificação para seus solos de acordo com sua textura (composição), cor e localização. A terra (solo) é denominada “*pjê*” e os diferentes tipos levam este prefixo. Alguns exemplos:

Pjêxôn – *xôn* é tudo que é de consistência farinácea, e aqui a referência são areias quartzosas e outros solos muito arenosos das “chapadas” (*hacôt*). Grandes áreas de areia quartzosa, referidas pelos regionais como “tombador”, são distinguidas como *Pjê Txonti*. O sufixo “*ti*” indica grande e “*ré*” significa pequeno.

Pjêxonré – referência a solos com menor parcela de areia, como os latossolos.

Apanc ou *Cuu* – “barraria” e “barro”.

Pjêtuçti e *Carêtuçti* – Solos com barro branco claro e solos com cor preta por cima e branco por baixo respectivamente, em locais que inundam ou em áreas alagadas, referência para solos hidromórficos.

Kênpjêturpêj – “pedra suja de terra” – quando para litossolos em encostas e no alto de serras.

Pjêkâm'krătÿi – presente no topo das serras, as chapadas duras. Referência para os latossolos Vermelho Amarelo e Latossolos amarelos, áreas cobiçadas por agricultores capitalizados.

Quando comparamos o mapa de solos do sul do Maranhão e norte do Tocantins com o mapa das áreas indígenas desta região, podemos perceber a sobreposição da maioria de áreas Timbira sobre manchas de solos de areia quartzosa, solos estes excessivamente drenados e com baixa fertilidade e que geralmente dão suporte à vegetação de cerrado, *habitat* dos povos Timbira. Vários outros tipos, no entanto compõem o mosaico de solos e os variados ecossistemas que dão suporte à vida do Timbira. A partir dos mapas de solos da região e da análise expedita em campo supomos a presença das classes de solos apresentado no quadro abaixo.

Segundo Ribeiro *et alli* (1998) a distribuição das principais classes de solos no bioma Cerrado é a mostrada no quadro abaixo. Todos estes solos são altamente intemperizados, muito profundos, bem drenados e com baixa capacidade de reter a

água, além de geralmente apresentarem de baixa a média fertilidade. Da mesma forma como a maior parcela da área está nos domínios das chapadas de cerrado senso restrito.

De acordo com os autores citados anteriormente, 95% dos latossolos do cerrado é distrófico (apresentam baixa fertilidade) e ácidos (pH em torno de 4,0 a 5,5) e baixa a média capacidade de troca catiônica (capacidade de reter nutriente). As areias quartzosas por sua vez são solos constituídos essencialmente de quartzo, formados por camadas de areia inconsolidadas, que em geral apresentam estrutura fraca e pouco coerente. Apresentam baixa disponibilidade de nutrientes para as plantas e não dispõem de reservas nutricionais que possam ser liberadas de forma gradual.

Quadro 03 – Classes de solos na região

Classe de solo encontradas na área Canela	Ocorrência Estimada das classes de solo no Bioma Cerrado ¹⁴	Vegetação natural predominante (aproximação)
Latossolos vermelho – amarelo (LV)	21,6	Cerradão/cerrado denso/cerrado sentido restrito
Latossolos Vermelho Escuro	18,6	Cerradão/cerrado denso/cerrado sentido restrito
Areia Quartzosa (AQ)	15,2	Cerrado ralo/cerrado sentido restrito/cerradão
Podzólico Vermelho Amarelo (PV)?	8,2	Cerrado sentido restrito
Litólico (R)	7,3	Campo rupestre/cerrado rupestre
Plintossolo (PT)	6,0	Campo sujo úmido/Parque cerrado/mata de galeria
Cambissolo (C)	3,1	Cerrado típico/cerrado ralo
Glei Pouco Húmico (HPG)	1,8	Vereda/buritizal
Hidromórfico Cinzento (HC)	0,3	Vereda/buritizal
Glei Húmico (HGH)	0,2	Vereda/buritizal
Outros que não ocorrem na área Canela	17,7	

A estrutura física destes solos, altamente porosos e permeáveis à água, os faz intimamente ligados ao ciclo da água neste sistema, funcionando como esponja que recebe as águas durante a estação das chuvas e as libera gradativamente durante o ano nos pontos mais baixos e convexos da paisagem.

Estas classes de solos dão suporte a ecossistemas frágeis e que quando muito alterados têm grande dificuldade de se recuperarem, dada sua baixa disponibilidade de nutrientes. São altamente susceptíveis as erosões pela retirada da vegetação que os

¹⁴ Para toda a área do bioma cerrado - Cerrado Ambiente e Flora – Embrapa, 1998.

protegem, pelo uso agrícola e pela abertura de estradas o que pode não só provocar a abertura de sulcos e voçorocas, que assoream os córregos, como também gerar camadas adensadas que impedem a infiltração da água no solo.

O conhecimento da capacidade de suporte e ciclagem de nutrientes nestes solos, como também nos ecossistemas a que eles dão suporte é item importante para a estimativa da área necessário ao manejo sustentável destas terras, principalmente quando consideramos a fauna.

Do ponto de vista da agricultura os latossolos acima referidos são utilizados para a monocultura de soja na região. Para os índios as terras agricultáveis são as da mata semidecídua e das matas de galeria e ciliar, com visível maior exploração destas duas últimas, em função da disponibilidade de água. Vários tipos de solos dão suporte a estes ambientes. Areias quartzosas, latossolos com teores variáveis de argila e areia, podzólicos, e plintossolos.

Em geral, solos com alto teor de argila não são os mais procurados, o que se dá em função das culturas cultivadas, como mandioca, batatas e outros tubérculos que tem seu melhor desenvolvimento em solos menos densos. A agricultura migratória praticada pelos índios tem se mostrado preservacionista do ponto de vista dos solos, o que se dá em função do pequeno tamanho das áreas e do tempo de pousio. O aumento da população e a demanda por um número maior de áreas de roça, o bastante para quebrar o ciclo da regeneração das capoeiras pode ocasionar erosão e degradação gradual das terras.

Considerações finais

A utilização do cerrado pelos Krahô é alta, extraindo-se dele materiais para moradia, alimentos e adereços para o corpo. O conhecimento dos índios sobre as plantas utilizadas, as florações, as frutificações e alguns aspectos da ecologia é extremamente rico e deve ser estudado mais profundamente. A visão dos índios sobre a natureza é holística, nota-se isso na diferenciação das vegetações existentes, podendo ser bastante aproveitado para o entendimento de alguns aspectos da dinâmica deste ecossistema.

O uso do fogo pelos índios deve ser estudado mais demoradamente, pois as conseqüências da freqüência da queima das chapadas (quase que anual) são ignoradas. Dias et.al. (1996) estudaram o efeito de queimadas no microclima de solos de campos de cerrado e observaram que o regime térmico do solo e o balanço de energia foram modificados. Mais ainda, o uso freqüente de queimadas impõe um microclima para as

plantas diferentes daquele de áreas queimadas em intervalos mais longos. O manejo de fogo na seca para a rebrota de capim e ervas que são fonte de alimento para herbívoros é importante e já foi estudado por Rodrigues (1996) no cerrado do Parque Nacional de Emas. Neste estudo, o autor chega a conclusão de que o manejo de fogo controlado parece ser aplicável para P.N. Emas, tendo dupla função: aumentar o alimento disponível para herbívoros no Parque durante o período de seca e prevenir grandes incêndios.

Apesar da utilização a séculos do fogo pelos índios, deve se levar em conta que a maioria destes índios de cerrado era coletor-caçador, portanto a área total por eles utilizada não era limitada como hoje. Na atual situação (terra limitada), a capacidade de suporte da reserva é desconhecida. Portanto, o uso do fogo deve ser acompanhado ao longo dos anos para se analisar as conseqüências, no longo prazo, sobre a diversidade da qual a população indígena depende. Naturalmente, a TI Kraolândia, devido ao seu tamanho e mosaico de vegetações, tem uma alta biodiversidade, porém o manejo realizado pelos índios deve ser acompanhado para se observar os resultados deste sobre o ecossistema.

A pressão de caça dos índios não é significativa (por volta de 130 animais/ ano); o problema maior está na entrada de caçadores na TI. Como na área não há nenhum levantamento de riqueza e abundância de fauna é impossível se falar em capacidade de suporte de caça. Porém a determinação desta capacidade de suporte é importante, já que na reserva encontram-se animais em extinção, como o tamanduá-bandeira e onça pintada e a preta.

De forma geral, o manejo dos índios sobre o cerrado parece ainda sustentável, mas com o aumento das pressões antrópicas sobre a TI, deve-se monitorar o manejo ao longo dos anos.

A área dos pequenos agricultores do entorno da TI Kraolândia está mais afetada (extinção de espécies animais e vegetais) que a área dos índios, já que grande parte das áreas naturais foi desmatada, principalmente para agricultura e formação de pasto. Mesmo assim, o manejo de rotatividade de roças estabelece um mosaico nestas áreas composto de cerrado em regeneração (pousio de 20 a 30 anos), matas de galeria, pastos e roças, permitindo ainda a existência de certa diversidade de fauna e flora.

Atualmente, os pequenos agricultores estão mantendo os buritis dos brejos, plantando árvores frutíferas nativas da região, tendendo a uma melhora na situação tanto sócio-econômica quanto ambiental desta área em estudo.

A formação de grandes fazendas com extensas áreas para monoculturas e criação de pastos é um fator que pode ameaçar as pequenas propriedades. Deve-se ter como exemplo o que ocorreu no estado de São Paulo, no qual a formação de grandes fazendas implicou no desmatamento do cerrado de forma expressiva. Como as pequenas propriedades vêm sendo agrupadas pelas grandes fazendas, os problemas não só ambientais – pois estas pequenas propriedades ainda mantêm certa diversidade através do manejo tradicional – mas também sociais serão agravados.

2.4.2 Terra Indígena Apinajé

A TI Apinajé está assentada no domínio dos planaltos e depressões do centro-leste do Estado do Tocantins – as bacias sedimentares páleo-mesozóica e meso-cenozóica – nas depressões e planaltos do médio Tocantins e planaltos de Darcynópolis. O relevo apresenta-se levemente ondulado com declividade de 5 a 10% na maioria da área, e máximas de 10 a 15%, predominando as areias quartzosas e pequenas manchas de latossolos vermelho-escuro e vermelho-amarelo com erodibilidade ligeira, moderada e forte, respectivamente. O clima é do tipo C_{2r}A'a', clima úmido subúmido, com pequena deficiência hídrica, megatérmico e com três meses consecutivos com temperatura mais elevada, apresentando precipitação média anual entre 1200 a 1500mm e temperatura média anual 29°C.

Possui uma rica rede hidrográfica, com cursos d'água de pequeno e médio porte que deságuam nas bacias dos rios Tocantins e Araguaia. Os principais são os rios Matrinchã, Botica e os ribeirões Grande e São Bento com suas nascentes dentro da terra Apinajé.

A TI encontra-se circundada por centros urbanos e de acesso relativamente fácil, o que intensifica as interferências ambientais tais como: a invasão de caçadores e retirada clandestina de madeira, verificada nos inúmeros relatos dos Apinajé. O município de Tocantinópolis, por exemplo, possui apenas “a terra dos índios”, como unidade de conservação e reservatório de recursos naturais como a caça, a pesca, a madeira e plantas extrativas (frutos do cerrado, fava d'anta, jaborandi entre outros menos freqüentes). É neste contexto que o povo Apinajé tem procurado alternativas sustentáveis para a melhoria da vigilância de seus recursos e da qualidade de vida dentro de sua terra.

A Terra Indígena Apinajé situa-se na transição dos cerrados para a Floresta Amazônica está na região dos cocais com domínio de babaçu. A TI Apinajé é rica em

rios possuindo muitas nascentes e suas aldeias são banhadas em sua maioria por rios que nascem dentro de seu próprio território.

Na terra Apinajé foram listadas 44 espécies de mamíferos. Para os Apinajé as melhores caçadas são as que obtêm como resultado a captura de grandes mamíferos, sendo este grupo também o mais visado pela caça predatória. Muitas das espécies encontradas na terra Apinajé constam de listas de espécies ameaçadas de extinção, o que pode não ser um reflexo do que ocorre dentro da Terra Indígena, e sim do que ocorre em seu entorno, onde os ambientes naturais foram substituídos por pastagens ou monoculturas. Dentre as espécies de mamíferos verificadas na TI Apinajé constam, para o Estado do Tocantins, da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção do Ibama as seguintes espécies; a jaguatirica (*L. pardalis*), o gato maracajá (*Leopardus sp*), a onça-pintada (*P. onca*) e o tamanduá bandeira (*M. tridactyla*). Segundo os Apinajé o porcão (*Pecari tajacu*) e o tatu canastra (*Priodontes minimus*) não são mais encontrados na terra e o tamanduá-bandeira é raro. A anta (*T. terrestris*), que era tido como um animal raro tem aparecido com maior frequência na região da Aldeia Cocalinho próximo ao ribeirão dos Caboclos e, na região da Aldeia Patizal segundo seus moradores “*têm muita anta*”.

Lista de mamíferos na TI Apinajé

<i>Espécie</i>	Nome comum	
	Português	Apinajé
Classe Mammalia		
Ordem Didelphimorphia		
Família Didelphidae		
<i>Didelphis marsupialis</i>	Mucura	knĩti
	Cuíca	knĩnohturé
<i>Philander opossum</i>	Catita	knĩnokêr
Ordem Xenarthra		
Família Dasypodidae		
<i>Dasyopus novemcinctus</i>	Tatu-galinha	Tôn
<i>Dasyopus septencinctus</i>	Tatu-mulita (china)	Xinre

<i>Euphractus septencinctus</i>	Tatu-peba	Apxet
<i>Cabassous sp</i>	Tatu-do-rabo-mole	Hagrêre
Família Myrmecophagidae		
<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	Tamanduá bandeira	Pàti
<i>Tamandua tetradactyla</i>	Mambira	Pàtre
Família Bradypodidae		
<i>Bradipus variegatus</i>	Preguiça de máscara	Patkàki
Ordem Chiroptera		
Família Noctilionidae		
<i>Noctilio sp</i>	Morcego	
Família Carolinae		
<i>Carollia sp</i>	Morcego	
Família Sternodermatinae		
<i>Artibeus sp</i>	Morcego	
Ordem Primates		
Família Cebidae		
<i>Cebus apella</i>	Macaco-prego	Kôkôj
<i>Alouatta belzebul</i>	Capelão	Kupyti
<i>Saguinus Midas</i>	Soin	
<i>Saimiri sciureus</i>	Mão de ouro	
Ordem Carnívora		
Família Felidae		
<i>Herpailurus yagouaroundi</i>	Gato-morisco	
<i>Leopardus sp</i>	Jaguatirica	ropprupuré
<i>Puma concolor</i>	Sussuarana	ropkamrêk
<i>Panthera onça</i>	Onça pintada/onça preta	Ropkrot/ roptik
Família Canidae		
<i>Cerdocyon thous</i>	Raposa	Xotykti/xoré
	Raposa vermelha	Xokamrêkre
<i>Dusycion vetulus</i>	Raposinha	
<u>Potus flavus</u>	Quatro-olhos	
Família Procyonidae		
<i>Procyon cancrivorus</i>	Mão-pelada	Wakõp

<i>Nasua nasua</i>	Coati	Wakõpỹnti
Família Mustelidae		
<i>Lutra longicaudis</i>	Lontra	Nê
<i>Eira barbara</i>	Irara	Krokrok
<i>Galictis cuja</i>	Furão	
Ordem Artiodactyla		
Família Tayassudae		
<i>Tayassu pecari</i>	Caititu	Hagrôre
<i>Pecari tajacu</i>	Queixada	Hagrôti
Família Cervidae		
<i>Mazama gouazoupyra</i>	Catingueiro (do mato)	karàjakare
<i>Mazama americana</i>	Veado do Campo	Kará
<i>Ozotocerus bezoarticus</i>	Campeiro	Moti
Ordem Perissodactyla		
Família Tapiridae		
<i>Tapirus terrestris</i>	Anta	Kukryt
Ordem Rodentia		
Família Sciuridae		
<i>Sciurus sp</i>	Quatipuru	
Família Agoutidae		
<u>Agouti paca</u>	Paca	Grã
Família Caviidae		
<i>Cavia aperea</i>	Preá	Krôti
Família Dasyproctidae		
<i>Dasyprocta agouti</i>	Cutia	Kukênn
Família Hydrochaeridae		
<i>Hydrachaeris hydrochaeris</i>	Capivara	Mryti
Família Erethizontidae		
<i>Coendou villosus</i>	Guandu	Groj
Família Muridae		

Ordem Lagomorpha**Família Leporidae***Silvilagus brasiliensis*

Tapiti

Kojre

Em relação às aves foram levantadas 62 espécies na terra Apinajé. Este pequeno número de espécies se deve à dificuldade, por parte dos índios, de distinguir as espécies sendo que poucas “guias” de aves possuem boas reproduções. Os Apinajé, como os demais Timbira, são detalhistas em sua classificação animal, mesmo espécies de pequeno porte e hábitos semelhantes são por eles diferenciadas, com melhores guias e mais tempo junto a estes índios teríamos uma listagem mais completa. A única espécie que os Apinajé relatam como rara é a ema (*R. americana*) que é encontrada na terra, mas em número reduzido.

Espécie	Nome Comum	
	Português	Apinajé
Família Rheidae		
<i>Rhea americana</i>	Ema	Mÿti
Família Trochilidae		
<i>Amazilia fimbriata</i>	Beija-flor-de-garganta-verde	
<i>Phaethornis sp</i>	Beija-flor	Hnuhnré
<i>Eupetomena macroura</i>		

Família Formicariidae

Conopophaga lineata Chupa-dente

Família Tyrannidae

Tyrannus savanna Tesourinha Ngakolé

Tyrannus melancholicus Suiriri

Megarhynchus pitangua Bem-te-vi-de-bico-chato

Myiozetetes similis Bem-te-vizinho

Pitangus sulfuratus Bem-te-vi Rãrãxti

Família Mimidae

Donacobius atricapillus Jacapamim

Família Turdidae

Turdus rufiventris Sabiá-laranjeira Hnykré

Turdus leucomelas Sabia-branco Hnykré

Turdus amaurochalinus Sabiá-poca Hnykré

Família Motacilidae

Anthus lutescens Caminheiro zubidor

Família Icteridae

Gnorimopsar chopi Pássaro-preto Pipitugré

Icterus icterus Sofré Pèaré

Família Parulidae

Basileuterus leucoblepharus Pula-pula-assobiador

Família Coerebidae

<i>Coereba flaveola</i>	Caga-sebo	
<i>Dacnis cayana</i>	Sai-azul	
Família Thraupidae		
<i>Thraupis sayaca</i>	Sanhaço-do-mamoeiro	
Família Fringilidae		
<i>Volatinia jacarina</i>	Tiziu	
<i>Sporophila lineola</i>	Bigodinho	
<i>Zonotrichia capensis</i>	Tico-tico	
<i>Emberizoides herbicola</i>	Canário-do-campo	
Família Tinamidae		
<i>Crypturellus sp</i>	Jaó	Ahtor
<i>Crypturellus variegatus</i>	Jaó chorona	Ahtor krākamrêk
<i>Crypturellus sp</i>	Jaó	Ahtor jahkraxré
Família Ardeidae		
<i>Casmerodius albus</i>	Garça	Põpõ
<i>Ardea cocoi</i>	Garça moura	Põpõ
<i>Tigrisoma lineatum</i>	Socó-boi	Kamri
<i>Butorides striatus</i>	Socozinho	
Família Anatidae		
<i>Dendrocygna viduata</i>	Irerê	
Família Accipitridae		
	Gavião-Pykopjê	Àhnàhti
Família Cathartidae		
<i>Coragyps atratus</i>	Urubu	Hnônti
<i>Sarcoramphus papa</i>	Urubu rei	Hnônjakahti
Família Falconidae		
<i>Polyborus plancus</i>	Caracará	Krÿhkrÿmti

<i>Milvago chimachima</i>	Carrapateiro	
Família Cracidae		
<i>Crax fasciolata</i>	mutum	
<hr/>		
<i>Penelope superciliares</i>	Jacu	Mutÿk
<i>Pipile pipile</i>	Jacu-de-cabeça-branca	Krãjakanti
Família Cariamidae		
<i>Cariama cristata</i>	Seriema	Mrêkre
Família Charadriidae		
<i>Vanellus chilensis</i>	Quero quero	Tâtãre
Família Columbidae		
<i>Zenaida auriculata</i>	Pomba	Tuuti
<i>Columbina talpacoti</i>	Rolinha	Tuutiré
<i>Leptotila verreauxi</i>	Juriti	Purukaxure
Família Psittacidae		
<i>Amazona aestiva</i>	Papagaio	Kwÿjti
	Periquito-verde-do-coqueiro	Kêêtré
	Periquito-de-estrela-na-testa	Krÿrehtire
<i>Brotogeris chiriri</i>	Periquito-de-encontro-amarelo	
Família Cuculidae		
<i>Crotophaga ani</i>	Anu-preto	Pare
<i>Guira guira</i>	Anu-branco	Wêhot
Família Strigidae		
<i>Speotyto cunicularia</i>	Caboré	Tôhtôré
<i>Caprimulgus longirostris</i>	Coruja (bacurau)	Hipêxti
	Coruja-de-rabo-de-tesoura (bacurau)	Hipêxtirê
Família Apodidae		
<i>Streptoprocne sp</i>	Andorinha	Xiprôré
Família Alcedinidae		
<i>Chloroceryle amazona</i>	Martim pescador	Kjekjek
<i>Ceryle torquata</i>	Martim pescador	Kjekjek
Família Galbulidae		
<i>Gálbula ruficauda</i>	Ariramba-da-mata	Auaré
Família Ramphastidae		

<i>Ramphastos toco</i>	Tucano	Grõõti
Família Picidae		
<i>Colaptes campestris</i>	Pica-pau	Hnàjti
<i>Melanerpes candidus</i>	Pica-pau-branco	Krêuré
<i>Picumnus cirratus</i>	Pica-pau da cabeça vermelha	Hnàjkrākàkamroti
Família		
Dendrocolaptidae		
<i>Xiphocolaptes</i> sp		
Família Cotingidae		
<i>Tityra cayana</i>	Anambé	Tauati

Foram levantadas 22 espécies de répteis na terra Apinajé. Os Apinajé utilizam várias espécies de répteis em sua alimentação, inclusive cobras não-venenosas, como a jibóia (*Boa constrictor*) e a sucuri amarela (*Eunectes notaeus*), jacarés, lagartos e quelônios.

Lista de répteis na TI Apinajé

Espécie	Nome comum	
	Português	Apinajé
Ordem Squamata		
Família Boidae		
<i>Boa constrictor constrictor</i>	Jibóia-amazônica	
<i>Boa constrictor amarali</i>	Jibóia -cinzenta	Rokati
<i>Eunectes murinus</i>	Sucuri	Rohti
<i>Eunectes notaeus</i>	Sucuri-amarela	kagãikrãxahi
Família Colubridae		
<i>Spilotes pullatus</i>	Caninana	Põyhti
<i>Mastigodryas bifossatus</i>	Jararacuçu	
<i>Clelia plumbea</i>	Muçurana	
<i>Helicops angulatus</i>	Cobra d'água	
Família Elapidae		
<i>Micrurus</i> sp	Coral-verdadeira	
Família Viperidae		
<i>Crotalus durissus terrificus</i>	Cascavel	Ixkrám

Família Iguanidae		
<i>Iguana iguana</i>	Iguana	Kõkti
<i>Tropidurus torquatus</i>		
Família Teiidae		
<i>Ameiva ameiva</i>	Calango-verde	wetconconti
<i>Crocodylus lacertinus</i>	Jacarerana	Cogatitic
<i>Tupinambis merianae</i>	Teiu	Prytwan
Ordem Chelonia		
Família Chelidae		
<i>Phrynops geoffroanus</i>	Cágado-de-barbicha	
<i>Phrynops hilarii</i>	Cágado-da-lagoa	
Família Testudinidae		
<i>Geochelone carbonaria</i>	Jabotipiranga	Gapramré
<i>Geochelone denticulata</i>	Jabutitinga	
Família Emydidae		
<i>Rhinoclemmys punctularia</i>	Aperema	
Família Pelomedusidae		
<i>Podocnemis unifilis</i>	Tracajá	Gapram poti
Ordem Crocodylia		
Família Alligatoridae		
<i>Caiman latirostris</i>	Jacaré grande	Mitykti /jakati
	Jacaré pequeno	Mikrãkamrêkre

Classificação e uso dos recursos naturais

A classificação dos índios para os ambientes de cerrado segue uma visão de ecologia da paisagem, na qual uma região é composta de vários elementos, estes diferenciados pelos índios e nos quais baseiam sua classificação. Para discriminar uma vegetação da outra, além da diferença fisionômica os índios consideram vários aspectos, como o solo, o relevo, aspectos históricos ou espécies dominantes, sejam elas animais ou vegetais.

Os Apinajé apresentam uma vasta classificação para os ambientes, que muitas vezes se comportam como minuciosas descrições do local. Esta classificação varia

bastante entre os próprios índios e muitos ambientes apresentam mais de uma classificação. Um trabalho mais duradouro e enfocando esta questão revelaria maiores detalhes. Provavelmente devido à dificuldade de tradução para o português de suas classificações ou mesmo para facilitar o nosso entendimento, muitas terminologias estão simplificadas quando comparadas às do Krahô e Krĩkati. Seguindo a classificação de Sano & Almeida (1998), as principais formações observadas na TI Apinajé foram matas ciliares ou de galeria, babaçual, floresta tropical semidecídua, cerradão, campo cerrado, campo sujo e campo limpo.

No quadro abaixo estão listadas algumas das classificações dos diversos ambientes utilizados pelos Apinajé.

Ambiente	<i>Nome comum</i>	
	Apinajé	Tradução
Rio São Martinho	Kêñpo	Pedra Chata
Rio São Martinho (primeiro 1/3 de seu curso)	Romhnô	Onça acuada
Córrego Buriti Comprido	Wôtikahêxà	Quebrador de Pati
Córrego Marimbondo		
Rio São Benedito (São Bento)		Ponte de pau pelado
Ribeirão dos Caboclos	Pĩrêrkêhn	(pinguela de pau sem casca)
Rio Tocantins	Gôhti	Água grande
Rio Botica		
Córrego Morro Pelado	Pàgrire	Mato pequeno
Córrego Gato Preto	Gatpretré	
Córrego Tocada	kawarkugàrxà	Sapegador de cavalos
Córrego Formosa		
Rio Pecobo	Pêkôbré	Pecobinho
Ribeirão Grande	Gôkarÿti	Água cristalina
Rio São José	Krĩn-nuré	Aldeia funda
Rio Bacaba e Prata	Rophnôré	
Ribeirão Marcelino	Pàti	Mato grande
Babaçual	Rôrkô	
Patizal	Wôkrô	

Bacabal	Kamêrtikô
Tucunzal	Rohnrekô
Buritizal	Gwrakô
Carrasco	Hêkrân
Campo com barba de bode	Pôhnîkrîré
Agreste com capim grande	Pôti
Mata virgem	Pâkunî
Mata ciliar	Gômýripà
Chapada	Kapôt
Capoeira de roça	Hipé
Mato limpo	Py
Mato fechado	Pybuti
Terra preta - boa pra plantar	Pykakakrâtik

Espécies arbóreas

Foram identificados um total de 50 espécies vegetais, 12 espécies frutíferas (Anexo 8) e 38 espécies arbóreas considerada úteis. Este número é muito pequeno para a diversidade de vegetação do cerrado e para o complexo conhecimento dos Apinajé que nomeiam todas as árvores, mesmo as não úteis. Aqui apresentamos apenas as espécies que puderam ser identificadas cientificamente. O pequeno número de espécies identificadas se deve à falta de coleta de material botânico.

Espécie	Nome comum	
	Português	Apinajé
Família Palmae		
<i>Acrocomia aculeata</i>	Macaúva	rónht
<i>Mauritia flexuosa</i>	Buriti	Wraràre
<i>Attalea exigua</i>	Piaçaba	Rõnre
<i>Syagrus flexuosa</i>	Aricuri	Worti krã
Família Opiliaceae		
<i>Agonandra brasiliensis</i>	Amarelão	Pâmrereti
Família Rubiaceae		

<i>Alibertia edulis</i>	Marmelo-do-cerrado	ránhrãtìre
<i>Tocoyena formosa</i> Família Bromeliaceae	Jenipapo bravo	Panhõ norti
<i>Ananas ananassoides</i> Família Annonaceae	Ananás	grõnhõhto
<i>Annona crassiflora</i>	Araticum	Mruti
<i>Xylopiã aromãtica</i> Família Anacardiaceae	Embira-branca	kokãrti
<i>Astromium fraxinifolium</i> Família Leguminosiae	Aroeira	Gryre pãt
<i>Bowdichia virgilioides</i>	Sucupira-preta	kãrkãtãti
<i>Calliandra dysantha</i>	Flor-do-cerrado	Akroti rã
<i>Dimorphandra mollis</i>	Faveiro-do-cerrado	Agãti tirkãr
<i>Hymenaceae stigonocarpa</i>	Jatobã-do-cerrado	Mõrti
<i>Pterodon emarginatus</i>	Sucupira-do-cerrado	Kãrkãtãti
<i>Stryphnodendron barbadetimam</i> Família Moraceae	Barbatimãõ	Kõnhõkok
<i>Brosimum gaudichaudii</i> Família Malpighiaceae	Maminha-de-cachorra	Hn~iti gren~ikõk
<i>Byrsonima verbascifolia</i>	Murici-da-chapada	Kut~enkaár
Família Myrtaceae		
<i>Campomanesia pubescens</i>	Gabiroba	Mêkarõ nhõ xõ
<i>Eugenia dysenterica</i>	Cagaita	Nêrkurãre
<i>Psidium firmum</i> Família Caryocaraceae	Araçã	Pêrkurãre

<i>Caryocar brasiliense</i> Família Bombacaceae	Pequi	Pr~inh
<i>Eriotheca pubescens</i> Família Sterculiaceae	Paineira	Tirti kaner
<i>Guazuma ulmifolia</i>	Embira	Õkuráti
<i>Sterculia striata</i> Família Apocynaceae	Amendoim-da-mata	Arkrãarti pàr
<i>Hancornia speciosa</i> Família Tiliaceae	Mangaba	Aarperti
<i>Luehea paniculata</i> Família Sapindaceae	Açoita-cavalo	Nynkahiti
<i>Magonia pubescens</i> Família Compositae	Tingui	garôti
<i>Piptocapha rotundifolia</i> Família Sapotaceae	Coração-de-negro	Pornhõ kuxy
<i>Pouteria ramiflora</i> Família Proteaceae	Grão-de-galo	Krãhyre grnh~ikok
<i>Roupala Montana</i> Família Solanaceae	Farinha-seca	Pr~inkanêr
<i>Solanum aff. lycocarpum</i> Família Styracaceae	Lobeira	Garôrti krã
<i>Styrax ferrugineus</i> Família Bignoniaceae	Laranjinha-do-cerrado	Mrykuxykanêr
<i>Zeyheria digitalis</i>	Arapari	Mãtgrekanêr
<i>Tabebuia áurea</i> Família Mimosaceae	Pau d'arco	Tôre rã
<i>Parkia pendula</i> Família Myristicaceae	Fava-de-bolota	

As palmeiras são muito abundantes na terra Apinajé. A tabela abaixo mostra as principais palmeiras listadas pelos Apinajé das quais podem-se consumir os frutos ou se utilizar as folhas na produção de artesanato, utensílios e construção de casas.

Espécies de palmeiras levantadas na TI Apinajé

Espécie	Nome comum		Uso
	Português	Apinajé	
<i>Oenocarpus bacaba</i>	bacaba	<i>Kamerti</i>	alimentação e construção
		<i>pàrà</i>	
<i>Euterpe oleracea</i>	jussara	<i>Kamêre par</i>	alimentação
	tucum da chapada	<i>Rohnre</i>	confeção de artesanato
<i>Astrocaryum campestre</i>	tucum da mata	<i>Rohnreti</i>	confeção de artesanato
<i>Acrocomia aculeata</i>	macaúba	<i>Rohn</i>	
	piaçaba	<i>Rõre</i>	construção
<i>Mauritia flexuosa</i>	buriti	<i>Gwra pàrà</i>	alimentação, construção e confecção de artesanato
<i>Attalea maripa</i>	inajá	<i>Rikre pàrà</i>	construção
<i>Attalea speciosa</i>	babaçú	<i>Ronku</i>	alimentação, construção e confecção de artesanato

Os Apinajé utilizam um grande número de plantas medicinais para a cura de diversos males. Porém, como as populações tradicionais já tiveram muitos problemas com o mau uso e exploração de seus conhecimentos, não é um assunto de fácil inserção entre os índios. Anotamos apenas alguns exemplos de remédios que nos foram informados espontaneamente, como a sucupira usada contra gripe e *homgré* para cessar vômito.

Considerações finais

O cerrado é a formação mais rica em espécies nativas frutíferas com interesse para aproveitamento alimentar. Estimativas da diversidade vegetal do cerrado, como um todo, apontam para um número de espécies vasculares de 5.000 a 7.000. Com esta

enorme biodiversidade criou-se, na região do cerrado, uma tradição de usos, em diferentes formas, dos recursos vegetais.

Os Apinajé conhecem o lugar onde vivem e possuem com este ambiente e as espécies de interesse uma relação de consumidores/dispersores, Francisco Apinajé ilustra esta relação quando conta sobre as aldeias antigas *“Jatobá era uma aldeia... diz que as índias... nesse tempo os índios ia pega mel... e as índia comia misturado com jatobá e ia jogando os caroço, por isso nasceu tanto Jatobá lá. Já tem povoado lá que chama Jatobá”*.

Reconhecem igualmente a importância dos frutos do cerrado em sua dieta alimentar e atualmente acreditam que a comercialização deste recurso pode resultar em um retorno econômico sem causar impactos ao ambiente. Um implemento nas coletas e ou adensamento de algumas destas espécies é vista pelos Apinajé como uma forma de conseguirem recursos para uma maior vigilância da área, que é a fonte de coleta de bacaba, jussara, bacuri e babaçu por não-índigenas para a venda no comércio local.

Os Apinajé se queixam de que atualmente os índios andam menos - fruto na maioria dos casos de um maior número de compromissos como escola e empregos - facilitando a exploração de sua área por não-índigenas. A substituição do cerrado de grande parte do entorno da TI Apinajé por pastagens e monoculturas, leva a uma maior pressão sobre os recursos da terra Apinajé, bem como na depredação do ambiente, como a derrubada das palmeiras para coleta das frutas que é o caso da bacaba e da jussara.

Os Apinajé conhecem ecologicamente as espécies de frutos do cerrado, o ambiente em que vivem, a época de frutificação de cada espécie, bem como as utilidades diversas. No Anexo 9 podemos ver detalhes deste conhecimento com aspectos ecológicos das espécies relatadas pela comunidade da Aldeia Prata. É interessante ressaltar que onde na tabela se fala em disponibilidade (tem ou não tem), estamos nos referindo ao território da Aldeia Prata, de acordo com a divisão Apinajé de seu território.

Os principais frutos nativos do cerrado, encontrados na terra Apinajé são: buriti, buritirana, bacuri, bacaba, oiti, cajá, mangaba, cajuí e jussara - os Apinajé diferenciam o açaí da jussara, dizem que uma é mais escura, nós observamos apenas a conhecida localmente por jussara. Muitas destas frutas são coletadas durante excursões de caça, pesca, coleta de remédios ou material para artesanato. Alguns Apinajé comercializam frutos como a bacaba, a jussara, o caju e o bacuri, estas também são as principais frutas

retiradas pelos invasores não-indígenas. A TI Apinajé também é invadida para a retirada de babaçu e plantas extrativas como o jaborandi e fava d'anta.

Nimuendaju (1956), relata que a mata da beira do rio Tocantins representava uma verdadeira floresta amazônica com muitos representantes de babaçu (*Attalea speciosa*), tão importante para os índios por suas amêndoas oleosas e pelas suas folhas de aplicação variadas. Ainda hoje é de grande importância para os Apinajé que além de utilizarem suas folhas nas coberturas de casas e para confecção de esteiras, consomem o côco e vendem-no no comércio local, segundo relatos as aldeias próximas ao rio Tocantins comercializam diretamente com a Fábrica TOBASA de óleo de babaçu localizada em Tocantinópolis. Esta relação de compra e venda entre as aldeias mais distantes, tanto geográfica como socialmente, tem preocupado as lideranças das aldeias em que trabalhamos pois a TOBASA tem aberto estradas para a circulação de seus caminhões que coletam o babaçu dos índios na mata ciliar do rio Tocantins aparentemente sem o cuidado e sem a discussão com os demais Apinajé.

A Terra Indígena Apinajé apesar de ter tido muitos moradores não-indígenas, hoje se apresenta em bom estado de conservação e, segundo os relatos dos índios e nossas próprias observações, boa condição de caça, pesca e coleta. Sendo que as coletas, principalmente de frutas comestíveis, podem funcionar como uma fonte de renda para a comunidade Apinajé resultando em baixíssimo impacto no *status* conservacionista da terra, diminuindo alternativas de rendas menos positivas como o arrendamento de terra. Este arrendamento além de aumentar as alterações nos ambientes naturais com a substituição do cerrado por pastos ou monoculturas pode aumentar a ocorrência de fogo.

As comunidades das aldeias demonstram favoráveis à comercialização do babaçu (não vendo a necessidade de aberturas de mais estradas), do bacuri e do jaborandi. Dois destes itens – babaçu e jaborandi – além de ocorrerem amplamente na terra Apinajé não possuem problemas de armazenamento, sendo o transporte e um mercado adequado a maior dificuldade para a comercialização. Para a comercialização do bacuri é preciso resolver o problema do armazenamento além dos acima relatados para o babaçu e o jaborandi.

Uma das maiores razões para a viabilização de alternativas rentáveis para a comunidade Apinajé é a proteção da terra e seus recursos das infundáveis invasões. Com algum recurso monetário a comunidade poderia se organizar em parceria com órgãos responsáveis, sem de eles depender, para um programa de vigilância de sua área.

O entorno da TI Apinajé é ocupado por fazendas em sua maioria de criação de gado sendo que em algumas divisas, como o sítio de Sr. Pedro Pereira, o fato de serem pequenas propriedades com agricultura de subsistência não ajuda muito, pois acabam por expandir suas terras para dentro da terra dos índios por vezes contando com a simpatia dos mesmos.

O território das aldeias São José e Prata são os que possuem suas áreas mais reduzidas e estas comunidades solicitam a retomada do território que ficou, inexplicavelmente, fora da terra demarcada. Segundo Romão Apinajé, as terras importantes de seu território que ficaram de fora “*vai da Barra do Pira até o rio Mumbuca, até a barra do Gameleira e segue pra Barra do Cruz*”. Esta área além de assegurar uma maior qualidade de vida aos Apinajé garantiria ainda que esta parte de cerrado não estivesse tão exposta às invasões, expondo os índios a situações desconcertantes e perigosas como as que têm ocorrido ao encontrarem dentro de sua terra invasores armados.

2.4.3 Terra Indígena Krĩkati

A Terra Indígena Krĩkati compreende um território de 146.000 ha no sul do Estado do Maranhão, nos municípios de Montes Altos, Amarante, Lageado e Sítio Novo. Localizada nas chapadas maranhenses, com altitude variando entre 100 e 300 m, encontram-se na terra Krĩkati diversos morros entre 300 e 500 m de altura. Os morros são importantes e valiosos para os Krĩkati, tanto como fonte de recursos como por razões místicas e tradicionais, como a Serra da Desordem, Serra do Cipó, Serra do Gurupi e o Boqueirão. A terra Krĩkati é cortada por vários rios de pequeno porte que secam durante o verão (de abril até final de setembro - início de outubro), os mais importantes são os rios Pindaré (dentro da TI Krĩkati este rio tem menos de 50 metros de leito em todo seu curso), Arraia, Raiz, Buenos Ayres, Batalha, Campo Alegre e outros.

O território Krĩkati vem sofrendo intensas retaliações, que se iniciaram com o circuito da linha de transmissão da Eletronorte, pela rodovia Montes Altos-Sítio Novo (Ma 280) que passa a 500 m da aldeia São José. Tanto a linha de transmissão quanto a rodovia foram estabelecidas antes da demarcação do território indígena, que se efetuou apenas no ano de 1997. Após intensas tentativas da população local de ocupação da terra e conseqüente redução da área reivindicada pelos índios. Os Krĩkati reclamam áreas por uso tradicional ou mesmo por preocupação ambiental, principalmente com os

dois rios que fazem a divisa da terra; o Rio Batalha e o rio Paca. Preocupação esta que pode ser vista nas palavras de Ludogério *"mas agora que cupẽ vai sair de dentro da nossa terra o que adianta nós cuidarmos desse lado do rio se eles estragam do outro lado"*. As preocupações ambientais mais freqüentes são relativas às cabeceiras dos rios; como é o caso do rio Pindaré, a exploração da madeira ainda freqüente dentro da sua terra, a caça e a pesca clandestinas são assuntos quase que diários.

A destruição dos ambientes naturais atinge diretamente a biodiversidade neotropical e conseqüentemente as comunidades que vivem deles e com eles. Somente a perseverança e a bravura do povo Krĩkati os manteve, apesar das intensas pressões sofridas, em seu lugar de origem tão próximo ao maior centro urbano do sul do Maranhão, a cidade de Imperatriz. A área ocupada originalmente pelos Krĩkati ia desde a província de Santa Tereza (atual Imperatriz) à Serra da Desordem. Atualmente, a comunidade Krĩkati enfrenta o desafio de aliar o desenvolvimento à conservação da natureza.

Muitos rios dentro da terra Krĩkati têm grandes extensões de suas margens totalmente desprovidas de mata ciliar. É comum a criação de gado extensiva no cerrado e as matas ciliares sofrem impactos devido aos caminhos dos bois no solo frágil da zona ripária. Ressaltam-se os rios Pindaré, Campo Alegre, Pitombeira e principalmente o Batalha, que possuem atividades agropecuárias às suas margens. Nenhum dos rios na terra Krĩkati possui mata ciliar em todo seu curso.

As matas ciliares além de definitivas na manutenção da fauna ictiológica, incrementando o estoque de pesca, e importante recurso protéico para os Krĩkati, são reservatórios de recursos como de imbiras e espécies animais associadas a essas formações.

Classificação dos Cerrados pelo Krĩkati

Os Krĩkati apresentam uma vasta classificação para os diferentes ambientes, que são minuciosas descrições do local. A classificação inclui a espécie predominante, seja ela arbórea ou herbácea, muitas vezes o solo ou mesmo o animal que comumente ocupa este local. Esta classificação varia bastante entre os próprios índios, talvez pela dificuldade de entendimento ou mesmo para facilitar o nosso entendimento, visto que não sabemos falar a língua Krĩkati, muitas vezes acabam simplificando a terminologia.

Põcytë - o ambiente caracterizado pelos índios como *põcytë* abrange um campo sujo com domínio de capim alto. Outra designação utilizada pelos índios é *caypre*, devido à semelhança do capim a um plantio de arroz ou *atupric* também se referindo ao capim (atu) alto. Este ambiente é característico do caminho da Serra da Mangabeira, local muito importante para a coleta de mangaba devido à grande concentração de pés no alto da Serra. No pé desta Serra também se coleta canajuba, matéria-prima utilizada para o fabrico de pontas de flecha. Devido a uma concentração de área florestal (cerradão) do outro lado da Serra, este local também é bastante utilizado em caçadas.

Põcreke - trata-se de manchas de campo limpo entre campo sujo ou campo cerrado. É classificada pelos índios como *ponkreke*, onde não tem árvore, ou *põré* porque tem o capim muito baixo. Ocorre nas proximidades do Riacho Buenos Aires e da Aldeia Raiz e constitui uma área de caminhadas para pesca e caça.

Põré - caracteriza-se por manchas de campo limpo inseridos entre, principalmente, o cerrado *sensu stricto*. É classificado pelos índios principalmente como *põrè* devido ao capim rasteiro, *atu*. Ocorre com mais frequência nas proximidades do Rio Arraia, importante local de pesca, caça e coleta de coco babaçú. Região de maior conflito dentro da área devido à suas riquezas naturais, principalmente recursos madeireiros, o que atraiu muitos posseiros que ainda se encontram dentro da área.

Apyc'irõm - trata-se da Floresta Tropical Caducifólia, uma formação vegetal que no Brasil pode ser encontrada apenas entre os estados do Maranhão e Pará. Classificada pelos índios como *apyc'irõm* (“floresta que nasce sobre o barro preto”) ou *apyc'akit'kru* – “mata seca sobre barro preto”. Ocorre no limite da TI nas proximidades do Riacho Batalha, a vegetação alta que apresenta em sua composição vegetal espécies importantes na confecção de arcos e artefatos para festas foi toda derrubada ilegalmente para extração madeireira.

Irõm'carenc - os índios classificam esta vegetação como *irõm'carenc* ou *irõm'hatot*, o primeiro é o nome dado às matas o segundo é dado à faixas de matas naturais ou restantes. Apesar da situação desta mata ser muito mais próxima de uma capoeira, *pyrrõm*, percebe-se aqui um componente histórico, segundo Renato Krĩkati "*aqui tudo*

era mata grande... bonita, homem branco cortou pra fazer pasto, fez pasto em tudo só deixou a beirada do rio".

Rõrnku - esta vegetação chamada de babaçual é chamada pelos índios de *rõrn*, babaçú na língua Krĩkati. Nas proximidades do Rio Arraia esta é uma das tantas áreas que restaram das florestas com predomínio de babaçu, chamada pelos índios de *rõrnku'ho'irõm*, que já não existem mais nas proximidades deste rio devido à intensa ocupação desta área por posseiros e sua alteração na fisionomia natural seja para criação de gado, seja para comercialização do babaçú.

Xàtẽ'apy - a regeneração natural de áreas degradadas (por pastagens) é classificada pelos índios como *xàtẽ'apy* pelo tipo de capim que recebe o nome da raposa (*Cerdocyon thous*), devido à semelhança da inflorescência do capim com a ponta do rabo da raposa (*xàà*). Segundo os Krĩkati o verão (período de seca de abril/maio a setembro/outubro) inicia "*quando o rabo de raposa aparece na chapada*".

Irõmhatot - os índios chamam de *irõmhatot* - o mesmo nome dado às matas ciliares ou de galeria - o que justifica uma semelhança nesta terminologia para faixas de mata.

Pyrku - esta classificação abrange ambientes em regeneração, sendo uma das principais espécies o pau-pombo. Por causa do domínio do pau-pombo os índios classificam estes locais como *põcai'cucu* "muito pau-pombo" ou *pyrku* "onde o mato está crescendo".

Espécies arbóreas

Foram identificadas 49 espécies arbóreas na terra Krĩkati; este é um número muito pequeno de espécies para a diversidade de vegetação do cerrado às quais os Krĩkati conhecem e nomeiam todas. Algumas espécies na identificação Krĩkati mudam de nome conforme estágios de vida tendo um nome quando jovens e outro quando adultas ou frutificando. Aqui são apresentadas apenas as espécies que puderam ser identificadas cientificamente. Os Krĩkati não relataram nenhuma espécie como extinta na área; no entanto relatam muitas espécies em declínio, como o pau-roxo (cuja madeira é utilizada para a confecção da ponta da flecha), o bacuri, bacaba e mesmo a jussara. São espécies que foram muito reduzidas pelos impactos da ocupação não-índia na terra Krĩkati.

Lista de espécies de árvores observadas em caminhadas ou caçadas ou relatadas e identificadas pelos índios através de guias ou fotos na TI Krĩkati

Espécie	Nome comum	
	Português	Krĩkati
<i>Ormosia arborea</i>	Mungulu	Cucucrere
<i>Pterodon emarginatus</i>	Favereiro	Acoré
<i>Anadenanthera colubrina</i>	Angico	Cytre ou cycre
<i>Enterolobium contortisiliquum</i>	orelha de macaco	Capote
<i>Parkia pendula</i>	fava de bolota	Cuc'y'teh
<i>Inga uruguensis</i>	ingá do brejo	Côc jõhr
<i>Anadenanthera falcata</i>	Angico	cytre ou cycre
<i>Albizia polycephala</i>	angico branco	cytre ou cycre
<i>Albizia hassleri</i>	Farinha seca	cytre ou cycre
<i>Swartzia langsdorffii</i>	Jacarandá banana	Thothe
<i>Senna spectabilis</i>	são joao	Carithuc
<i>Senna multijuga</i>	pau-cigarra	Carithuc
<i>Hymenea stigonocarpa</i>	Jatobá	Te'teh
<i>Hymenea courbaril</i>	Jatobá	Tekri (jatobá de vaqueiro)
		Tee're (jatobá de chapada)
<i>Lecythis pisonis</i>	Sapucaia	Cuj'teh
<i>Couratari asterotricha</i>	Imbirena	
<i>Rheedia gardneriana</i>	Bacupari	Cohmxiire
<i>Platonia insignis</i>	Bacuri	Comxi

<i>Connarus regnellii</i>	camboatã da serra	Wac`y`xaare
	Oiti	Capucré (capuj`ré – miúda da chapada e capuj thé é a grande da mata).
<i>Cecropia pachystachya</i>	Embaúba	Aturej
<i>Caryocar brasiliense</i>	Piqui	Pren
<i>Caryocar villosum</i>	Piquiá	
<i>Jacratia spinosa</i>	Jaracatiá	Hõcro`ware
<i>Protium heptaphyllum</i>	Almesc	Ry`re
<i>Pseudobombax longiflorum</i>	Imbiruçu	Parki
<i>Eriotheca gracilis</i>	Barriguda	P`yrpei ou pyr carrac
<i>Chorisia speciosa</i>	paineira rosa	Pyrine
<i>Bixa orellana</i>	Urucu	p~yh
	urucu do mato	P`yhty
<i>Tabebuia roseo-alba</i>	Ipê	Parcyp
<i>Tabebuia impetiginosa</i>	Ipê	Rorot
<i>Tabebuia avellanadae</i>	Ipê	Rorot
<i>Tabebuia aurea</i>	Craíba	Rorot
<i>Jacaranda mimosa</i>	Caroba	não tem nome na língua
<i>Hancornia speciosa</i>	Mangaba	Piinxu
<i>Xylopia aromatica</i>	pimenta de macaco	Hycu
<i>Anacardium occidentale</i>	Caju	Acrut p~yr , acrut`re p~yr Akruthu é a fruta.
	Caju de janeiro (fruta vermelha)	Acruteh p~yr
	Cajuí	Acrut`re p~yr
<i>Acrocomia aculeata</i>	Macaúba	rojh~y pyr

<i>Astrocaryum campestre</i>	Tucum	Rojteh p~yr
	Tucum rasteiro	Rojreer~y
<i>Attalea speciosa</i>	Babaçu	Rõh p`yr
<i>Euterpe oleracea</i>	Jussara	Tiirè pyr
<i>Mauritia flexuosa</i>	Buriti	Crowa'pyr
<i>Oenocharpus distichus</i>	Bacaba	Caapiir p`yr
		Pronter~yhu
	tucum alto	ronrexu ronte pyre
<i>Attalea phalerata</i>	Bacuri	Conti p`yr
<i>Attalea maripa</i>	Inajá	Porejh p`yr
	Buri	crut~ymre
<i>Cocos nucifera</i>	coco da bahia	ronte pyre

Avifauna

As aves representam o segundo grupo quanto à importância cinegética e cultural entre os Krĩkati. Este grupo é muito utilizado como bio-indicador de qualidade ambiental; as aves apresentam alta biodiversidade e fácil detecção, além de apresentarem sensibilidade a alterações ambientais.

Foram registradas 115 espécies de aves, no entanto, muitas delas são raras na área, sendo que espécies mais adaptadas a ambientes abertos são encontradas em grande número. Este levantamento não está completo, provavelmente existam mais espécies na terra Krĩkati. As araras se encontram extintas da terra Krĩkati, algumas espécies de aves estão com a população reduzida, principalmente aquelas associadas às áreas florestais, como cerradão e matas ciliares. Uma das mais espécies de aves de grande valor cinegético extinta na terra Krĩkati é a ema, atualmente apenas um indivíduo domesticado vive na aldeia São José; os Krĩkati guardam na lembrança os antigos bons caçadores e "corredores de ema" que no passado caçavam essas aves de arco correndo atrás dessas aves pelo cerrado.

Lista de aves na TI Krĩkati

Espécie	Nome comum	Krĩkati
	Português	

<i>Rhea americana</i>		ema	mã
<i>Crypturellus parvirostris</i>		jaó menor	caporé
<i>Crypturellus soui</i>		sururina	atordé
<i>Crypturellus strigulosus</i>		nhambu	athoré
<i>Crypturellus undulatus</i>		jaó	capot
<i>Tinamus sp</i>		inhambu	prarirê
<i>Rynchotus rufescens</i>		perdiz	picté
<i>Piherodius pileatus</i>		garça real	craapré
<i>Ardea alba</i>		garça	caapré
<i>Ardea cocoi</i>		garça-moura	craucrau
<i>Ardeola striata</i>		socózinho	poponré
<i>Tigrisoma lineatus</i>		socó boi	caripyre
<i>Egretta thula</i>		garcinha	crau crau
<i>Dendrocygna viduata</i>		irerê	cuicai~e ou cuica~ya
<i>Coragyps atratus</i>		urubu	thune
<i>Sarcoramphus papa</i>		urubu rei	cócróthe
<i>Micrastur ruficollis</i>		falcão-caburé	curcotê
<i>Milvalgo chimachima</i>		carrapateiro	hokuré
<i>Rupornis magnirostris</i>		carijó	hobyanthô
<i>Caracara plancus</i>		carcara	crencremp
<i>Elanoides forficatus</i>		Gavião-Pykopjê	
		tesoura	
<i>Falco femoralis</i>		Gavião-Pykopjê	horogatyê
		coleira	
<i>Penelope superciliaris</i>		jacu	potenc
<i>Odontophorus</i>	cf	uru	
<i>gujanensis</i>			
<i>Aramides cajanea</i>		saracura três potes	quentói
<i>Cariama cristata</i>		seriema	prigrê
<i>Vanellus chilensis</i>		quero-quero	teo teo
<i>Aratinga aurea</i>		aratinga estrela	crerê
<i>Aratinga jandaya</i>		jandaia	cocothé
<i>Aratinga leucophthalmus</i>		maracanã	coicandê
<i>Touit cf huetii</i>			aquit ka tontonrê
<i>Columba cf picazuro</i>		asa-branca	porgatwo
<i>Columbina cf minuta</i>		rolinha	upugré
<i>Columbina talpacoti</i>		caldo de feijão	toòdré
<i>Leptotila verreauxi</i>		jurití	porgotwo pei
<i>Scarfadela squamata</i>		fogo apagou	wopugré
<i>Ara ararauna</i>		arara canindé	p~ynde
<i>Pyrrhura leucotis</i>		tiriba	cocogarodrê ou
			cocoré
<i>Pionus maximiliani</i>		periquitão	ruirê

<i>Brotogeris sp</i>	periquito	crui		
<i>Brotogeris chiriri</i>	periquitão	crenré		ou
		crenreteterenã		
<i>Forpus xanthopterygius</i>	tuim de asa azul	aquit ka tontonre		
<i>Graydidascalus brachyurus</i>	periquito	crui		
<i>Piaya cayana</i>	alma de gato	pikan		
<i>Guira guira</i>	anu branco	pican cahoc		
<i>Crotophaga ani</i>	anú preto	poorè		
<i>Tyto alba</i>	suindara	krukruthê		
<i>Otus choliba</i>	corujinha do mato	pypanrê		
<i>Speotyto cunicularia</i>	buraqueira	pypanrê		
<i>Rhinoptynx clamator</i>	mocho orelhudo	pypanyapac		
<i>Nyctibius griseus</i>	mãe da lua	coarè		
<i>Chordeiles cf acutipennis</i>	bacurau de asa fina	spirê		
<i>Caprimulgus cf parvulus</i>	bacurau pequeno	poypodré		
<i>Nictidromus albicollis</i>	curiango	spirê		
<i>Chaetura cf spinicaudata</i>	andorinhão	twepuré		
<i>Phaetornis sp</i>	beija-flor	yonré	tot	can
		catwoirê		
<i>Eupetomena macroura</i>	beija-flor	yonré		
<i>Trogon sp</i>	surucuá	pyrtwgokre		
<i>Ceryle torquata</i>	martim pescador	tep kretê		
<i>Chloroceryle americana</i>	martim pescador pequeno	tep krede		
<i>Nystalus chacuru</i>	dormião	ronruthe		
<i>Monasa nigrifrons</i>	chora-chuva	thururu		
<i>Pteroglossus aracari</i>	araçari-minhoca	hongothwri		
<i>Selenidera gouldii</i>	saripoca			
<i>Ramphastos tucanus</i>	tucano	yuyuthe		
<i>Ramphastos vitellinus</i>	tucano de bico preto	ronthe		
<i>Picumnus sp</i>	pica-pau-anão	twoiré		
<i>Colaptes campestris</i>	pica-pau do campo	twot twot		
<i>Celeus flavescens</i>	joão velho	teepré		
<i>Dryocopus lineatus</i>	pica-pau-de cabeça vermelha	twoide		
<i>Melanerpes candidus</i>	pica-pau-branco	twoiré		
<i>Hylexetastes perroti</i>	subideira	twoire		
<i>Thaminophilus doliatus</i>	choca	p~yrcrow		
<i>Thamnophilus punctatus</i>	choca	crucrukatworè		
<i>Myrmeciza cf fortis</i>	formigueiro	m~yr re		
<i>Xolmis irupero</i>	noivinha	rupepeukar~yc		

<i>Colonia colonus</i>	tesourinha	kroakrerê
<i>Muscivora tyrannus</i>	tesoura	thê
<i>Myiodynastes maculatus</i>	bem te vi rajado	takrethê
<i>Myozetetes similis</i>	bentevi barulhento	rã rã thê
<i>Megarynchus pitangua</i>	neinei	rã rã thê
<i>Pitangus sulfuratus</i>	bem te vi	rãe rãe
<i>Tyrannus savana</i>	araponguinha	taudé (macho) tauré (fêmea)
<i>Myarchus sp</i>	tesourinha	croacranré
<i>Tytira cayana</i>	tesourinha	rae rae rê
<i>Todirostrum cinereum</i>		caapré
<i>Todirostrum poliocephalum</i>		crucrugatwothê
<i>Serpophaga subcristata</i>	alegrinho	pyrcrurê
<i>Phyllomyias cf reiseri</i>	poiaieiro	cwvinere
<i>Elaenia sp</i>	guaracava	pyrcruthê
<i>Progne chalibea</i>	andorinha doméstica	tweépruté
<i>Atticora melanoleuca</i>	andorinha	typrothe
<i>Troglodites aedon</i>	coruíra	
<i>Turdus leucomelas</i>	sábia	twgré
<i>Coereba flaveola</i>	cambacica	yonkroiré
<i>Vireo olivaceus</i>	juruviara	apryre do ko caprigrená
<i>Vireolanus leucotis</i>		hã hãe
<i>Cacicus chrysopterus</i>		ropioth~e
<i>Icterus cayanensis</i>	encontro	pyroré
<i>Geothlips sp</i>	pia cobra	twgre
<i>Euphonia chlorotica</i>	vi-vi	caripyre
<i>Tersina viridis</i>	saí andorinha	covinere kroiná
<i>Thraupis sayaca</i>	sanhaço	covinthe
<i>Ramphocelus carbo</i>		
<i>Sporophila bouvreuil</i>	caboclinho-frade	eicreiya a proré
<i>Tachyphonus sp</i>		covinthothe
<i>Volatinia jacarina</i>	tiziu	covinere
<i>Sicalis sp</i>	canário da terra	yacrayatotoiré

A fauna de mamíferos

Na terra Krĩkati foram listadas 40 espécies de mamíferos. O grupo dos mamíferos é o de maior representação entre os Krĩkati. As melhores caçadas são as que obtêm como resultado a captura de grandes mamíferos, este grupo também é o mais

visado pela caça predatória, sendo atualmente raros na terra Krĩkati. Os Krĩkati se preocupam muito com este fato, a principal fonte de proteína para os Krĩkati é a carne vermelha e atualmente este recurso tem sido obtido muito mais por compra ou troca, de carne de boi ou porco, do que pela caça.

São muitas as espécies raras de grandes mamíferos na terra Krĩkati, como o porco do mato (*Tayassu pecari*), o Tamanduá bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) e os veados do gênero *Mazama* e espécies extintas localmente como o porcão (*Pecari tajacu*), a anta (*Tapyrus terrestris*) e o veado galheiro (*Ozotocerus bezoarticus*). As espécies mais frequentemente verificadas nas caçadas são animais menores e de hábitos arborícolas como preguiça de máscara (*Bradypus torquata*), o mambira (*Tamandua tetradactylai*), o guandu (*Coendou villosus*) e o coati (*Nasua nasua*). Segundo Moisés Krĩkati: "*branco caça com cachorro, só pega bicho de chão, bicho de árvores ele não vê, onde tem branco não tem veado, porco, cutia, esses bicho de chão*", estas espécies comentadas são vistas mais nas áreas próximas a aldeia São José do que em áreas de mata ciliar com casa de branco por perto.

Lista de Mamíferos na TI Krĩkati

Espécie	Nome comum em Krĩkati	Nome comum em português
Classe Mammalia		
Ordem Didelphimorphia		
Família Didelphidae		
<i>Caluromys philander</i>	Croré	Cuica
<i>Didelphis marsupialis</i>	Croté	Mucura
<i>Marmosa</i> sp		
Ordem Xenarthra		
Família Dasypodidae		
<i>Dasypus novemcinctus</i>	Tun	Galinha
<i>Dasypus septencinctus</i>	Raare	Mulita
<i>Euphractus septencinctus</i>	Auxit	Peba
<i>Cabassous</i> sp	Crite	tatu do rabo mole
Família		
Myrmecophagidae		
<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	p`ytteh	Tamanduá bandeira
<i>Tamandua tetradactyla</i>	p`ytre	Mambira
<i>Cyclopes</i>	Kachohi're	Tamanduái
FamíliaBradypodidae		
<i>Bradipus variegatus</i>	Pytcyc	Preguiça de

		máscara
Família Megalonychidae		
Choloepus hoffmanni	p`ytpexteh	Preguiça-verdadeira
Ordem Chiroptera		
Família Noctilionidae		
Noctilio sp	Teebré	Morcego
Família Caroliinae		
Carollia sp	Teebré	Morcego
Família Sternodermatinae		
Artibeus sp	Teebré	Morcego
Ordem Primates		
Família Cebidae		
Cebus apella	Cocui	Macaco-prego
Alouatta belzebul	Cypy~t	Capelão
Saguinus midas	prumj~ehrê	Soin
Saimiri sciureus	Prycrycathy	Mao de ouro
Ordem Carnivora		
Família Felidae		
Leopardus pardalis	Roppropro	Jaguaririca
Leopardus sp	Ropre	Gato do mato
Puma concolor		
Panthera onca	Rop	Onça pintada
Família Canidae		
Cerdocyon thous	Xootet	Raposa
Dusycion vetulus	Xooré	Raposinha
Potus flavus	Cohcuigatõc	Quatro-olhos
Família Procyonidae		
Procyon cancrivorus	Wacõopei	Mão-pelada
Nasua nasua	Wacon	Coati
Família Mustelidae		
Eira barbara	Quenré	Cangambá
Galictis cuja		Furão
Ordem Artiodactyla		
Família Tayassudae		
Pecari tajacu	Crure	Queixada
Família Cervidae		
Mazama gouazoupyra	Carã	Mateiro
Mazama americana	Iantxã	Fuboca
Ordem Rodentia		
Família Sciuridae		

Sciurus	Cruupyhre	Quatipuru
Família Agoutidae		
Agouti paca	Craateh	Pacarana
Família Caviidae	Craa	Paca
Cavia aperea		
Família Dasyproctidae		
Dasyprocta agouti	Cockin	Cutia
Família Hydrochaeridae		
Hydrachaeris	Cohmtohm	Capivara
hydrochaeris		
Família Erethizontidae		
Coendou villosus		
Família Muridae		
Oryzomys sp		

Répteis

Foram levantadas 22 espécies de répteis na terra Krĩkati. Destes constam da dieta protéica dos Krĩkati jacarés, iguanas/lagartos e quelônios. Atualmente com a escassez de caça um dos itens mais freqüentes na alimentação Krĩkati são as iguanas (*Iguana iguana*) que é uma espécie muito freqüente em ambientes de cerrado, além de não serem, os répteis, caças preferenciais aos não-índios. Quelônios são geralmente obtidos em pescarias.

Lista dos Répteis na TI Krĩkati

Espécie	Nome comum	
	Português	Krĩkati
<i>Caiman latirostris</i>	jacaré	mê
	jacaré grande	metê
<i>Boa constrictor constrictor</i>	jibóia	hyká
<i>Eunectes murinus</i>	sucruiu	rodé
	cagado	caapram
<i>Spilotes pullatus</i>	caninana	yonpode
<i>Mastigodryas bifossatus</i>	jararacuçu	pyrpó
<i>Micrurus frontalis</i>	coral	rongotho
<i>Boiruna maculata</i>	muçurana	teptwonde
<i>Clelia plumbea</i>	muçurana	corithire
<i>Trachemys dorbigni</i>	tigre d'água	campine

<i>Iguana iguana</i>	iguana	cong
<i>Tropidurus torquatus</i>		yonyaporé
<i>Kinosternon scorpioides</i>		
<i>Ameiva ameiva</i>		vetekonkon
<i>Crocodylus lacertinus</i>	jacarerana	cogatitic
<i>Tupinambis merianae</i>	teiu	prytwan
<i>Geochelone carbonaria</i>	jaboti	capram de kantodená ou caapram tetete
<i>Crotalus durissus terrificus</i>	cascavel	pythê
<i>Geochelone denticulata</i>		caapram tete
<i>Helicops angulatus</i>	cobra d'água	hothê
<i>Corallus hortulanus</i>		hothecyrrudé

Considerações finais

Observando os mapas e as tabelas de identificação do uso da terra dentro da terra Krĩkati percebe-se que o impacto causado pelas ações e atividades dos não-índios atingiu a terra e o povo Krĩkati de forma incisiva.

As alterações dos ambientes naturais compuseram este mosaico de fisionomias (mapa 1) em sua maioria alteradas; as áreas florestais foram as mais impactadas. Aliado a redução dos ambientes naturais está a ausência de espécies animais de grande porte como a anta, o queixada, o tatu-canastra, a ema, espécies de araras, mutum e a redução a números insignificantes de outras espécies como a preguiça verdadeira, a onça-pintada e o tamanduá-bandeira. Estas espécies animais constam das listas de espécies ameaçadas de extinção pelas listas oficiais (IUCN e Ibama).

A preocupação dos Krĩkati com a qualidade de vida de seu povo vem aliada ao desgaste do solo pelo uso para pastagem, retirada de madeira e de pedregulho, o que resultou em erosão, no declínio da caça, dos recursos para coleta e na redução da pesca e da mata ciliar nos rios com conseqüente má qualidade da água. O povo Krĩkati atualmente busca alternativas de geração de rendas, visto que não podem mais garantir-se a partir dos recursos de sua terra, alternativas estas que possam se aliar à recuperação do solo e aumento dos ambientes naturais.

Outra demanda que os Krĩkati apresentam é a reintrodução ou criação em cativeiro de animais cinegéticos extintos de sua área como a ema e a anta. Faz-se necessário a retirada de todos os não-índios de dentro da área. Portanto é necessário um acompanhamento para a condução, defesa e manejo da terra que propicie a manutenção

dos recursos ainda presentes e o incremento das áreas profundamente alteradas, visando alternativas sustentáveis de melhoria na qualidade de vida Krĩkati.

Por outro lado, é grande a preocupação dos Krĩkati com os rios e córregos existentes em sua área. Como já colocado anteriormente, nenhum dos rios que cortam a área possui mata ciliar intacta devido principalmente à atividade pecuária.

2.4.4 TI Governador

A Terra Indígena Governador localiza-se no sul do Maranhão, no município de Amarante, compreendido em um território de 42.000 ha inseridos em ambientes de Cerrado e formações florestais de transição. Possui uma extensão muito menor do que as outras terras indígenas Timbira e caracteriza-se por estar localizada em uma área de transição de Cerrado para Floresta Amazônica, com abundância de ambientes e endemismos. Por possuir uma maior biodiversidade é alvo intenso de exploração ilegal de produtos florestais e extrativos desde a década de 1970.

O povo Gavião-Pykopjê, ao longo de sua existência e de sua convivência com os Cerrados, desenvolveu um complexo sistema de classificação dos ambientes em que vivem. Este sistema possibilita a distinção entre as diversas fitofisionomias que se repetem nos territórios tradicionais daquele povo. Os elementos do habitat utilizados nas definições dessas classificações baseiam-se em conhecimentos tradicionais do ambiente que vão desde a classificação de solos, conhecimento e uso das espécies vegetais e animais, relevo, topografia, clima e relação de uso dos recursos naturais.

A partir desse complexo sistema de classificações das fitofisionomias de Cerrados que os Gavião-Pykopjê desenvolveram estratégias tradicionais de manejo e uso dos recursos naturais. Apesar de conviverem com um ambiente degradado e fragmentado, o conjunto de estratégias tradicionais de manejo utilizadas por esse povo é o principal instrumento de gestão e uso do território. A maneira integrada como o ambiente (e seus diferentes usos) é percebido pelos Gavião-Pykopjê, lhes possibilitam diferentes modos de uso dos recursos naturais. A caça, a pesca, o extrativismo, as atividades de agricultura e fiscalização estão integradas com as atividades culturais, como realização de festas e rituais. Todo o calendário produtivo está diretamente ligado a acontecimentos da vida cultural e vice-versa. A colheita da bacaba indica o início da festa que leva o mesmo nome, a realização de pescarias está relacionada à necessidade de se conseguir alimento em excedente para realização de grandes festas de iniciação de jovens como *Wyty Catë* ou *Rurut*.

Os locais escolhidos para cultivo são abandonados após dois ou três de uso. Nas roças é plantada uma diversidade de espécies que obedecem à sucessão florestal, sendo que após o abandono da área, espécies frutíferas são cultivadas no local, mantendo o ambiente produtivo. Constitui-se em capoeiras enriquecidas que serão visitadas posteriormente para atividade de espera, utilizada nas caçadas. A escolha das espécies que serão deixadas nas capoeiras tem relação direta com a preferência alimentar das caças que se deseja atrair.

O plantio de espécies frutíferas não se caracteriza por uma atividade tradicional, mas é uma prática bastante difundida atualmente por meio de projetos de produção e de segurança alimentar desenvolvidos nas aldeias por órgãos públicos e organizações não-governamentais. A dispersão de sementes faz parte de estratégias tradicionais de manejo do ambiente já que nas caçadas e pescarias coletivas consome-se frutas nativas durante os percursos, que chegam há durar uma semana ou mais. Conscientemente as sementes vão sendo espalhadas no caminho para repovoar a vegetação.

Esses são exemplos de práticas de manejo utilizadas e reconhecidas pelos Gavião-Pykopjê. Atualmente as comunidades indígenas demandam capacitações em técnicas e estratégias de manejo da ciência ocidental, pois acreditam que a soma desses conhecimentos é necessário para a gestão dos territórios, levando-se em consideração a nova realidade socioambiental enfrentada por esses povos.

Além das classificações dos ambientes os Gavião-Pykopjê também denominam classes de solo, de espécies arbóreas e animais e de zonas de ocorrência e uso de algumas espécies. Abaixo exemplificamos esse universo de classificações por meio das denominações de diferentes tipos de solos encontrados na TI Governador.

Tipos de solo da TI Governador

Classificação Gavião-Pykopjê	Ambiente (Classificação Gavião-Pykopjê)	Descrição
a'cry'cy'tyj	Hacot	Solo argiloso, compacto e duro
pji'cxy'cy'tyj	Hacot	Solo argiloso, com pedras
Pyhcateh	Põ	Arenosos
Pyhcaateh me pji'tyj	Põ	Areno-argiloso
pehrêhu		
Ejrerec	Hawen, ehjrom	Solo orgânico, escuro, pegajoso

E'hrom - MATA

Os Gavião-Pykopjê denominam uma grande variedade de ambientes como e'hrom. São denominados por outros povos Timbira como E'hrom catejê ou os povos que dominam a mata. A mata é domínio de vegetação do território tradicional Gavião-Pykopjê. As matas são assim classificadas pelos Gavião-Pykopjê:

E'hrom catë

É a floresta tropical de transição para floresta amazônica. Caracteriza-se pela ocorrência de espécies de lei, como angico, jatobá e ipê. São matas primárias, com abundância de espécies clímax. Possuem grande porcentagem de sombreamento, caracterizando-se por serem matas que 'se pode andar embaixo'. Existem apenas pequenos fragmentos de mata nos limites atuais da TI Governador. É a ocorrência predominante da TI. Araribóia localiza a aproximadamente 5 km do limite norte da TI Governador. Exerce significativa importância para refúgio de caça.

E'hrom ré

São fragmentos naturais de matas 'grandes' no meio das chapadas, normalmente nas bordas de campos sujos ou cerradões. São limites de transição. Ocorrem em maior frequência nos limites noreste e oeste da TI Governador, onde os Gavião-Pykopjê afirmam ser a porta da floresta Amazônia.

E'hrom hacot

São as matas de galeria ou matas ciliares. Ocorrem nas margens dos cursos d'água e é o único ambiente florestal considerado nos domínios de Cerrado. Caracteriza-se pela ocorrência de espécies como buriti, bacaba, buritirana, guarumã, cajá e jussara. Denominado pelos Gavião-Pykopjê como manchas de mata no entorno dos cursos d'água.

Crowa'cu / Haré

São as matas de buriti, ou veredas. Possuem solo alagadiço, gleizado, com ocorrência de gramíneas nativas e grande incidência de buriti. Sua tradução na integra é

o ‘lugar do buriti’. Ambiente frágil e de extrema importância para conservação dos recursos hídricos. Ocorre normalmente em cabeceiras e nascentes. O buriti é uma das espécies mais importantes para os Gavião-Pykopjê utilizada na confecção de toras para corrida e artesanato.

Càpir a’cu

São as matas de galeria com ocorrência destacada de bacaba, palmea nativa muito apreciada e utilizada pelos povos do Cerrado. A bacaba ocorre em matas de galeria, em bom estado de preservação. Sua ocorrência é indicativo que o ambiente está equilibrado ecologicamente. Na TI Governador encontra-se bacabais na região do rio Faveira, às margens das aldeias Faveira e Borges.

Ron a’cu

São as matas de babaçu ou babaçuais, ambiente característico da região do sul do Maranhão e ameaçado frente aos grandes projetos de desenvolvimento. É classificada com Floresta tropical caducifólia de *Orbigny*. Ocorrência em relevos planos, daí a preferência para pastagens e cultivos. Ambiente cobiçado pelos Gavião-Pykopjê pela diversidade de usos dado a palmeira. Ocorre apenas na região da aldeia Riachinho, muito próxima ao limite oeste na TI Governador.

Põ – CHAPADAS

O Põ é como os Gavião-Pykopjê e os demais Timbira se referem ao ambiente que a população local chama de chapada. Este ambiente é de grande importância sócio-cultural para os Timbira, povos coletores e caçadores. A chapada é o ambiente preferencial para o estabelecimento das aldeias e realização dos rituais como a corrida de tora. A chapada em contraposição a mata permite uma grande profundidade visual o que favorece o acesso a uma gama de espécies vegetais e animais.

Assim como o e’hrom, o põ também se refere a uma diversidade de ambientes que ocorrem no bioma Cerrado como campos limpos, campos sujos, campo cerrado e cerradões. É complexo traduzir uma classificação por outra. A classificação tradicional leva em consideração diferentes elementos da paisagem que a ciência ocidental desconsidera, porém considerando outras. Dentro de cada uma das classificações de ecologia podemos encontrar mais de uma classificação Gavião-Pykopjê.

Põcatë

O Põcatë é a chapada grande. É o que chamaríamos de cerradão, com ocorrência de espécies de grande porte, com pouco sombreamento, formando um dossel uniforme, com baixa incidência de arbustos e palmeiras anãs. Possui solo com melhor fertilidade e menor concentração de alumínio. Na TI Governador encontramos fragmentos de Cerradão nas margens da estrada municipal que liga Amarante à Campo Formoso.

Põ' pex

É a chapada de campo limpo, com domínios de gramínea e arbustos. Os campos limpos são apreciados pelos Pykobjë, por serem as locais preferências para estabelecimento das aldeias e por abrigar uma diversidade de frutas como o catolé e inajá, muito utilizados por esses povos. É o local de caça, coleta e caminhadas dos Gavião-Pykopjê e demais Timbira. A maior ocorrência de campos limpos na TI Governador encontra-se na região entre a aldeia Riachinho e aldeia Barriguda, de altitude mais elevada.

Põ Hacot

São fragmentos de cerrado senso estrito no meio do campo limpo ou do campo cerrado. Os Gavião-Pykopjê literalmente denominam como “manchas de mato no meio da chapada”. Possuem características de cerrado senso estrito, com sombreamento de aproximadamente 70% e predominância de espécies arbóreas como o pequi (*pren*), sucupira (*cuton*).

Põhõ

É a capoeira originada de uma chapada ou cerradão. Possui muitos cipós e espécies pioneiras como embaúba (*atuj*), pau de leite (*rámró*) e algumas espécies de tabocas. Em locais de expansão urbana, predomina a ocorrência de mamona, pelo depósito de calcário no solo, originário de restos de construções. Não possui espécies clímax em sua constituição. Possui latossolo vermelho argilo-arenoso. Ocorre em muitos locais da TI. e do entorno, onde predominava a ocorrência de chapadas e atualmente encontra-se degradado.

***Hawin* – MATA SECA**

Refere-se à mata mesófila semidecídua ou mata mesófila de encosta conhecida nas regiões de Cerrado como mata seca. Constituem-se em uma formação florestal de ocorrência nos domínios de Cerrado. Apresenta grande diversidade de espécies utilizadas pelos Gavião-Pykopjê como almescla (*ram*), taboca (*por*), pati (*wupùr*), caxamorra (*pyhcajcu*), aroeira (*coop cahycre*). Por apresentar fertilidade de solo foi extramente degradada no entorno da TI. e encontra-se fragmentada. Nos limites da área indígena ocorre na localidade denominada Baixão e no entorno da aldeia Governador. O maior fragmento de mata seca na TI Governador é a Mata Timbira, nas proximidades da estrada municipal entre as aldeias Governador e Rubiácea.

***Acryt* - CARRASCO**

Acryt denomina um ambiente regionalmente como carrasco. É um ambiente de transição com o bioma Caatinga. O carrasco é um tipo de vegetação xerófila, ocorrente no nordeste do Brasil. Predominam formas arbóreas e subarbóreas de pequeno porte (até 4m). Há uma grande densidade de indivíduos com troncos finos e solos pobres em nutrientes. É utilizado pelos Gavião-Pykopjê para retirada de plantas medicinais.

Apyc acryt

Floresta Tropical Caducifólia, uma formação vegetal que no Brasil pode ser encontrada apenas entre os estados do Maranhão e Pará. Classificada pelos índios como *apyc'irôm* (“floresta que nasce sobre o barro preto”). Também tem a mesma característica do carrasco, de ser um ambiente seco e com predominância de árvores com tronco fino. No caso do *apyc acryt* as espécies atingem altura e diâmetro maiores por possuir solo com maior fertilidade do que o carrasco.

Acryt kru

Variante de capoeira densa com muito cipó, típica de áreas onde a vegetação original eram os carrascos e caatingas (*Hawin*).

***Hîpu* – LAGOS**

São os ambientes de formação de lagos. Encontram-se localizados nas margens de matas de galeria, normalmente em veredas degradadas. Ambientes importantes para

realização de pescarias coletivas. É contornada por gramíneas e possui alta diversidade de plantas aquáticas. Na TI Governador não existe lagoas com disponibilidade de peixes. As lagoas utilizadas tradicionalmente pelos Gavião-Pykopjê encontram-se fora dos limites da TI. em situação grave de degradação.

Principais espécies encontradas no ambiente hacot

Nome popular	Nome Gavião-Pykopjê
Aroeira	Coop Cahycre
Bacuri	Contxi
Cachamorra	Pyhcajcu
Caju do Cerrado	Acrut
Fava d'anta	Coheyy tehxu
Jatobá	Pux
Mangaba	Pinxu
Murici	Cohtêxu
Pequi	Prêhn
Sucupira	Cu'tyy

Principais espécies encontradas do ambiente hawin

Nome popular	Nome Gavião-Pykopjê
Ananás	Priprytxu
Macaúba	Cynhy'c
Marmelada	Eu'tyre
Pati	Wyypyr
Pau d'arco	Cohhi
Taboca	Poo

Principais espécies encontradas no ambiente e' hrom

Nome popular	Nome Gavião-Pykopjê
Amescla	Rym Jêhn Pyr
Angelim	Hôh'huc teh
Cedro	Cyyre
Cumaru	Crêem pyr

Ipê	Rooroc
Jurema	Erêm cwyj
Pau de leite	Ajrom hac pyr
Sapucaia	Cyiteh
Tamburi	Caapohre pyr

Principais espécies encontradas nas matas ciliares

Nome popular	Nome Gavião-Pykopjê
Bacaba	Caapir
Bacupari	Cohtire
Banana brava	Pohphu
Buriti	Crow pyr
Buritirana	Crowaryyre
Capim de janeiro	A'cryttehxu
Guarumã	Cajhyh
Jussara	Ter pyr
Tiririca	Capaare

Classificação de uso dos recursos naturais

Além das classificações dos diferentes ambientes naturais que ocorrem no interior da TI Governador e no seu entorno, os *Gavião-Pykopjê* também classificam os usos dos recursos naturais. Essa classificação também leva em conta uma gama diversa de elementos e é complexo estratificar o conhecimento que esses detêm dos diferentes usos dos recursos naturais, assim como fazemos na ciência do *cupen* (não-índigena). A caça, pesca, agricultura, extrativismo, fiscalização e “resguardo” de locais para conservação estão intimamente ligados com aspectos culturais. Locais sagrados ou de importância histórica são resguardados para que recriem condições naturais de exploração futura de recursos, como por exemplo, o Morro do Chapéu, entre as aldeias Governador e Riachinho.

O manejo da fauna é refinado e exemplo desse manejo pode ser reconhecido na divisão de classificações de caçadores. Cada caçador se aperfeiçoa na caça específica de um ambiente (chapada ou mata) ou de um animal (bom caçador de veado, ou bom caçador de tatu). Isso faz com que a pressão sobre a caça seja regulada dentro da sociedade *Gavião-Pykopjê*. Os resguardos necessários para se tornar bom caçador

restringe o consumo de determinadas espécies de caça de uma parcela da comunidade ao uso de determinadas plantas que atraem a espécie que se deseja caçar.

Atualmente, novas estratégias de manejo estão sendo desenvolvidas levando em consideração outros elementos. A relação de custo presa-munição tem sido levada em consideração pelos jovens caçadores *Gavião-Pykopjê*. Não se vê vantagem em utilizar uma munição de alto valor, como por exemplo, munição de espingardas com calibre 28 para caça de espécies como iguanas (*conc*). Mesmo com a escassez desse recurso na área indígena e em seu entorno a caça, no seu valor simbólico, continua sendo muito prezada pelos *Gavião-Pykopjê*.

O manejo da vegetação também é reconhecido em atividades de extrativismo, onde a coleta de espécies vegetais segue um rigoroso rodízio. A cada ano a coleta de buriti (*Mauritia flexuosa*) é realizada em um local diferente. O impacto que o corte das toras de buriti, para realização das corridas, é uma preocupação recente dos *Gavião-Pykopjê*. As veredas (*haré*), local de ocorrência de buriti, é um ambiente de pouca ocorrência na TI Governador e devido à ocupação não-indígena, encontram-se extremamente degradados.

As espécies vegetais também são classificadas por uso e ambiente de ocorrência. Espécies classificadas pela ciência do *cupê* em uma mesma família não necessariamente são “parentes” na ciência do *mehën*. O agrupamento de espécies leva em consideração o uso (*serve para fazer artesanato para festa, serve para correr com tora, serve para fazer remédio*) e local de ocorrência segundo as classificações tradicionais dos ambientes (espécies de *põ*, espécies de *e’hrom*). Exemplos dessa classificação podem ser observados no quadro abaixo.

Classificações das espécies vegetais utilizadas pelos Gavião-Pykopjê segundo uso e ambiente de ocorrência:

Espécies (nome popular em português)	Uso	Ambiente de ocorrência (macroclassificações)
Bacaba	Alimentação tradicional (sebereba), atrativo de caca, cobertura de casas e comercialização no mercado regional.	E’hron (matas ciliares próximas aos cursos d’água).
Buriti	Alimentação tradicional,	E’hron e crow’acu (matas

	atrativo de caca, matéria prima para artesanato (cofos, esteiras, adornos para festas e rituais, pacarás, etc), confecção de toras para corridas, comercialização do comercio regional.	ciliares próximos aos cursos d'água, veredas e buritizais, no topo de serras e em nascentes).
Jussara	Alimentação, produção de óleo, matéria prima para artesanato, cobertura de casas, comercialização do comércio regional.	E'hron e teýre'acru (jussaral)
Pequi	Alimentação, produção de óleo, uso medicinal	Pon (chapada, campo limpo, campo sujo e campo cerrado)
Almescla	Produção de látex utilizada em rituais para empenação (fixação de penas de aves no corpo de participantes do ritual), Matéria prima para artesanato, uso medicinal	E'hron e acryt kru (matas secas semidecíduas ou semicaducíflias)
Mangaba	Alimentação, uso medicinal	Pon
Puçá	Alimentação, atrativo de caça	Pon
Oiti	Alimentação, atrativo de caça, indicativo de bons solos para colocação de roças.	E'hron
Cajui	Alimentação, produção de castanha, espécie melífera.	Pon
Pau de leite (hayreyhuc)	Produção de resina para	Pon

	pintura corporal.	
Bruto	Alimentação	Pon
Tucum	Alimentação, matéria prima para artesanato (fibras e sementes)	Pon
Guarumã	Matéria prima para artesanato (cofos, pacarás, cestos, balaios, bolsas), cobertura de casas	E'hron (brejos e locais alagadiços)
Piaçava	Cobertura de casas	Pon
Pati	Cobertura de casas	Pon
Aroeira	Matéria prima para construção de casas, matéria prima para artesanato.	E'hron (matas secas e floresta tropical seca de transição com floresta amazônica)
Caxamorra, Pau pombo	Matéria prima para construção de casas	Pon
Taboca	Matéria prima para artesanato (flechas), matéria prima para construção de casas.	Hawin e apyc acryt kru (matas secas sobre barraria)
Cachorro	Matéria prima para construção de casas	
Babaçu	Cobertura de casas, alimentação, produção de óleo, produção de carvão vegetal, venda no comércio regional, matéria prima para artesanato.	Roncran'acru (Matas e florestas de babaçu, babaçual).
Macaúba	Alimentação (utilizado em resguardos e de grande importância da dieta de gestantes), atrativo de caça.	Pon e e'hron
Inajá	Alimentação, matéria	E'hron

	prima para construção de casas, matéria prima para artesanato.	
Cajá	Alimentação, indicativo de bons solos para colocação de roças, atrativo de caça, matéria prima para artesanato (casca), uso medicinal	E'hron (próximos aos cursos d'água) e aldeia
Tamboril (orelha de macaco)	Uso medicinal, matéria prima para construção de casas (madeira), matéria prima para artesanato (madeira)	E'hron e aldeia
Murici	Alimentação	Pon e e'hron
Manga	Alimentação	Aldeia e P'yr (roças e antigos sítios de não-indígenas)
Laranja	Alimentação	Aldeia e P'yr (roças e antigos sítios de não-indígenas)
Buritirana	Alimentação, matéria prima para artesanato, uso medicinal.	E'hron
Gengibre	Alimentação, uso medicinal.	Aldeia e P'yr (roças e antigos sítios de não-indígenas)
Catolé	Alimentação, matéria prima para artesanato, uso medicinal, atrativo de caça.	Pon (campo limpo)
Jatobá	Alimentação, uso medicinal, madeira para construção de casas. Obs. Espécie	Pon cate (Cerradão)

	extremamente explorada pela atividade madeireira da região.	
Sucupira	Uso medicinal	Pon cate (Cerradão)
Craíba	Uso medicinal	Pon cate (Cerradão) e E'hron
Jenipapo	Uso medicinal, tintura para pintura corporal, atrativo de caça.	E'hron e aldeia (cultivado)
Urucum	Produção de corante (condimento alimentar), Utilização em pinturas corporais, fabricação de sabão, uso medicinal.	E'hron e aldeia
Cacau	Alimentação	E'hron
Pau de leite (ajaým ruc pÿr)	Uso medicinal	Pon
Bambu	Matéria prima para construção de casas, cercas e artesanato.	E'hron e aldeia
Barriguda	Confecção de toras para corridas, uso medicinal.	E'hron
Goiaba	Alimentação e uso medicinal	Quintais e roças
Mamão	Alimentação e uso medicinal	Quintais e roças
Maracujá	Alimentação e uso medicinal	Quintais e roças
Limão	Alimentação e uso medicinal	Quintais e roças
Lima	Alimentação e uso medicinal	Quintais e roças
Tanja	Alimentação e uso	Quintais e roças

	medicinal	
Laranja da terra	Alimentação e uso medicinal	Quintais e roças
Pitomba	Alimentação e atrativo de caça	E'hron
Ingá	Alimentação e uso medicinal	E'hron
Sapucaia	Alimentação, uso medicinal e matéria prima para confecção de utensílios	E'hron
Mamona	Uso medicinal	Áreas degradadas (pon ron – capoeiras e matas secundárias)
Tingui	Utilização em pescarias individuais e coletivas (uso de rotanona, veneno para “embebedar” os peixes e pega-los com a utilização de tarrafas).	Quintais e roças (raiz exótica cultivada)
Timbó	Utilização em pescarias individuais e coletivas (uso de rotanona, veneno para “embebedar” os peixes e pega-los com a utilização de tarrafas).	E'hron e hawin (raiz nativa)
Cumarú	Matéria prima para artesanato (madeira), uso medicinal.	E'hron
Cujuba	Utilização do fruto para confecção de maracá (instrumento musical tradicional) e confecção de utensílios para	Quintais e roças

	armazenamento de água, alimentos e sementes.	
Caju de janeiro	Alimentação e uso medicinal	E'hron
Cabaça	Utilização do fruto para confecção de maracá (instrumento musical tradicional) e confecção de utensílios para armazenamento de água, alimentos e sementes.	Quintais e roças

A Terra Indígena Governador tem a peculiaridade de se localizar entre duas zonas de transição de vegetação no Brasil. A zona de transição entre Cerrado e Amazônia tem predominância de Matas Secas, ou floresta mesófila semidecídua. Na zona de transição Cerrado-Caatinga predomina uma vegetação mais rica que a da Caatinga, com florestas de árvores de folhas secas. Naturalmente, o clima é mais seco que o do Cerrado, com solo mais ressecado e períodos mais intensos sem chuva. A alta biodiversidade e a importância dessas áreas de transição tanto para conservação como para manutenção da sociodiversidade é incontestável.

Os Gavião-Pykopjê mantêm-se nos Cerrados por dominarem a séculos o manejo desses ambientes. Deslocam-se com facilidade de um ambiente a outro e conhece sutilmente as diferenças de solo, temperatura e ocorrência de espécies vegetais. Reconhece as mudanças tênues que de um ambiente para o outro. Desenvolveram estratégias de manejo que vão desde ao controle de pressão sobre a caça, tecnologias de re-introdução de espécies e enriquecimento de ambientes ao controle do fogo. Mesmo com todo esse conhecimento sobre a região onde habitam, é insustentável aplicá-lo em um território tão exíguo e com tanta pressão de entorno, como é o caso dos limites atuais dessa área indígena. Atualmente os *Gavião-Pykopjê* estão construindo novas estratégias de manejo que levem em consideração a atual situação socioambiental da região para manterem o controle territorial.

A Terra Indígena Governador constitui-se atualmente em um mosaico de fragmentos florestais e formações savânicas de Cerrado em recuperação. A desocupação recente do território (cerca de 30 anos) ainda não foi suficiente para que os ambientes se regenerem naturalmente. Há uma grande quantidade de formações primárias,

conhecidas regionalmente como capoeiras. Os fragmentos de ecossistemas são insuficientes para manterem a fauna equilibrada. Animais de grande porte como anta, queixada e veados são dificilmente encontrados nos limites da área indígena.

As preocupações recentes dos Gavião-Pykopjê dizem respeito à fragilidade que os atuais limites da área indígena representam para o povo *Gavião-Pykopjê*. A indústria madeireira alimentada pela TI Araribóia somada a mudança radical no perfil de ocupação do entorno da TI Governador são os principais causadores do processo de fragmentação de ecossistemas da região de cerrado pré-amazônico.

2.4.5 Caracterização e Usos dos Recursos Hídricos

Krahô

Todas as 18 aldeias Krahô estão situadas próximas a um curso d'água, que são utilizados para banhos, consumo, recreação, pesca e como parte importante de alguns ritos. A maioria das aldeias Krahô esta localizada próxima à divisa da TI e aos cursos d'água de maior volume, como o rio Vermelho, o Manuel Alves Pequeno, o Gameleira e o Ribeirão dos Cavalos.

O rio Vermelho é o rio do cotidiano da aldeia Bacuri, localizada junto à sua margem. Os moradores desta aldeia utilizam este rio em seus banhos, consumo de água e pesca. Neste trecho do rio existem também duas lagoas, abastecidas na cheia pelo rio Vermelho, e que são utilizadas nas pescarias dos moradores desta aldeia. Por se tratar de um rio de divisa, existem muitas reclamações por parte dos índios em relação à pesca e a caça ilegal a partir dele. A margem direita do rio é ocupada principalmente por pequenas propriedades rurais, que usam a vazante para o cultivo de milho, melancia e também na criação de gado. Os Krahô das aldeias banhadas pelo rio Vermelho também fazem a chamada roça de vazante, aproveitando a terra fértil das suas margens para plantações de milho, banana, feijão e melancia. São roças familiares de pouca extensão e reduzido desmatamento.

Para os moradores das aldeias Rio Vermelho e Aldeia Nova, o rio Vermelho é utilizado principalmente para a pesca, recreação e roças de vazante, uma vez que o consumo e os banhos são feitos em pequenos córregos mais próximos das aldeias.

Os Krahô têm certo receio e respeito em relação aos grandes cursos d'água; não permitem e evitam banhar em suas águas no período das cheias. Outro motivo para o receio em relação às águas do rio Vermelho diz respeito à ocupação indiscriminada de

suas margens. O avanço da fronteira agrícola, especialmente a monocultura da soja, vem degradando o ambiente natural das cabeceiras do rio Vermelho, e os Krahô reclamam muito da contaminação da água por agrotóxicos. Os moradores da Aldeia Nova evitam beber água do rio Vermelho com medo do “veneno da soja”, o receio existe também em relação aos peixes, como diz um deles:

“Os peixes antes eram sadios, agora estão doentes. A gente come o peixe e adoce também. Antes não era assim, culpa da soja. Peixe anda muito, vai até as cabeceiras e fica doente, e nós sentimos doença também. Todo peixe é gostoso, a gente não tem como saber se o peixe comeu veneno ou não.”

Tanto os moradores da aldeia Rio Vermelho como os da Aldeia Nova, afirmam já terem visto peixe morto boiando descendo o rio Vermelho, principalmente no inverno, época que coincide com o plantio da soja. Outra questão importante é a pesca e a caça ilegal. Os Krahô dessa região reclamam muito dos moradores das fazendas próximas, principalmente do município de Kraolândia, que invadem a área. Estes pescadores descem o rio em voadeiras e com redes de arrasto e tarrafa, pegando grande quantidade de peixes o que, segundo os índios, diminui a oferta para eles, que pescam somente com linha e anzol e arco e flecha. A área de ocupação do rio Vermelho pelos Krahô vai da barra do Riozinho do Oeste, no extremo norte da TI, até a região da Lagoa Verde.

Os moradores das aldeias da região do rio Vermelho freqüentam também o Riozinho do Oeste, divisa noroeste da TI, para pescarias e caçadas. Este rio é também utilizado pelos moradores da aldeia Cachoeira, à margem do córrego Aldeia, e próxima às cabeceiras deste rio, que neste trecho chamam de Correntinha. A barra do Riozinho com o rio Vermelho é, segundo informações dos índios, um bom local para a pesca.

A aldeia Cachoeira fica próxima também às nascentes do Ribeirão dos Cavalos e ao córrego Cabeceira Grossa, sendo estes os principais cursos d’água para os seus moradores. Os Krahô reclamam de uma pequena hidrelétrica (PCH) em desuso existente no Ribeirão dos Cavalos, próximo ao município de Itacajá, afirmando que esta impede a subida dos grandes peixes rio acima. A fala de um Krahô morador da aldeia Pedra Branca, evidencia este fato: *“Antes (ribeirão dos cavalos) tinha piranha, traíra, surubim, piabanha, jaú; hoje só pega uns pacuzinho e peixe sabão”*. O discurso de Domingos, também morador da Pedra Branca, realça igualmente este problema: *“No ribeirão dos cavalos tem peixe grande na barra com o Manuel Alves, depois (acima) da barragem não tem não”*.

Outra reclamação por parte dos índios é a pesca ilegal no Ribeirão dos Cavalos, que aliada à presença da barragem existente, diminui ainda mais a oferta de peixe para os moradores das aldeias Cachoeira e Pedra Branca. Os moradores da Pedra Branca, frente a este fato, pensam em construir um açude para a criação de peixes. Esta iniciativa já foi testada antigamente com a construção de uma pequena barragem no córrego próximo a aldeia, chamado por eles de “água preta”; entretanto o projeto não deu certo, pois segundo os índios “a água era muito quente”. A PCH do Ribeirão dos Cavalos foi finalizada em 1979. Entretanto, não chegou a ser inaugurada devido à pressão dos Krahô, já que se tratava de um empreendimento localizado no interior da TI.

A região do Ribeirão dos Cavalos e do Manuel Alves Pequeno é uma área de intensa ocupação devido à presença da cidade de Itacajá. É também uma região de extrema importância no que diz respeito à construção da hidrelétrica de Estreito, pois o Manuel Alves Pequeno é um afluente direto do Tocantins. A construção da UHE irá acarretar no alagamento da foz do Manuel Alves Pequeno, evento que traz importantes mudanças para este rio e para os moradores que dele dependem, bem como mudanças na qualidade de água e na diversidade da ictiofauna. A fronteira agrícola também se aproxima da região do Manuel Alves Pequeno. Já é possível se avistar plantações de soja entre a rodovia TO 134 e a TI Kraolândia.

Os moradores da aldeia Santa Cruz, próxima a este rio, tem consciência dos problemas que esta ocupação pode trazer não só para eles como para o meio ambiente em geral: *“Já tem plantação de soja no Manuel Alves. Quando chove morre peixe mesmo...O avião passava aqui pingando veneno e as crianças ficavam doentes, tossindo...Nós vamos beber dessa água e comer os peixes e vamos ficar doentes, estou com medo”* (Batista Crôwajõ). A preocupação envolve também a preservação dos recursos naturais da TI, já que eles sabem que a oferta de peixe e caça, assim como as frutas nativas, vêm diminuindo com o passar dos anos. Esta situação tem se agravado com o aumento cada vez maior da população do entorno da TI, ocupação esta que poderá aumentar com a construção da UHE-Estreito.

O rio Gameleira é um dos principais formadores do Manuel Alves Pequeno e, por se constituírem também na divisa da TI, apresenta os mesmo problemas relatados no Manuel Alves e Rio Vermelho. A aldeia Serra Grande, localizada às margens do córrego Urubu (afluente do Gameleira), fica próxima a este rio sendo o principal corpo d'água utilizado nas pescarias. Os moradores desta aldeia reclamam das águas

envenenadas pela soja e da diminuição da ictiofauna. O relato de um morador da aldeia confirma este fato: *“No Gameleira não tem mais peixe mesmo, nem arraia sobrou. Cupê pesca muito mesmo, com rede e arpão”*. Outro morador da Serra Grande afirma: *“Peixe mesmo só piauzinho e lambari nos igarapé; os peixes maiores não existem mais. Os canoieiros descem pescando e matando as pacas... até os rios estão rasinhos”*.

O Riozinho do Centro é um curso d'água de médio porte e principal corredor de peixes para a região central da TI. É um rio que nasce e termina dentro da terra indígena, sendo o mais importante curso d'água para os moradores das aldeias Água Branca, Santa Cruz, Água Fria e Morro do Boi.

O ribeirão Xupé, seu afluente, é outro curso d'água importante da região central da TI. Às suas margens localiza-se a aldeia Água Branca, que utiliza o rio para banhos e consumo de água. Os moradores desta aldeia costumam pescar no Xupé, mas afirmam que só existem pequenos peixes. No entanto, próximo da sua barra com o Riozinho do Centro é possível pescar peixes de maior porte. O ribeirão Xupé forma pequenas lagoas em suas margens, porém os Krahô afirmam que não costumam pescar nestas lagoas.

A ausência de aldeias na região sul e leste da TI faz com que os rios desta área sejam menos utilizados - e a própria região menos freqüentada. O limite sul é dado pelo ribeirão Cachoeira, afluente do Gameleira, e a divisa sudeste/leste pelo ribeirão Suçupara. Apesar da ausência de aldeias próxima (a aldeia Serra Grande é a mais próxima) esta região merece atenção especial devido à ocupação agrícola do entorno. Justamente esta ausência de visitas constante por parte dos índios faz com que invasões sejam freqüentes nesta área.

A TI pode ser dividida em quatro zonas principais de uso das águas: 1) Rio Vermelho/Riozinho do Oeste; 2) Manuel Alves Pequeno/Ribeirão dos Cavalos; 3) Gameleira/Cachoeira/Suçupara e 4) Riozinho do Centro/Xupé. A zona do rio Vermelho/ Riozinho do Oeste engloba a área de influência das aldeias Bacuri, Rio Vermelho, Aldeia Nova e também a aldeia Cachoeira. É uma região importante para a pesca, pois conta com dois rios ricos em recursos pesqueiros, segundo os Krahô. A região do Manuel Alves Pequeno/Ribeirão dos Cavalos é a zona de influência de algumas das maiores aldeias Krahô, entre elas Manuel Alves, Santa cruz e Pedra Branca. Os moradores da aldeia Cachoeira também utilizam a região do Ribeirão dos Cavalos, e este rio junto com o córrego Cabeceira Grossa e o Riozinho são os principais locais de pesca desta aldeia. É uma região importante para a pesca, devido a presença de cursos d'água de maior volume, entretanto a proximidade com o município de Itacajá, o

que faz aumentar a pesca ilegal no interior da TI, e a presença da hidrelétrica no Ribeirão dos Cavalos fazem com que os índios abandonem cada vez mais a pesca nestes rios.

A zona compreendida pelo rio Gameleira, ribeirão Cachoeira e ribeirão Suçuapara é uma região de influência das aldeias Serra Grande, Lagoinha, Riozinho e Galheiro. Por serem aldeias pequenas, a presença dos índios nesta região é menor, principalmente no extremo sul e na região do Suçuapara. É uma região com vegetação diferenciada, rica em chapadas, campos limpos e veredas.

Pesca e Ictiofauna

A pesca nos *Krahô* é uma atividade masculina e embora menos importante que a caça, ainda constitui uma importante fonte alternativa de proteína para este povo. Nos dias de hoje observa-se em algumas aldeias certo abandono das práticas tradicionais de pescarias, como o uso do arco e flecha, as pescarias em grupo e a tinguizada. A pesca é hoje individual e quase sempre atrelada à outra atividade, principalmente à caça e à roça. Somente aqueles que moram próximo a grandes rios, especialmente o rio Vermelho e o Riozinho do Centro, é que ainda saem com o intuito exclusivo de pescar. Embora mais raras, as pescarias em grupo – onde homens e mulheres saem para pescar em um rio distante por vários dias – ainda pode ser observada.

Os *Krahô* utilizam nas pescarias principalmente o anzol e a rede; o arco-e-flecha é usado principalmente nas tinguizadas e nos rios Gameleira e Riozinho do Centro. O uso do tinguí e do timbó é restrito aos pequenos córregos e às lagoas, e sempre utilizado em intervalos de no mínimo três anos (para se ter uma idéia da frequência desta prática, os moradores da aldeia Água Branca usaram o timbó no córrego Xupé pela última vez há dois anos). A última vez que os moradores da aldeia Cachoeira usaram o timbó foi há cinco anos, no ribeirão Correntinha (cabeceira do Riozinho do Oeste). Os índios têm consciência da mortandade que o tinguí e o timbó causam a ictiofauna. Nas palavras de Gregório (aldeia Cachoeira):

“Paramos de tinguizar preocupados com os peixes, porque os peixes sobem do Rio Vermelho, e o rio Vermelho já está ficando poluído. No inverno sobe muito peixe”.

Os *Krahô*, ao contrário dos *Krikati* por exemplo, não saem para pescar nos pequenos córregos e não se contentam com peixes de pequeno porte. Edimar, morador da Aldeia Pedra Furada, distante dos cursos d’água mais volumosos, revela : *“Agente não costuma pescar muito porque rio grande é longe.”*, Salim, da aldeia Água Branca,

nas margens do Ribeirão Xupé, demonstra este pensamento da pesca associada somente aos grandes peixes: “*Aqui não tem peixe grande igual ao Tocantins ou o Araguaia*”. Devido a isto, os principais rios para a prática da pesca no interior da TI são justamente os cursos d’água de maior volume, entre eles o Rio Vermelho, o Ribeirão dos Cavalos, os dois riozinhos e o Manuel Alves Pequeno, além destes o Gameleira e o Xupé também são citados como bons locais de pescarias. Este fato traz como agravante da competição com os pescadores do entorno da TI (com exceção do Xupé todos os outros rios fazem parte da divisa da área demarcada) e que praticam a pesca com rede e retiram muito mais peixes do que os índios - uma vez que muito destes pescadores utilizam a pesca para a venda e fonte alternativa de renda, enquanto os índios vêm a pesca apenas como fonte alternativa de alimento.

Os peixes citados com ocorrência no rio Vermelho foram: Piranha (Espécies do gen. *Serrasalmus*), Tucunaré (*Cichla monoculus*), Curimatá (*Prochilodus nigricans*), Pacu (Espécies do gênero *Myleus*), Pacu-caranha (*Piaractus brachypomus*), Cuiu-cuiu (*Oxidoras niger*), Pirarara (*Phractocephalus hemioliopus*), Jaú (*Zungaro zungaro*), Cachorra (*Hydrolycus armatus* e *Hydrolycus tatauaia*), Peixe-cachorro (*Rhaphiodon vulpinus*), Surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), Piabanha (*Brycon falcatus*), Poraquê (*Electrophorus electricus*) Bicuda (*Boulengerella cuvieri* e *Boulengerella maculata*) e Mandi (Algumas espécies da Família Pimelodidae). Segundo os moradores das aldeias próximas ao rio Vermelho o que mais se pesca são as espécies de mandi e de pacu. Próximo à aldeia Nova existe uma lagoa em conexão com o rio Vermelho, chamada pelos índios de Lagoa Verde, onde dizem pescar poraquê, cará (Várias espécies da família Cichlidae), traíra (*Hoplias malabaricus*), Peixe-sabão (Várias espécies do gênero *Crenicichla*) e Arraia. Esta lagoa é usada também para a tinguizada, pois os moradores da Aldeia Nova deixaram de usar o tinguí nos córregos próximos da aldeia, para que, segundo eles, pudesse crescer muito peixe.

A barra do Riozinho do Oeste com o rio Vermelho e o córrego Suçuapara (afluente do rio Vermelho) também foram citados como bons locais para a pescaria; os índios afirmam que na época da cheia sobe muito peixe do rio vermelho nestes rios.

No rio Manuel Alves Pequeno os peixes mais citados foram: Pacu-branco, surubim, cachorra, jáú, piabanha, bicuda, piau, trairão, traíra e curimatá. A ausência de lagoas no Manuel Alves Pequeno faz com que o uso do tinguí seja restrito aos pequenos córregos da região. Já na região da aldeia Cachoeira as principais espécies capturadas no cabeceira grossa e nas cabeceiras do riozinho são: surubim, pacu, piabanha, piau, peixe-

cachorro e dourada (*Parapteronotus hasemani*). Entretanto, como citado anteriormente, a pesca nesta região vem sendo prejudicada pela hidrelétrica do ribeirão dos cavalos e pela invasão dos moradores do entorno da TI.

As espécies de peixes citadas pelos Krahô estão listadas abaixo.

Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>
Surubim	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>
Piabanha	<i>Brycon falcatus</i>
Piranha	Espécies do gen. <i>Serrasalmus</i>
Mariano	
Poraquê	<i>Electrophorus electricus</i>
Jaú	<i>Zungaro zungaro</i>
Cará	Várias espécies da família Cichlidae
Piau	<i>Anostomoides laticeps</i>
Pacu-branco	<i>Acnodon normani</i> <i>Myleus rubripinnis</i> <i>Myleus torquatus</i>
Pacu-caranha	<i>Piaractus brachypomus</i>
Pacu-caranha	<i>Piaractus brachypomus</i>
Arraia	<i>Potamotrygon henley</i> <i>Potamotrygon orbignyi</i> <i>Paratrygon sp.</i>
Mandi	Algumas espécies da Família Pimelodidae
Peixe-sabão	Várias espécies do gênero <i>Crenicichla</i>
Cachorra	<i>Hydrolycus armatus</i> <i>Hydrolycus tatauaia</i>
Curimatá	<i>Prochilodus nigricans</i>
Peixe-cachorro	<i>Rhaphiodon vulpinus</i>
Tucunaré	<i>Cichla monoculus</i>
Matrinxã	<i>Brycon pesu</i>
Cuiu-cuiu	<i>Oxidoras niger</i>
Pirarara	<i>Phractocephalus hemioliopterus</i>
Bicuda	<i>Boulengerella cuvieri</i> <i>Boulengerella maculata</i>

Dourada	<i>Parapteronutius haseman</i>
---------	--------------------------------

As espécies mais capturadas nos rios da TI, segundo os Krahô, são a traíra e as diversas espécies de pacu.

Além da ictiofauna merecem atenção os mamíferos aquáticos da região, entre eles as lontras, ariranhas e o boto. A presença de botos nos rios da TI é confirmada pelos depoimentos dos índios, que afirmam que estes animais sobem os rios principalmente na época das chuvas.

A Piabanha é sempre citada como uma espécie em extinção, segundo Sebastião (Aldeia Nova): “*Piabanha não vi mais; não ouvi ninguém dizer que pegou Piabanha*”, José Valdo (aldeia Rio Vermelho) também afirma: “*Piabanha já não vejo mais*”. Até nas aldeias da região do Manuel Alves Pequeno este fato é lembrado, segundo Tephot (aldeia Santa Cruz): “*Piabanha está difícil mesmo*”. A questão da interferência da barragem na população deste peixe é levantada pelo cacique da aldeia rio vermelho (Txoi): “*Sem barragem a Piabanha já esta sumindo.*”, Ribamar da aldeia Serra Grande observa: “*Antes tinha cada Piabanha grande, agora só pequenininha por causa dessa barragem.*”. A questão da Piabanha é relevante por se tratar de uma espécie migradora, sendo estas as mais prejudicadas pela construção de hidrelétricas.

Considerações Finais

Os cursos d’água existentes no interior da terra indígena Krahô constituem uma vasta e rica rede hídrica composta principalmente de pequenos córregos cujas nascentes ainda mantêm a vegetação original, este fato faz da TI uma região de inúmeras veredas e de cerrados preservados. Apesar disso, a situação dos cursos d’água de maior porte, como os rios Vermelho e Manuel Alves Pequeno, merece uma atenção maior, pois estes rios fazem parte da divisa da TI e sofrem toda a pressão deste entorno. Os maiores problemas causados por essa ocupação são a pesca ilegal, o desmatamento e a perda da qualidade da água.

No entanto, o problema maior deriva da perda da ictiofauna devido à ocupação indiscriminada das margens do rio Manuel Alves Grande, principalmente pela monocultura da soja. As nascentes do rio Vermelho encontram-se fora da área demarcada e sujeitas ao mau uso dos recursos hídricos pela atividade agrícola e pecuária da região, fato este que traz preocupação aos Krahô, especialmente dos moradores das aldeias da margem do rio Vermelho, que desconfiam da qualidade desta água e da saúde

de seus peixes. O rio Vermelho é um afluente do Manuel Alves Grande, portanto qualquer ação que prejudique a ictiofauna deste rio terá seus reflexos no rio Vermelho. É por isso que se torna necessário todo um monitoramento da qualidade da água nestes rios aliado à um projeto de planejamento ambiental, dando foco ao uso correto dos recursos hídrico; é importante também a pesquisa contínua da ictiofauna da região e o estudo de projetos de repovoamento das espécies nativas e naturais da bacia do Tocantins.

Apinajé

A terra indígena Apinajé possui uma rica rede hidrográfica contendo cursos d'água de pequeno e médio porte que deságuam nas bacias dos rios Tocantins e Araguaia. Os principais são os rios Matrinxã, Botica, Pecobo e os ribeirões Grande e São Bento com suas nascentes dentro da terra Apinajé.

Historicamente os Apinajé sempre habitaram a região compreendida pela confluência do rio Araguaia e Tocantins. Na área demarcada atualmente existem seis microbacias principais: Botica, Bonito, Mariazinha, Ribeirão Grande, Mumbuca e São Bento. Esta ultima com rios que drenam para o Araguaia, o restante são formadores da bacia do Tocantins.

Os Apinajé sempre situam as suas aldeias próximo a um curso d'água, o que mostra a importância da água no cotidiano Apinajé. Das 14 aldeias e povoados existentes atualmente somente duas localiza-se na bacia do Araguaia (Buriti Comprido e Cocalinho), as demais se encontram próximas aos rios da bacia do Tocantins (Pecobo, Botica, Bonito, Brejão, Mariazinha, Riachinho, Serrinha, Cocal Grande, Patizal, Palmeiras, Prata e São José). Comumente os nomes dado às aldeias correspondem ao nome do rio mais próximo, como no caso das aldeias Botica, Bonito, Mariazinha, Prata, São José.

O Ribeirão Botica, com suas nascentes próximas ao limite oeste da TI e com sua foz fazendo parte do limite nordeste, praticamente nasce e termina na área indígena. Por isso mesmo, possui grande importância para os Apinajé. É um rio que se torna cada vez mais caudaloso à medida que se aproxima do Tocantins, principalmente após receber, já no seu baixo curso, as águas do Ribeirão Matrinxã e do Ribeirão Pecobo.

Outro curso d'água importante é o Ribeirão Grande, com suas nascentes dentro da terra indígena e bem próximas ao limite oeste. Entretanto, ao contrário do Botica o Ribeirão Grande, tem a sua foz fora da área demarcada, em uma região do rio Tocantins

denominada Chapadinha. Este fato irá trazer algumas conseqüências importantes ao Ribeirão Grande e que serão especificadas adiante.

O córrego Prata é um curso d'água de pequeno porte com nascente dentro da terra indígena e que integra a microbacia do Ribeirão Mumbuca. Está situado ao sul da TI sendo o principal rio para os moradores da aldeia Prata e São José. O Prata deságua no Mumbuca já fora da terra indígena, possuindo, assim como o Ribeirão Grande, intensa ocupação em suas margens.

Três outros córregos possuem aldeias em suas margens o Córrego Bonito, o Córrego Varjão e o Córrego Serrinha. São cursos d'água de pequeno porte e de importância apenas local. O Córrego Serrinha é um afluente do Ribeirão Grande. O Córrego Bonito nasce na área central e deságua no Tocantins após receber as águas do córrego Antonio Bento, constituindo apesar do pequeno porte uma microbacia isolada. Já o Córrego Varjão é um pequeno curso d'água e de pequena extensão que nasce próximo a rodovia TO 126 e deságua no Tocantins, constituindo também uma microbacia.

O rio Tocantins tem a sua margem esquerda como limite da terra indígena. Por seu tamanho e sua proximidade é o principal rio para os moradores das aldeias localizadas na região leste da área demarcada (Bonito, Botica, Brejão, Riachinho e Mariazinha), principalmente para as aldeias Riachinho e Mariazinha que distam respectivamente 3 e 6 KM deste rio. Mas a maior importância do Tocantins reside no seu estoque pesqueiro e na sua função de distribuidor de ictiofauna para os ribeirões e córregos da terra indígena.

Na bacia do Araguaia os principais rios que fazem parte da terra indígena são os ribeirões dos Caboclos e São Bento e o rio São Martinho. O ribeirão São Bento e o rio São Martinho constituem limites da TI, aquele fazendo o limite noroeste e este o limite norte junto com o córrego Água Amarela. O córrego Água Amarela, após se unir às águas do córrego Água Branca, forma o rio São Martinho. As duas aldeias da região da bacia do Araguaia estão localizadas junto ao ribeirão dos Caboclos (Aldeia Cocalinho) e do São Martinho (Aldeia Buriti Comprido).

Os Apinajé usam os rios principalmente para banho, pesca, recreação e consumo de água. Entretanto a água possui outras funções importantes para o bem estar dos que vivem em suas margens. É ela a responsável pela manutenção do complexo equilíbrio ecológico de um ecossistema. Os Apinajé sempre viveram entre os rios Araguaia e Tocantins, conhecendo todo o regime de suas águas, a hidrografia e a fauna terrestre e

aquática da região. A demarcação, em 1985, confinou os Apinajé a região entre o rio Tocantins (leste) e a rodovia BR 230 e o córrego São Bento (oeste), e entre os rios São Martinho e córrego Água Amarela (norte) e a rodovia TO 291 (sul). Entretanto, historicamente os Apinajé ocupavam toda uma região do pontal entre o rio Tocantins e o baixo Araguaia até o sul próximo ao ponto 6° 30' (Nimuendajú, 1983). Este ponto ao sul engloba a microbacia do Ribeirão Mumbuca, hoje fora da área demarcada, e que consta nos depoimentos, principalmente dos homens mais velhos, como uma região importante para a pesca e a caça deste grupo. Segundo Quirino (Aldeia Prata):

“Nós pescava muito por aqui, nós ia lá no Mumbuca pescar, na barra da Prata pescar...tinha muito peixe ai no Mumbuca, mas por que que hoje não tem mais? Porque o cupem (não índios) entrou muito, o cupem não tira a rede lá da barra da Prata e da Mumbuca..ali é rede direto mesmo e as canoas pescando de noite né...ai muita caça na beira do Mumbuca, na beira da Prata aqui tinha muita carne, mas porque que acabou, cupem acabou tudo. A demarcação passou, mas já tinha acabado com as caça, com os peixe...Ali no Mumbuca, ali na Gameleira meu avô e eu ia lá pesca..., pegava cada Acari grande mesmo, agora hoje, por que que hoje não tem mais?Porque o branco acabou tudo né...tinha muita caça, muito peixe, agora não tem mais, porque agora já ta tudo de dono, não tem mais mato só tem capim.”

A situação do Mumbuca se reflete em outros rios cujo curso final estão fora da área demarcada, como é o caso do Ribeirão Grande e do Prata. Estes dois rios precisam de uma atenção maior no que diz respeito à conservação e preservação de suas margens e fauna associada, pois apresentam uma intensa ocupação ao seu redor já que possuem suas barras em uma região de influencia direta do município de Tocantinópolis. Nas margens destes dois rios estão localizadas fazendas, balneários e matas de babaçu secundárias. Os Apinajé reclamam muito da situação destes rios e na maneira como a população local utiliza seus recursos.

O Ribeirão Grande e o córrego Prata são os principais cursos d'água para os moradores do sul da área, principalmente para os habitantes das aldeias Prata, São José, Cocal Grande, Serrinha e Patizal, que utilizam estas águas para pesca, caça, banho, recreação e consumo. Além do problema da ocupação humana em suas barras, prejudicando a natural ocupação da ictiofauna rio acima, um outro problema é discutido pelos índios: a presença de barragens em seus cursos. Existe no córrego Prata, na altura da aldeia Prata, uma pequena barragem construída pelo fazendeiro que ocupava a área antes da demarcação. Os moradores da região do Prata reclamam muito desta barragem

afirmando que ela impede a subida dos peixes rio acima. Todas as aldeias à beira do córrego Prata estão acima desta barragem.

A paisagem do Prata, como está próxima ao limite da TI, apresenta-se um tanto alterada e suas matas em recuperação. Antes da demarcação havia ali muitas fazendas e por isso mesmo a região é ocupada principalmente por capoeiras e áreas em regeneração. Depoimentos dos índios moradores desta aldeia relatam o receio e a desconfiança com a qualidade da água do córrego Prata, principalmente pela ocupação em suas margens, e acabam utilizando a água do rio apenas para lavar roupa e para banhos eventuais.

A barragem do Ribeirão Grande é na verdade uma pequena hidrelétrica construída no final da década de 50 e desativada em 1985. Foi construída para o fornecimento de energia elétrica para o município de Tocantinópolis e pertence hoje à Celtins (Companhia Elétrica do Tocantins). A estrutura da barragem ainda permanece, embora totalmente abandonada. Foi desativada após o início dos grandes projetos hidrelétricos no rio Tocantins. Assim como acontece no Prata, esta barragem impede a subida e migração dos peixes do Tocantins para o interior da terra indígena. Os moradores da Aldeia Patizal, às margens do ribeirão Grande, reclamam da barragem afirmando que não sobe mais peixe neste rio.

A presença da barragem e a ausência de peixes maiores fazem com que os moradores desta aldeia acabem por pescar no ribeirão Botica, distante 2 horas de caminhada desta aldeia. Entretanto, os Apinajé informam ser um bom local para pesca as barras dos córregos Gato Preto, Marcelina e Formoso, todos afluentes do Ribeirão Grande. A situação pode ser resumida pelo depoimento de Zé da Doca *“No Ribeirão Grande tinha muito peixe, mas depois que fizeram uma barragem lá embaixo os peixes sumiram.”*.

As barragens do Prata e do Ribeirão Grande acaba por reforçar a importância do Ribeirão Botica para os Apinajé. A maioria dos depoimentos dos índios concorda que o Botica é o melhor rio dentro da área para se pescar, excetuando-se o Tocantins. Um dos fatores que o torna propício para a pesca é justamente o fato de não possuir no seu curso qualquer tipo de impedimento de seu fluxo, como diz Quirino *“Na Botica não tem barragem, por isso tem muito peixe.”*. Mesmo os moradores de aldeias mais distantes do Botica como Patizal, Serrinha, Prata, Bonito e Mariazinha acabam se deslocando grande distancia para pescar neste rio. O ribeirão Botica é o principal corredor de peixes para o interior da área indígena, sendo sempre relatado como possuidor de grandes peixes e

apreciado para pesca e também para caçadas. A sua importância torna-se maior para aquelas aldeias distante do rio Tocantins.

O Ribeirão Matrinxã por ser um afluente do Botica torna-se, conseqüentemente, um bom local para pesca segundo os índios, principalmente para os moradores da aldeia Botica, próxima a este córrego. Outro afluente do Botica, o Ribeirão Pecobo, por sua vez, apesar dos moradores das aldeias Botica e Bonito afirmarem que o rio possui peixes para a pesca não é muito utilizado pára este fim, preferindo eles a pesca no Botica.

Apesar da importância do Botica, o rio Tocantins continua a ser o preferido para pesca entre os Apinajé, mesmo para aqueles que residem longe deste rio. Este fato pode ser comprovado pelos depoimentos dos moradores da aldeia Botica que afirmam que peixe grande mesmo só no Tocantins, no ribeirão Botica só as crianças pescam. Uma possível explicação para esta preferência dos moradores do Botica pode ser a proximidade desta aldeia com a foz do Botica no Tocantins, excelente ponto de pesca segundo informaram. Desse modo, para aqueles que não desfrutam de uma localização próxima ao Tocantins, o Botica é o melhor rio para se pescar e caçar em suas margens. Entretanto para os moradores da aldeia Botica o Tocantins ainda é o melhor local para pescarias, devido a distancia moderada entre eles. Os moradores do lado oeste da terra indígena sentem certa inveja das aldeias próximas ao Tocantins, por estes morarem tão próximos a um grande rio.

O rio Tocantins, no trecho que passa pela aldeia Riachinho, possui mata ciliares pouco alteradas, que na época da cheia torna-se uma verdadeira mata alagada. Na época da seca formam em sua margem algumas lagoas marginais e afloramentos rochosos, que segundo os Apinajé, são ótimos lugares para se pescar o tucunaré. Os moradores da aldeia Riachinho (a aldeia mais próxima do Tocantins, aproximadamente 03 km), utilizam o Tocantins principalmente para a pesca e caçadas nas suas matas ciliares. Como a aldeia possui água encanada, os banhos diários são feitos na própria aldeia. Hoje em dia a maioria das aldeias Apinajé possui água encanada, entretanto os córregos e ribeiros próximos às aldeias continuam sendo utilizados para banhos, especialmente entre as crianças, e para consumo de água.

O Ribeirão Bonito nasce no interior da terra indígena e deságua no Tocantins após receber as águas do córrego Antonio Bento. Assim como o Botica, ele nasce e termina dentro da área indígena. Entretanto, por ser um curso d'água de pequeno porte e mais raso que o Botica, acaba não possuindo a importância deste ultimo. Os moradores

da aldeia Bonito não costumam pescar neste córrego, somente as crianças o utilizam para brincadeiras de pescaria. Trata-se de um córrego de águas claras com um pouco mais de 2 metros de largura, possuindo, na região da aldeia, mata ciliar pouco alterada.

Outros dois córregos de pequeno porte que deságuam diretamente no Tocantins, o Varjão e o Mariazinha, apesar da importância local no dia-a-dia das aldeias localizadas em suas margens, não possuem atrativo pesqueiro para o restante dos Apinajé, justamente por serem cursos d'água rasos e de pequena extensão. Os pequenos corpos d'água geralmente abrigam uma composição ictiofaunística diferente do canal do rio principal. Esta é composta por espécies de pequeno porte e jovens de espécies de grande porte (Themag, 2000).

Pesca e Ictiofauna

A pesca entre os Apinajé ainda é uma importante fonte alternativa de proteína para esse grupo. Apesar de ser uma prática menos ritualizada do que o era no passado, continua sendo exercida principalmente pelos homens, que muitas vezes saem em grupo por períodos de 4-5 dias para pescarias e caçadas.

Os Apinajé abandonaram a pesca com arco e flechas, mesmo entre os mais velhos, e a antiga linha de tucum é hoje substituída pela linha de pesca de nylon. A linha de tucum ainda é utilizada na confecção das tarrafas de tinguizada, entretanto, segundo me informou Quirino, os Apinajé não sabem mais fazer a tarrafa, somente os *Krikati*.

A pesca com rede é praticada mais pelos moradores da aldeia Riachinho, próxima ao Tocantins. Esta aldeia é a única em que se observa a venda de peixes, que só ocorre se houver algum excedente no utilizado para o consumo.

Está atualmente muito em voga entre os Apinajé a pesca com arpão, que aprenderam a utilizar com os moradores da região. Esta prática é geralmente feita em grupo, seguindo a margem do rio e revezando aquele quem manuseia o arpão.

A tinguizada ainda é feita pelos Apinajé, embora com menos frequência e maior intervalo entre elas. Esta prática é feita com intervalos de no mínimo 4 anos. Este abandono parcial do tinguí reflete-se na consciência da diminuição dos peixes em seus córregos e rios e da mortandade indiscriminada deste veneno, impedindo o repovoamento do rio. O Quirino da aldeia Prata informou que o Pecobo, o Matrinxã e o Água Branca são bons locais para tinguizar. O Mumbuca, hoje fora da área demarcada, era também um bom local para esta prática.

Os melhores rios para se pescar dentro da terra indígena são o Tocantins, o Botica e as lagoas. Além das lagoas marginais formadas pelo rio Tocantins na época da seca, existem lagoas no interior da TI, principalmente na cabeceira do Botica e próximo à barra deste mesmo córrego, chamada de Lagoa Grande. As lagoas são sempre citadas como bons locais para a pesca. A Lagoa Grande é um dos locais preferidos para a pesca entre os moradores da aldeia Botica. Segundo a literatura esta lagoa está em conexão com este tributário (Themag, 2003). O cacique desta aldeia, Charles, tem a intenção de conseguir uma canoa para a pesca neste local, que segundo ele informou possui Pacu-Manteiga (*Mylossoma durivente*), Piabanha (*Brycon falcatus*) e Acari (*Pckoltia oligospila*), além de Jacaré e Sucuri.

Os Apinajé possuem um bom conhecimento acerca da diversidade e modo de vida da ictiofauna de sua região. Sabem os locais de existência de cada espécie bem como informações sobre seu ciclo reprodutivo e movimentos e migração de seus cardumes. A importância dos peixes não reside somente no seu valor como alimento, pois eles têm a certeza do valor que uma ictiofauna saudável oferece ao ambiente em que eles vivem. Os Apinajé utilizam alguns peixes para outros fins que não a alimentação, como é o caso do Cuiu-cuiu (*Oxidoras niger*) e da Arraia (*Potamotrygon henley*, *Potamotrygon orbignyi* e *Paratrygon sp.*). O cuiu-cuiu, segundo Valdeci, morador da aldeia Mariazinha, é utilizado na confecção de artesanatos, os Apinajé usam os espinhos laterais que esse peixe possui como ornamento de seus brincos e colares. Também fazem uso da cabeça exótica deste peixe para esse mesmo fim. Da arraia, por sua vez, é retirada a “banha” para fins medicinais. Segundo Valdeci ela é usada contra gripe, pneumonia e queimaduras, utilizando-a como pomada.

O conhecimento das rotas migratórias dos peixes é exemplificado na fala de Praxedes, morador da aldeia Riachinho e costureiro pescador com rede no Tocantins:

“O primeiro cardume que aparece no Tocantins é a branquinha, depois vem curimatá, cachorra, corvina, bico de pato, piabanha e surubim...a sardinha sobe em cardume também, junto com a branquinha.”

Outros peixes citados com ocorrência no Tocantins são traíra (*Hoplias malabaricus*), tucunaré (*Cichla monoculus*), jaú (*Zungaro zungaro*), barbado (*Pinirampus pirinampu*), mandi-moela (*Pimelodina flavipinnis*), pacu-caranha (*Piaractus brachypomus*), voador (Várias espécies do gênero *Hemiodus*), cuiu-cuiu, bicuda (*Boulengerella cuvieri* e *Boulengerella maculata*) e Arraia.

Segundo Praxedes “... a época das chuvas é a melhor para se pescar, na seca a pescaria não dá muito resultado, só se tinguiza.”, e o peixe que mais se pega na rede é branquinha, cará (Várias espécies da família Cichlidae) e cachorra.

A diversidade dos peixes na região do médio Tocantins já é bem conhecida da literatura. Os levantamentos da Themag para a usina Serra Quebrada e os estudos da modificação da ictiofauna na hidrelétrica de Tucuruí pela Eletronorte, são bons exemplos da composição das espécies de peixes da região. O inventário ictiofaunístico feito pela Themag no ano de 2000, na região do futuro reservatório de Serra Quebrada, (região esta que compreende parte do território Apinajé), resultou na captura de 198 espécies distribuídas em 124 gêneros e 32 famílias.

As espécies migradoras citadas pelos índios foram: cuiu-cuiu, piabanha, curimatá, barbado, jaú, jaraqui (*Semaprochilodus brama*) e surubim. Além destas, a literatura especializada cita como migradoras e com ocorrência na região as espécies *Brycon brevicauda* (ladina), *Salminus hilarii* (tubarana), *Ageneiosus brevifilis* (fidalgo) e *Sorubimichthys planiceps* (chicote).

As espécies migradoras são as que mais sofrem com a construção das barragens, uma vez que estas impedem o movimento natural dos cardumes, sendo que a pressão negativa exercida sobre as populações de peixes migradores é maior durante a sucessão de reservatórios em cadeia (Britto & Sirol, 2005), como é o caso do rio Tocantins. A espécie migradora *Brycon falcatus* (piabanha) foi a mais citada pelos Apinajé, constituindo a espécie de maior importância pesqueira para os moradores do interior da terra indígena. A piabanha foi relatada com ocorrência no rio Tocantins e nos córregos Pecobo e Botica, especialmente na época das cheias do Tocantins. A presença das barragens do Prata e do Ribeirão Grande impede a presença desta espécie nestes rios. As únicas espécies relatadas nestes dois córregos foram o poraquê (*Electrophorus electricus*), a traíra (*Hoplias malabaricus*) e o muçum (*Symbrachus marmoratus*), nenhuma delas apontada como migradora. As demais espécies citadas pelos índios estão listadas abaixo.

Nome comum	Nome científico	Ocorrência
Piabanha (Matrinxã)	<i>Brycon falcatus</i>	Tocantins, Pecobo, Botica
Surubim (Pintado)	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>	Tocantins
Cachorra	<i>Hydrlycus armatus</i> <i>Hydrolycus tatauaia</i>	Tocantins

Tucunaré	<i>Cichla monoculus</i>	Tocantins, lagoas marginais
Bicuda	<i>Boulengerella cuvieri</i> <i>Boulengerella maculata</i>	Tocantins
Jaú	<i>Zungaro zungaro</i>	Tocantins
Barbado	<i>Pinirampus pirinampu</i>	Tocantins
Branquinha-comum	<i>Psectrogaster amazonica</i>	Tocantins
Mandi-moela	<i>Pimelodina flavipinnis</i>	Tocantins
Bico de pato	<i>Sorubim lima</i>	Tocantins
Piranha	Espécies do gen. <i>Serrasalmus</i>	
Cará	Várias espécies da família Cichlidae	Tocantins
Jaraqui	<i>Semaprochilodus brama</i>	Botica (relatado como não tendo mais)
Curimatá	<i>Prochilodus nigricans</i>	Tocantins, Brejão
Pirarara	<i>Phractocephalus hemioliopus</i>	Tocantins, Lagoa Grande
Pacu-branco		Tocantins, Botica, Pecobo, Prata
Pacu-manteiga	<i>Mylossoma durivente</i>	Tocantins, Lagoa grande
Pacu-caranha	<i>Piaractus brachypomus</i>	Tocantins, Botica, Lagoa grande
Corvina	<i>Pachypops fourcroi</i> <i>Pachyurus junki</i>	Tocantins
Acari	<i>Pekoltia oligospila</i>	Lagoa grande, Mumbuca
Voador	Várias espécies do gênero <i>Hemiodus</i>	Tocantins
Cuiu-cuiu	<i>Oxidoras niger</i>	Tocantins, Botica
Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>	Tocantins, Prata

Muçum	<i>Symbrachus marmoratus</i>	Botica, Rib. Grande, Pecobo e ribeirões menores
Poraquê	<i>Electrophorus electricus</i>	Ribeirões, lagoas e várzeas
Sardinha	<i>Tripottheus elongatus</i> <i>Tripottheus trifurcatus</i>	Tocantins
Arraia-de-fogo	<i>Potamotrygon henley</i>	Tocantins, Pecobo
Arraia-branca	<i>Potamotrygon orbignyi</i>	Tocantins, Botica
Raia-aramaçá	<i>Paratrygon sp.</i>	Tocantins, Pecobo
Piau	<i>Anostomoides laticeps</i>	
Cachimbo-de-jacaré	<i>Pseudotrylosurus microps</i> <i>Hyporhamphus brederi</i>	Botica

Considerações finais

A rica rede hidrográfica dos *Apinajé* sofre hoje pressões e ameaças da população do entorno da terra indígena. A caça e a pesca predatórias são freqüentes no interior da porção do território demarcado, principalmente próximo aos municípios de Tocantinópolis, Campestre e Maurilândia. Os principais pontos de invasão para pescaria ilegal são a barra do córrego Botica e ao longo do rio Tocantins. A pesca com rede na foz do córrego Prata e do córrego Ribeirão Grande, aliada à ocupação indiscriminada de suas margens fora da terra indígena, mais a existência das barragens prejudica intensamente a qualidade e a diversidade de espécies destes córregos. Os *Apinajé* reclamam muito das redes de arrasto no ribeirão Mumbuca, antiga área tradicional de pesca para eles. De acordo com Praxedes, aldeia Riachinho, a situação está muito difícil em relação aos moradores de Campestre (município na outra margem do rio Tocantins, em frente à aldeia Riachinho). Eles ameaçam os índios toda hora e pescam muito na TI. O barco da FUNAI que era para ser utilizado na fiscalização das margens do Tocantins encontra-se parado por falta de transporte para deslocá-lo até o rio e para comprar combustível.

Os *Apinajé* mantêm estreita relação com os seus cursos d'água, sendo estes indispensáveis para o cotidiano saudável de suas aldeias. E retiram deles importante fonte de proteína.

O rio Tocantins e o córrego Botica constituem os principais pontos de pesca para os *Apinajé*, sendo eles também os cursos d'água de maior volume e extensão a atravessar a área demarcada. Como já foi dito, o ribeirão Botica tem a sua importância realçada pela presença das barragens no Prata e no Ribeirão Grande. Estas construções estão abandonadas e não possui mais nenhuma razão para existirem.

Os *Apinajé*, com razão, exigem a sua imediata destruição antes de qualquer nova obstrução das águas de sua terra. Estas barragens impedem a presença dos grandes peixes no interior da TI, principalmente dos migradores, forçando os moradores da região dessas construções a se deslocarem por grandes distâncias para poderem pescar.

Krĩkati

A TI *Krĩkati* possui cursos d'água formadores da bacia do rio Tocantins e do rio Pindaré. O rio Pindaré nasce no interior da área e após atravessar todo o norte do Maranhão deságua no oceano próximo a cidade de São Luis. Os afluentes do Pindaré dentro da TI são pequenos cursos d'água, a maioria constituindo as suas nascentes. O rio passa a receber um volume de água maior somente fora da área indígena. Outros

dois rios que não fazem parte da bacia do Tocantins e que são importantes para os Krĩkati são o riacho Batalha e o riacho Pitombeira. Estes dois cursos d'água nascem no oeste da TI e são formadores do rio Grajaú, um importante afluente do Pindaré. Dos rios pertencentes a bacia do Tocantins os principais são: riacho Buenos Aires, riacho Tapuio, rio Arraia, riacho Raiz, ribeirão São Gregório e rio Campo Alegre. São nestes cursos d'água em que se concentram as atividades dos *Krĩkati* referentes a água, tais como; banho, pesca, consumo, recreação e caça.

A maioria dos cursos d'água do interior da TI é de pequeno a médio porte, apresentando durante a estação seca uma diminuição drástica do volume de água. O riacho Raiz e o Buenos Aires são afluentes do rio Lajeado. O rio Arraia e o Buenos Aires possuem suas nascentes no interior da TI e o curso final fora da área indígena. Este fato traz implicações importantes para o uso e conservação destes rios, e que serão discutidas mais a frente.

A TI Krĩkati, homologada apenas em 2004, conta hoje com apenas duas aldeias, São José e Raiz, e com inúmeras propriedades rurais ainda habitadas por fazendeiros. Como a maioria dos Timbira, suas aldeias estão localizadas próximas a um curso d'água. Entretanto a aldeia São José, a mais antiga e populosa, está localizada em uma região afastada de qualquer córrego volumoso. Existem três pequenos igarapés próximos à aldeia, mas estes não são mais utilizados no cotidiano. Indagado do motivo de situar uma aldeia em uma área pobre em água, uma liderança local informou que no passado esta foi decisão foi uma estratégia de defesa contra invasores. Hoje estes córregos não suportam mais a presença dos aproximadamente 600 moradores, e os banhos e o consumo são feitos na própria aldeia por meio de um poço artesiano.

A aldeia Raiz, como o próprio nome indica, fica às margens do riacho Raiz e próximo da foz deste rio com o Buenos Aires. Os moradores desta aldeia ainda utilizam este rio para consumo e banho, mesmo tendo água encanada na aldeia.

O principal rio para os Krĩkati é o Arraia, sendo ele o principal e o preferido local para as pescarias e tinguizada, tanto para os moradores da aldeia São José como da aldeia Raiz. O Arraia é também o rio mais caudaloso do interior da TI, e próximo a sua nascente constitui um dos limites sul da área. Após receber as águas do córrego Yu ele fica inteiramente dentro da TI para deixar novamente a área em uma região denominada olho d'água, a sudoeste da área, e desaguar no Tocantins.

Dos afluentes do Arraia merecem uma maior atenção o ribeirão São Gregório e o riacho Tapuio, locais importantes para a pesca e a caça dos Krĩkati.

A rede hídrica dos *Krĩkati* apresenta-se hoje em recuperação. Muitos dos cursos d'água foram perdidos devido a ação irresponsável dos agricultores locais que destruíram grande parte das cabeceiras existentes na TI, transformando-as em açudes. Hoje os índios têm mantido esforços em projetos de recuperação destas nascentes. Esta intensa ocupação da área indígena fez com que parte da vegetação original, assim como as matas ciliares, fossem perdidas. Mesmo assim os *Krĩkati* apresentam uma grande ligação e dependência com seu ambiente.

A TI *Krĩkati* foi demarcada em 1992 e homologada em 2004, entretanto o processo de extrusão dos moradores ainda não foi finalizado. A área, antes da demarcação, apresentava-se bastante ocupada e degradada. Esta degradação e intensa ocupação reduziram os *habitats* naturais de grande parte da fauna da região e prejudicaram a qualidade e oferta dos cursos d'água. É possível ainda hoje avistar criação de gado, pastagens e açudes pertencentes aos moradores do interior da TI.

Os *Krĩkati*, mesmo com toda essa ocupação, ainda utilizam os rios no seu cotidiano, principalmente para banhos, pesca, recreação e consumo. Apesar da ausência de um rio de grande porte no interior da área indígena, os *Krĩkati* são extremamente dependentes dos cursos d'água. A pesca, com a atual falta de caça de grande porte, é a principal fonte de proteína para este grupo.

Pesca e Ictiofauna

A nascente do rio Pindaré encontra-se no interior da área *Krĩkati*. Os índios reclamam da atividade agropecuária às suas margens, o que fez diminuir a mata ciliar do seu entorno; interferindo, assim, nas condições ambientais adequadas a cabeceira do rio. Este rio torna-se, após deixar a área indígena, um dos mais importantes do Maranhão. Trata-se do mais próximo recurso pesqueiro da Aldeia São José. Este rio sofreu grandes pressões antrópicas por ser próximo ao antigo vilarejo, já retirado. Os antigos moradores utilizavam suas margens para uso de pastagens e agricultura.

O rio Arraia constitui a principal zona de pesca, caça e extrativismo para os *Krĩkati*. É o único rio ainda com trechos de mata ciliar intacta e com recursos naturais disponíveis.

A relação com a região do rio Arraia é tão constante que os índios pretendem construir uma aldeia próxima a este rio. O rio Arraia no verão é um curso d'água raso e de médio porte. No inverno o rio transborda transformando a mata ciliar em uma mata alagada. Este alagamento forma pequenos braços d'água que, aprisionados na época da

seca, formam pequenas lagoas utilizadas para pescarias, onde pegam principalmente traíra e curimatá.

A preocupação dos índios reside principalmente na ocupação e pesca indiscriminada no Arraia no trecho fora da TI. Dizem que esta pesca constante dos brancos impede a subida dos peixes grandes, vindo do rio Tocantins, para o interior da terra indígena. O Arraia é o principal corredor de peixes do rio Tocantins para o interior da TI. A ocupação de seu entorno, tanto dentro como fora da TI, prejudica a colonização natural da ictiofauna, reduzindo o seu estoque pesqueiro e a qualidade da água. Esta redução na qualidade e quantidade da pesca já é sentida pelos *Krĩkati*. A fala de João Grande (aldeia São José) evidencia bem o fato:

“De primeira nós pegava muito peixe aqui no Arraia, os velhos voltavam com peixe grande. Hoje só pega piabinha, peixe pequeno. Os peixes que vêm do Tocantins ta diminuindo, antes pegava surubim, cuiu-cuiu...”

A destruição das nascentes e o conseqüente interrompimento dos cursos d'água, principalmente na região da aldeia São José, acabam por realçar a importância do Arraia para os *Krĩkati*. Dos afluentes do Arraia citados como importantes recurso pesqueiro estão o ribeirão São Gregório e o riacho Tapuio. O Tapuio, assim como o Arraia, é um importante local para as tinguizadas. Os indígenas não costumam permitir o uso do tinguí ou do timbó em rios próximos as aldeias, como no caso do Raiz e do Buenos Aires, próximos a aldeia Raiz. Este fato faz do Tapuio, do Arraia, do São Gregório e, eventualmente, o Pindaré e o Batalha, os principais locais para o uso do tinguí.

O riacho Raiz e o riacho Buenos Aires são cursos d'água de pequeno porte. Entretanto os moradores da aldeia Raiz saem diariamente para pescar nestes rios, de preferência no verão quando pescam com tarrafá e afirmam pescar muito peixe. Próximo à barra do Raiz com o Buenos Aires, existe uma pequena barragem de pedras construída pelo morador da fazenda (ainda não desocupada). Entretanto, apesar de impedir a subida de peixes na época da seca, na cheia o nível da água supera a barragem permitindo o livre transito da ictiofauna. O Buenos Aires, por ser afluente de um rio de grande porte como o Lageado, é também um importante acesso de peixes para a TI, e importante local de pesca principalmente para os moradores da aldeia Raiz.

Os *Krĩkati* usam e ocupam com mais freqüência as regiões do sul da TI, principalmente as regiões do Arraia, do Raiz e Buenos Aires, do Tapuio, do São Gregório e Campo Alegre. Os rios da região norte da TI são utilizados mais pelos índios Gavião, que possuem um território extremamente pobre em recursos hídricos.

A preocupação dos Krĩkati em relação a escassez de peixes é freqüente. As pescarias coletivas são realizadas anualmente, preferencialmente antecedendo alguma festa grande, como no caso da pescaria que participamos no Arraia, que visava obter alimentação para realização da festa de “compadres e comadres”. Na ocasião das pescarias coletivas os homens têm a função de “bater” o tingui e de caçar, para prover o ‘acampamento’ com alimentos. As mulheres dividem-se em grupos e passam dias dentro dos ‘braços’ dos córregos ‘pegando’ peixe com tarrafas.

As espécies aquáticas mais apreciadas pelos Krĩkati são a arraia, jacaré, poraquê, encontrados atualmente com tamanhos reduzidos. Os velhos remetem a pescarias antigas onde se ‘pegavam peixes com arco e flecha’ tanta era a fartura dos rios. A reclamação mais recorrente entre os Krĩkati sobre o assunto diz respeito a invasão de *cupẽ* para pesca ilegal. Deparamos-nos com essa situação na ocasião que um grupo de homens se dispersou do grupo de mulheres que estavam pescando com tarrafas no Rio Arraias para pegarem peixes com anzol em uma lagoa formada pelo próprio rio no limite da área indígena. O resultado foi negativo pois a lagoa já havia sido visitada por não-indígenas que ocupam ainda essa porção da terra indígena.

Porém o mais importante a ser ressaltado sobre a atividade da pesca entre os Krĩkati diz respeito a importância que essa atividade têm na vida cotidiana desse povo. Na estação seca, conhecida como verão para os Krĩkati e os regionais, as pescarias coletivas são freqüentes e as individuais são praticamente diárias. Mesmo com a obtenção de peixes muito pequenos a atividade ainda mobiliza grupos de mulheres para a atividade. A relação com a pesca e com os recursos hídricos do povo Krĩkati deve ser considerada, uma vez que o rio mais importante para realização dessa atividade é afluente do rio Tocantins.

Ao contrário do observado nos Apinajé e Krahô, os Krĩkati ainda realizam as pescarias em grupo, onde homens e mulheres reúnem-se em um determinado rio para pescarem durante dias. As mulheres possuem um papel central nas pescarias, principalmente nas pescas com a tarrafa de linha de tucum, ainda confeccionadas pelos Krĩkati. É impressionante a vontade e a persistência dos Krĩkati nos esforços de pesca frente a uma terra tão devastada. As mulheres saem quase diariamente para pescar nos rios próximos as aldeias, só retornando ao final do dia, muitas vezes com as mãos vazias ou somente com alguns pequenos peixes. Mesmo assim a pesca é um evento freqüente e importante, sendo uma atividade fundamental na identidade e afirmação deste povo.

Na época das secas as pescarias são feitas utilizando a tarrafa. É nesta época também que os índios se reúnem para a tinguizada. A tinguizada é um evento importante e que reúne os moradores das duas aldeias. O local preferido para esta prática é o rio Arraia, onde todo ano eles realizam a tinguizada. É no rio Arraia também onde se encontram os maiores peixes, segundo informaram. Os peixes que mais capturam no rio Arraia, segundo informações, são: Traíra, Piranha, Piau, Piaba, Pacu, Matrinxã, Cuiu-cuiu, Muçum, Piabanha, Bico-de-pato, Pacu-caranha, Cachorra e Poraquê. A pesca com linha e anzol é utilizada somente na época das cheias. Os *Krĩkati* não incorporaram a pesca com arpão e raramente usam redes nas pescarias. Outros rios importantes para a pesca são o Raiz, o Buenos Aires, o São Gregório, o Pindaré, o Tapuio e o Batalha.

Os peixes de maior porte são raros na TI, especialmente na seca. Na cheia ainda é possível pescar alguma espécie maior nos rios volumosos. Os *Krĩkati* percebem e detectam qualquer mudança ambiental e são capazes de indicar as suas causas. Com relação à pesca, a principal reclamação é a pesca predatória pelos brancos da região, que acaba por diminuir ou extinguir certas espécies. Na fala de João Grande encontramos um exemplo; “*Surubim antes agente pegava, hoje não tem mais*”.

Os *Krĩkati* utilizam alguns peixes para o preparo de certos remédios, como por exemplo banha de arraia ou de traíra, usada na dor de ouvido. As espécies de peixes citadas pelos *Krĩkati* estão listadas abaixo.

Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>
Cachorra	<i>Hydrolycus armatus</i> <i>Hydrolycus tatauaia</i>
Piranha	Espécies do gen. <i>Serrasalmus</i>
Cuiu-cuiu	<i>Oxidoras niger</i>
Curimatá	<i>Prochilodus nigricans</i>
Matrinxã	<i>Brycon pesu</i>
Surubim	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>
Piabanha	<i>Brycon falcatus</i>
Bico-de-pato	<i>Sorubim lima</i>
Pacu-caranha	<i>Piaractus brachypomus</i>
Arraia	<i>Paratrygon sp.</i>
Poraquê	<i>Electrophorus electricus</i>

Pacu	
Muçum	<i>Symbrachus marmoratus</i>
Piau	<i>Anostomoides laticeps</i>
Piaba	Várias espécies da Fam. Characidae

Considerações finais

O numero reduzido de espécies citadas pelos índios reflete a ausência de um curso d'água de grande porte, ao mesmo tempo em que realça a importância do rio Tocantins no povoamento dos córregos e rios do interior da TI. Os *Krĩkati* possuem o conhecimento da função do Tocantins neste processo de abastecimento da ictiofauna. Por isso mesmo existe certo receio em relação à construção da UHE-Estreito no Tocantins.

A ausência dos peixes de grande porte vem a realçar a importância das espécies menores, tanto para os *Krĩkati* como para a ictiofauna da região. Peixes de pequeno porte vivem em geral em córregos e riachos e representam, no mínimo, 50% do total de espécies da ictiofauna sul-americana. Estas espécies de pequeno porte constituem uma importante fonte de proteína para os *Krĩkati*, uma vez que as espécies de médio e grande porte estão cada vez mais raras, principalmente as migradoras Piabanha e Surubim. As espécies de cabeceiras e de áreas de inundação estão entre as mais vulneráveis, e a única maneira de se evitar a sua extinção é a conservação de todo o ecossistema envolvido. Na TI *Krĩkati* o que se observa é uma perda considerável destas nascentes, devido a ocupação agrícola e a criação de gado existentes antes da demarcação, o que levou a uma redução no volume de água de alguns ribeirões e a seca total de alguns cursos d'água e nascentes.

Gavião-Pykopjê

Estes índios contam com escassos recursos hídricos, insuficientes para garantir autonomia desse povo em relação ao abastecimento de água e a pesca. Os peixes dos poucos igarapés que existem na área indígena são pequenos e incapazes de suprir as necessidades de pesca da população. O abastecimento de água às aldeias é feito por meio de um poço artesiano comunitário. É freqüente o racionamento e a falta de água nos períodos de estiagem. O plantio de espécies frutíferas e a introdução de quintais, assim como a criação de pequenos animais são inviabilizados na época da seca pela não falta de água. O território não é cortado com nenhum grande rio da região. Possui

poucas nascentes que se encontram degradadas pelo processo de ocupação não indígena que a sua terra sofreu anteriormente à demarcação.

Os principais rios utilizados tradicionalmente pelos Gavião-Pykopjê, os rios Batalha, Santana e Pindaré, não foram contemplados pela demarcação da terra indígena realizada nos anos 1970 pela Funai, mas continuaram sendo importantes locais de pesca para os Gavião-Pykpjê, cabendo ressaltar que as nascentes do Pindaré e Batalha localizam-se na TI Krikati. A degradação destes dois rios vai desde suas nascentes aos locais utilizados pelos Gavião-Pykopjê, e provavelmente em todo o seu curso. A intensa ocupação por não-índios que as duas Terras Indígenas sofreram foi responsável pela situação de fragilidade que esses ambientes encontram-se.

A indisponibilidade de grandes rios força os *Gavião-Pykopjê* a manterem suas atividades de pesca fora dos limites da terra indígena. Os rios Batalha, Santana e Pindaré (principais recursos hídricos do território tradicional Gavião-Pykopjê) há décadas vêm sofrendo um processo de ocupação de suas margens e de conseqüente degradação ambiental. Essa situação preocupa as lideranças Gavião-Pykopjê como podemos ver no depoimento de Joel *Ken* Gavião, cacique da aldeia Riachinho:

“Os recursos estão se acabando. O espaço pra gente é pequeno. Tem que buscar fora, nas fazendas. Guarumã, buriti, peixe, caça. Tudo isso tem que pegar fora. Os caçadores entram sem permissão. Isso pode dar problema pra gente. A gente ta tendo problema demais aqui na nossa área. Os Guajajaras tão casando com os brancos. E eles estão aumentando dentro da nossa terra. Temos que fazer uma reunião com todos os caciques pra discutir essa questão”.

III. IMPACTOS E INTERFERÊNCIAS DA UHE SOBRE AS TIs E OS POVOS INDÍGENAS KRAHÔ, APINAJÉ, KRIKATI E GAVIÃO-PYKOPJÊ-PYKOPJÊ

3.1 Introdução

Os povos indígenas aqui considerados têm uma noção bem concreta dos impactos que a programada UHE de Estreito vão lhes causar e os expressam como “problemas” e “preocupações”. Identificam os problemas com os rios, a água, os peixes e os bichos e aqueles que virão com os “*cupê* de fora”, que crêem chegarão inevitavelmente com a barragem. Estas preocupações têm uma forte base moral: eles têm *pena* dos peixes e bichos que vão desaparecer. As mulheres, sobretudo, têm muito medo do que virá – e temem por seus netos e também por seus bichos, abelhas e peixes: “*a nossa preocupação é com todos: abelha, criança, água, pássaros; todo mundo quer viver em paz; nós não estamos preocupados só com nós; os cupê também bebem água, os bichos também - nós somos uma coisa só.*” (Noemá Tu’hóc Krahô).

Como já comentamos antes, para os Timbira, todos os seres que povoam o que chamamos “mundo natural” não são meros objetos ou coisas indiferentes aos humanos; ao contrário, para eles estes “seres” são pessoas, têm alma e são sujeitos e agentes de ações sobre o seu meio e sobre os humanos.¹⁵

Durante as campanhas realizadas na Terra Indígena Krĩkati, por exemplo, a nossa equipe foi constantemente admoestada pelos mais velhos para que não “falássemos de barragem”, pois não queriam “nem ouvir falar mais desse assunto” e que já bastavam terem “*as torres e os fios* (dos circuitos de transmissão da Eletronorte) *sobre as nossas cabeças*”. E esperam, com a barragem em Estreito, que seus rios venha secar ainda mais – como já vem ocorrendo – e que seus poucos peixes desapareçam de vez.

Os Apinajé têm idênticas preocupações, além dos mais idosos desconfiarem da segurança da obra, estimando que um dia a barragem poderá “estourar”, matando a todos. A preocupação com os Apinajé é constantes nos discursos Krahô, Krĩkati e Gavião-Pykopjê: “*e se Papãm decide mandar uma chuva forte, será que essa barragem agüenta? e na seca, como eles vão viver?*”

¹⁵ Para uma completa e excelente explanação sobre este ponto ver Viveiros de Castro, *op. cit.*, Capítulos 6 e 7.

Os Krahô, por seu lado, afirmam que a enchente vai afogar seus pequenos córregos – e conseqüentemente seus peixes, os bichos e frutos que vivem nas matas de galeria daqueles córregos. E os mais velhos Krahô têm presente na memória os efeitos da “enchente de 1980” em seus rios e córregos – e estabelecida pelos empreendedores como o “marco” do nível de elevação do rio Tocantins quando do enchimento do lago. Ou seja, anunciaram a viva voz, para todos os índios presentes em uma reunião em Carolina, uma catástrofe, com a particularidade de que se ocorrer será “para sempre”.

São estes os motivos principais que invocam para contestarem, unanimemente, a construção da barragem em Estreito, além de ficarem vivamente preocupados com a chegada de mais “*cupẽ* de fora” nas suas vizinhanças – porque são “derrubadores do cerrado” – e que aquela obra, ainda que indiretamente, irá propiciar. Não vêm nada de positivo na obra que, segundo afirmam, “é só para o *cupẽ* ganhar *poré* (dinheiro)”. Consideram estes *cupẽ* arrogantes, “querendo ser como *Papãm*” (sol, deus, o criador) mudando as coisas criadas na natureza sem conhecer as suas conseqüências, “*se acham sabidos, mas não são não*”. Tudo isso é, na visão deles, muito perigoso – e não só para eles “*mẽhi*” (índios timbira), mas para os *cupẽ* pobres, para seu cerrado, suas matas, seus peixes e seus bichos (“nossa criação”, como afirmam).

Por outro lado, e paradoxalmente, segundo estudo do MMA (2000) a região do médio Tocantins é uma das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, sendo classificada como de extrema importância. Esta área foi assim definida e classificada pela presença de três regiões: as TIs Apinajé e Kraolândia e o município de Carolina. O MMA propôs a criação desta UC visando justamente unir, por meio de um corredor ecológico, as TIs citadas. Ainda de acordo com este estudo, as regiões citadas acima possuem grau máximo de importância biológica nos seguintes aspectos:

- Aves (TI Kraolândia e Carolina);
- Répteis e Anfíbios (TI Apinajé e Carolina);
- Biota Aquática (TI Apinajé, Carolina e TI Kraolândia);
- Botânica (Carolina).

A região do médio Tocantins, considerados separadamente cada grupo da fauna, abrange áreas de extrema importância para os seguintes grupos: Biota Aquática, Aves e Botânica (Goiatins e Babaçulândia). A região do médio Tocantins é também considerada área prioritária para populações tradicionais e povos indígenas. São estas contradições que deixam os índios “*desconfiados em relação ao Governo*”, como dizem.

3.2 Impactos ambientais previstos

3.2.1 Terra Indígena Kraolândia

Esta TI localiza-se a 200 quilômetros, em média, a montante do empreendimento. Os principais rios que definem os limites daquela TI (*Manoel Alves Pequeno* e seu afluente Ribeirão dos Cavalos e os rios Suçuapara e Vermelho, afluentes do rio *Manoel Alves Grande*) integram a bacia do Tocantins e os seus regimes hidrológicos serão alterados com o empreendimento da UHE Estreito.

Os macros-impactos ocasionados pela construção da UHE de Estreito a montante da barragem – e já apontados no próprio EIA-RIMA elaborado pelo CNEC – são:

- Alteração na qualidade da água por incorporação da degradação da biomassa inundada, causando liberação de nutrientes e compostos orgânicos.
- Significativos impactos às espécies aquáticas, com aumento da biomassa de peixes sedentários e espécies rústicas (baixa qualidade pesqueira).
- Aumento da eutrofização nos braços afluentes formadores do reservatório.
- Ausência de picos de inundação resultante da contenção do fluxo do Rio Tocantins ocasionando: redução nos *habitats* aquáticos disponíveis; desorientação nas assembleias de peixes migratórios na época de desova e a perda de riqueza dos microorganismos aquáticos.
- Intensificação do processo de assoreamento “*principalmente de material de fundo, constituído por areis e cascalho fino (...) podendo haver contribuição a partir de alguns afluentes (...) como o Manuel Alves Grande e Manuel Alves Pequeno*” (CNEC, 2001: 95).
- Alteração das condições do solo por elevação do lençol freático, com conseqüências para as espécies da flora das matas de galeria e para a fauna associada.
- Supressão da vegetação com o enchimento do reservatório “*(...) implicará no alagamento de uma ampla área – 443 km² – e contribui para o gradual processo de redução da biodiversidade e da variabilidade genética, tornando este impacto de grande importância*” (CNEC, 2001: 99).
- Aumento da fragmentação de ambientes.
- Alteração dos ambientes marginais, com o desaparecimento de espécies que não suportam a elevação do nível do lençol freático.
- Alteração ou perda de *habitats* e afugentamento da fauna terrestre.

- Redução populacional de vertebrados terrestres em função da redução e a alteração dos seus territórios.
- Interferência com as comunidades de microorganismos aquáticos (zooplâncton, fitoplâncton e bentos).
- Riscos de invasão biológica por espécies da ictiofauna exóticas e alógenas – alterações na composição das comunidades de peixes e eliminação de um número variável de elementos da ictiofauna local são decorrências esperadas de represamentos (Agostinho & Gomes, 2005).

Além disso, a construção da UHE de Estreito irá acarretar o alagamento da foz dos rios Manuel Alves Pequeno e Grande, evento que trará importantes mudanças para estes rios e para os moradores Krahô que deles dependem, como mudanças na qualidade de água e na diversidade da ictiofauna.

E estes impactos são expressos nestes termos pelos Krahô:

“O rio toma fôlego como nós; se ele entope, se afoga também - o nosso rio Manuel Alves bem aqui já está secando, a cor da água mudou, o peixe está fraco(...)” (Batista Crowajô, morador da Santa Cruz).

“Nós Krahô temos pena dos vivos (...) Papã fez a terra, a água para todos os vivos (...) ele está vendo o que o cupê está fazendo e sente, vai mandar mais enchente, como já está acontecendo; ele está avisando o cupê” (Ariston Kêtpéj, Santa Cruz).

“Essa nossa terra é diferente das terras das outras nações indígenas; Papã escolheu esta disposição foi para nós Krahô cuidar; todas as nascentes ficam aqui dentro; se essa barragem acontecer, o que vai ser das nossas águas? vai acontecer muita coisa com nossos peixes e nossos bichos” (Milton Crôcrôc, Galheiro).

“Essa barragem vai trazer muitos problemas para nós porque temos rios grandes que caem no Tocantins; nós não somos como o cupê, nós vivemos de roça, da caça, do peixe, do nosso mato e da nossa água; não temos dinheiro para comprar comida todo tempo na cidade e nem trator para plantar no cerrado” (Ricardo Cõnry, Riozinho).

“A barragem está aqui perto mesmo, não está longe; ela vai mexer com nosso rios, vai acabar com as lagoas do rio Vermelho, os buitis e buritiranas vão secar e as outras frutas das beiras dos córregos vão morrer, o injá, a bacaba, o cajá; vai também expulsar os bichos que correr entrar dentro da área mudando o equilíbrio; a enchente vai ficar para sempre, mudando o Côcati (Tocantins); vai mudar o tempo, vai faltar chuva e quando ela vier atrasada, vai vir muito forte, aumentando as enchentes e o nosso prejuízo vai ser grande” (Gregório Hũ’tê, aldeia Cachoeira).

“Com a enchente, nossa caça, nossas frutas tudo vai mudar, muitos vão morrer. O cupê não respeita a natureza? os bichos vão correr para onde? porque os bichos que vivem nas matas não se acostumam na chapada; os peixes dos nossos rios vêm de baixo e não vão mais conseguir subir” (Dodanim Piikê, aldeia Manuel Alves).

“Tenho muito medo desse cô’tãm (enchente) porque vai prejudicar meu lugar; não penso só em nós, mas e os nossos bichos e nossos peixes, o que vai acontecer com eles? se a água parar vai mudar tudo, deixem o rio correr como Papam deixou” (Vilma Crôrékwyi, aldeia Manuel Alves).

“Depois que o cupê chegou tomou conta de tudo sem pedir licença. Aukêê (o filho dos timbira que virou o primeiro cupê) deixou o lado de lá do mar para os cupê e desse lado aqui para nós. Mas o cupê não tem respeito pelas nossas coisas, como o povo de Itacajá que vive perseguindo a nós índios. Eu não quero nem ouvir falar sobre esse assunto de barragem” (Caxôkwyi, mulher da Pedra Branca).

“Para que vão fazer essa barragem? para acabar com tudo que Papãm deixou para nós? Nós índios não precisamos de energia, de avião, de carro, de nada disso; nós vivemos de um outro jeito, que os nossos avós nos deixaram; eles nunca falaram de barragem para nós; quero que os meus netos vivam como eu, do mato, da caça, das frutas, banhando em água limpa, experimentando nossos peixes; é assim que eu quero, não quero essa barragem não” (Alcapât, mulher da aldeia Campos Limpos).

Os Krahô têm consciência dos problemas que a construção da hidrelétrica pode trazer para o ambiente em que vivem. Com relação aos peixes esta preocupação é evidenciada na fala de Afonso (Aldeia Nova): *“a barragem não é ruim só para nós não*

é ruim também para os bichos. Eles não lembram dos peixes que vão das cabeceiras até a barra. Peixe anda muito. Os peixes conhecem tudo das águas em que vivem, sabem onde tem comida, remanso, namorada...”.

A barragem é vista como um impedimento ao fluxo natural dos cardumes, segundo Edimar (Aldeia Pedra Furada): *“O peixe é igual a nós, quer passear, procurar alimento...”*, ou de acordo com Salim (aldeia Água Branca): *“Antes tinha muito peixe neste rio, essa barragem vai acabar com tudo. Peixe morre ou fica preso naquele lugar, não anda mais.”*.

Outra questão importante dos efeitos da UHE de Estreito na TI Kraolândia é em relação ao deslocamento do foco da produção pesqueira de jusante para montante. De acordo com os exemplos de outras hidrelétricas, a decomposição das florestas, na fase do enchimento do reservatório, acaba por disponibilizar uma grande quantidade de nutrientes para os produtores primários, que somado ao aumento na oferta de invertebrados e outros organismos oriundos do ambiente terrestre, permite o desenvolvimento explosivo de várias populações de peixes, especialmente os predadores ictiófagos, tais como o tucunaré e as piranhas, e os omnívoros oportunistas (Santos et al, 2004). Neste período de enchimento do reservatório observa-se um aumento na densidade de peixes e uma firdiminuição da diversidade Esta abundancia de peixes e a facilidade na sua captura faz com que a atividade pesqueira, na região do reservatório, tenha um crescimento exponencial. Este fato explica o desequilíbrio na estrutura da comunidade de peixes e no ecossistema em geral.

O aparecimento de novas espécies e o desaparecimento de outras tem origem neste acontecimento, fato que os índios já testemunham e previram. Para os índios, este aumento na abundancia de peixes a montante não vai trazer vantagem alguma, eles tem a noção de que o barramento do rio e o aprisionamento dos peixes atraem um numero maior de pescadores a esta região, segundo Afonso (aldeia nova): *“Por aqui não vai ter mais peixe, os brancos vão pescar tudo os que ficarem presos, que não vão conseguir fugir”*.

Este fato demonstra que os Krahô conhecem a ictiofauna da sua região e são capazes de perceberem a mais ínfima modificação deste ambiente. Outro exemplo deste conhecimento são as observações referentes a espécies que estão aparecendo e que antes não existiam nos rios da TI; como afirma Feliciano Tephot (aldeia Santa Cruz): *“Pacucaranha não tinha antes e começou a aparecer, igual ao Tucunaré que antes não tinha, depois de mais ou menos 1990 que eles apareceram... tem muito peixe que não é daqui*

e está chegando.”. João Batista, da aldeia Santa Cruz, relatou que certa uma época apareceu muito Curimatá subindo o rio e que antes não tinha; disse que foi em 1994 e desconfia que o fato tenha sido provocado por alguma barragem.

Estas espécies novas trazem preocupação e desconfiança para os Krahô, como transparece na fala de Domingos (aldeia Pedra Branca): *“Nós já estamos acostumados com os peixes daqui. Estamos com medo dos peixes que a barragem vai trazer.”*. Este fato torna-se mais relevante uma vez que os Krahô utilizam os peixes não só para alimentação, mas também como matéria prima para alguns remédios, como, por exemplo, o uso da gordura da piabanha contra queimaduras, a gordura da traíra para quem está surdo, o cuiu-cuiu contra dor de ouvido e o esporão de arraia contra dor de dente.

As espécies exóticas não passam a pertencer ao ambiente Krahô só por estarem lá, elas precisam ser inseridas no seu cotidiano e na sua cultura, e não é de um dia para o outro que uma espécie de peixe desconhecida, e sem explicações da sua origem, irá entrar neste universo. Desse modo, a justificativa do desaparecimento de algumas espécies em troca do surgimento de outras não tem validade alguma para os Krahô, como argumenta José Maria (aldeia Nova): *“Vai sumir os peixes, vai chegar outros ou não? É melhor ficar com o que a gente já conhece do que esperar pelo que não conhece”*.

Os Krahô acreditam que a construção da UHE de Estreito irá provocar grandes alagamentos em sua terra, principalmente na época das chuvas, pois eles sabem a altura que a água chega nas enchentes e inferem que com a presença da hidrelétrica esta água não vai ter para onde ir. Esta preocupação transparece na fala de Tephot (aldeia Santa Cruz): *“Vai alagar tudo, quando chove enche todos os rios. Quando represar vai alagar muito mais”*.

Outro motivo de preocupação com as enchentes é em relação à vegetação das margens dos rios e da perda do solo fértil destas margens, onde os Krahô fazem a roça de vazante; segundo Afonso (Aldeia Nova): *“Tem muita planta da beira do rio que vai morrer, porque não são plantas de rio são de seco; o jatobá, o cajá...aí acaba a fruta e a paca, a anta e o macaco que comem a fruta vão embora para a chapada. É prejuízo mesmo”*.

A preocupação constante em relação à construção da hidrelétrica, somada ao já existente impacto do avanço da fronteira agrícola e as conseqüentes perdas da vegetação natural e da fauna da região, faz com que os Krahô valorizem a preservação de sua terra

ao mesmo tempo em que receiem pelo futuro de seu povo. A fala de Leosipo Pẽmpxà (Aldeia Nova) mostra este estado de tensão em que vivem os Krahô: *“Antes da barragem já tem impacto, tem a soja, tem os caçadores, a rodovia. Antes não tinha preocupação. Depois da barragem muito cupê vai chegar, agente não conhece os cupê que vai chegar. Não precisa mais falar se vai ter impacto, já tem impacto”*. A preocupação com o futuro é exemplificada na fala de Pedrinho (Aldeia Nova): *“Governo não tem dó de nós? Nós estamos na nossa terra. Nós somos donos desta terra, não? Eles têm que pensar direito, porque vai causar muito problema para nós. Como é que vai ser daqui a cem anos, que nossos netos e filhos deles vão comer? Não vai ter mais água, ela não vai correr como corria. Ao redor está tudo derrubado, a soja está chegando”*.

O sentimento geral dos Krahô com relação à construção da UHE de Estreito é resumido na fala da Maria José Caiari (Aldeia Nova): *“Essa barragem vai trazer alguma coisa de bom para nós? A terra dos índios está diminuindo, a terra era muito maior do que é hoje, os brancos vêm empurrando, empurrando faz tempo.”*

3.2.2 Terra Indígena Apinajé

A Terra Indígena Apinajé localiza-se na margem esquerda do rio Tocantins, entre os municípios de Tocantinópolis (TO), Porto Franco (MA) e Maurilândia (TO), a 30 quilômetros a jusante da barragem. Desta última cidade parte ainda a rodovia TO-126 ligando Estreito a Tocantinópolis e à BR-230 (Transamazônica). A TI Apinajé está à jusante da projetada barragem de Estreito tendo como limite leste o próprio rio Tocantins.

Os Apinajé, como vimos, retiram da pesca uma importante fonte de proteínas. O rio Tocantins tem valor não apenas mítico como também de sobrevivência, e esta dependência com o rio se acentua cada vez mais devido à diminuição das espécies de caça em seu território.

A alteração no regime de vazão e a construção das comportas da barragem irão modificar consideravelmente a fauna aquática do rio Tocantins. Esta diminuição da riqueza e da diversidade de espécies ictiofaunísticas aumentará o esforço de pesca dos Apinajé, que somado ao aumento na pressão de caça, constituirá em um agravante ecológico e socioeconômico para este grupo.

Além do rio Tocantins, os Apinajé possuem em seu território importantes lagoas naturais, usadas para a pesca e associada a mitos e ritos deste povo. A construção da hidrelétrica poderá interferir no curso e na vazante natural do rio Tocantins, formador destas lagoas marginais, diminuindo suas dimensões atuais e afetando o equilíbrio das mesmas. As lagoas marginais, raras nas margens do Tocantins, são importantes *habitats* de reprodução e alimentação de diversas espécies, tendo, assim, papel significativo para a biodiversidade de água doce (MMA, 2003). Estes fragmentos naturais constituem áreas prioritárias para conservação porque contêm espécies endêmicas e populações diferenciadas. Além disso, estes fragmentos deveriam ser preservados como tais e não devem ser conectados, pois a interligação poderia destruir a estrutura populacional e causar extinções locais (MMA, 2003).

Estudos de impactos de hidrelétricas na comunidade de fauna aquática, a jusante dos barramentos, já foram realizados por diversos autores (Themag, 2000; Santos, 2004; Godinho & Godinho, 1994). Estes estudos constataram os seguintes impactos:

- Modificação na composição ictiofaunística.
- Facilitação na introdução de espécies exóticas.
- Interrupção no processo migratório.
- Alteração no regime de lagoas marginais.
- Modificações na qualidade da água.
- Decréscimo gradativo na produção pesqueira.
- Redução da descarga da água e conseqüente flutuação de seu nível.
- Redução e interferência nos locais de reprodução e desova.
- Inibição da reprodução.
- Aumento de enfermidades.
- Aumento na vulnerabilidade à predação.

As barragens hidrelétricas produzem forte impacto negativo na pesca e estão entre as principais causas do declínio da pesca em rios de muitos países (Godinho & Godinho, 1994). A regularização do regime hidrológico de um rio por meio de barragens é geralmente reconhecida como uma das fontes mais devastadoras de degradação do habitat de águas interiores (Godinho & Godinho, 1994; MMA, 2003). Afora isto, o barramento pode modificar o regime hidrológico natural e a qualidade da água, de modo a afetar negativamente as condições à jusante.

O segmento a jusante torna-se regulável de acordo com as necessidades de geração de energia hidrelétrica, atenuando as grandes cheias, ocasionando condições

térmicas e hidrodinâmicas muito instáveis. Várzeas, antes alagáveis, deixam de receber água, comprometendo seu papel de berçário de juvenis e de peixes migradores. Em regiões tropicais, o regime de cheias é considerado crítico no desencadeamento da migração reprodutiva e da desova. Chuva e temperatura desencadeiam a migração para a desova e o sucesso reprodutivo de uma espécie pode estar associado ao aumento de volume de água e à elevação da temperatura (Sato et al, 2003).

Outra questão a ser considerada como um possível impacto a jusante diz respeito aos nutrientes. Os nutrientes são transportados agregados aos sedimentos finos (até 2 mm) e servem principalmente a microorganismos da fauna aquática. São esses os organismos que formam a base da cadeia alimentar e, por isso, são importantes na dinâmica complexa das relações ecológicas de um ambiente (Odum, 1988). Os sedimentos que se depositam no reservatório já começam a tirar oportunidade da grande difusão de sedimentos e nutrientes no meio líquido. Os próprios depósitos cobrem áreas ricas em nutrientes no leito do rio.

Os nutrientes, que seriam transportados junto aos sedimentos, permanecem depositados no leito do reservatório. Toda essa modificação na cadeia alimentar no trecho à jusante é responsável por uma alteração tanto na composição da fauna como no equilíbrio ecológico. As mudanças significativas que ocorrem no curso d'água após a construção da barragem alteram a dinâmica do fluxo dos sedimentos. Esta alteração, por sua vez, provoca erosões no leito e nas margens do rio, devido à modificação do regime do rio e pela falta de sedimentos necessários a este regime, levando a uma descaracterização de parte da flora e fauna aquática.

Segundo estudos realizados para a usina de Tucuruí, os estirões a jusante de barragens podem ter impactos desastrosos pela redução da recarga sólida com modificações da morfologia fluvial. A água limpa no canal do rio a jusante da barragem tem a propriedade de escavar o leito, degradando-o e tornando o sedimento no local cada vez mais grosso, formando uma camada de encouraçamento. Esse sedimento grosso do leito pode se tornar impróprio como habitat e locais de desovas para espécies nativas, e mesmo introduzidas.

Os estudos sobre Tucuruí advertem ainda que a retenção de sedimento no reservatório provoca um escoamento de água limpa para jusante da barragem. Este escoamento límpido associado à sua maior força devido à liberação, para jusante, da energia potencial acumulada no reservatório, aumenta o poder erosivo do escoamento, provocando degradação com aprofundamento da calha do rio e erosão das margens. A

regularização do curso d'água a jusante traz grande influência nesse processo erosivo. Por outro lado, a atenuação dos picos de cheias a jusante diminui os problemas de inundação, mas impede o espalhamento de sedimentos finos contendo nutrientes nas várzeas e matas ciliares, além de diminuir as concentrações de nutrientes na cadeia alimentar da ictiofauna.

A tabela a seguir mostra as principais mudanças que poderão ocorrer à jusante.

Mudanças	Efeitos
Hidrológicas e no controle de inundações	<ul style="list-style-type: none"> • Modificação da vazão; • Maior uniformidade do hidrograma; • Redução da frequência e da magnitude das cheias; • Maior controle de vazões máximas descarregadas; • Maior segurança contra inundações; • Incremento de vazões mínimas; • Redução de áreas inundadas.
Morfológicas	<ul style="list-style-type: none"> • Modificação da geometria (largura e profundidade) da seção transversal e da declividade do canal; • Tendência de formação de um só canal estável, quando originalmente o rio é meandrado ou tem ilhas e bifurcações; • Redução da declividade geral do primeiro estirão do rio; • Modificação da erosão lateral nas curvas.
Hidráulicas	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança de funcionamento das obras dissipadoras de energia por redução do nível de energia no rio (quando há bacia amortecedora se pode vencer o salto hidráulico se a sua formação depende do nível de energia do rio; quando o controle hidráulico fica no final da bacia, chega a produzir logo a jusante uma erosão no pé da estrutura); • Rebaixamento do nível da superfície livre da água e do gradiente de energia; • Perda da capacidade hidráulica do canal por crescimento de vegetação em ilhas e bancos e pela mudança morfológica da geometria da seção e da declividade.

<p>No leito e por erosão</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Rebaixamento do nível do leito do rio no primeiro estirão; • Aumento da erosão ou escavação total em obras construídas no primeiro estirão: pilares e fundações de pontes, obras de tomada d'água, estação de bombeamento; • Modificação do processo erosivo local nas descargas de obras de vertedouro da barragem; • Encouraçamento do primeiro estirão; • Possível falha de proteção marginal sobre todo o revestimento e diques longitudinais.
<p>Ecológicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ao evitar ou reduzir inundações se impede o umedecimento natural dos solos agrícolas e o recebimento de nutrientes e sedimentos em suspensão; • Evita ou reduz o enchimento com sedimento das partes baixas da planície; • A construção de barragens reduz as quantidades de água doce para lagoas e mares interiores; • Quando as barragens não têm dispositivos para que subam os peixes, fica interrompido o ciclo vital de algumas espécies.

Outro ponto importante de impacto para os Apinajé será o aumento das descargas de dejetos e esgotos no rio Tocantins pelos núcleos urbanos a jusante da barragem e a montante da TI Apinajé (casos de Estreito, Aguiarnópolis, Tocantinópolis e Porto Franco), já que estas cidades aumentarão significativamente sua população e lançam diretamente seus esgotos naquele rio. A prefeitura de Tocantinópolis atualmente vem realizando obras para o tratamento do seu esgoto doméstico.

Como já foi mencionado, o ribeirão Botica tem a sua importância realçada pela presença das barragens no córrego Prata e no Ribeirão Grande. Estas construções estão abandonadas e não possuem mais propósito algum. Os Apinajé, com razão, exigem a sua imediata destruição antes de qualquer nova obstrução das águas de sua terra. Estas barragens impedem a presença dos grandes peixes no interior da TI, principalmente dos migradores, forçando os moradores da região dessas construções a se deslocarem grandes distancias para poderem pescar. É preciso todo um acompanhamento e pesquisa da diversidade da ictiofauna e das alterações que a UHE Estreito irá causar tanto neste

parâmetro como na abundância do estoque pesqueiro oferecido aos Apinajé, dando especial atenção aos peixes migradores.

A cabeceira do rio Botica encontra-se fora da área demarcada, próxima ao limite oeste da TI. Da mesma maneira que a sua foz precisa ser fiscalizada para garantir o acesso natural dos peixes neste rio, as suas nascentes também precisam ser monitoradas e preservadas a fim de manter a qualidade da água deste ribeirão e o seu curso d'água constante.

Outra questão importante é a manutenção da qualidade da água do rio Tocantins. Uma vez que a qualidade da água a jusante ficara condicionada aos parâmetros a montante é necessário todo um monitoramento das águas pertencentes à TI Apinajé e um plano de controle ambiental das águas do reservatório. Esta TI está a apenas 30 km do eixo da barragem e as águas do Tocantins, importantes tanto para a preservação da ictiofauna quanto para a saúde dos Apinajé, sentirá toda e qualquer mudança em sua qualidade.

Os Apinajé conhecem bem o ambiente em que vivem sendo capazes de perceber e relatar as mínimas alterações de seus padrões. O exemplo já citado das barragens existentes no córrego Prata e no Ribeirão Grande, e as reclamações dos índios a respeito da diminuição dos peixes rio acima explicam a grande preocupação que uma hidrelétrica de grande porte, construída em um rio volumoso e importante para eles, é capaz de causar.

“Eu não vou dizer sim para construir a barragem. Ela vai trazer muito problema. Se fosse por nós mesmos, nós já tínhamos terminado com borduna e flecha. Mas o Governo está devendo o movimento para outros países; como ele está precisando, nós estamos precisando também. Se eles querem ganhar, nós queremos ganhar também. A barragem não vai dar futuro para nós não. Como o índio vai ficar? Como o índio vai crescer? Por que ele vai tirar a nossa cobertura e dar a nossa cobertura para outros que nunca vieram aqui? O índio vai se acabar. O índio cresceu? O índio Apinajé nunca cresceu. E o Governo vem aterrando, puxando para dentro da terra. A nossa terra não é nossa. A gente não pode nem vender um pé de pau. A terra é do Governo. Hoje está o Governo Lula, amanhã pode ser outro governo, outro plano. E nós índios, temos que ter nosso plano” (Joaquim, cacique aldeia Mariazinha)

“Eu vou repetir o que os outros estão falando. A gente tem medo. No fundo como a gente pode defender uma barragem? A nossa terra é nossa mãe. Como nós podemos entregar a nossa terra? Só isso”. (Charles, liderança da aldeia Botica).

“Faz tempo que escutei essa coisa de barragem. E será que a gente vai continuar falando sobre barragem. Tem dia que a gente dorme e fica pensando: se essa água vem para cima? E se a enchente vem e quebra e leva nós tudinho? Algum dia ainda vão fazer essa barragem. É a primeira vez que estou falando.” (Fernanda, aldeia Mariazinha)

“Eu não quero a barragem. A barragem só faz é limpar o pobrinho. Para que o cupê quer fazer a barragem? Onde o pobrinho vai comer piabinha? Nós não temos ribeirão grande. Vocês são ricos, tem carro, tem avião, casa boa. Nós não, desde pequenininha eu escuto este nome de barragem. E meu neto vai crescendo e escutando essa barragem. O Tocantins é bem ali. Vocês cupê querem acabar com o mehĩ. Eu não quero não.” (Maria de Jesús, mulher do cacique da aldeia Boi Morto).

“Essa barragem nós já sabemos quais são os impactos. Eu sempre fui contra. Agora tem que ter uma discussão forte entre todos os pa’hi (caciques), sem brincadeira. Tem que reunir todas as lideranças dos povos e chegar a um ponto comum. É um problema regional, é uma estratégia para acabar com tudo que tem no meio ambiente. Eu não quero ser o sabidão, o que sabe tudo, mas eu venho acompanhando essa história desde o começo. E a minha posição é essa. Nós não queremos a barragem, mas se fizer nós queremos uma compensação que fica para sempre, por isso nós queremos a terra, que fica para todos.” (Antonio, aldeia São José)

“O Governo quer melhorar a qualidade de vida dos estados, mas por outro lado não vê a qualidade de vida dos próprios indígenas. Eu não sou a favor da barragem, nem da estrada. Nós estamos tendo uma pressão muito forte. Eu penso que eu como neto de uma pessoa que gostava de lutar eu tenho meu pensamento. A nossa área é tida como um depósito de jumento, e o Governo não fiscaliza, nem se importa...” (Oscar, cacique da aldeia Buriti Cumprido).

“Na verdade vocês sabem que nós, índios, nascemos nus e agora vocês estão ensinando e muitos já sabem ler, eu sou do tempo da demarcação. Eu sou contra a barragem. Mas se ele botar para fazer mesmo, nós não vamos ter como ir contra (...) eu, na verdade, eu quero o restante da terra.” (Damásio, cacique do Cocal Grande)

3.3 Impactos e interferências socioculturais

Dado o quadro geral apresentado neste diagnóstico, pode-se perceber que qualquer empreendimento na região, não importando a sua magnitude, potencializará, de algum modo, os problemas atuais já enfrentados pelos Krahô, Apinajé, Krĩkati e Gavião-Pykpojê atualmente. Não é demais repetir que o empreendimento da UHE de Estreito, certamente induzirá outros investimentos na região. Serão novas oportunidades que serão induzidas e efetivadas pelo empreendimento – que, para os povos indígenas aqui considerados não trará nenhum benefício. Não há mão de obra disponível nos municípios de afetados diretamente pela obra e os empreendedores deverão importar mão de obra para a região. E com esta população virão as demandas por novos serviços, por mais estradas, mais asfalto e, no vácuo deste progresso, como dizem os índios, virá *“cupê de todo tipo, bom e ruim”*.

3.3.1 Krahô

A expansão da fronteira agrícola tem provocado grandes desmatamentos nos cerrados no entorno da TI Kraolândia. Os pequenos produtores rurais têm vendido suas terras aos fazendeiros da soja, processo este que tem se acelerado muito, especialmente nos anos de 2003-2004. Com isso vem se acirrando a desestruturação fundiária e a agricultura familiar nessas áreas, além de o desmatamento em curso trazer consigo grande perda da biodiversidade do Cerrado. Esse processo acarretará ainda, prejuízos às áreas indígenas que ficarão mais expostas às invasões e degradação ambiental.

Para se ter uma idéia da reordenação fundiária no entorno da área Krahô, ao longo de toda a extensão dos limites leste e sudeste (rios Manuel Alves Pequeno e Gameleira) as propriedades foram vendidas pelos pequenos produtores tradicionais para empresas ou consórcios (cooperativas) do sul do país (os “gaúchos” como dizem os Krahô – fotos no Anexo). Há algumas e raras exceções com a Jaó e o Prédio. Somente o

entorno do limite sudoeste-oeste (do Gamelerinha até o rio Vermelho) permanece ainda nas mãos de pequenos proprietários tradicionais.

No entorno do limite nordeste (Ribeirão dos Cavalos-Cabeceira Grossa), na área de ocupação dos Krahô da Cachoeira e Pedra Branca, dois empreendimentos de grande porte (Fazendas Talismã e Buritirana) arremataram dos pequenos produtores tradicionais 12 mil hectares nesta região, para plantios de soja, sorgo e eucalipto. Poucos destes pequenos produtores ainda resistem ao assédio do agronegócios na área, ou como dizem um Krahô da aldeia Cachoeira, “continuam sovinando do lugar”.

Para os Krahô, o empreendimento da UHE do Estreito está interligado a este processo de mudança recente, ao qual se soma o asfaltamento da BR 010 (Goiatins a Aparecida do Rio Negro, passando por Itacajá, Santa Maria e Pedro Afonso), já com trechos concluídos (Campos Lindos a Goiatins) ou em franca atividade de terraplanagem (Goiatins a Itacajá). Os Krahô reclamam vivamente da não-intervenção da Funai e do Ministério Público do Tocantins na defesa dos seus interesses afetados por esta obra, que passa a menos de cinco km da TI Kraolândia na divisa nordeste.

Os Krahô expressam com clareza esta alteração na estrutura fundiária e os novos fatos que vem acarretando à suas fronteiras (vastas extensões de cerrados desmatados, afetando diretamente a fauna e especialmente a ictiofauna dos rios que fazem os limites da TI Kraolândia). Dizem que estes novos proprietários (“*cupê* de fora”) estão “tirando sua liberdade de andar”, porque antes, com os pequenos proprietários tradicionais, podiam andar “fora da área”, negociando e explorando à sua maneira dos recursos ali disponíveis. Este pequeno proprietário “é pobre que nem nós” e vive “quase que nem a gente” (de roças de toco e da caça). Mantinham com estes relações de compadrio e de troca de gêneros alimentícios e bens industrializados.

Os novos proprietários, ao contrário, não residem na propriedade e porque não estão habituados à presença indígena (“não conhecem a gente”) ficam com receio da presença eventual dos índios nas suas propriedades. E expressam tal receio com ameaças (o caso recente da ameaça dos gerentes da fazenda Talismã a alguns Krahô da aldeia Cachoeira virou paradigma desta nova relação, espalhando-se por todas as aldeias). Estes novos proprietários não “comem carne de caça”, “desmatam tudo, até as beiras dos córregos” e tratam os Krahô com muitas reservas.

Estes crêem que a barragem do Estreito vai “trazer mais *cupê* de fora”, representando uma ameaça concreta ao seu modo de vida, à sua liberdade de trânsito, aos seus matos e bichos – como de fato já vem ocorrendo. Com o empreendimento,

dizem que virá “*coisa boa e coisa ruim; hoje já está tudo muito diferente; nós não temos mais a liberdade de antes, não tem mais mato, estamos crescendo e a nossa terra ficando pequena; tudo já está perto da gente, o cupê está cercando a gente; nem os bichos têm mais liberdade*” (Dodanim Piikên).

3.3.2 Apinajé

A preocupação dos Apinajé com os “cupê de fora que vão chegar com a barragem” também é grande, sobretudo se considerarmos que os Apinajé já se vêem às voltas com sérios problemas devido a interferência de quatro estradas:

- TO 126 que liga os municípios de Tocantinópolis e Itaguatins, passando por Maurilândia, seccionando no sentido norte-sul todo o território em seu lado leste; ao longo de seu eixo estão localizadas as aldeias do PIN Apinajé (Mariazinha, Riachinho, Brejão, Bonito, Botica e Brejão);
- BR 230, a Transamazônica, que atravessava a área aproximadamente por 30 km e continua como limite da Terra Apinajé em sua parte oeste. Na faixa de influência desta estrada encontram-se as aldeias São José, Boi Morto, Serrinha, Cocal Grande, Patizal, Palmeiras, Cocalinho e Buriti Comprido, todas ligadas ao PIN São José;
- TO 134, entre o entroncamento de Luzinópolis e São Bento do Tocantins, configurando-se no desvio da BR 230 para não transpassar a Terra Indígena localizada a oeste desta TI;
- TO 210 – subtrecho interseção BR 230 - Tocantinópolis. Na faixa de influência desta encontra-se a aldeia Prata, 200 metros distantes desta estrada e ligados ao PIN São José.
- TO 010, trecho entre município de São Bento do Tocantins e Axixá do Tocantins, na margem norte do território, influenciando nas aldeias Buriti Comprido e Botica.

A TO 126 é uma estrada não pavimentada e atende a população das cidades de Maurilândia, Itaguatins e Tocantinópolis. Com a implantação do empreendimento da UHE Estreito, deverá ocorrer uma significativa ampliação do seu movimento, motivado por deslocamentos de população entre os povoados e municípios servidos por ela em direção ao local da obra.

A BR 230, a Transamazônica, em seu traçado original cortava a terra indígena e atravessava a área aproximadamente por 30 km e continuando como limite da Terra

Apinajé em sua parte oeste. Hoje, a partir do entroncamento para a cidade de Nazaré, ela passa a servir como limite da TI e influencia as aldeias São José, Boi Morto, Cocal Grande e Prata que a usam para se deslocarem.

A partir do trevo da Mumbuca (intersecção da BR 230), até a cidade de Tocantinópolis, este trecho da antiga BR 230 torna-se a TO 210. Encontra-se neste momento em processo de asfaltamento, atingindo o limite da área indígena próxima às aldeias Prata e Cocal Grande. Sem licenciamento ambiental, o Departamento de Estradas de Rodagens do Tocantins (DERTINS) começou os trabalhos de obras de arte e terraplanagem, mas a obra foi embargada pelo IBAMA. Com esta estrada asfaltada, aumentará o trânsito de veículos e circulação de população elevando o risco de pressão sobre a TI Apinajé, seja pela invasão por caçadores, seja pelo crescimento dos povoados de Prata, Passarinho e Olhos D'Água que estão próximos à área Apinajé. Boa parte desse trecho em asfaltamento está dentro do território pleiteado pelos Apinajé para ampliação da sua área através da Portaria da Funai no. 429 de 27/04/94 – DOU 06/05/94 que determina o re-estudo da identificação da área (Dec. 90969 de 14/02/85).

A rodovia TO 010, entre entroncamento da BR 230 (próximo a São Bento do Tocantins) e a cidade de Axixá do Tocantins influencia a margem norte da TI Apinajé. Às suas margens estão as plantações de eucalipto para fornecimento de carvão para indústrias siderúrgicas do Maranhão. Ela serve, então, também como meio de escoamento desta produção para o Estado vizinho.

O entroncamento da TO 010 com a BR 230 dista apenas 1.100 metros da terra indígena sendo ponto de circulação de veículos entre as cidades daquela região e Tocantinópolis e acesso à BR 153, com destino a Araguaína e demais cidades ao sul. É através desta estrada que deverão circular veículos e pessoas entre as cidades daquela região do Bico do Papagaio e Aguiarnópolis e Estreito, ponto urbanos próximos ao local do empreendimento da UHE Estreito.

Um bom trecho da TO 134, especificamente entre o entroncamento de Luzinópolis e São Bento do Tocantins, configurou-se no desvio da BR 230 para não transpassar a Terra Indígena localizada a oeste desta TI. Também será através desta estrada que deverão circular veículos e pessoas entre as cidades daquela região do Bico do Papagaio ao local do empreendimento da UHE Estreito.

Além disso, a constante perturbação do cotidiano Apinajé por questões relativas a empreendimentos próximos a TI, como o caso da hidrelétrica de Serra Quebrada, a rodovia Transamazônica e agora a UHE Estreito, já constitui em si mesmo um impacto

negativo para este povo e traz uma eterna preocupação por parte dos Apinajé em relação futuro que os aguarda. O depoimento de Irani (aldeia Mariazinha) retrata esta questão:

“A gente não agüenta mais ouvir sobre a barragem. Desde criança a gente ouviu falar que vão construir a barragem. Nós crescemos preocupados com o que vai acontecer, passamos a vida pensando. Agora eu estou velha, mas as crianças de hoje continuam a ouvir da barragem, ficam com medo. Elas vêm perguntar para onde vão mandar os índios, elas crescem pensando se irá ter que sair daqui, se o rio vai secar, se os peixes vão sumir. Como nós vamos conseguir viver sem os peixes, sem os bichos, sem o rio? Ninguém vem fazer coisa boa para nós, só vem barragem”.

3.3.3 Krĩkati

A Terra Indígena Krĩkati localiza-se, em média, a 100 quilômetros a jusante do empreendimento e os rios que determinam os limites sul e sudoeste desta TI (Arraia e Lajeado) drenam suas águas para aquele o rio.

A degradação dos rios pelos moradores do entorno é um fato, e se somarmos a ela as interferências que advirão com a construção da UHE de Estreito, os danos serão significativos. A ausência das matas ciliares não implica em um menor efeito destrutivo daquelas interferências, mas sim em um agravante nas já precárias relações ecológicas deste ambiente. Uma vez que as matas ciliares são importantíssimas na manutenção da fauna, tanto terrestre como aquática, e também para a qualidade do rio, qualquer novo impacto prejudicará ainda mais este delicado equilíbrio.

É grande a preocupação dos Krĩkati com os rios e córregos existentes em sua área. Como já colocado anteriormente, nenhum dos rios que cortam a área possui mata ciliar intacta devido principalmente à atividade pecuária. A degradação dos rios pelos moradores do entorno está efetivada; se somarmos a isso os impactos advindos da construção da barragem de Estreito, os danos serão imensuráveis. A ausência das matas ciliares não implica em um menor efeito destrutivo destes impactos, mas sim em um agravante nas já precárias relações ecológicas deste ambiente. Uma vez que as matas ciliares são importantíssimas na manutenção da fauna, tanto terrestre como aquática, e também para a qualidade do rio, qualquer novo impacto prejudicará ainda mais este delicado equilíbrio.

É notável a persistência e o esforço dos Krĩkati para manterem seus costumes e tradições. Mesmo habitando uma área degradada e próxima a centros urbanos, eles ainda mantêm uma dependência importante com os seus recursos naturais, visto as

pescarias constantes e a intensa preocupação na recuperação deste ambiente. Os índios mantêm um projeto de recuperação das nascentes do interior da TI, com plantações de espécies frutíferas e nativas ao redor das cabeceiras degradadas.

A pesca é para os Krĩkati mais importante que a caça, por isso mesmo é necessário todo um monitoramento da ictiofauna principalmente na região do Arraia, entre o limite da área e a sua foz no Tocantins, e no rio Lajeado, outro rio de grande porte que serve de acesso da ictiofauna para os córregos da TI. Outro fator de monitoramento importante é o da qualidade da água, pois os cursos d'água do interior da TI já sofrem com os impactos causados pelo mau uso dos recursos hídricos e do desmatamento de suas margens.

Os Krĩkati não podem ver prejudicados os esforços que empregam na recuperação das nascentes de sua terra, muito menos assistir a uma diminuição da ictiofauna existente nestes córregos e riachos da TI. Por isso, torna-se fundamental o acompanhamento da diversidade e da abundância de peixes nos rios da terra indígena, e também o incentivo ao projeto de recuperação das nascentes e da vegetação natural das margens dos rios. Para que se possa garantir um abastecimento, no mínimo, igual ao o que se observa hoje.

A preocupação dos Krĩkati em relação a possível construção da UHE de Estreito diz respeito principalmente a ocupação das margens do rio Arraias e rio Lajeado (que tem como afluentes os rios Raiz e Buenos Aires) por ‘novos *cupê*’. A prevista intensificação da atividade da pesca no leito desses rios, pelo aumento populacional, faz com que os Krĩkati temam o empreendimento. Acreditam que a pesca, já escassa, vai diminuir ainda mais e que as festas ligadas à realização de pescarias coletivas também se acabem. Preocupam-se também com as nascentes e cabeceiras de córregos dentro da T.I. e mantêm atualmente um projeto de recuperação desses ambientes. No depoimento de Modesto Krĩkati reconhecemos o entendimento apurado que os Krĩkati detêm do ciclo ecológico dos ambientes de Cerrado:

“(...) quando as plantas crescer, essas que a gente ta plantando, os peixes vão voltar, aí eles vão criar a água de novo...”

Para os Krĩkati, os peixes que ‘criam a água’ e a recuperação desses ambientes têm um significado amplo para eles. Com a água voltando a correr nos locais atualmente degradados os ‘bichos também vão voltar, a sucuruí vem beber água, morar e outro bicho vêm comer ela’ e assim por diante. Por outro lado, a degradação desses

ambientes afasta os peixes e bichos, deixando o *'pjê sozinho e triste'*, sem condições de produzirem os recursos naturais que os Krĩkati necessitam para subsistência.

3.3.4 *Gavião-Pykopjê*

Considerando o contexto ambiental e socioeconômico em que está inserido o povo Gavião-Pykopjê, pode-se entender sua reação ao serem questionados sobre a UHE de Estreito. Estes índios são radicalmente contra a obra projetada. Ainda que tenham noção da distância em que se encontra o município de Estreito, argumentam negativamente a este empreendimento, ancorados no acúmulo de grandes projetos desenvolvimentistas na região e na conseqüente ocupação de seu território tradicional e invasão de sua terra.

Amarante do Maranhão é um dos 16 municípios da microregião de Imperatriz¹⁶, onde também está inserida a Terra Indígena Krikati. Esta é uma área de influência de grandes projetos que vêm sendo implementados desde a década de 60, como a Rodovia Belém-Brasília, a mineração da Serra dos Carajás (Marabá/Paraubepas), a Ferrovia Carajás-Itaquí, a Ferrovia Norte-Sul e, mais recentemente, as indústrias guzeiras em Açailândia e a indústria de celulose da Celmar em Cidelândia. Todos esses empreendimentos, aliados a indústria madeireira e as fazendas de monocultura e gado, são modelos de desenvolvimento que não contemplam a diversidade cultural dos povos indígenas e tradicionais que habitam essa região, além de estarem em débito com a questão ambiental. A microregião de Imperatriz (o “portal da Amazônia”) está ambientalmente desgastada e as terras indígenas presentes nessa área são as maiores reservas legais de Floresta Amazônica e o dos Cerrados.

Portanto, é impossível considerar o empreendimento em questão isolado da situação acima descrita. Os Gavião-Pykopjê tem seus principais rios (Santana, Batalha, Pindaré, Pau Ferrado) degradados e eles não estão sequer dentro de sua Terra Indígena. Ainda que tenhamos explicado que, de acordo com o EIA/RIMA, estes corpos hídricos não serão prejudicados diretamente pela barragem, os Gavião-Pykopjê não se contentaram. Continuaram afirmando que sim, que seus rios iriam acabar secando.

¹⁶ Micro região de Imperatriz: Açailândia, Amarante do Maranhão, Buritirana, Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque, Vila Nova dos Martírios

Analisando sua percepção de acordo com os grandes projetos de desenvolvimento da região e suas conseqüências nos últimos quarenta anos, não fica difícil compreender esta reação.

Eles entendem esses impactos como uma reação em cadeia que acaba, sem dúvida, prejudicando o ambiente em que estão inseridos. Quando se referem ao “medo” que tem da UHE Estreito secar seus rios, talvez não tenham noção do projeto da UHE e das explicações científicas que garantem a qualidade da água e a situação dos peixes. A percepção dos Gavião-Pykopjê segue outra lógica. As radicais transformações em seu ambiente têm sido experimentadas por eles, ao longo dos últimos anos, com muito pesar (miséria, fome, degradação ambiental, falta de espaço para sua reprodução física e cultural). Novas transformações que apontem para esse caminho não são vistas com bons olhos. Além do perigo da reação em cadeia destes impactos, há ainda o aspecto cultural. “Emparedar” um rio para os Gavião-Pykopjê, bem como para os outros povos Timbira aqui considerados, significa desafiar as leis de seu universo natural, cuja resposta é um temido mistério.

Além da degradação ao seu ambiente, as intervenções destes grandes projetos na TI Governador no decorrer de sua história não deixam os Gavião-Pykopjê seguros sobre as medidas compensadoras que poderão advir deste empreendimento. Eles têm uma péssima recordação das negociações que aconteceram na década de 80 com a companhia Vale do Rio Doce, na ocasião da implantação do Programa Grande Carajás. Sem nenhuma preparação, os índios receberam quantias exorbitantes de dinheiro que chegavam “de avião” no pátio de sua aldeia e eram distribuídas aleatoriamente entre as famílias. Conflitos internos seguidos de mortes e desavenças, além de um contato mais intenso com a cidade e uma necessidade maior de consumo de bens e serviços foram algumas das conseqüências que até hoje são lembradas com consternação pelos Gavião-Pykopjê e que deixaram marcas irreparáveis no seu relacionamento com a sociedade envolvente e em suas próprias estruturas. O depoimento abaixo, de um homem de aproximadamente 40 anos que acompanhou “o tempo da Vale”, descreve as conseqüências sofridas pelos Gavião-Pykopjê durante esse período:

“Em 1980, acho, surgiu o projeto Carajás. O projeto Carajás de lá...de 82 pra cá eles começaram a se envolver com branco, comprar moto, comprar bicicleta...comprar tantas coisas que não entendia. Começaram de comprar e começaram de envolver, beber cachaça e atirar um no outro, bêbado” (Vicente).

Os Gavião-Pykopjê entendem que a construção da UHE Estreito acabará provocando um grande inchaço populacional na região. A procura por terras no entorno de sua área indígena será maior, o que acabará restringindo ainda mais o acesso aos recursos naturais que ficaram fora dos limites da Terra Indígena impostos pela Funai. Além da grande quantidade de assentamentos que tem sido instalada na região, os posseiros que ocupavam a TI Krikati – que está em processo de extrusamento há sete anos – estão adquirindo terras no entorno da TI Governador. Isso aumenta a pressão sobre os recursos naturais que utilizam (garantidos pela demarcação ou não) e deixa seu território mais vulnerável aos impactos da UHE Estreito, caso venha a ser construída.

A TI Governador encontra-se circundada por centros urbanos, com acessos relativamente fáceis, o que intensifica as interferências ambientais, como a invasão de caçadores, retirada clandestina de madeira e incêndios criminosos. Os principais pontos vulneráveis a invasão da Terra Indígena Governador são os limites, tratando-se de uma terra indígena com área insuficiente. À leste, onde se situam os povoados de Mundo Novo, Grotão, Brejão e Brejinho é um local reconhecido tradicionalmente como território do povo *Ron a'cu catejê* (“o povo do lugar do babaçu”). A principal ameaça refere-se à mudança radical no modelo de uso e ocupação do solo. O crescimento de povoados e a aquisição de imóveis rurais por proprietários vindo de outros estados acarretam sérios problemas ambientais que são sentidos diretamente pelos Gavião-Pykopjê, principalmente da aldeia Riachinho. Os babaçuais foram desmatados para dar espaço às pastagens e propriedades. Também se caracterizava por ser local de coleta de tiririca (sementes utilizadas na confecção de diversos adornos e artesanatos).

Outro ponto de extrema vulnerabilidade do território são as margens da estrada intermunicipal que liga os municípios de Amarante a Campo Formoso e que corta toda a terra indígena. O município de Campo Formoso localiza-se em uma faixa de terra entre as áreas do povo Gavião-Pykopjê e a TI Araribóia, do povo Guajajara. Esse “corredor” entre as duas áreas indígenas é local de entrada de invasores e possui estradas clandestinas para transporte de madeira retirada ilegalmente. O IBAMA faz raras barreiras de controle no município e os madeireiros ilegais utilizam uma estrada marginal que passa muito próxima ao limite noroeste da TI Governador.

Acreditamos que o efeito que os grandes projetos de desenvolvimento desencadeiam em uma região tão fragilizada ambientalmente é irreversível. Os *Gavião-Pykopjê* expressam freqüentemente essa opinião, por já terem sofrido as conseqüências

de convênios originários de impactos de outros grandes projetos, como o caso da CVRD. Têm uma noção apurada dos efeitos que o aumento populacional no entorno da sua terra indígena, com limites insuficientes, trazem para suas atividades de subsistência e sua segurança territorial. Entendemos como segurança territorial o direito desses povos de se reproduzirem sócio-culturalmente e mantendo suas atividades de subsistência garantida.

“Nós somos contra porque a barragem traz prejuízo. Nós somos os donos, os defensores desta terra. A barragem é para nós como uma doença. O Governo está planejando acabar com os povos Timbira do Maranhão e Tocantins. Nós sabemos que não fomos nós que demarcamos este pedaço de terra. Foi a Funai. ? Por isso nós não temos mais caça, mais fruta nativa (...) A gente sabe que fica muito longe do rio Tocantins, mas a gente vai receber os impactos socioculturais (...)” (Joel, cacique da aldeia Riachinho dos Gavião-Pykopjê).

3.4 Impactos previstos sobre as atividades da *FrutaSã*¹⁷ e para o agroextrativismo regional

A atividade extrativista na região de influência direta da UHE de Estreito consiste no aproveitamento das frutas dos cerrados. Espécies como bacuri (*Platonia insignis*), buriti (*Mauritia flexuosa*), cajá (*Spondias mombim*), jussara (*Euterpe edullis*), murici (*Byrsonima basiloba*) e pequi (*Caryocar brasiliense*) entre outros, são excelentes matérias primas para sucos, sorvetes, óleos, doces e bolos. A população utiliza estas espécies e seus derivados para enriquecimento da dieta familiar. Atualmente são poucos os incentivos para que haja um retorno financeiro advindo do aproveitamento destas espécies.

Apesar da falta de incentivo em relação ao desenvolvimento da agricultura familiar, há uma forte tendência no mercado para aqueles frutos e um bom exemplo é o bacuri. Atualmente, este fruto é conhecido como o “ouro” do sertão e tem boa saída nos mercados do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí. O preço do milheiro do bacuri variava em 2003 entre 50,00 e 70,00 reais, dependendo das condições de acesso ao bacurizal e da concorrência dos compradores.

¹⁷ Empresa agroextrativista com sede em Carolina e cujos proprietários são, em partes iguais, o CTI e a Associação Indígena *Wyty-Catê* dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins. De acordo com seu contrato social, os lucros eventuais são apropriados pela Wyty-Catê para execução de projetos sociais nas aldeias associadas.

Outras espécies que apresentam um bom potencial, sendo inclusive comercializadas nas feiras locais, embora em pequena escala, é o buriti (que é aproveitado na forma de óleo, polpa, massa para bolos e doces); a bacaba (cuja polpa é utilizada para sucos e farinhas); e o cajá, o murici e a jussara (com os quais se fazem sucos e sorvetes). Estas espécies ocorrem em diferentes fitofisionomias do cerrado e são bastante comuns na região.

Os povos Timbira desenvolvem também um projeto socioambiental para geração de renda e aproveitamento dos frutos nativos do cerrado – o projeto *Frutos do Cerrado* – cujas perspectivas de sustentabilidade estarão comprometidas pelo empreendimento. Boa parte desses frutos é adquirida de pequenos produtores rurais pela *FrutaSã*, gerando renda direta para essas populações.

A listagem abaixo discrimina e informa sobre as principais espécies frutíferas da região de abrangência do empreendimento e seus possíveis impactos para a empresa *FrutaSã*. Cabe ressaltar, por fim, que os levantamentos abaixo apresentados são parciais e levaram em conta uma amostra dos fornecedores atuais da *FrutaSã*, não considerando o universo total dos fornecedores e muito menos os potenciais fornecedores que serão atingidos pela UHE de Estreito.

Juçara (*Euterpe edulis*)

Esta palmeira (*Euterpe edulis*) perfilha apenas uma vez e demora sete anos para atingir o tamanho de corte de 10 a 20 metros de altura. Uma planta adulta rende 300 gramas de palmito, quantidade suficiente para encher um pote de vidro. Cada pote representa uma árvore no chão. Quatro quilos de sementes podem render 02 quilos de concentrado, suficientes para fazer 5 litros de suco, com lucro de até oito reais por pessoa. Cada palmeira produz até 10 quilos de sementes. Um quilo de frutos contém aproximadamente 770 unidades. Sua viabilidade em armazenamento é inferior a três meses. Após o beneficiamento de polpas de frutas congeladas seus resíduos constituem um potencial para atividade de extração de óleos vegetais e artesanato e já desenvolvidas pelas populações da região, gerando renda e melhorando a qualidade de vida dessas populações.

Existem áreas de incidência desta palmeira onde esse fruto pode ser coletado e comercializado e que serão afetados pela possível implementação dessa UHE, como nas margens dos afluentes rio Tocantins e neste próprio rio.

A FrutaSã coletou em 2004/2005 na região 11.103,23 kg, pagando R\$ 7.384,73. Todos os resíduos dessa produção foram utilizados pelo Viveiro Central da Associação Agroextrativista dos Pequenos Produtores de Carolina (APPC) em parceria com o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), para produção de mudas florestais, composto orgânico e sementes beneficiadas para artesanato.

Murici (*Byrsonima sp.*)

Ocorre nas fitofisionomias de Cerrado e Campo Sujo. É uma planta melífera, fornece madeira amarela ou avermelhada, acetinada e brilhante, própria para construção civil e marcenaria. Na alimentação o fruto, de sabor agridoce é comestível ao natural e usado para a fabricação de doces, licores, polpas congeladas e sorvetes. Foi observado o consumo das folhas pelos bovinos da região, daí atribuir a essa espécie um potencial forrageiro.

Produz anualmente grande quantidade de sementes viáveis amplamente disseminadas pela fauna. Apresenta dispersão ampla, porém irregular e descontínua. Floresce quase o ano inteiro predominando nos meses de setembro a novembro. A maturação dos frutos acontece na maioria dos meses, porém com intensidade de novembro a fevereiro. Os frutos são colhidos diretamente da árvore quando iniciam queda espontânea.

Esta espécie está ameaçada com a possível implementação da UHE Estreito, dado que uma grande região de sua ocorrência se encontra na área de influência direta do empreendimento. A sua área de incidência e coleta se dá nas margens do rio Tocantins nos municípios de Carolina e Filadélfia (TO), em pequenas propriedades de produtores rurais e na própria área urbana do município de Carolina.

Na safra de 2004/2005, o fornecimento dessa fruta para a *FrutaSã* foi de 3.339,50 kg comprados gerando uma renda de R\$ 3.339,50 para as famílias produtoras. Deste total, 1.772 kg provêm das margens do rio Tocantins e 1.567,5 kg¹⁸ das famílias da área urbana e rural do município de Carolina. Esses 1.772 kg vieram da Fazenda São Sebastião, localizada no município de Filadélfia (TO) nas margens do Rio Tocantins um pouco abaixo do município de Barra do Ouro (TO), em uma região chamada Inhuma.

Muitas frutas são fornecidas por famílias da própria área urbana do município de Carolina. Essas frutas são coletadas normalmente nos quintais das residências por toda a família e depois levadas para serem vendidas na agroindústria *FrutaSã*. Muitas dessas

¹⁸ Informações dadas pela FrutaSã da safra 2004/2005.

residências estão nas margens do rio Tocantins ou nas margens de seus pequenos afluentes que perpassam as ruas da área urbana do município e sofrerão possível inundação com a implementação da UHE de Estreito.

Deve-se ressaltar que existe uma grande quantidade de famílias de vários municípios da bacia do Tocantins (Filadélfia, Barra do Ouro, Babaçulândia, Palmeirante, Itapiratins e Tupiratins) que praticam o extrativismo do murici, vivendo da sua renda sazonalmente. É possível observar, por exemplo, a intensa comercialização desse produto nos mercados municipais durante os meses de janeiro, fevereiro e março, gerando uma renda significativa para centenas de famílias que vivem nos subúrbios dessas cidades em condições de extrema pobreza.

Bacuri (*Platonia insignis*)

O bacurizeiro (*Platonia insignis* Mart.), espécie frutífera da família Clusiaceae, é uma planta arbórea tipicamente tropical, cujas áreas de ocorrência abrangem os Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Goiás e Mato Grosso, alcançando também o Paraguai. Seu fruto pode ser utilizado tanto na forma *in natura* como para a agroindústria. A produção de bacuri é comercializada, principalmente, nos CEASAs e feiras livres de Belém-PA, São Luís-MA e Teresina-PI, e não tem sido suficiente para atender à demanda crescente do mercado consumidor dessas capitais. Na forma de polpa congelada, a comercialização é feita, principalmente, nas grandes redes de supermercados dessas capitais a preços superiores aos de outras frutas tropicais como o cupuaçu, o cajá, a goiaba e a graviola, por exemplo. Portanto, a médio e longo prazo, essa espécie pode estabelecer-se como uma nova e excelente alternativa para os mercados interno e externo de frutas exóticas.

No entanto, apesar da sua importância social e do seu elevado potencial econômico, pouco tem sido feito para o conhecimento e uso dessa espécie na área de coleta, conservação, caracterização de germoplasma. Atualmente, o seu sistema de exploração, para o aproveitamento do fruto ou da madeira, é exclusivamente extrativista.

O bacurizeiro atinge uma altura de 15 a 30m com tronco de 60 a 80 cm de diâmetro. Floresce durante os meses de junho a setembro. A maturação inicia-se no mês de dezembro prolongando-se até março. Os frutos são colhidos diretamente da árvore quando maduros. Um kg de sementes contém aproximadamente 55 unidades. Sua viabilidade em armazenamento é muito curta não ultrapassando 30 dias.

A densidade do bacurizeiro varia muito em diferentes regiões. Na floresta, a densidade é baixa, em média, 1 árvore por hectare. Em áreas de capoeira de 10 anos, é possível encontrar mais de 1.800 árvores novas por hectare. O bacurizeiro agüenta bem o fogo. Há quem diga que quanto mais ele queima, mais ela brota. Um bacurizeiro pode produzir até 2.000 frutos, mas a média é de 400 frutos. Com 50 árvores por hectare pode-se produzir em média 9,5 toneladas de frutos por hectare, o que produz 01 tonelada de polpa, 6 toneladas de casca e 2,5 toneladas de sementes, que podem ser utilizadas para alimentação de animais.

A extensão da coleta pela *FrutaSã* é relativamente grande, ocorrendo numa área de aproximadamente 1.056 km quadrados no município de Carolina, desde a margem do rio Tocantins até o meio do recém criado “Parque Nacional Chapada das Mesas”. Sua maior extensão seguindo uma linha reta de leste a oeste é de 72 km e de norte a sul de 24 km (no paralelo W 07° 10.000’)¹⁹. Essa região ameaçada encontra-se em uma grande curva que o rio Tocantins faz a esquerda, entre os municípios de Carolina e Babaçulândia, entre a Ilha dos Botes e a Ilha de São José.

O bacuri é uma fruta muito valorizada em toda a região. Atravessadores (pessoas que compram a fruta para empresas) aparecem de várias localidades (de municípios próximos do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí) nesta região para comprar o bacuri, que aqui continua relativamente preservado. Em outras regiões como Campos Lindos, Balsas, Riachão e no próprio município de Carolina, onde havia também uma grande concentração de bacuri, quase a sua totalidade foi derrubada para o plantio de grandes monoculturas, restringindo as grandes concentrações para o município de Carolina.

Cabe ressaltar que a dispersão de sementes da *P. insignis* está diretamente associada à manutenção da fauna cinegética de grande porte e que será afetada com a possível implementação da UHE Estreito.

Em uma região com 1.056 km quadrados foi coletado e comprados pela *FrutaSã* 519.964 bacuris (R\$ 40.023,98)²⁰ durante toda a safra de 2004/2005. Destaca-se que essas quantidades correspondem a apenas uma pequena porcentagem do potencial extrativista dessa fruta naquela região.

Quadro de propriedades dessa região onde o bacuri está ameaçado pela UHE do Estreito

¹⁹ Cartas da região em escala 1:100.000 do IBGE de 1979.

²⁰ Informações dadas pela FrutaSã da safra 2004/2005.

<i>Localidade</i>	<i>Proprietário / Entrevistado</i>	<i>Uso do Bacuri</i>	<i>Motivo</i>	<i>Comprador</i>	<i>Quem coleta</i>	<i>Quantidade aprox. de: árvores / milheiros</i>	<i>Ponto de GPS</i>
Faz. Canjirana	Paulo Araújo de Brito	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	250 / 17	S 07° 04' 21.4'' W047°33'02.9''
Faz. Barra do São José	Gilberto Barros da Silva	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	20 / 1	S 07° 03' 26.7'' W047°34'21.3''
Faz. Ponta da Serra	Valdecir Correia da Silva	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	60 / 6	S 07° 06' 03.5'' W047°35'43.0''
Faz. Morro Grande (Babaçulândia)	Alarico Azevedo	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	50 / 7	
Faz. Cercado	Magnólia Ferreira	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	20 / 6	
Faz. São Miguel	Dionel Pinheiro Araújo	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	1.000 / 30	
Faz. Sítio Novo	Carlos de Oliveira Bezerra	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	250 / 12	
Faz. Grotta de Areia	Luiz Mendes de Sousa	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	50 / 3	S 07° 04' 45.5'' W047°35'04.3''
Faz. Santa Rita	José Alves Bezerra / Maria Cardoso dos Santos	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	290 / 20	S 07° 09' 12.9'' W047°35'04.5''
Faz. Raposa	Maria Luíza Ferreira	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	200 / 5	
Faz. Santa Bárbara	José Ferreira da Silva	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	500 / 15	
Faz. Estiva	Aristides	Vendido	Aumentar	FrutaSã	todos	100 / 6	

	Carvalho da Costa		renda				
Faz. Prata	Abel Araújo	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	Não sabe	
Faz. Ouro	Lourivam Teixeira da Silva	Familiar / não comercializa	----	----	----	Não sabe	
Faz. Mutamba	Ênio Noletto Jácome	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	100 / 2	
Faz. Soledade	Raimundo Gomes Ferreira	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	70 / 5	
Faz Urupuchete	Lucilene Sousa Silva	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	Não sabe	
Faz. Barro Alto	José Roberto de Araújo	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	50 / 5	
Faz. São José	Sebastião Ferreira	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	1500 / 30	S 07° 06' 41.5'' W047°30'15.6''
Faz. São José	Raimundo Alves da Costa	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	30 / 6	
Faz. Galheiro	José Fernando	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	100 / 10	S 07° 08' 37.5'' W047°33'13.8''

Quadro de propriedades da região onde o bacuri pode sofrer conseqüências com a elevação do lençol freático

Localidade	Proprietário / Entrevistado	Uso do Bacuri	Motivo	Comprador	Quem coleta	Quantidade aprox. de: árvores / milheiros	Ponto de GPS
Faz. Mansinha	Valdemar Araújo de Sousa	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	500 / 10	
Faz. Morro Redondo	Balbino Ferreira da Silva	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	400 / 10	

Faz. Serrinha	Gentil T. Rodrigues	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	50 / 2	
Faz. São José dos Bezerra	Antonio Rosa Pereira da Silva	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	100 / 1	S 07° 04' 13.0'' W047°33'45.8''
Faz. Canto Bom	Albino Vidal	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	todos	50 / 3	S 07° 07' 0.7'' W047°34'59.3''

As fazendas relacionadas na primeira tabela estão ameaçadas pelo enchimento da barragem, pois são terras que serão inundadas. Isso quer dizer que existem outras fazendas que poderão sofrer com os impactos do enchimento do lago por problemas decorrentes da elevação do lençol freático. Este fato é admitido pelos representantes do empreendimento, que afirmam também não ser possível verificar a real elevação e os possíveis danos que isso poderá trazer no presente momento.

Por esse motivo, colocamos uma segunda tabela de fazendas da região onde acreditamos que ocorrerão esses danos, pois se trata de uma região muito próxima à área que será ocupada pelo reservatório, tratando-se de uma região de cerrado com solo extremamente arenoso e de alta absorção de umidade.

Cajá (*Spondias mombim*)

O cajazeiro é uma frutífera da família Anacardiaceae, originária da América tropical. Encontra-se distribuída em todas as regiões do Brasil, onde é conhecida por vários nomes populares tais como taperebá, cajazeiro, cajazeira, cajá, cajá-mirim, cajazeiro-miúdo, acaja, acajaíba, imbuzeiro e cajá azeda.

A densidade do cajazeiro varia entre 80 a 100 indivíduos por hectare, principalmente em função de sua característica de propagação vegetativa. São indivíduos que ocorrem em populações homogêneas. Um cajazeiro adulto produz em média 300 kg de fruta por ano, sendo que seu rendimento para produção de polpas é de 60%. É uma espécie prioritária na recuperação de ambientes degradados, porém só deve ser introduzida após o crescimento da floresta primária, com introdução de indivíduos pioneiros, por ser uma espécie de dossel (clímax).

A crescente demanda pelos produtos do gênero *Spondias sp.* confirma o potencial de exploração das espécies, o que gera empregos fixos na coleta e nas agroindústrias de processamento. Os cajazeiros ocorrem principalmente em matas ciliares e estão comprometidos com os impactos que já vem ocorrendo e poderão sofrer

extinções de espécimes com a construção da UHE de Estreito devido ao aumento do nível da água.

A sua área de incidência e coleta se dá em todo o município de Carolina, nas margens do rio Tocantins e de seus afluentes, nos quintais das residências urbanas, nas terras da zona rural. Devido a isso, é uma espécie extremamente ameaçada com a implementação da UHE Estreito.

A maior parte do cajá coletado pela *FrutaSã* encontra-se na “micro-bacia do rio Itapecuru”, afluente do rio Manoel Alves Grande, que por sua vez é afluente do rio Tocantins na sua margem direita. Nessa micro-bacia, que possui uma grande incidência de cajá, a *FrutaSã* compra grande parte de sua safra na região dos povoados Taboquinha e Itapecuru.

Assim como muitas outras frutas, o cajá também é fornecido por pessoas da própria área urbana do município de Carolina. Essas frutas são coletadas normalmente nos quintais das residências por toda a família e depois levadas para serem vendidas na porta da *FrutaSã*. Muitas dessas residências estão nas margens do rio Tocantins ou nas margens de seus pequenos afluentes que perpassam as ruas da área urbana do município.

A procedência do cajá é tão complexa, quanto a procedência do bacuri. Da região do povoado Taboquinha vieram aproximadamente 25.000 kg de um total de 58.072,77 kg de frutas compradas na safra 2004/2005.

Segundo informações levantadas pela própria *FrutaSã* em conversas com os moradores da região, o potencial de extrativismo na Taboquinha é pelo menos três vezes maior que o atual registrado hoje. Moradores desse povoado dizem que na época das chuvas é praticamente impossível coletar o cajá que se encontra nas margens do rio, pois a água fica tão alta que o cajá acaba caindo nela sem poder ser pego. Mas depois de levantamentos mais sistemáticos realizados nessa região para se saber os possíveis impactos com a construção da UHE Estreito, verificamos que o potencial é de 30 vezes maior que o estimado atualmente.

Além de o povoado Taboquinha ser uma região de grande potencial extrativista, o povoado Itapecuru também possui três grandes fornecedores de cajá.

Essas duas regiões possuem pontos de coleta, onde a própria *FrutaSã* disponibiliza *freezers* para armazenamento da coleta até que um carro da empresa faça o transporte até a fábrica em Carolina. Em cada viagem, o veículo carrega em média 800 kg de frutos. Essas viagens para a coleta geralmente são feitas pela manhã, quando o

clima está mais ameno e propício para o transporte dessa fruta, que é extremamente perecível. Na parte da tarde o veículo da *FrutaSã* faz a coleta em pontos localizados na área urbana do município de Carolina, nas residências das pessoas que coletam o cajá dos seus quintais, sendo bastante significativa essa participação na venda do fruto.

Na região do povoado Taboquinha, são várias as fazendas que coletam o cajá e que poderão sofrer prejuízos com a possível construção da UHE Estreito:

<i>Nome da propriedade /Localização</i>	<i>Proprietário / Entrevistado</i>	<i>Uso do Cajá</i>	<i>Motivo</i>	<i>Comprador</i>	<i>Quem coleta</i>	<i>Quantidade e aprox. de árvores:</i>	<i>Ponto de GPS</i>
São José (rio Itapecuru)	Ailton Gurgel / Raimundo Pereira dos Santos	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã 1 freezer	Todos da família	+ de 50	S 07° 27' 35.4'' W047°22'50.5''
Taboquinha (rio Itapecuru)	Orlando Luiz da Silva	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã 1 freezer	Todos da família e de outras fazendas	+ de 50	S 07° 27' 51.0'' W047°23'33.7''
Tiúba (rio Itapecuru)	Raimundo P. Sobrinho e Jesus de Oliveira Pereira	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã 1 freezer	Todos da família	+ de 50	S 07° 27' 44.6'' W047°20'00.7''
São Mateus / Grotão (rio Itapecuru)	Bernardino / Nilson Barbosa	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã 1 freezer	Todos da família	+ de 50	S 07° 28' 00.9'' W047°23'59.1''
Espia (rio Itapecuru)	Waldir / Eva Lopes da Silva	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã 1 freezer	Todos da família	+ de 50	S 07° 29' 26.5'' W047°22'51.0''
NovoProgresso (rio Manuel Alves Grande)	Raimundo Arruda	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã 1 freezer	Todos da família	+ de 50	S 07° 33' 00.5'' W047°22'53.1''

					e de outras fazenda s		
--	--	--	--	--	--------------------------------	--	--

No Itapecuru os pontos de coleta são:

<i>Nome da propriedade / Localização</i>	<i>Proprietário / Entrevistado</i>	<i>Uso do Cajá</i>	<i>Motivo</i>	<i>Comprador</i>	<i>Quem coleta</i>	<i>Quantidade aprox. de árvores:</i>	<i>Ponto de GPS</i>
Nazaré (rio Gameleira)	Dazinha / Tarcísio Gomes da Silva	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã 1 freezer	Todos da família	+ de 50	S 07° 25' 51.7'' W047°12'52.0''
Sambaíba (rio Cipó)	Nelson Maranhão Azevedo / Creuzimar Gouveia Silva	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã 1 freezer	Todos da família	+ de 50	S 07° 25' 12.3'' W047°16'07.3''
Xapurí (rio Itapecuru)	Manuel Sardinha / Raimundo Fernandes da Silva	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã 1 freezer	Todos da família e de outras fazendas	+ de 50	S 07° 26' 26.8'' W047°15'16.7''

Em todas as fazendas relacionadas nas duas tabelas o cajá é coletado pela família que é empregada do proprietário da fazenda e nunca pela família do próprio proprietário. O entrevistado em todas as fazendas foi o empregado, que normalmente trabalha na fazenda cuidando do gado com sua família, como vaqueiro. Normalmente esses vaqueiros têm um acordo de “meia” com o proprietário, onde são pagos a ele 04 cabeças de gado a cada 20 nascidas na fazenda. Esses vaqueiros não são assalariados e recebem pagamento em espécie quando fazem algum tipo de serviço na fazenda, como abrir novos locais de pastagem, consertar as cercas e currais e outros pequenos serviços. Assim, muitos possuem também roçados para contribuir na sua alimentação.

Como podemos perceber, todas as propriedades onde são coletados os cajás existem mais de 50 pés desse fruto. Nenhum empregado ou proprietário consegue de fato saber a quantidade exata de árvores de cajá que as propriedades possuem. Mesmo assim, todos sabem em quantas árvores e quais são as que eles coletam. Em nenhuma das fazendas visitadas a coleta se dá em mais que 30 árvores e menos que 05, pois normalmente as famílias moram sozinhas nas fazendas e assim, não dividem com mais ninguém as tarefas de coleta, pois precisam dividir esse tempo com as outras atividades da fazenda.

Assim como o murici, o cajá também é muito coletado nas margens do rio Tocantins, área que será afetada diretamente com a possível construção da UHE Estreito. Todas as fazendas visitadas nas margens do rio Tocantins, que fornecem o cajá para a *FrutaSã* sofrerão impactos, muitas com a total perda das terras e estão localizadas nos municípios de Carolina (MA), Filadélfia (TO) e Barra do Ouro (TO).

Diferentemente das famílias encontradas nos povoados da Taboquinha e Itapecuru, essas famílias que moram nas margens do rio Tocantins são muito mais pobres. Quando são proprietários, a situação financeira é um pouco melhor, mas quando “empregados” a situação é de extrema miséria. Esta situação de penúria é potencializada pela dificuldade em se locomover e pelo total esquecimento a que foram submetidos pelos políticos locais, que não propiciam nenhuma melhoria a região e nenhum tipo de incentivo a qualquer atividade econômica, cultural, educacional e de saúde.

Listagem das localidades onde é coletado o cajá nas margens do rio Tocantins que sofrerão impactos com a construção da UHE Estreito:

<i>Nome da propriedade/ Localização</i>	<i>Proprietário / Entrevistado</i>	<i>Uso do Cajá</i>	<i>Motivo</i>	<i>Comprador</i>	<i>Quem coleta</i>	<i>Quantidade aprox. de árvores</i>	<i>Ponto de GPS</i>
Lago Azul (Carolina - MA)	José Oliveira - Simão Lopes / Antonio Vieira	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	Todos da família	6	S 07° 25' 58.7'' W047°35'04.7''
Santa Clara Carolina - Rio Manoel Alves Grande	José Querobim	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	Todos da família	4	S 07° 26' 39.0'' W047°34'50.8''
São Francisco	Raimundo	Vendido	Aumentar	FrutaSã	Todos	10	S 07° 28' 54.9''

Barra do Ouro – TO	Pereira da Silva		renda		da família		W047°37'04.6''
Boa Esperança Barra do Ouro – TO	Valdir Soares Rodrigues	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	Todos da família	3	S 07° 29' 53.0'' W047°37'45.4''
Ponta da Serra Barra do Ouro – TO	Roberto Carlos F. dos Santos	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	Todos da família	20	S 07° 32' 30.6'' W047°37'14.9''
Laranjinha Filadélfia – TO	Marcílio Machado / Francisco Dias da Silva	Vendido	Aumentar renda	FrutaSã	Todos da família	20	S 07° 30' 34.3'' W047°38'05.4''

Todas as árvores de cajá dessas fazendas estão em sua plena maturidade, não sendo árvores novas. Contudo, as fazendas acima não possuem uma quantidade semelhante de árvores de cajá que as fazendas das outras regiões visitadas, pois todas as outras árvores já foram cortadas. As pessoas entrevistadas dizem que isso ocorreu há muito tempo, pois só agora é possível tirar algum tipo de renda com a venda desse fruto. A *FrutaSã* comprou na última safra 58.072,77 kg de frutas e pagou R\$ 32.358,53 para os extrativistas.

Araçá (*Psidium firmun*)

Arbusto hermafrodita da família Myrtaceae ocorre nas fitofisionomias de Cerrado e Campo Sujo da Bahia, Distrito Federal, Goiás, Tocantins, Minas Gerais e Maranhão. Atinge de 1 a 3 metros de altura e possui tronco tortuoso de 15 a 25 cm. Floresce entre os meses de agosto a setembro frutificando entre os meses de outubro a dezembro. Seus frutos são comestíveis e muito apreciados para consumo ao natural, sendo também avidamente procurados por várias espécies de pássaros, facilitando a dispersão de suas sementes. É também utilizado na produção de sucos, creme, néctar, pasta, sorvete e licores. É uma planta melífera e suas folhas são adstringentes sendo utilizada na medicina popular em forma de chá pra combater diarreia. A árvore é muito cultivada em pomares domésticos.

É um componente indispensável em bosques mistos destinados à recomposição da vegetação de áreas degradadas de preservação permanente.

Os frutos são coletados na árvore quando se inicia a maturação ou quando se inicia a queda espontânea. Um kg de sementes possui aproximadamente 65.000 unidades. Sua viabilidade em armazenamento é superior a 4 meses.

Espécie ameaçada pela implementação da UHE Estreito, pois a maior parte dos frutos coletados e comprados pela *FrutaSã* estão localizados nas áreas próximas a zona urbana do município de Carolina, mas também são encontrados em áreas próximas ao rio Tocantins e seus pequenos afluentes. Cabe ressaltar que os resíduos do araçá estão sendo utilizados pelo Viveiro Central da AAPPC/CTI para produção de mudas florestais e vem sendo muito apreciado para artesanato, após seu beneficiamento.

Bacaba (*Oenocarpus bacaba*)

Espécie da família Palmae, a bacabeira tem uma altura de 10 a 20 metros de altura com tronco de 20 a 30 cm. Ocorre nos estados do Amazonas, Pará, Goiás, Tocantins e Maranhão. As folhas são utilizadas pelas populações rurais e indígenas para a confecção de abanos, cestos, artesanatos e para cobertura de casas. Seus frutos são muito utilizados pelas populações locais para o preparo de um vinho semelhante ao do açaí, porém bastante oleoso. As amêndoas fornecem um óleo comestível de boa qualidade. Seu óleo também é utilizado regionalmente para fabricação de sabão. Os frutos também são consumidos por várias espécies de pássaros.

A bacabeira (*O. bacaba*) floresce de junho a agosto e seus frutos amadurecem entre dezembro e abril, no período mais chuvoso. Na mata alta, podemos encontrar de 1 a 20 palmeiras por hectare. A bacabeira não forma populações homogêneas como a juçara ou o babaçu e normalmente ocorre espalhada na mata. No entanto, na capoeira pode atingir de 20 a 50 palmeiras por hectare. O desenvolvimento de plantas em campo é lento podendo demorar até 20 anos para atingir o estágio adulto. Cerca de 1 a 3 cachos são produzidos por ano, pesando 20 kg de fruto. Palmeiras adultas podem produzir 2 vezes mais frutos. A bacabeira produz 1 vez por ano e geralmente, apenas 1 cacho. Contudo, a produção compensa porque seu cacho floresce 5 a 6 vezes mais do que a da juçara. Espécie ameaçada pela possível implementação da UHE Estreito, sua área de incidência se dá nas margens dos pequenos afluentes do rio Tocantins, que serão também afetados pelo enchimento do lago, como no ribeirão Urupuchete, ribeirão São José, ribeirão Pedra Caída, ribeirão Lajes, ribeirão Gameleira e muitos outros.

Buriti (*Mauritia flexuosa*)

Pertencente a família das Palmae, o buriti (*Mauritia vinifera* e *M. flexuosa*) predomina numa extensa área que cobre praticamente todo o Brasil central e o sul da planície amazônica. Espécie de porte elegante, seu caule pode alcançar até 35 m de altura. Folhas grandes, formam uma copa arredondada. Frutifica de dezembro a junho.

O buriti vive isoladamente ou em comunidades, que exigem abundante suprimento de água no solo. Por esta razão, terrenos de várzea e brejos, de solo fofo e úmido, onde se destacam, são indício seguro de que por ali existe um curso d'água. Por onde passam, são as águas que carregam e espalha as sementes da palmeira buriti. O buriti possui várias utilidades, dentre elas a produção de uma bebida conhecida por "vinho de buriti". Da polpa de seus frutos é extraído um óleo comestível que possui altos teores de vitamina A. Esse mesmo óleo também é utilizado contra queimaduras, por possuir um efeito analgésico e cicatrizante. Além disso, a polpa é muito utilizada para a produção de polpas, sorvetes, cremes, geléias, licores e vitaminas de sabores exóticos e alta concentração de vitamina C.

O buriti é uma espécie dióica. As plantas masculinas florescem nos mesmos meses que as femininas, porém nunca produzem frutos. É comum encontrar 60 a 70 buritizeiros femininos e 75 a 85 buritizeiros masculinos por hectare. Uma palmeira de buriti produz de 40 a 360 kg de fruto. Em 01 hectare manejado podem ser produzir de 2,5 a 23 toneladas de fruto por ano. Uma palmeira feminina de buriti produz de 1 a 9 cachos e, cada cacho, de 600 a 1200 frutos. Considerando uma média de 64 palmeiras femininas por hectare e uma produção média de 200 kg de frutos, é possível obter 384 kg de óleos da polpa por hectare. A produção das palmeiras declina somente após 40 a 60 anos.

Fruto que cuja área de incidência não é exatamente nas margens de grandes rios como o Tocantins, mas que sofrerá perdas devido a proximidade que muitas das áreas de incidência que são seus afluentes. Também pode sofrer influências danosas ocorridas devido a elevação do lençol freático, alagando as áreas onde estão localizadas. É o fruto que é encontrado em maior quantidade na região.

IV. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

4.1 MEDIDAS PRÉVIAS *(e consideradas sine-qua-non pelos índios para a concessão da Licença de Instalação e que deverão, por isso, ser objeto de um Termo de Compromisso estabelecido entre o Governo Federal, por meio dos Ministérios da Justiça, das Minas e Energia e do Meio Ambiente, e as associações indígenas representativas dos povos indígenas aqui considerados, com interveniência do MPF).*

- Regularização fundiária das 04 Terras Indígenas aqui consideradas. O Governo Federal deverá estabelecer 03 Grupos de Trabalho no âmbito da Funai para a revisão dos limites das TIs Apinajé (TI Apinajé II, processo já aberto e paralisado naquela autarquia federal), Kraolândia e Gavião-Pykopjê (processo também já aberto e paralisado na Diretoria de Terras da Funai). A Funai também deverá concluir o processo de extrusamento de não-índios da TI Krĩkati, iniciado pela Funai há mais de sete anos e ainda não concluído.
- O Governo Federal, através da Funai e do Ibama, deverá realizar gestões junto ao órgão ambiental do Estado do Tocantins para paralisar os processos de licenciamento para o asfaltamento das estradas (e conseqüentemente as obras em curso) TO 126 e TO 210 (que passam nos limites das TIs Apinajé) e BR 010 (que passa nos limites da Kraolândia) até que aquelas comunidades indígenas sejam ouvidas e seus interesses e direitos contemplados naqueles processos.
- O Governo Federal, através do Ibama e da Funai, deverá realizar gestões junto a CELTINS para que esta empresa realize a desmontagem das PCHs nos rios Ribeirão Grande (TI Apinajé) e Ribeirão dos Cavalos (TI Kraolândia), ambas em desuso, além de um barramento particular no córrego Prata (TI Apinajé).
- O Governo Federal, através do Ibama e da Funai, deverá fazer valer, com medidas concretas, e com o acompanhamento de uma Comissão Indígena por TI, a Resolução nº 13 do CONAMA , que exige

licenciamento ambiental para atividades potencialmente negativas ao meio ambiental na faixa de 10 km no entorno das TIs aqui consideradas.

MEDIDAS MITIGADORAS A SEREM INCORPORADAS AO PBA *(e que deverão ser objeto de contrato estabelecido entre o CESTE e as associações indígenas representativas dos povos indígenas aqui considerados, com interveniência do MPF e Funai).*

TI Apinajé

- realizar monitoramento sistemático, e com a periodicidade requerida, da qualidade da água no trecho do rio Tocantins que corre nesta TI.
- realizar monitoramento sistemático do processo erosivo na margem esquerda do rio Tocantins, no trecho dentro desta TI, propondo ações preventivas efetivas para a sua contenção.
- realizar monitoramento sistemático, por meio de campanhas anuais, da ictiofauna a jusante da barragem no rio Tocantins e nos seus afluentes Mumbuca, Bonito, Botica, Riachinho e Pecobo.
- realizar monitoramento sistemático da qualidade da água e ictiofauna das lagoas marginais do Tocantins dentro e nas proximidades da TI, prevendo medidas concretas de intervenção se alguma alteração for constatada.
- propor e executar um programa de repovoamento das espécies da ictiofauna que serão afetadas pelo empreendimento para os rios citados sem a introdução de espécies exóticas.
- realizar gestões, juntamente com o MME, junto às prefeituras de Estreito e Porto Franco (no MA) e Tocantinópolis e Aguiarnópolis (no TO) e junto aos órgãos de saneamento destes Estados, para o estabelecimento de sistemas de tratamento dos esgotos para a população da área urbana destes municípios, de modo a evitar seu despejo no rio Tocantins.
- avaliar e propor novas rotas de estradas alternativas de acesso à obra de forma a evitar o aumento do tráfego de veículos nas estradas que interferem atualmente na TI Apinajé.

TI Kraolândia

- realizar monitoramento sistemático, e com a sistematicidade requerida, da qualidade da água nas desembocaduras dos rios Manuel Alves Grande, Vermelho e Manuel Alves Pequeno.
- realizar monitoramento sistemático, por meio de campanhas anuais, da ictiofauna a montante da barragem no rio Tocantins e nos seus afluentes Manuel Alves Grande, Vermelho e Manuel Alves Pequeno.
- realizar monitoramento sistemático qualidade da água e ictiofauna das lagoas marginais do Rio Vermelho no trecho em que limita da Terra Indígena.
- propor e executar um programa de repovoamento das espécies da ictiofauna que serão afetadas pelo empreendimento para os rios citados sem a introdução de espécies exóticas.

TIs Krĩkati e Governador

- realizar monitoramento sistemático, e com a periodicidade requerida, da qualidade da água na desembocadura dos rios Arrais e Lajeado no rio Tocantins.
- propor e executar um programa de repovoamento das espécies da ictiofauna que serão afetadas pelo empreendimento para os rios citados sem a introdução de espécies exóticas.

MEDIDAS COMPENSATÓRIAS SEREM CONTEMPLADAS NO PBA

- como condição *sine qua non* para a concessão da Licença de Operação, o CESTE deverá criar um **Fundo de Compensação** para atender, ano a ano e pelo tempo de vida útil da UHE, as demandas por segurança alimentar, territorial e cultural das aldeias Krahô, Apinajé, Krĩkati e Gavião-Pykopjê. O detalhamento deste Fundo (montante da contribuição financeira do CESTE e de órgãos dos Governos Federal e Estadual) assim como o seu modelo de gestão, se dará ao longo do processo de

construção da barragem e deverá contar com a participação das lideranças indígenas, seus assessores convidados, técnicos do CESTE, Funai e da 6ª Câmara do MPF.

- a empresa *FrutaSã* deverá ser compensada com a aquisição de novas áreas de produção equivalentes em matérias-primas àquelas que serão afetadas e a serem identificadas durante a construção da barragem, assim como deverá ser assinado um Termo de Compromisso do CESTE com os pequenos produtores atingidos para recomposição das suas áreas de frutíferas nativas prejudicadas com o empreendimento da UHE de Estreito. Do mesmo modo deverá ser estabelecido que os fornecedores ribeirinhos da *FrutaSã* e não-proprietários serão reassentados em “assentamentos extrativistas” nos municípios de Carolina, Riachão, Filadélfia e Estreito.

ANEXO 1

Dados Gerais

Krahô

Nome

Os Krahô estão classificados como Timbira Orientais e pertencem ao tronco lingüístico Jê, língua Jê-Timbira. A origem da denominação *Krahô* é desconhecida pelos atuais integrantes do grupo. O termo aparece na literatura em meados do séc. XIX, possivelmente dado por colonos da região. Na verdade, os atuais Krahô resultaram da junção, nas primeiras décadas do séc. XIX, de duas etnias: os *Pãrecamekra-Kenpocatejê* e os *Mãcamekra* ou *Mãkraré*. Estas autodenominações ainda são reconhecidas pelos índios.

Localização

Os Krahô estão localizados em um território de aproximadamente 302.000ha., entre o rio Manoel Alves Pequeno e o rio Vermelho (afluente do rio Manoel Alves Grande), todos situados na bacia do rio Tocantins. A área Krahô está localizada nos municípios de Goiatins (antiga Piacá) e Itacajá, ao norte do estado do Tocantins.

População

Os Krahô, assim como demais povos indígenas, sofreram impactos expressivos na sua população desde o início dos primeiros contatos com os não-indígenas já no início do século XIX. Este declínio populacional foi provocado por epidemias e doenças, violência pela disputa da terra no sul do Maranhão e de guerras entre diferentes povos Timbira. Os registros históricos indicam perdas populacionais significativas que somente vieram a tender a um crescimento populacional significativo durante a década de 1970.

Os dados populacionais variam muito de instituição para instituição e, neste relatório, serão utilizados os dados oriundos da FUNASA, que exerce um controle para repasses de recursos fundo a fundo e, também, o controle de natalidade e mortalidade. Mesmo dentro da FUNASA há diferentes dados. Informações do SIASI – DESAI – FUNASA – BSB indicam a existência de 2.832 indivíduos krahô (dados acessados em

2004), enquanto informações do Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins referem-se que eles são 2.760.

Um fato inegável é que os Krahô, assim como a maioria dos povos indígenas no Brasil, passou a apresentar um crescimento demográfico significativo nos últimos 30 anos, passando de em torno de 600 para mais de 2.760 no último censo de 2005. Este crescimento está ligado a uma maior assistência à saúde indígena, iniciado nos tempos do SPI, mas que foi timidamente iniciado até configurar-se em um sistema de saúde implementado em todas as aldeias krahô e núcleos residenciais. Mas, efetivamente, os dados populacionais indicam que a demarcação do território e a assistência indigenista iniciada na década de 1940 foram fundamentais para o aumento populacional dos Krahô no século XX, já que nas primeiras décadas desse século Curt Nimuendaju os considerava em vias de extinção. O quadro abaixo apresenta estes dados de crescimento populacional.

Ano	População	Aldeias	Fonte
Segunda década do sex. XIX	3.000	02	Francisco Pinto de Magalhães
1848	620	03	Frei Rafael Taggia
1930	400	03	Curt Nimuendaju
1948	500	03	Harald Schultz
1962	519	05	J. C Melatti
1971	579	05	J.C Melatti

Praticamente todos Krahô vivem em suas aldeias, embora tenham um grande fluxo pelos municípios no entorno de sua área e nas grandes cidades brasileiras.

Segundo os dados do DSEI – TO, somente 17 deles vivem “desaldeados”, isto não significando em absoluto que cortaram laços com suas aldeias. Passam a morar nas cidades, principalmente atrás de estudo e trabalho assalariado. É sobretudo devido à carência de políticas públicas conseqüentes dentro da Terra Indígena que faz com alguns indígenas busquem alternativas nas áreas urbanas. Nos últimos três anos, os Krahô tem adquirido algumas casas nas cidades do Itacajá e Goiatins que servem como ponto de apoio dos índios em trânsito. Alguns krahô vêm assumindo postos de trabalhos nas cidades, como Chefe de Pólo-Base, e para tanto passam a residir durante a semana na cidade.

A mesma indefinição e falta de precisão nos dados populacionais está refletida nos “*krin*”, termo com o qual os Krahô definem suas aldeias. Os Timbira em geral, e os Krahô particularmente, tem uma definição interna do que é um *krin*. Toda aldeia krahô deve ser redonda, com caminhos radiais que a ligam ao pátio central. Além da espacialidade, é preciso ter “movimento” (as festas do ciclo ritual anual) para que um seja considerado uma aldeia. É este movimento que, juntamente com a espacialidade, caracterizam uma aldeia ou *krin*. Autonomia política e econômica também complementam um quadro de referencia interna de modelo de *krin*.

Estes conceitos internos dos Krahô não são transpostos ou levados em conta pelas esferas governamentais, que acabam por adotar algumas “moradas de roças” como aldeias. Núcleos habitacionais distantes do padrão Timbira, como São Vidal, Macaúba e Bacuri são tidos como aldeias seja por pressão dos órgãos indigenistas, seja pelo prestígio que as lideranças indígenas que fundaram estes “núcleos isolados” obtêm junto às autoridades da FUNAI e FUNASA.

O número de aldeias tem aumentado nos últimos 20 anos, acompanhando o crescimento populacional verificado. O surgimento de aldeias está relacionado também com a pressão política interna e busca por poder dentro do contexto krahô. Acusações de feitiçaria também continuam a motivar desavenças políticas e cisões de aldeias e, juntamente com a questão político-faccional interna de um *krin* krahô, continuam a dar uma mobilidade das aldeias krahô, mesmo com os esforços de sedentarização implícitos nas políticas educacionais e de saúde executadas pelo Governo Federal.

Atualmente são 11 aldeias (*krin*) segundo o padrão Timbira e 07 núcleos habitacionais. Além destas moradas, existe a sede da Associação Kapey (União das Aldeias Krahô), dentro da T.I Krahôlandia, onde alguns moradores trabalham nas atividades e projetos desenvolvidos pela associação. Abaixo, segue a relação das “aldeias” Krahô oficialmente reconhecidas pela FUNAI e FUNASA.

População Krahô, segundo dados levantados em campo em agosto;setembro de 2006

Aldeia	População
Pedra Branca	341
Pedra Furada	80
Água Branca	36
Manoel Alves Pequeno	201
Campos Lindos	100

São Vidal	13
Cachoeira	318
Rio Vermelho	234
Bacuri	29
Santa Cruz	320
Aldeia Nova	128
Serra Grande	96
Forno Velho	33
Macaúba	11
Água Fria	32
Morro do Boi	108
Lagoinha	48
Riozinho	34
Desaldeados	17
TOTAL	2.179

Existe uma heterogeneidade relativa entre aldeias grandes e aldeias pequenas, ou ainda, com aqueles núcleos familiares que pretendem serem reconhecidos como “aldeias” e adquirem os bens e estruturas oferecidas às aldeias Krahô. Aldeias pequenas, como o Bacuri, Riozinho, Água Branca e São Vidal, apesar de terem a forma circular das aldeias Timbira, não possuem a dinâmica de interação entre grupos diferentes – relações de casamento e incorporação tal qual vista em outras aldeias e precisam de táticas especiais para ir se sustentando enquanto grupo autônomo no contexto local.

Histórico de contato

No início do século XIX a frente pastoril proveniente do Piauí começava a ocupar a região banhada pelo curso inferior do rio Balsas (MA), território ocupado pelos Krahô. O contato foi inicialmente hostil e os Krahô foram empurrados na direção do Tocantins. Em 1808 os Krahô aniquilaram a fazenda Sacco, e em 1809 a fazenda Vargem da Páscoa na Ribeira da Balsa. Em consequência uma de suas aldeias foi atacada e derrotada por 150 voluntários e 20 soldados de linha, caindo nas mãos dos vencedores 70 prisioneiros que foram enviados para São Luiz.

Foi em consequência destes ataques que os Krahô (subgrupo *Mãkrare*) deixaram seu território original, na região do rio das Balsas e Macapá e rumaram em direção ao

oeste, para o Tocantins, onde entraram em contato com o fazendeiro e comerciante Francisco José Pinto de Magalhães, fundador de São Pedro de Alcântara, atual Carolina (MA).

Este comerciante que estava ocupado com o comércio entre o Pará e Goiás através do Tocantins, com o apoio dos criadores de gado do sul do Maranhão, fez amizade com os Krahô. A fundação de São Pedro de Alcântara, às margens do Tocantins, tinha como finalidade constituir-se em um local de parada e reabastecimento para os navegadores do Tocantins, transformar-se em uma base para a exploração agrícola das florestas marginais do Tocantins. E também serviria de base para a organização de expedições para escravizar índios, que seriam empregados nas plantações locais ou vendidos em Belém. A Carta Régia de 5 de setembro de 1811 permitia a escravidão temporária de índios hostis na bacia do Tocantins.

O caráter da aliança destes Krahô (Mâkrare) com este comerciante é assim descrito por Nimuendajú : *“por um lado eles (os Krahô) continuavam prejudicando o mais possível, debaixo da capa de paz, os seus inimigos, os fazendeiros do leste, com furtos de gado, fazendo crer que os culpados eram as outras tribos (Timbira) vizinhas; por outro lado eles eram os fiéis aliados de Magalhães em todas as bandeiras contra os outros Timbira....”*

Dessa maneira, os Krahô não somente participavam, ao lado dos fazendeiros, dessas expedições escravizadoras, como forneciam, com seus constantes roubos de gado, motivo para os fazendeiros continuarem com suas expedições escravizadoras. Várias tribos Timbira teriam desaparecidos em consequência destas expedições, com os grupos sobreviventes incorporando-se em outras aldeias Timbira.

No Tocantins os *Mâkraré* (os *Macamekrans* das fontes históricas) penetraram no território ocupado por outro grupo Timbira, os *Pãrecamekra*, povo este vitimado pelas bandeiras de São Pedro de Alcântara (atual Carolina). Os sobreviventes se juntaram aos *Mâkraré* compondo o povo conhecido atualmente como *Krahô*.

A população indígena nas imediações de Carolina foi diminuindo em função das epidemias e escravização e a consequência imediata desse novo contexto é que os próprios Krahô apareciam como responsáveis pelos constantes e continuados roubos de gado, tornando-se indesejados. Apesar de que em 1840 um fazendeiro da região mantinha perto de sua fazenda uma pequena aldeia Krahô, com cerca de 25 habitantes, para protegê-lo dos índios *Akuen* (Xerente), havia um movimento entre a população de Carolina para afastá-los da região já colonizada.

Atendendo o apelo dos fazendeiros daquela vila, em 1848, os representantes do Império na Província do Maranhão transferiram os Krahô para o sul de Carolina, localizando-os na confluência do rio do Sono com o Tocantins (atual Pedro Afonso). Foram levados pelo missionário capuchinho Rafael de Taggia onde, até aproximadamente 1860, habitaram uma grande aldeia. Mesmo essa transferência tinha ainda como um dos fins colocar os Krahô como sentinela avançada dos fazendeiros contra os *Akuen*.

Nos anos de 1849/1850 uma epidemia de sarampo reduziu a população a menos da metade. É depois destas epidemias ou da “febre” como dizem os informantes mais velhos, que os Krahô começam gradualmente a se deslocar rumo ao norte, para as cabeceiras do rio Manoel Alves Pequeno, onde atualmente está demarcado seu território.

As notícias sobre os Krahô, na segunda metade do século XIX e primeira do século passado são mais raras. Parece que não mais entraram em choque com outros grupos tribais, com exceção apenas da expedição, já em 1923, que realizaram contra os Apinajé. Os Krahô contam que, ao se deslocarem para a região atual, formaram cinco aldeias, até que se reuniram em uma grande aldeia chefiada pelo “Major” Tito (um krahô que era filho de um fazendeiro da região e que assumiu a sua paternidade, educando-o e presenteando-o com muitas cabeças de gado). Em 1873, Tito fez uma longa viagem à capital do Império, onde recebeu a patente de “Major”. Tito chefiou a aldeia do *Pycôôti* desde essa época até o seu assassinato, perpetrado por ladrões de gado maranhenses, e ocorrido nos últimos anos do século XIX.

Este assassinato, realizado na própria aldeia provocou uma nova dispersão dos Krahô. Data desta época a relação estabelecida com Agostinho Soares, fazendeiro local estabelecido no Manuel Alves Pequeno, forjando uma aliança que perdurou através de seus descendentes. Porém, na terceira geração, cansados dos furtos de gado praticados pelos Krahô (e esquecidos que o gado era a contrapartida de Agostinho Soares para a proteção destes quando do estabelecimento de seus avós na região) atacam, em 1940, duas das aldeias Krahô matando 26 índios, massacre que ocasionou o estabelecimento do SPI entre os Krahô e a delimitação do território atual, em terras doadas pelo Governo do Estado do então Goiás.

Mas os problemas das relações com os civilizados continuaram persistindo. No território concedido aos Krahô havia moradores sertanejos, aos quais o SPI permitiu continuarem nas terras que ocupavam mediante contratos de arrendamento. Em 1952

um encarregado do SPI rescindiu 100 destes contratos de arrendamento fazendo com que uma grande parte dos moradores se retirasse do território indígena. Atualmente, o território Krahô, encontra-se plenamente ocupado pelos índios.

É importante ressaltar, para que se compreendam as relações estabelecidas entre as várias aldeias que compõem os Krahô atuais, que elas resultam da subdivisão *Mãkrare/Pãrekramekra-Kenpokatejê*. A composição política destas aldeias pode ser assim resumida: o “povo” das aldeias do Galheiro, Santa Cruz, Morro do Boi, Aldeia Nova, Forno Velho (origem *Mãkraré*) e o “povo” da Pedra Branca, Pedra Furada, Manoel Alves, Cachoeira e Rio Vermelho (origem *Pãrecamekra-Kenpocatejê*).

Situação atual da terra

A Terra Indígena Krahô (*Kraolândia*) encontra-se homologada e registrada no Departamento do Patrimônio da União pelo Decreto 99.062 de 07/03/90 que homologa a demarcação (DOU 08/03/90) e no Cartório de Registro de Imóveis (CRI) de Goiatins, (Matricula 1377 Liv 2.F Fl 269 em 10/03/92) e Registro CRI de Itacajá (Matrícula. 2150 Livro 2-F Fl 100 v em 10/03/92). Registro SPU-TO em 1990, com extensão de 302.533 ha. Localiza-se nos municípios de Goiatins e Itacajá.

Os Krahô tiveram seu território atual foi delimitado em 5 de agosto de 1944, através de um decreto do Governo de Goiás que lhes concedia o uso e gozo das terras que ocupavam. Este ato foi decorrente de um ataque de fazendeiros locais a duas aldeias Krahô, quando 26 índios foram mortos. O Governo Federal foi acionado por um antigo missionário batista que havia vivido entre os índios entre 1926 e 1938. Imediatamente foram tomadas as devidas providências, sendo que os dois fazendeiros considerados como responsáveis foram condenados a sete anos de prisão e alguns outros a penas menores. Foi após esse massacre que o SPI instalaria um posto de serviço junto na área delimitada.

A demarcação física da TI Kraolândia somente ocorreria em 1975. O fato é que a demarcação oficial encontra 302 mil hectares, 18 mil a menos em relação aos 320 mil que constam no documento de doação do Governo de Goiás. Os Krahô mais velhos e algumas de suas lideranças nunca se conformaram com os limites estabelecidos pelo Governo. Dizem que a maior parte de seu território tradicional ficou fora dos limites impostos pelo SPI e reconhecidos mais tarde pela Funai – inclusive áreas e sítios de aldeias recentes, como Pitoró, Donzela e Cabeceira Grossa.

Assistência

Os Krahô recebem assistência da Funai através da Administração Regional de Araguaína (TO). Este órgão mantém na área quatro postos de assistência (PIN Krahô, PIN Santa Cruz, PIN Cachoeira e PIN Rio Vermelho).

- **Aldeias Jurisdicionadas ao PIN Krahô**

Aldeia Pedra Branca

População: 341

Município: Itacajá

Esta aldeia é a mais antiga do universo das aldeias Krahô atuais. Sede do antigo posto do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), tem recebido assistência sistemática dos órgãos governamentais desde 1941. Situa-se a 18 km de Itacajá e era, até o início dos anos 80, a aldeia mais próxima de um núcleo urbano. A FUNAI mantém ali uma infraestrutura básica, que consiste em uma enfermaria-residência (com uma auxiliar de enfermagem), escola (construída pela SEDUC) e casa-sede do PIN.

Seis professores, dois indígenas e quatro não-indígenas, se responsabilizam pelos 198 alunos distribuídos nas séries do ensino fundamental (1ª a 8ª mais EJA). Em 2006 alguns alunos irão frequentar o Ensino Médio em Itacajá. Possui sistema de radiofonia e um telefone do SIVAM.

A aldeia se dividiu, por conta das divergências políticas internas, em duas “aldeias” uma ao lado da outra, dando a impressão de um 8. A aldeia “nova” foi construída no mesmo local da “aldeia antiga” que havia mudado anos antes. Está com sérios problemas políticos internos e, inclusive, vem sendo dito – pelos outros Krahô e pelo pessoal da aldeia também – que a aldeia está triste e sempre no “rumo do *cupê*” (branco). As políticas públicas têm reflexo na extrema dependência externa e dificuldade de controle social interno. Muitos velhos morreram na última década.

Esta aldeia conta com estrutura de abastecimento de água e possui quatro fontes de banhos próximas, sendo que uma foi um projeto de barragem para piscicultura, fracassado. Sérios problemas ambientais em seu entorno a afetam, tais como uma grande erosão que tomou conta de uma antiga pista de pouso de avião nas imediações da aldeia. A caça é cada vez mais rarefeita e as criações de pequenos animais não são

desenvolvidas separadamente, ficando os porcos e galinhas andando livremente na aldeia.

Recentemente criaram a Associação Centro Cultural *Kyiré* (cujo presidente é um dos professores indígenas) e tiveram um Centro Cultural construído na aldeia. Algumas de suas jovens lideranças participam da Associação *Kapey*.

O posto de saúde da aldeia é de madeira e tem residência para a técnica de enfermagem da FUNASA. São grandes os números de doenças infecto-contagiosas e de doenças de pele. Colaboram no atendimento primário 03 “agentes indígenas de saúde” e 02 “agentes indígenas de saneamento”, embora estes números sejam pequenos para os padrões populacionais da aldeia.

Em função da escassez de caça, os moradores da aldeia acabam caçando nas terras do Pastor Dodanin (que eram dos Krahô, mas, segundo dizem seus moradores, houve um “acordo” entre este pastor e Pedro Penon – antigo chefe – que lhe cedeu as terras enquanto este estiver vivo).

Aldeia Pedra Furada

População: 80

Município: Itacajá

Esta aldeia, antiga cisão da aldeia Pedra Branca e bem próxima a esta, conta com uma enfermaria-residência construída pela FUNAI em 1974 e com um prédio escolar construído pela SEDUC. Esta secretaria se responsabiliza ainda pelos honorários dos dois monitores índios responsáveis pela alfabetização “bilíngüe” dos 35 alunos matriculados.

Possui um agente indígena de saúde e um agente indígena de saneamento. É uma aldeia pequena e que, nos últimos anos, tem reduzido sua população, que tem se transferido para Aldeia Água Branca.

Aldeia Manuel Alves

População: 201

Município: Itacajá

Cisão da aldeia Pedra Branca (1981), a aldeia Manuel Alves localiza-se muito próxima a cidade de Itacajá, sofrendo interferência direta da mesma. Conta com prédio escolar e enfermaria e um barco tipo “voadeira”, que é utilizado nas travessias diárias

do rio que empresta o nome à aldeia e é um dos limites da Terra Indígena. Transposto o rio Manuel Alves Pequeno, em cinco minutos de caminhada chega-se à cidade. Há um trânsito grande para a cidade, quase diário.

São cinco professores, dois indígenas e três não-índios, que lecionam para 159 alunos do ensino fundamental. Tem um agente indígena de saúde um agente indígena de saneamento. Muitos problemas com álcool. Muitas dificuldades em realizar os ciclos anuais dos ritos de colheita e fertilidade.

Possui um técnico de enfermagem residente. Nesta aldeia existem muitas construções antigas que não foram utilizadas, resultados de políticas públicas fracassadas. O sistema de radiofonia está operando. É nesta aldeia que se encontram os únicos missionários que vivem na TI Krahô e eles continuam a pregar o *Papam Jarkwá* para os índios, além de alfabetizarem os adultos na língua indígena no período noturno. Tem 03 casos de tuberculose notificados.

Aldeia Campos Limpos

População: 100

Município: Itacajá

Cisão mais recente da Pedra Branca, conta já com abastecimento d'água, posto de saúde e um prédio escolar onde estudam 51 alunos.

Aldeia Água Branca

População: 36

Município: Itacajá

Cisão relativamente recente da Pedra Furada conta com escola (13 alunos) e posto de saúde.

Núcleo do São Vidal

População: 13

Município: Itacajá

Núcleo composto pelos familiares de Clóvis Bento. Não conta com nenhuma infra-estrutura de assistência

- **Aldeias Jurisdicionadas ao PIN Cachoeira**

Aldeia Cachoeira

População: 318

Município: Goiatins

Esta aldeia, juntamente com a aldeia do Rio vermelho, é uma das mais tradicionais, mantendo integralmente a diversidade da vida ritual. Situada na porção noroeste da área indígena, fica a 35 km de Itacajá. Possui prédio escolar construído pela SEDUC e enfermaria-residência. São 06 professores, responsáveis pelos 232 alunos matriculados no ensino fundamental.

Possui um técnico de enfermagem residente, 01 agente indígena de saúde e 01 agente indígena de saneamento. Tem conselho local de saúde, além de um posto de saúde e radiofonia. O Chefe de Posto da Funai é indígena. Conta com uma associação indígena (*Awkere*). Esta aldeia ganhou uma casa no povoado do Alto Lindo (próximo a Itacajá) de um padre e que serve de rancho e apoio aos índios da aldeia quando freqüentam a cidade. Possui ainda um telefone publico no pátio da aldeia.

- **Aldeias Jurisdicionadas ao PIN Rio Vermelho**

Aldeia Rio Vermelho

População: 330

Município: Goiatins

Esta aldeia originou-se de uma cisão da aldeia da Cachoeira em 1977 e localiza-se às margens do rio de mesmo nome, limite leste da área Krahô e próxima a cidade de Goiatins (37 km). O PIN conta com uma casa-sede, enfermaria e um prédio escolar construído com recursos da FUNAI e do CTI..

Mantém o ciclo de ritual de uma aldeia Timbira e vem enfrentando graves problemas por conta de uma aproximação com a prefeitura municipal. Tem banheiros que não foram construídos, ficando somente os buracos das fossas e as pequenas construções de tijolos. Não respeitou a espacialidade e expansão familiar tradicional dos Timbira. A associação *Wohkran*, criada em 2002, representa os interesses da aldeia e recentemente aprovou alguns projetos. Possui sistema de radiofonia e um telefone público.

Conta com 02 agentes indígenas de saúde (na verdade trata-se de um AIS e outro entra no programa saúde da família, financiado pela prefeitura), um agente indígena de saneamento e um conselho local de saúde e um atendente de saúde não-

indígena. Estas construções mencionadas estão todas inacabadas e destruídas (com exceção da escola do CTI que é uma construção simples, mas que vem sendo mais utilizada que a escura e pouco ventilada escola construída pela FUNAI).

Aldeia Bacuri

População: 23

Município: Goiatins

Esta aldeia é formada por um grupo de cinco famílias que abandonaram a aldeia Rio Vermelho na tentativa de constituírem um novo grupo local. Liderados pelo índio Antônio Cavalcanti *Xôcã* (funcionário da FUNAI), estão acampados a 18 km aproximadamente da aldeia do Rio Vermelho, numa paragem denominada Bacurí. É a única aldeia literalmente nas margens do rio, sendo que sua construção está em mata de galeria e não nas chapadas próximas aos cursos d'água. Recentemente ganhou o sistema de água e tem um agente indígena de saúde, agente indígena de saneamento e técnico de enfermagem. Tem professor indígena também. O posto de saúde é precário. Parte dos seus moradores trabalha nas fazendas no entorno de sua aldeia em troca de recursos financeiros.

Aldeia Nova

População: 151

Município: Goiatins

Situada também às margens do Rio vermelho, a poucos quilômetros da aldeia anterior (18), esta é uma cisão recente da antiga aldeia do Galheiro, situada na porção sudoeste da área. É a única aldeia do subgrupo *Makraré* que não está ao sul do Riozinho, curso d'água que praticamente divide a terra Krahô ao meio. Noventa por cento das famílias da antiga aldeia mudou-se para as margens do rio Vermelho a procura de mais caça e matas para roças.

Independentes, até certo ponto, da assistência da FUNAI (opção escolhida como forma de manterem sua autonomia política), os habitantes desta aldeia não contam com o auxílio de nenhum funcionário e nem a FUNAI mantém ali qualquer infraestrutura. Em tese, esta aldeia deveria receber apoio do PIN Rio Vermelho; mas além da postura dos seus habitantes, isto não ocorre por problemas políticos com a aldeia Rio Vermelho. A radiofonia é de responsabilidade da FUNASA. São 04 professores

(dois índios e dois não-índios) que lecionam para os seus 73 alunos do ensino fundamental.

Possui um agente indígena de saúde (que é o presidente do Conselho Local de Saúde dos Krahô) e um agente indígena de saneamento. Tem um precário sistema de abastecimento de água - que foi construído de maneira equivocada pela FUNASA e que não suporta o consumo diário da aldeia, obrigando muitos de seus moradores a continuar a beber água dos igarapés para consumo.

Os problemas com a construção do sistema de água e a infra-estrutura de saneamento se originam ao não se respeitarem a espacialidade e a expansão familiar nos moldes Timbira, construindo torneiras nas portas de casas e banheiros nos locais onde os genros futuramente construirão suas casas após o nascimento do primeiro filho (relação com o padrão uxorilocal de residência pós-matrimonial). Possui uma associação local, a “Associação Comunidade Indígena *Makraré*”, a primeira associação indígena neste povo, fundada em 1980.

- **Aldeias Jurisdicionadas ao PIN Santa Cruz**

- Aldeia Santa Cruz**

- População: 320

- Município: Itacajá

- Localizada ao sul da TI, próxima ao Rio Manuel Alves Pequeno, esta aldeia é originária de uma antiga cisão da aldeia do Galheiro. Apresentou nos últimos anos forte incremento populacional, absorvendo famílias vindas das aldeias Nova, Forno Velho e Serra Grande.

- Conta com a infra-estrutura básica da FUNAI: casa-sede, enfermaria e prédio escolar. Esta aldeia possui uma boa estrutura, com uma escola grande (nos padrões SEDUC-TO). Tem um posto de saúde com um técnico em enfermagem. É uma das aldeias com mais casos de DST notificados ano passado e com muita relação com os não índios do sertão e de Itacajá. Tem um agente indígena de saúde, um agente indígena de saneamento. Também sofre o impacto da pressão fundiária, pois as terras de não índios no entorno da aldeia foram vendidas e um grande empreendimento de agronegócio (soja) e que vem sendo executado. Já emergem problemas com estes novos vizinhos, que ameaçam os índios e os intimidam a não utilizarem a estrada que liga Itacajá a Santa Maria que possui um ramal que vai para a Santa Cruz. Em parte este problema vem sendo minimizado pela construção da malha viária interna na TI

Krahô levada a cabo pela *Kapey* por meio de um convenio com o BNDES (e que também entra como contrapartida para o asfaltamento da BR 010).

Recentemente (2005) o índio Cildo e seus familiares (filhas e genros) se mudaram para a localidade chamada **Água Fria** onde pretendem formar uma nova aldeia. Já residem ali 32 pessoas.

Aldeia Forno Velho

População: 33

Município: Itacajá

Aldeia também originada de uma cisão da aldeia do Galheiro, agrupa famílias vindas também da Santa Cruz. Contam com uma precária assistência da FUNAI: quando necessitam apoio emergencial na área de saúde, deslocam-se a pé para a aldeia Santa Cruz ou transmitem uma mensagem via radiofonia para o Posto de Serviços de Itacajá. A única construção é um prédio escolar feito de material simples com apoio da ADR de Araguaína e SEDUC.

Aldeia Serra Grande

População: 96

Município: Itacajá

Esta aldeia é formada pelas famílias que não se deslocaram para o Rio Vermelho quando da constituição da aldeia Nova. Não conta com nenhuma infraestrutura da FUNAI.

Contam com estrutura de distribuição de água de um poço artesiano, posto de saúde e escola (52 alunos de 1ª a 5ª). Contam com um Agente Indígena de Saúde e um Agente Indígena de Saneamento. Possui um Conselho Local de Saúde e com um técnico de enfermagem.

Lagoinha

População: 48

Município: Itacajá

Apesar de composta pelos familiares do finado Agostinho Irômtep e sua mulher, este núcleo tem a forma das aldeias tradicionais e conta com posto de saúde e escola (20 alunos de 1ª a 5ª). Conta também com rede de água.

Riozinho

População: 34

Município: Itacajá

Núcleo residencial de Ricardo Cõnrú, não possui infra-estrutura de saúde e nem de escola. Ricardo faz às vezes de professor.

Galheiro

População: 56

Município: Itacajá

Núcleo formado recentemente (2004) por Milton Crôcrôc ao lado da “tapera” da aldeia do Galheiro, mas já dispõe de rede de água e posto de saúde e escola (34 alunos de 1ª a 5ª).

Macaúba

População: 11

Município: Itacajá

Lugar de roça do líder Aleixo Po’hi, onde reside permanentemente com suas duas filhas e genros desde 1996 Não possui nenhuma infra-estrutura de assistência.

Morro do Boi

População: 105

Município: Itacajá

Este núcleo teve sua origem com o matrimônio de um velho Krahô-Mãkraré da aldeia do Galheiro (então *Pitoró*) com uma negra, há mais de 70 anos, gerando uma descendência mestiça que reluta em integrar-se ao modo de vida Krahô. Alguns o fizeram no passado, mas a maioria continua vivendo dentro da área, não obedecendo aos padrões indígenas. Entendem a língua Krahô, mas só falam em português. Desde a 2ª geração, os casamentos são estabelecidos com índias Krahô (que passam a residir com o marido, quebrando a norma de residência Krahô, que é uxorilocal); as suas mulheres se casam com habitantes do local (para horror dos Krahô) ou geram filhos com os regionais pobres das vizinhanças. O único contato com a FUNAI é o aparelho de radiofonia que é ali mantido.

Educação

A educação na TI Krahô está, oficialmente, sob a responsabilidade do Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria de Educação – SEDUC-TO. Atualmente, são 14 escolas indígenas em um total de 1.069 alunos e 45 professores, 18

indígenas e 27 não indígenas, em turmas que contemplam o ensino fundamental. É baixo o índice de alunos Krahô que estudam na cidade para a conclusão do ensino médio.

A situação dos prédios escolares, acesso aos materiais didáticos e à merenda varia em cada aldeia dependendo de sua distância dos centros urbanos, a mobilização dos professores e lideranças e, claro, da vontade das entidades envolvidas.

Em Carolina (MA) 27 alunos participam da Escola Timbira, que faz parte do Projeto Educação e Referência Cultural do Centro de Trabalho Indigenista – CTI. A Escola Timbira é um curso em módulos que tem como proposta metodológica os preceitos de uma educação indígena diferenciada e corresponde ao ensino fundamental.

Recursos humanos, materiais e infra-estrutura das escolas Krahô – dados Funai 2006

Aldeia / Escola	Alunos	População	Infra-estrutura da escola	Recursos humanos		
				Prof. índios	Prof. brancos	Outros ²¹
1- Forno Velho/ Forno Velho	22	*	Escola modelo simplificado ²² , está caindo.	1	1	-
2- Galheiro/ Juhkwyi	34	*	Escola modelo simplificado, está torta.	1	1	-
3- Lagoinha/ Lagoinha	20	*	Escola modelo simplificado, está caindo, o vento tirou as telhas.	-	1	-
4- Morro do Boi/ Morro do Boi	57	95	Escola modelo simplificado, está caindo, o piso está rachando.	-	2	-
5- Santa Cruz/ Santa Cruz	259	*	Escola construída pela FUNAI com 2 cômodos. Está sendo reformada.	2	4	4 (2ASG, 1co.pe d, 1 co. adm)
6- Serra Grande/ Mankraré	52	83	Escola modelo simplificado, as paredes estão se quebrando.	-	1	-

²¹ Conforme já foi dito antes, os coordenadores pedagógicos e administrativos das escolas krahô são não índios, enquanto as merendeiras e ASG são indígenas.

²² As chamadas “escolas de modelo simplificado” são de alvenaria e compostas de 1 sala de aula, 1 cozinha e 1 depósito. Elas foram construídas recentemente, de forma precária, e na área krahô a maioria delas vem apresentando problemas.

7- Campos Limpos/ <i>Xepjaka</i>	51	*	Escola modelo simplificado.	-	1	-
8- Manoel Alves / <i>19 de Abril</i>	159	210	Escola modelo simplificado e outra escola construída pela FUNAI com 2 salas de aula. As aulas estão funcionando em um galpão.	2	3	3 (ASG)
9- Pedra Branca/ <i>Taro Hacro</i>	176	240	Construção do FUNDESCOLA com secretaria, sala de professores, almoxarifado, cozinha, cantina, refeitório depósito de alimentos, sanitários e dormitório.	2	4	4 (1co.ped., 1 co. adm, 2ASG)
10- Água Branca/ <i>Água Branca</i>	29	*	Escola modelo simplificado, está caindo.	1	1	-
11- Cachoeira/ <i>Kroc-Krok</i>	142	312	O prédio escolar, com duas salas de aula, cozinha e secretaria, é muito pequeno para comportar todos alunos. O pátio da escola também funciona como sala de aula.	3	3	4 (1 merendeira, 1 ASG, 1 aux. sec, e 1 coordenador)
12- Nova/ <i>Nova</i>	73	116	Prédio escolar com duas salas de aula, cozinha, depósito e varanda.	2	2	2 (1 merendeira e 1 ASG)
13- Pedra Furada/ <i>Wapxi</i>	31	*	Escola modelo simplificado.	1	1	-

14- Rio Vermelho/ <i>Txualet</i>	94	220	Escola modelo simplificado, o depósito caiu e as aulas estão funcionando em um galpão de palha.	3	2	3 (1 merendeira, 1 ASG e 1co.ped)
Total: 14 escolas	1199	*	-	18	27	20

APINAJÉ

Nome do grupo

Os Apinajé estão classificados como Timbiras Ocidentais e pertencem ao tronco linguístico Jê, língua Jê-Timbira. *Apinayé* ou *Apinajé* não é autodenominação do grupo, porém é atualmente a forma com os quais se designam e são designados pelos demais grupos Timbira e por seus vizinhos regionais. Na língua Jê-Timbira, o sufixo *yê/jê* assinala coletividade.

Curt Nimuendajú fornece outras designações para o grupo, todas elas derivadas do termo *hôt - hoto* entre os Timbira Orientais, que significa “canto” e se refere ao território tradicional dos Apinajé localizado no “canto” formado pelo Araguaia e Tocantins, região conhecida como Bico do Papagaio.

Localização

Os Apinajé nunca deixaram de habitar a região compreendida pela confluência Araguaia/ Tocantins e cujo limite meridional era dado, até o início deste século, pelas bacias dos rios Mosquito (no divisor de águas do Tocantins) e São Bento (no Araguaia). Atualmente a Área Indígena Apinajé está localizada nos municípios de Tocantinópolis e Itaguatins, no extremo norte do Estado do Tocantins. A área Apinajé sofre o impacto das rodovias Transamazônica e TO-291 e é cortada ainda por outra rodovia estadual, a TO126, que liga Tocantinópolis a Itaguatins.

População

Os Apinajé, assim como demais povos indígenas, sofreram impactos expressivos na sua população desde o início dos contatos com jesuítas e comerciantes colonizadores que subiam o rio Tocantins e a região do Araguaia até os recentes aumentos demográficos verificados nas últimas décadas. Os registros históricos estimam que em pouco mais de meio século (entre 1850 e 1920), os Apinajé tenham perdido quase que 90% de sua população. O fato é que nas últimas 03 décadas, a população Apinajé passou de em torno de 253 indivíduos (Da Matta, 1967) para 1565 em 2004 (FUNASA – TO), indicando um aumento populacional de 10% ao ano, bem superior à média nacional. Este aumento populacional é mais vertiginoso a partir dos anos 1985,

justamente o período que sucede a conquista dos direitos territoriais e este aumento está relacionado com os impactos positivos que o reconhecimento de uma porção territorial sugere para os povos indígenas. O quadro abaixo apresenta estes dados de crescimento populacional.

Ano	Fonte	População
1967	Roberto Da Matta	253
1977	Weller	364
1980	Galvão	413
1985	FUNAI	565
1993	CTI	780
1997	FUNAI	1025
2003	FUNASA	1262
2004	FUNASA	1565

(Fonte: <http://www.isa.org.br/pib/epi/apinaje/pop.shtm>)

As aldeias Apinajé sofreram impactos profundos em suas populações entre a segunda metade, principalmente, pelas epidemias de sarampo e varíola. Somente no ano passado (2004), os Apinajé conseguiram recuperar o número populacional que tinham em 1850.

Em 1928, durante a primeira visita de Curt Nimuendaju aos Apinajé, eles estavam organizados em 04 aldeias²³ (Mariazinha, Gato Preto, Bacaba e Cocal):

Mariazinha:

Localizava-se próxima ao Rio Tocantins e que tinha uma população regional morando a 400 metros da aldeia. Era a aldeia Bom Jardim que em 1824 tinha uma população de 1000. A aldeia persiste até hoje em dia (2004) com uma população de 216 índios.

Gato Preto:

²³ Nimuendaju, C: The Apinayé, 1967: 11.

Localizava-se próximo ao Ribeirão Botica, ribeirão em cujas margens está, atualmente, a aldeia Botica. Em 1928 tinha 61 pessoas e seu chefe (Pedro Corredor) tinha sérios problemas com consumo de bebidas alcoólicas.

Bacaba: Localizada na confluência do ribeirão Bacaba e São José, 18 km ao oeste de Tocantinópolis e na época era chefiada pelo famoso José Dias Matuk. É a atual aldeia São José. Tinha em 1928 em torno de 89 habitantes.

Cocal:

Era a última aldeia Apinajé próxima da região do Araguaia. Em 1928 tinha 28 habitantes. Muitos destes homens eram Kayapó da região de Arraias, próximo a Conceição do Araguaia, que casaram com mulheres Apinajé. Em 1824, esta aldeia tinha 1.400 indivíduos. Já em 1928, Nimuendaju afirma que estão bastante misturados – inclusive com *cupen* (não-indígenas) – e quase não faziam mais suas festas indígenas, valorizando muito as festas cristãs e as danças de forró. Somente a partir da década de 1980 é que este sub-grupo Apinajé (*krindjobreire*) volta a ocupar esta região.

A população Apinajé reside, atualmente, quase que inteiramente dentro da área indígena com poucos casos de indígenas na cidade. Até poucos anos, alguns jovens passavam a residir em Tocantinópolis para frequentarem as aulas das escolas e, em casos mais raros, a universidade na cidade, o que vem sendo diminuído com a oferta educacional na aldeia, inclusive com o Ensino Médio nas escolas das aldeias São José e Mariazinha. Outras pessoas moram em cidades (Araguaína), por motivos de atendimento a saúde, já que tem que fazer exames e procedimentos médicos rotineiros que não são disponibilizados nas aldeias – por exemplo hemodiálise.

População Apinajé por aldeia	
Aldeia	População
São José	520
Prata	37
Serrinha	39
Cocal Grande	23
Boi Morto	51
Patizal	51
Palmeiras	64
Cocalinho	46
Buriti Comprido	79
Botica	126

Bonito	129
Riachinho	165
Brejão	24
Mariazinha	207
Desaldeados*	30
Total	1591

Atualmente os Apinajé são 1.591 pessoas residentes em 11 aldeias (São José, Prata, Serrinha, Patizal, Palmeiras, Cocalinho, Buriti Comprido, Bonito, Botica, Riachinho e Mariazinha) e mais 04 núcleos isolados com pretensões de se tornarem aldeias com a incorporação de pessoas – sobretudo homens que ao casarem tem que por regra da uxorilocalidade, residirem na casa dos pais de sua esposa. Estes núcleos são Cocal Grande, Pecobo, Boi Morto e Brejão e ainda não foram reconhecidas como aldeias, nem pela FUNAI e nem pela FUNASA e, claro, não são um *krin* apinajé.

A uma redefinição no que venha a ser considerado, inclusive pela maioria dos Apinajé, como aldeia. Para os Timbira, uma a aldeia (*krin*) é a unidade política fundamental que organiza suas relações internas. Uma certa população só pode ser considerada aldeia se atender a alguns requisitos básicos quanto a sua forma e organização. Ela deve ser redonda, ter um pátio central (*kā*) que é o local das reuniões diárias e das festas-rituais. Toda aldeia possui um domínio sob uma determinada área e a construção de novas aldeias implica em acordos com as aldeias antigas que tenham domínio sob a porção territorial almejada. Outro ponto é que toda aldeia deve ter autonomia econômica sobre si e ser capaz, principalmente, de realizar os principais rituais do ciclo anual (festas dos jovens, festas de colheita, festas ligadas à natureza).

Todavia, atualmente, existe entre os Apinajé uma redefinição nestes limites do que é ou não aldeia. Tradicionalmente, uma família que optasse por residir afastada da aldeia, longe dos “fuxicos” e das obrigações de despesas com festas e parentes, era considerada como “moradores de roça” por que vivem em um estilo totalmente diferente do que prega a tradição Timbira. Apesar de que desde algumas décadas, os Apinajé tenham aldeias que não sejam perfeitamente redondas, a idéia de circulo e toda a ideologia de movimento, igualdade e publicidade revelada pela espacialidade de uma aldeia Timbira é ainda o modelo em vigor. Dentro desta perspectiva, encaixam-se as aldeias São José, Mariazinha, Buriti Comprido, Cocalinho, Bonito, Botica, Riachinho, Patizal, Palmeira.

Nos últimos anos, principalmente após a regularização fundiária e retirada dos não-indígenas ocupantes de áreas dentro da reserva, os Apinajé vem construindo novas aldeias e reocupando antigas áreas. A FUNAI vem reconhecendo alguns destes novos assentamentos como “aldeias”, principalmente por pressão das lideranças indígenas. Com o reconhecimento do órgão indigenista oficial, os demais órgãos governamentais responsáveis por assistência aos povos indígenas (educação, saúde, atividades econômicas, etc.) ratificam esta postura. Nesta postura estão as aldeias Prata e Serrinha. Por fim, existem alguns locais onde mora apenas uma família como Cocal Grande, Pecobo e Brejão.

Estas aldeias apresentam, portanto, uma grande heterogeneidade quanto a sua população. Enquanto o São José é a maior aldeia entre os Apinajé, com uma população de mais de 600 índios, existem aldeias como a do Prata, com uma população inferior a 50 pessoas. Outras, como Riachinho e Mariazinha, que tem em torno de 200 pessoas.

Histórico de contato

Os primeiros “civilizados” a alcançar o território ocupado pelos Apinajé foram jesuítas que, entre 1633 e 1658, empreenderam 4 entradas Tocantins acima, a fim de descender índios para as aldeias do Pará. À medida que os caminhos pelos rios Araguaia e Tocantins foram sendo abertos, os contatos com os grupos indígenas que habitavam esta região foram-se tornando mais constantes e as referências aos Apinajé cada vez mais precisas.

Os rios Araguaia e Tocantins tiveram várias expedições coloniais a percorrer suas águas no primeiro quartel do século XVIII, vindas não apenas do sul, mas também do Maranhão e Pará, que disputavam a posse da rica região aurífera recentemente descoberta pelos bandeirantes de S. Paulo no sul de Goiás. Até o final do século XVIII os Apinajé entraram diversas vezes em contato hostil com os “civilizados”, empreendendo correrias pelo Tocantins para apoderarem-se de ferramentas.

Em consequência dessas correrias foi fundado, em 1780, o posto militar de Alcobaça, que apesar de suas 6 peças de artilharia foi abandonado devido às incursões dos Apinajé. Em 1791, foi fundado outro posto militar no rio Arapary. Em 1797 foi fundado o posto São João das Duas Barras, atual S. João do Araguaia. Esse fato marcou a entrada dos Apinajé em contato permanente com a sociedade nacional.

Entretanto, as relações entre a guarnição do posto e os índios continuaram conflituosas. Em 1810 foi fundada, por um comerciante, a localidade de S. Pedro de

Alcântara, que estabelecendo relações amistosas com os vizinhos Krahô, utilizaram-se deles para atacar outros grupos indígenas. Em 1826, foi fundado, no próprio território então ocupado pelos Apinajé, o primeiro povoado, Santo Antônio, logo abaixo da cachoeira das Três Barras. Possuíam os Apinajé 5 aldeias. Em 1816 este vilarejo foi incorporado ao arraial de S. Pedro de Alcântara, formando então a cidade de Carolina, na margem maranhense do Tocantins.

Em 1824, o arraial de Carolina contava com uma população de 81 “brancos” e cerca de 120 a 150 Apinajés. Neste mesmo ano, Cunha Mattos, localizou os Apinajé em 4 aldeias com uma população aproximada de 4200 índios. Em 1831 seria fundada Boa Vista, que se tornaria a atual Tocantinópolis, reunindo uma pequena população nordestina, provavelmente constituída por elementos refugiados dos freqüentes conflitos entre chefes políticos nordestinos. Na verdade, a referência nas fontes históricas nos remete a descrição de Boa Vista como “uma capela cujos habitantes são índios Apinajés e Caraous (Krahô), além de uns facínoras piauienses ali abrigados”.

Em 1840, é fundada por Frei Vito uma missão em uma das aldeias Apinajé, estendendo sua influência a outras três, atingindo um total de cerca de 3 mil índios. A tradição oral do Apinajé não guarda lembrança deste aldeamento, fazendo menção a fundação de Boa Vista apenas a partir da chegada de Frei Gil Vilanova, em finais do século passado.

Em 1850, já navegavam pelo Tocantins de maneira regular 31 embarcações comerciais, empregando quase quinhentas pessoas a seu serviço, ao passo que a navegação no Araguaia continuava fortemente dependente de auxílio governamental. Mas ainda na segunda metade do século XIX a população Apinajé era numericamente expressiva sendo revelada pelos vários relatórios oficiais de negócios da Província de então. Em 1851, o aldeamento de Boa Vista era calculado como tendo 2.822 índios. Em 1877 novo relatório provincial informava uma população de 1.564 Apinajés, justificando o decréscimo populacional relatando uma epidemia de sarampo.

Em fins do século XIX, a ocupação da região dos Apinajé adquiriu caráter mais sistemático, iniciando a história dos conflitos pela posse da terra no local. As conseqüências desta ocupação foram arrasadoras: ao mesmo tempo em que a população “branca” aumentava, os índios sofreram uma diminuição drástica em seu contingente populacional. Em 1897, Coudreau estimou a população Apinajé em 400 pessoas e na virada do século Buscalioni, em expedição a Goiás, visita os Apinajé da aldeia de S. Vicente e calcula sua população em cerca de 150 indivíduos. Assim os Apinajé, que até

então haviam sido o grupo humano mais expressivo da região, conhecida como “bico do papagaio” ou “triângulo do Tocantins”, ingressam no novo século como uma minoria inexpressiva frente aos ocupantes regionais em pleno processo de ocupação fundiária.

Nos primeiros anos do século, a região do ‘Bico do Papagaio’ foi alcançada por uma frente extrativista de babaçu que veio se juntar à pecuária como uma das principais atividades econômicas. Nesta região, diferentemente do que ocorria nas zonas de extração de borracha e castanha, pouco mais ao norte, nenhuma atividade econômica adquiriu hegemonia sobre as outras. A pecuária perdeu a força quando a frente de expansão nordestina atravessou o Tocantins, devido às dificuldades de transporte do gado para os mercados consumidores do nordeste.

O babaçu, de menor preço e não sofrendo com as variações do mercado internacional, como a borracha e a castanha, jamais chegou a envolver o conjunto da população do município. Assim o povoamento do território Apinajé ocorreu de maneira relativamente constante durante o século XX, sem bruscas mudanças econômicas e sociais. Essa situação foi essencial para a sobrevivência dos Apinajé, ainda que com a população grandemente diminuída nos últimos anos do século XIX.

Entre 1928 e 1937 Nimuendajú visitou várias vezes os Apinajé apresentando um relato bastante pessimista da situação fundiária de então no território indígena:

“...de seu antigo território, dificilmente uma parte sequer dele está em posse da tribo, pois os colonos neo-brasileiros estão espalhados por todo o seu habitat hereditário, ainda que esparsamente. Até cerca de 20 anos atrás, não ocorrera a nenhum Apinajé suspeitar que isso representasse algum perigo para seu próprio futuro. Pelo contrário, eles aceitaram de bom grado, por seu valor aparente, os protestos de amizade dos intrusos, e quando abriram seus olhos já era muito tarde.....todo o seu território tem agora senhores estranhos, e o pouco que sobrou corre perigo de ser apropriado algum dia por algum fazendeiro suficientemente poderoso e sem escrúpulos.”

A possibilidade de certa convivência entre os Apinajé e regionais era dada pela própria forma de ocupação da região pela sociedade nacional: uma população dispersa vivendo basicamente da agricultura de subsistência, criação de animais de pequeno

porte e extração, em pequena escala, de algum babaçu. Esta população pôde manter relações personalizadas com os Apinajé, como, por exemplo, as relações de compadrio, comum nas zonas camponesas do país. Este tipo de relação nunca foi possível, por exemplo, em zonas de extração de castanha-do-Pará e de borracha, onde a organização do trabalho no regime de barracão impediu qualquer contato individualizado com os índios.

Esta era, em linhas gerais, a natureza da ocupação do território Apinajé por não-índios até a década de 1940, excetuando-se o limite leste (território do sub-grupo *Krindjobrêire* e atual município de Nazaré), ocupado por criadores de gado. Até 1940 são constantes também os registros de epidemias (sarampo, febre, varicela) que dizimaram em muito a população Apinajé, a ponto de uma de suas aldeias, a última em águas do Araguaia, ter sido praticamente dizimada tendo os poucos sobreviventes buscado refúgio junto aos Apinajé da atual aldeia S. José (antiga Bacaba). Este sub-grupo Apinajé (*Rõrkôjoiré*) só voltaram a ocupar esta região, a do Cocal, na década de 1980.

Por volta de 1944 o SPI instala na aldeia S. José (ainda Bacaba) um posto de Assistência como forma de mediar estes conflitos. Sem dúvida a criação do Posto do SPI auxiliou a recuperação demográfica do grupo, já iniciada na década de 1930. Apesar de não conseguir evitar novas invasões e nem buscar alternativas judiciais, o SPI institucionalizaria a prática do “arrendamento” como meio de demonstrar aos regionais que “habitavam em terra alheia”. No final dos anos 1950 estes arrendamentos deixariam de ser cobrados e muitos dos antigos posseiros acabaram por “vender” suas posses.

As terras devolutas começaram a escassear entre as décadas de 1940-1950, quando Goiás sofreu grande incremento populacional, com contingentes originários de Minas Gerais, Maranhão e Piauí. A disponibilidade de terras caiu muito, o que foi incentivado nos anos que se seguiram pela abertura da rodovia Belém-Brasília e posteriormente a Transamazônica, valorizando as terras da região. A consequência direta foi a concentração das terras nas mãos de novos proprietários, processo que recebeu maior impulso com a criação do financiamento bancário para atividades agrícolas e pecuárias. No interior do território Apinajé, estes pretensos proprietários eram desalojados destas, sendo poucos os que lá permaneceram, como agregados dos novos “donos”. Diferente dos primeiros ocupantes, que reconheciam os Apinajé como detentores legítimos de seu território, os “novos proprietários” negavam o status indígena da terra, acirrando-se os conflitos entre índios e “brancos”.

Situação atual da terra

A Área Indígena Apinajé encontra-se **demarcada e com registro no CRI e SPU** (Dec. 90969 de 14/02/85 /DOU 15/02/85. Reg CRI de Tocantinópolis. Matr 957 Liv 2-C Fl 63 em 07/11/86 .Reg SPU GO 382, 2-TO em 15/03/89). Os Apinajé reivindicam a ampliação da área (Port FUNAI 429 de 27/04/94 para reestudar a identificação da área /DOU 06/05/94)

extensão: 141.904 ha

município: Tocantinópolis, São Bento e Itaguatins

A área de ocupação tradicional Apinajé vem sendo invadida desde a primeira metade deste século. Em 1940 o SPI instala um posto entre esses índios com a justificativa de exercer um melhor controle dos invasores e mediar os conflitos entre índios e civilizados. Desde então e até 1975, sucedem-se os ofícios de agentes do SPI e posteriormente da FUNAI narrando episódios de conflitos e pedindo a demarcação da área Apinajé. Entre 1975 a 1982 são instituídos pela FUNAI vários GT para delimitação da área Apinajé tendo sido iniciado, em 1979, o processo de demarcação física da área ,que teve de ser suspenso por imposição dos índios que discordavam dos limites que lhes estavam sendo impostos.

Os Apinajé tiveram parte de suas terras reconhecidas pelo Estado brasileiro em fevereiro de 1985, após terem interrompido o tráfego da Transamazônica e terem iniciado “por conta própria” com o apoio de guerreiros Krahô, Xavante e alguns Kayapó a demarcação de seu território. Por ocasião da luta pela demarcação física esta área estava ocupada por 641 invasões, com um total aproximado de 5 mil pessoas, cujos ocupantes foram indenizados por suas benfeitorias com recursos do Convênio CVRD/FUNAI e intimados a deixar a área demarcada. Somente não foram indenizadas as famílias que residiam no limite norte da área, a região do ribeirão Pecobo onde a Funai não havia realizado o levantamento fundiário necessário para o cálculo das indenizações. Somente agora, em abril de 1997, doze anos após a demarcação física da área, a FUNAI , através da resolução 44, reconhece como de boa-fé os ocupantes não-índios da região acima do Pecobo, responsabilizando-se pelo pagamento de suas benfeitorias, procedimento necessário para a extrusão desta parcela do território.Em junho de 97 a FUNAI, através da DAF (Departamento de Assuntos Fundiários) inicia o pagamento destas indenizações.

A TI Apinajé, contudo, não incluiu uma parcela do território pretendido pelos índios: as áreas dos rios Mumbuca e Gameleira, férteis e vitais para a reprodução dos habitantes da maior das aldeias Apinajé, a aldeia São José. Os Apinajé desta aldeia são os que mais sofreram reduções sistemáticas em seu território, desde o início deste século, com a expansão da vila de Tocantinópolis e, na década de 70, com a construção da Transamazônica e da rodovia Belém-Brasília. Desde o dia posterior à edição do decreto de demarcação, o pessoal da aldeia São José, vêm demonstrando seu inconformismo em relação às parcelas perdidas de seu território, reivindicadas em 1982. Essas terras, porém, até hoje não foram incorporadas na área do decreto.

Logo após a demarcação, ainda em 1985, a FUNAI enviou dois Grupos de Trabalho para a redefinição dos limites da TI Apinajé, sem entretanto, dar continuidade ao processo. A partir de 86, alegando que o decreto nº 94.945 impedia a redefinição dos limites de qualquer Área Indígena enquanto todas as demais áreas indígenas já aprovadas no país não estivessem regularizadas, a Funai deixa de considerar o pleito dos Apinajé. A partir de 1991, quando da assinatura do decreto presidencial nº 22 (que altera os procedimentos e as normas para a regularização das áreas indígenas do país), os Apinajé, com o apoio do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), pressionam a Funai para reabrir a questão, conseguindo que a Comissão Especial de Análise considerasse pertinente o estudo do seu caso. Somente em 27 de abril de 1994 a Funai assinaria a Portaria nº 0429/94, criando o Grupo Técnico de Revisão da Área Indígena Apinajé.

Os trabalhos do GT na TI Indígena foram prejudicados por políticos e lideranças expressivas da região, através de práticas intimidatórias e boatos alarmistas veiculados cotidianamente. Vale lembrar que este mesmo clima de tensão chegou a níveis absurdos quando da demarcação em 1985, e mesmo logo após a conclusão da mesma, que culminou no assassinato do jovem Apinajé, Valdemar, e no ferimento a bala de três velhos Apinajé, inclusive Vicente (pai de Valdemar) e o ex-capitão Romão. Valdemar, deixou mulher e dois filhos pequenos. A chacina, provocada por ordem do próprio delegado de polícia, que pegou os índios desarmados dentro da delegacia, não resultou em nenhuma punição. Atualmente o processo para a revisão dos limites da área Apinajé, decorrente da portaria 0429, de abril de 1994, encontra-se paralisado na FUNAI.

Assistência

Os dois Postos Indígenas mantidos pela FUNAI nesta área (Apinajé e São José) estão jurisdicionados à ADR de Araguaína (TO). O **PIN São José** atende à aldeia do

mesmo nome (a maior aldeia Apinajé e sede do PIN), além das aldeias Patizal e Cocalinho. Estas aldeias estão situadas a leste da área indígena. Um chefe de posto da FUNAI coordena os trabalhos de assistência nestas três aldeias.

O **PIN Apinajé** atende as aldeias de Mariazinha (sede), Riachinho, Bonito e Botica, todas situadas à oeste da área. “Beneficiários” do Convênio CVRD/FUNAI, os Apinajé receberam no período de abrangência do Convênio, 1982 a 1991, vários recursos (trator de esteira, caminhões, garagens, banheiros, etc.) que em nada contribuíram para a melhoria da qualidade de vida dos índios.

A Terra Indígena Apinajé sofre a interferência de três estradas:

- TO 126 que liga os municípios de Tocantonópolis e Itaguatins, passando por Maurilândia, seccionando no sentido norte-sul todo o território em seu lado leste; ao longo de seu eixo estão localizadas as aldeias do PIN Apinajé(Mariazinha, Botica, Riachinho e Bonito).

- BR230, a Transamazônica, que atravessa a área aproximadamente por 30 Km e continua como limite da Terra Apinajé em sua parte oeste. Na faixa de influência desta estrada encontram-se as aldeias do PIN S.José (Cocalinho, Patizal e São José).

- TO 134, trecho município de Anjico ao entroncamento da BR230, seguindo até Tocantinópolis, sendo, em um trecho, limite sul da área. Esta estrada passa a poucos km da aldeia S. José.

A estrada que liga Araguatins (TO) a Estreito (MA) ainda não tem licenciamento ambiental para o prosseguimento das obras.

É muito difícil para a FUNAI implementar procedimentos eficazes para a defesa do território indígena. No caso específico dos Apinajé, foi criado O **Posto Indígena de Vigilância Veredão** situado no limite norte, na beira da BR230, quando esta estrada atravessa a área indígena, como forma de fiscalizar a entrada dos veículos e impedir assentamentos na beira da estrada. Este posto tem por atribuição impedir a prática de atividades predatórias (desde a retirada de madeira, de folha de jaborandi, da caça e pesca) ilegais na área Apinajé. O Posto conta com a assistência de um motorista e um chefe de posto. Há uma casa sede e uma toyota, conseguidos com recursos da própria FUNAI. Contudo, a presença de funcionários para manter as atividades a que se propôs é irregular, com mudanças e ausência de funcionários por meses.

Educação

Atualmente na área Apinajé existem 10 escolas, com uma população estudantil de 774 alunos. A situação dos professores e da escola varia de aldeia para aldeia. Na aldeia S. José, a mais populosa e tradicional das aldeias Apinajé, existem, por exemplo 12 professores, 06 índios e 06 não índios para um universo de 334 alunos em turmas que vão desde o primeiro ciclo do ensino fundamental até o ensino médio. Nas demais aldeias, menores, como Patizal há somente professores indígenas. Existem alunos mais adiantados que estudam na cidade de Tocantinópolis, próxima a área.

A situação dos prédios escolares, acesso a materiais escolares, merenda etc, varia em cada aldeia segundo a sua proximidade a cidade, a mobilização de seus professores e lideranças e a boa vontade dos organismos responsáveis.

Alunos Apinajé no ensino fundamental e médio (DENTRO E FORA DA TI)

	Aldeias	1º a 4º séries		5º a 8º séries		Ensino Médio
	2004	Regular	EJA	Regular	EJ A	-
TERRA INDÍGENA	1- Botica	43	-	-	-	-
	2- Bonito	60	-	-	-	-
	3- Buriti Comprido	33	-	-	-	-
	4- Mariazinha	75	-	-	64	-
	5- Patizal	34	-	-	-	-
	6- Riachinho	56	-	-	-	-
	7- São José	170	15	55	-	19 (só 1º ano)
	8- Cocalinho	12	-	-	-	-
	9- Prata	23	-	-	-	-
	10- Palmeiras	35	-	-	-	-
FORA DA T.I	Total parcial	541	15	55	64	19
	Tocantinópolis	-	-	-	-	[12]
	São Bento	-	-	[5]	-	-
	Escola Timbira	-	-	3	-	-
	TOTAL	556		122		19

Aldeia / Escola	Alunos	População	Infra-estrutura da escola	Recursos humanos		
				Prof. índios	Prof. brancos	Outros ²⁴
1- Botica/ <i>Pepkro</i>	43	96	Escola com uma sala de aula.	2	-	-
2- Bonito/ <i>Iamkak</i>	60	134	Escola com duas salas de aula.	1	1	-
3- Buriti Comprido/ <i>Pêpxá</i>	33	57	Escola modelo simplificado com uma sala de aula, cozinha e depósito.	1	1	-
4- Mariazinha/ <i>Tekator</i>	144	196	Escola com duas salas de aula.	4	3	1 coord. 1 merendei SG
5- Patizal/ <i>Kunitik</i>	34	52	Escola com duas salas de aula, cantina e secretaria, necessita reforma.	2	-	-
6- Riachinho/ <i>Pemenhoryk</i>	56	153	Escola com duas salas de aula.	2	-	-
7- São José/ <i>Mãtik</i>	334	607	Escola construída com recursos do FUNDESCOLA, com 6 salas de aula, secretaria, cantina, biblioteca, sala de informática, sala de professores, sala do diretor e 2 alojamentos.	6	6	1 coord. p 1 coord. a 3 ASG e 2 merend
8- Cocalinho/ <i>Aporo Apinajé</i>	12	28	Escola modelo simplificado com uma sala de aula, depósito e cozinha.	1	1	-
9- Prata/ <i>Katankààh</i>	23	34	Construção de barro coberta de palha.	1	-	-
10- Palmeiras/ <i>Katàm</i>	35	54	Construção de barro coberta de palha. Estão sendo construídas mais duas salas de aula (também de barro).	1	1	-
Total: 10 escolas	774	1411		21	13	10

²⁴ Na escola São José o coordenador pedagógico é excepcionalmente um professor Apinajé. (Fonte: MEC, 2005)

KRĪKATI E GAVIÃO-PYKOPJÊ

Nome

Os **Krĩkati** e os **Gavião-Pykopjê** atuais resultam da união dos povos *Põcatejê*, *Pihacamekra*, *Kukoicamekra* e *Krepymcatejê*. Apesar de atualmente serem considerados grupos distintos, os Gavião e Krĩkati constituem-se como povos *Timbira* que possuem uma ancestralidade comum, o que implica em uma relação de intensa proximidade (relações de parentesco, trocas matrimoniais, variação lingüística, festas, rituais comuns). De acordo com Ladeira (1989), os Krĩkati e Gavião foram denominados, ao longo da história, por *Gaviões*. Ocupavam a região compreendida entre Imperatriz (MA) e a Serra da Desordem. O reconhecimento diferenciado destes povos por parte de estudiosos e historiadores, se dá em meados do séc. XIX justamente após a instalação da colônia militar de Santa Tereza, que posteriormente se tornaria a cidade de Imperatriz.

A autodenominação do grupo Krĩkati é *Kricatije*, significando “aqueles da aldeia grande”, lhes é aplicada também pelos demais Timbira. Os *Pykopjê* quando devem fazer referência ao próprio grupo utilizam o termo *Pykopcatejê*. Os demais povos Timbira os chamam também de *Pykopjê*.

Os Gavião-Pykopjê se referem aos Krĩkati usando o designativo *Põcatêgê*, que significa “aqueles que dominam a chapada”. Os Krĩkati, por sua vez, se referem aos Gavião como *Ironcatejê*, que significa “aqueles que dominam a mata”. A nomenclatura *catejê*, conforme Azanha (1984), implica em uma diferenciação de ocupação de território de grupos que compartilham um mesmo território, o que indica a unidade destes povos.

Localização

Os Krĩkati e Gavião-Pykopjê ocupam duas terras indígenas distintas: a Terra Indígena Krĩkati e a Terra Indígena Governador.

A **Terra Indígena Krĩkati** compreende um território com cerca de 146.000 hectares no sul do Estado do Maranhão, nos municípios de Montes Altos, Amarante, Lageado e Sítio Novo.

A *Terra Indígena Governador* abrange uma pequena faixa de terra com cerca de 42.000 hectares de extensão no município de Amarante, a uma distância de apenas 10 km da sede do município.

População

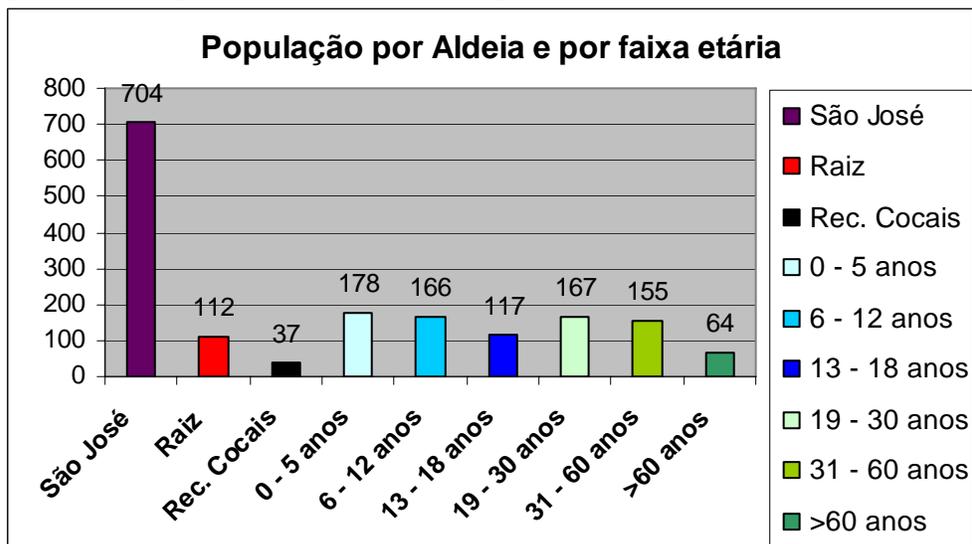
Devido à já mencionada indistinção nas fontes históricas entre os Krĩkati e os Pykopjê, no início do século XIX o total da população dos dois grupos foi estimado pelo militar Paula Ribeiro em aproximadamente 2.000 índios e, em 1919, um censo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) indicou uma população de 273 índios distribuídos entre as aldeias Engenho Novo e Canto da Aldeia. Foi só a partir dos anos de 1960 que as populações dos dois grupos começaram a ser indicada em separado.

Krĩkati

Os Krĩkati atualmente estão organizados em duas aldeias, sendo que a maior delas, denominada de Aldeia São José e localizada no centro da TI Krĩkati, possui aproximadamente 600 moradores; uma outra aldeia de nome Raiz se formou após a demarcação e indenização de 1/5 da terra. Esta última aldeia conta com 20 famílias e está localizada em uma das extremidades da terra, distando 6 km do Vilarejo Passagem Boa, no município de Lageado. Uma terceira aldeia dentro da terra Krĩkati é chamada de Recanto dos Cocais, possui apenas sete famílias e fica localizada aproximadamente a 3 km da aldeia São José; esta aldeia foi formada em junho de 1999 e é composta, em sua maioria, por índios Guajajara.

Data	População	Fonte
1963	230	SPI
1964	210	Jean Carter Lave
1969	204	Dolores Newton
1979	291	FUNAI
1984	338	José Luis Santos
1990	420	FUNAI
1996	530	CTI
2004	672	Funasa DESAI
2005	815	Funasa – Pólo Base de Montes Altos (inclui os Guajajara)

Quadro da População atual Krĩkati, segundo missionários (2006)



Gavião-Pykpjê

Atualmente estão distribuídos em 03 aldeias (Governador, Rubiácea e Riachinho) e somam uma população de 544 pessoas. Além das três aldeias Pykopjê, também existem na Terra Indígena Governador três aldeias dos índios Guajajara. Com seis aldeias nesse pequeno espaço, a TI tem problemas ambientais muito sérios. A oferta de caça tem diminuído a cada dia. Não tem rio, falta água, falta peixe. Contam apenas com um pequeno igarapé que fica a 6 km da aldeia Riachinho. Os peixes desse igarapé são pequenos e estão acabando, pois fizeram um açude na cidade de Amarante e colocaram uma tela pela qual eles não passam. A água chega às casas por meio de um poço artesiano comunitário.

Informações coletadas por Nimuendaju apontam uma depopulação drástica de meados do século XIX - quando há referências de um “exército Pykopjê com 1600 homens” - para quando os visitou em 1929, encontrando apenas 270 pessoas. A população Pykopjê continuaria apresentando um decréscimo considerável até a década de 1960, apresentando um relativo aumento a partir da década de 70, que poderá ser atribuído as melhores condições de assistência médica após a instalação do Posto da FUNAI na área.

Data	População	Fonte
1963	145	Jean Carter Lave
1969	198	Cotrim
1980	263	Maria Helena Barata
1996	458	Maria Elisa Ladeira
2004	473	Funasa DESAI
2005	544	Jonas Polino Gavião
2005	955	Funasa – Pólo Base de Amarante (inclui os Guajajara)

População por aldeia em 2006 (dados CTI)	
Aldeia Governador	206
Aldeia Riachinho	121
Aldeia Rubiácea	330
TOTAL	657

Histórico de contato

A história do contato entre os índios Krĩkati e Gavião-Pykopjê e os brancos, bem como da região em que habitam, pode ser dividida em dois períodos que são fundamentais para o entendimento tanto da situação em que se encontram atualmente como do nível de relações estabelecidas com a sociedade nacional. O primeiro período tem início em fins do século XVIII e princípios deste, quando o território secularmente habitado pelos grupos Timbira começa a ser penetrado por duas frentes de expansão : a frente pastoril e a frente agrícola. Mas é a primeira destas frentes a responsável direta pela fixação do homem brasileiro na região. Embora o impacto causado pelo confronto entre os índios e os criadores de gado tenha se revestido da mesma violência ocorrida em outras áreas de penetração recente, ela é “atenuada”, em um segundo momento, quando comparada às frentes agrícolas e principalmente extrativistas, pela não necessidade da mão de obra indígena nas atividades de produção. Tratando-se em essência de uma luta pela posse da terra.

Aguerridos e belicosos, os assim chamados “Gaviões”, isto é os Pykopjê e os Krĩkati, tornaram infrutíferas as tentativas de colonização compreendida entre as cabeceiras do rio Pindaré e Tocantins (os chamados Campos do Grajaú) até 1841. Em 1817 o governo do Maranhão financiaria a instalação de uma colônia militar nas margens do alto Grajaú, a

Colônia Leopoldina, para “chamar os índios da região à paz” e permitir assim, a colonização da região. A execução deste projeto ficou a cargo de Francisco Pinto de Magalhães, o bem sucedido pacificador dos Mākamekra (subgrupo que compõe os atuais Krahô). Porém em 1821 nada mais restava desta colônia, pois seu comandante “viu-se obrigado [...] em presença da ferocidade (dos índios) a abandonar o presídio e retirar-se com dezoito homens”.

Em 1849 o Governo Provincial do Pará estabeleceu às margens do rio Tocantins a colônia militar de Teresa Cristina, atual cidade de Imperatriz, nas imediações de aldeias Krĩkati, estabelecendo um ponto importante no apoio à pacificação dos índios na região, imprescindível para garantir sua ocupação pelos criadores de gado.

Até o início dos anos 1860, numerosos relatórios de presidentes da província do Maranhão atestavam que a região compreendida entre o Tocantins (entorno de Santa Teresa/Imperatriz) e a margem esquerda do Grajaú (proximidades da serra da Desordem) estava sob domínio dos índios “Gaviões”, ou seja, dos Pykopjê, Krĩkati (ou Caracati) e *Pihàcamekra* (Pivocas ou Pivocamekras nestes relatórios).

Segundo Nimuendajú, os Gavião do Pará ou *Paracatejê*, faziam parte do grupo Pykopjê ou Gaviões do Leste e se constituíram como um grupo autônomo a partir deste momento de “paz” com os “civilizados”, quando uma facção discordando desta embrenharam-se na área de floresta onde atualmente se encontram. Após os primeiros impactos causados pela penetração da frente pastoril, passou a região por uma longa fase de relativa estagnação, tendo permanecido sua população rarefeita, praticando uma agricultura e pecuária de subsistência. Tal situação permitiu que os Krĩkati/ Gavião Pykopjê, após tantas guerras, pudessem viver em situação de relativa tranqüilidade, tendo tempo de rearticular-se enquanto grupo e de criar mecanismos de defesa e atuação adaptados à nova realidade.

Entretanto, na década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, diante da perspectiva de abertura da rodovia Belém-Brasília, a região passa a sofrer profundas modificações. A chegada dos “paulistas” - fazendeiros vindos do sul da Bahia, Minas e S.Paulo - promoveu uma rápida valorização das terras e marca o início de um segundo período na história das relações entre os Krĩkati/ Gavião Pykopjê e a sociedade nacional.

O contingente formado pelos fazendeiros do sul buscou, de imediato localizar-se em terras consideradas de melhor qualidade, em pontos estratégicos de fácil acesso a Belém-

Brasília. Tal processo acarretou um forte processo de expropriação dos pequenos lavradores que, pressionados, foram obrigados a vender suas terras, procurando então, num novo movimento de interiorização, áreas de terra onde pudesse fixar-se.

A conseqüência disso foi uma forte corrida para as áreas habitadas pelas populações indígenas da região: Pykopjê e Kricati. Por outro lado, os “paulistas” chegados na década de 1960 e 1970 não encontrando mais terras “disponíveis” e em face da altíssima valorização das áreas mais cobiçadas, voltam-se também para as zonas de mata, expulsando da terra os pequenos posseiros localizadas em áreas indígenas – o que agravou a situação de tensão, ocasionando vários incidentes entre índios e regionais.

Situação atual da terra

Terra Indígena Krĩkati

Os Krĩkati tiveram seu território declarado como Terra Indígena em 08 de julho de 1992, através da portaria ministerial nº 328. Esta portaria designou como posse indígena um total de 146 mil hectares. Os estudos que delimitaram a TI Krĩkati não foram feitos somente pela Funai, mas por um perito nomeado pelo Juiz Federal da 2ª Vara de São Luis, o qual reconheceu sua validade jurídica ao indeferir o pleito de muitos fazendeiros de Montes Altos, que entraram em juízo em 1981 para tentar o reconhecimento legal de seus títulos de propriedade incidentes na área pleiteada pelos Krĩkati. O Juiz Federal não reconheceu como válidos os títulos dos 120 fazendeiros que propuseram a ação, julgando-a extinta, sem julgamento de mérito.

Os próprios peritos indicados pelos fazendeiros na ação foram forçados a reconhecer que os títulos de propriedade apresentados “... eram de posses sem denominação, localização, limites confrontantes ou área definida – o que determina a nulidade dos registros promovidos pelos herdeiros ou sucessores” (Ação nº 1875/81, 2ª Vara da Justiça Federal do Maranhão). Portanto, o que foi reconhecido em Juízo, além da legitimidade da posse indígena sobre a área proposta pelo perito, é que os pretensos proprietários eram na verdade ocupantes de terras da União Federal cujo usufruto exclusivo caberia somente aos índios Krĩkati, segundo o disposto no artigo nº 231, caput, da Constituição da República. A omissão do Poder Público, ao postergar indefinidamente a

demarcação administrativa da área indígena, gerou uma situação explosiva, colocando em risco a sobrevivência física dos índios Krĩkati.

Em 1989, a Funai cadastrou 563 ocupações na área delimitada para os índios Krĩkati, quando se constatou que em 161 delas os ocupantes não moravam no imóvel (o que quer dizer que esses ocupantes não vivem exclusivamente do imóvel ou têm uma outra fonte de renda). E que 256 ocupações foram estabelecidas entre os anos de 1979 e 1989 (após, portanto, a primeira portaria de delimitação) e, destas, ainda um total de 96 foram efetivadas somente nos anos de 1988 e 1989. Portanto, quase 50% das ocupações foram estabelecidas depois do início da ação judicial (o que caracteriza a má-fé destes ocupantes).

A Funai iniciou o processo de desocupação, com o pagamento das benfeitorias, em 1999. A Terra Indígena Krĩkati, foi homologada em 2004 com extensão de 144.775ha, porém até a presente data conseguiu efetivar a extrusão de apenas cerca de 50% das ocupações. Enquanto isso, os Krĩkati estão recebendo uma terra devastada, com poucas matas, sem caça e sem peixes.

Terra Indígena Governador

Encontra-se Homologada e Registrada no CRI e SPU (Decreto 88001/82 homologa a demarcação. Reg. CRI de Grajáú, Matr 376, Lib 2-D Fl 85 em 28/03/83 Rg. SPU MA - 159 em 22/04/83), com uma extensão de 41.644 ha.

Ao longo de 2003 e 2004, as lideranças das três aldeias Pykopjê estiveram em Brasília para reivindicar a revisão dos limites reconhecidos pelo órgão em 1977, limites estes impostos sob pressão do ataque recém ocorrido (1976). A FUNAI prometeu-lhes estabelecer um GT para os estudos preliminares visando a ampliação da área, mas até a presente data isto não se concretizou.

Assistência

Krĩkati

Os Krĩkati estão subordinados à FUNAI por meio da Administração Regional de Araguaína (TO). Até 1995 estavam vinculados à Administração Regional de Imperatriz

(MA), entretanto, por desavenças com esta Administração devido ao que consideravam seu pouco empenho em relação a demarcação de seu território, conseguiram a transferência administrativa para Araguaína. Os Gavião-Pykpjê estão vinculados à ADR de Imperatriz

Beneficiários do Convênio CVRD/ FUNAI os Krĩkati e Gavião-Pykpjê tiveram entre 1982 e 1991 vários recursos em sua aldeia (caminhão, trator, garagem, açude, banheiros, etc.) que não contribuíram para uma melhoria efetiva em sua qualidade de vida. O mesmo vem acontecendo, no caso Krĩkati, em relação aos “benefícios” do convênio ELETRONORTE/ FUNAI, cujas linhas de transmissão daquela estatal corta a TI Krĩkati, que continuam até hoje de forma pontual e assistemática.

Educação

Atualmente na Terra Indígena Krĩkati existem 03 escolas, com uma população estudantil de 453 alunos. A situação dos professores e da escola varia de aldeia para aldeia. A Aldeia São José contempla desde o primeiro ciclo do ensino fundamental até o ensino médio. São 14 professores indígenas e 09 não indígenas. Nas outras duas aldeias há somente professores indígenas. A educação indígena está sob a responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão.

As escolas nas aldeias Raiz e Recanto dos Cocais foram construídas em 2004.

Tabela 6.1: Recursos humanos, materiais e infra-estrutura das escolas Krĩkati:

Aldeia / Escola	População	Alunos matriculados			Infra-estrutura da escola	Recursos humanos ²⁵	
		1 ^a a 4 ^a séries	5 ^a a 8 ^a série	Ensino médio		Prof. indígena	Prof. não indígena
1- São José/ Krĩkati	656	305	50	19	Antiga escola-residência com 2 salas de aula, cozinha, escritório e banheiros. Construção anexa com mais 2 salas de aula. O ensino médio funciona em um antigo depósito da comunidade, reformado pela GDH com duas salas de aula.	14	9
2- Raiz / Cujaca	95	38	-	-	Escola construída recentemente com 2 salas de aula, depósito,	3	-

²⁵ Na escola da Aldeia São José há zelador e merendeira pagos pela comunidade com recurso proveniente do aluguel de pastos da terra indígena.

					secretaria e banheiros.		
3- Recanto dos Cocais ²⁶ / <i>Muzuhu</i>	56	41	-	-	Escola construída recentemente com 1 sala de aula, depósito e cozinha.	1	-
	807	384	50	19		18	9

Tabela 6.2: Escolaridade dos Professores da T.I Krĩkati²⁷

<i>Escolaridade</i>		Prof. Indígenas		Prof. não indígenas		Total
		Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	
1. Nível fundamental		-	1	-	-	1
2. Nível médio	Médio básico	3	3	-	-	9
	Técnico	-	-	-	-	
	Magistério	3	-	-	-	
	Magistério indígena	8	-	-	-	8
3. Nível superior		-	-	9	-	9
Total		18		9		27

Tabela 6.3: Alunos Krĩkati de 5^a a 8^a séries e ensino médio dentro fora da T.I

2004	5 ^a e 6 ^a séries		7 ^o e 8 ^o séries		Ensino Médio	
	Matrículas	Desistência	Matrículas	Desistência	Matrículas	Desistência
Aldeia S.José	32	3	18	4	19	4
Povoados Passagem Boa e Lajeado Novo	5	1	3	2	1	1
Escola Timbira	-	-	1	-	-	-
Total	37	4	22	6	20	5

²⁶ Em Recanto dos Cocais a maioria dos habitantes são Guajajara e brancos, mas o formato da aldeia é circular e o professor da escola é Krĩkati.

²⁷ Os 27 professores apontados na tabela acima foram contratados no início de 2004, entretanto ao longo do ano alguns desistiram e quando estive na aldeia, em novembro, o número de professores que continuavam trabalhando era de 23. Entre os professores indígenas da Aldeia São José, há um (Renato) que é Gavião.

Gavião-Pykopjê

A TI **Governador** possui apenas 42.000 ha – é a menor das Terras Indígenas Timbira. Os índios sentem-se acuados dentro dessa área, vivendo com enormes dificuldades. A demarcação foi feita sem nenhum compromisso com a comunidade, mas sim com interesses locais dos não-índios. Áreas de caça e de pesca ficaram de fora da delimitação da Funai realizada em 1973. Os rios Pindaré, Batalha e seus afluentes estão em terras de não-índios. Por duas vezes seus líderes e representantes foram até a Funai em Brasília pedir abertura do processo de ampliação da área em 2003. Prometeram estudos prévios no ano de 2004, mas essa promessa não foi cumprida.

Os Gavião-Pykopjê estão subordinados à Administração Regional de Imperatriz (MA) da Funai. Na área estão instalados dois Postos Indígenas de assistência deste órgão: o PIN Governador, que responde pelo atendimento às aldeias Governador e Riachinho; e o PIN Rubiácea, que atende a aldeia de Rubiácea.

Educação

A educação na TI Governador está sob a responsabilidade do Governo do Estado do Maranhão. Na aldeia Governador há uma escola antiga, construída pela FUNAI, que não oferece condições para o ensino. Na aldeia Rubiácea existem duas escolas. Apenas uma está em funcionamento. Na aldeia Riachinho há uma pequena escola, com uma sala de aula. Todas oferecem apenas o primeiro ciclo do ensino fundamental. Para as outras séries os alunos precisam se deslocar até a cidade de Amarante/MA. Veículos pagos pelo Governo do Estado fazem o transporte diário dos alunos que estudam na cidade.

Recursos humanos, materiais e infra-estrutura das escolas Gavião-Pykopjê

PI	Aldeia / Escola	População ²⁸	Alunos (1ª a 4ª séries)	Infra-estrutura da escola	Recursos humanos	
					Prof. indígena	Prof. não indígena
RUBIÁCEA	1- Rubiácea / Rubiácea	269	106	Há duas escolas nesta aldeia: uma construída com recursos do FUNDESCOLA em 2003 e outra construída pela FUNAI no início de 2004. Cada escola possui 2 salas de aula, cozinha, depósito e pátio interno. Somente a escola da FUNAI vem sendo utilizada.	4	1
	2- Governador / Governador	173*	96	A escola antiga, construída pela FUNAI, encontra-se em péssimo estado. As aulas acontecem no centro comunitário da aldeia.	4	
GOVERNADOR	3- Riachinho / Pyr Creh Creht	133*	62	Há uma sala de aula de alvenaria construída com recurso do PDDE e FUNAI.	4	
	Total	575*	264		12	1

OBS: O asterisco (*) indica que não foi possível obter o dado, ou que o dado obtido não é preciso.

Escolaridade dos professores das escolas Gavião

Escolaridade		Prof. Indígenas		Prof. não indígenas		Total
		completo	incompleto	Completo	incompleto	
1. Nível fundamental		3	4	-	-	7
2. Nível médio	Médio básico	1	-	-	-	2
	Técnico	-	-	-	-	
	Magistério	-	-	1	-	
	Magistério	4	-	-	-	4

²⁸ Os dados de população das aldeias Rubiácea e Riachinho foram obtidos junto à AER/FUNAI-Imperatriz e são referentes ao ano de 2003.

	indígena					
3. Nível superior		-	-	-	-	-
Total		12		1		13

Alunos Gavião de 5ª a 8ª séries e ensino médio matriculados fora da T.I

P.I	DADOS DA GDH	DADOS DA FUNAI						
	Transporte escolar	Escolas de Amarante/ 2004	5ª e 6ª séries		7º e 8º séries		Ensino Médio	
			Matrículas	Desistência	Matrículas	Desistência	Matrículas	Desistência
Rubiácea	30 alunos da Aldeia Rubiácea	Castelo Branco	23	10	11	3	-	-
		Padre João Batista Teixeira	-	-	-	-	3	1
Governador	38 alunos da Aldeia Governador e em torno de 15 alunos da Aldeia Riachinho.	Castelo Branco	30	*	16	*	-	-
		Padre João Batista Teixeira	-	-	-	-	3	*
		Escola Municipal Costa e Silva	4	*	6	*	-	-
		Escola Municipal Jesus Menino	2	*	-	-	-	-
Su- b- total	83 alunos	Alunos em Amarante	59	*	33	*	6	*
		Escola Timbira	-	-	13	2	-	-
Total de matrículas			59		46		6	

BIBLIOGRAFIA CITADA

- AGOSTINHO, A. A.; GOMES, L. C. **O Manejo da Pesca em Reservatórios da Bacia do Alto Rio Paraná: Avaliação e Perspectivas.** In M. G. Nogueira; R. Henry; A. Jorcin (org.). *Ecologia de Reservatórios: Impactos Potenciais, Ações de Manejo e Sistemas em Cascata.* São Carlos: Rima, 2005.
- ALENCASTRE, J.M.P de **Annaes da Provincia de Goyaz**, Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethográfico do Brasil, tomos 27-28, 1864-1865.
- ALMEIDA, S.P.; PROENÇA, C.E.B.; SANO, S.M.; RIBEIRO, J.F. **Cerrado: Espécies vegetais úteis.** Brasília: EMBRAPA-CPAC, 1998.
- AZANHA, G. **Relatórios inéditos Krahô.** São Paulo: CTI, 1982-1992.
- AZANHA, G.A. **Forma Timbira: Estrutura e Resistência.** Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, 1984.
- AZANHA, Gilberto; LADEIRA, Maria Elisa. **Diagnóstico sócio-econômico e avaliação de impactos nas terras indígenas Krahô, Krikati e Apinajé, situadas na área de influência do corredor de transporte multimodal centro-norte.** Inédito. Brasília, 1998.
- CASTELNAU, F. **Expedition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud.** Paris, 1850/51.
- CDDH-PA/MA **Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?** Coletânea. São Luiz: CDDH-PA/MA, 1995.
- CEDI **Povos Indígenas no Brasil, 1987- 1990.** São Paulo: CEDI, 1991.
- COSTA, C.C.C.; LIMA, J.P.; CARDOSO, L.D. & HENRIQUES, V.Q. **Fauna do Cerrado: Lista Preliminar de Aves, Mamíferos e Répteis.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1981.

- CTI **Conservação de áreas extrativistas no entorno de Terras Timbira no sul do Maranhão e norte do Tocantins. Diagnóstico Preliminar.** Brasília: CTI, 2004.
- CTI **Diagnóstico da Terra Indígena Apinajé.** Brasília: Programa Ambiental do Centro de Trabalho Indigenista, 2000.
- CTI **Diagnóstico da Terra Indígena Kraolândia.** Brasília: Programa Ambiental do Centro de Trabalho Indigenista, 1997.
- CTI **Diagnóstico da Terra Indígena Krikati.** Brasília: Programa Ambiental do Centro de Trabalho Indigenista, 2001.
- CTI **Levantamento Antropológico Participativo da Situação de Risco e Vulnerabilidade dos índios Apinajé frente às DST/Aids. Projeto Controle Social em DST/Aids pelos índios Timbira do Maranhão e Tocantins.** Brasília, Centro de Trabalho Indigenista, 2006.
- DA MATTA, Roberto **Um Mundo Dividido: A Estrutura Social dos Índios Apinayé.** Ed. Vozes, 1976
- DA MATTA, Roberto **"Mito e autoridade doméstica: uma tentativa de análise de um mito Timbira em suas relações com a estrutura social"**. Rio de Janeiro: Revista do Instituto de Ciências Sociais, U.F.R.J., vol. IV, nº 1, 1973.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** São Paulo, Gaia, 1992.
- ENGEVIX/THEMAG.UHE Tucuruí. **Plano de utilização do reservatório: a pesca nas áreas de influência e de jusante – caracterização preliminar (TUC 10-26443-RE).** Centrais Elétricas do Norte do Brasil, S/A, Brasília,. Relatório, 1989.
- FONSECA, E. R. **Pteridófitas da Reserva do Gurjaú,** Cabo, Pernambuco. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1992.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. **O Discurso Waiapi Sobre o Ouro: Um Profetismo Moderno.** São Paulo: Revista de Antropologia, v. 30, 1989.

- GOMES, V.F. **Itinerário da cidade de Palma em Goyás à cidade de Belém no Pará (1859)**, Rio de Janeiro: Revista do. Instituto Histórico. Brasileiro, tomo XXV, 1862.
- GODINHO, H.P. & GODINHO A.L. (org.). **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.
- GOODLAND, R. & FERRI, M.G. **Ecologia do cerrado**. São Paulo e Belo Horizonte EDUSP e Livraria Itatiaia Editora Ltda, 1979.
- IBAMA **Alternativas de Desenvolvimento dos Cerrados: Manejo e Conservação dos Recursos Naturais Renováveis**. Brasília, IBAMA, 1992.
- IBAMA **Sistema Informatizado de Licenciamento Ambiental Federal**.
<http://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php>, acessado em março de 2006.
- IBGE **Anuários Estatísticos**, Brasília, IBGE, 1983.
- IBGE **Anuários Estatísticos**, Brasília, IBGE, 1984.
- IBGE **Anuários Estatísticos**, Brasília, IBGE, 1987.
- IBGE **Anuários Estatísticos**, Brasília, IBGE, 1991.
- LADEIRA, M.Elisa **A Troca de Nomes e a Troca de Cônjuges: Uma Contribuição ao Estudo do Parentesco Timbira**, Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1982.
- LADEIRA, M.Elisa **Lauda Antropológico sobre a TI Krikati**. São Luiz: Justiça Federal-MA, mimeo, 1988.
- LADEIRA, M.Elisa **Relatório Identificação TI Apinajé**. Brasília: FUNAI, mimeo, 1984.
- LAVE, J-C **Social Taxonomy among the Krikati**. Tese de doutoramento, Harvard University, 1967.
- LOPES DA SILVA, A **Nomes e amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê**. São Paulo: Revista Antropologia 6, FFLCH-USP, 1986.

- LORENZI, Harri, **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2000.
- MACHADO, R.B.; M. B. RAMOS; Neto, P.G.P. PEREIRA; E.F. CALDAS; D. A. GONÇALVES; N.S. SANTOS; K.; TABOR; E M.; STEININGER. **Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro. Relatório técnico não publicado**. Brasília: Conservação Internacional, 2004.
- MATTOS, Cunha **Chorographia Histórica da Província de Goyás**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 37, 1874/75.
- MEC **Diagnóstico da Demanda e da Oferta de Ensino Médio para os Povos Indígenas no Goiás e Tocantins**. MEC: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2004.
- MEC **Diagnóstico da Demanda e da Oferta de Ensino Médio para os Povos Indígenas no Maranhão**. MEC: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000.
- MELATTI, J.C. **Índios e Criadores**, Rio de Janeiro: Editora ICS, UFRJ – 1967.
- MELATTI, J.C. **O Sistema Social Krahô**, São Paulo: USP, tese doutorado, mimeo, 1969.
- MELATTI, J.C. **Ritos de uma Tribo Timbira**, São Paulo: Ática, 1978.
- MELATTI, J.C. **O Messianismo Krahó**. São Paulo: Herder, 1972.
- MMA **Biodiversidade Brasileira: Avaliação e Identificação de Áreas e Ações Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002.
- MMA **Diagnóstico da Pesca e Aquicultura na Bacia Araguaia - Palmas, Tocantins**, mimeo, 1997.
- MMA **Fragmentação de Ecossistemas: Causas, Efeitos sobre a Biodiversidade e Recomendações de Políticas Públicas**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2003.
- NIMUENDAJÚ, C. **Os Timbira Orientais**, Museu Nacional, mimeo, s.d.

- NIMUENDAJÚ, C. **The Eastern Timbira**, Los Angeles: Berkeley and Los Angeles: American Archaeology and Ethnology, 41, 1946.
- NIMUENDAJU, Curt. **Os Apinayé**. Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi 12: iii-xiii e 146, 1956.
- ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1985.
- POHL, E. **Viagens pelo Interior do Brasil (1819)**, São Paulo: Edusp, 1987.
- RIBEIRO Berta G. **A arte do Trançado dos Índios do Brasil**, 1985.
- RIBEIRO, Berta G. **A Arte dos Trançados dos Índios do Brasil. 1985. Um estudo taxonomico**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985.
- RIBEIRO, Major F.P. **Memória sobre as Nações Gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão**. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico, tomo III, 1841.
- SANTOS, G. M. dos; MÉRONA, Bernard; JURAS, A. A.; JÉGU, Michel. **Peixes do Baixo Rio Tocantins: 20 anos depois da Usina Hidrelétrica de Tucuruí**. Eletronorte, 2004.
- SATO, Y.; BAZZOLI, N.; RIZZO, N.; MIRANDA, M.O.T. 2003. **Impacto a jusante do reservatório de Três Marias sobre a produção de peixe reofilico curimatá-pacu (Prochilodus argenteus)**. In H. P. Godinho & A. L. Godinho (org.). Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais. Belo Horizonte: PUC Minas.
- FERREIRA, A. G.; PERET, A. C.; SATO, Y.; VERANI, J. R.; VIERIA, L. J. **Avaliação de Uma Biota Aquatica: Um Estudo de Comunidades Icticas Na Represa de Tres Marias. In: Seminário Regional de Ecologia, 1996**. São Carlos: Anais do Seminário regional de Ecologia. São Carlos, 1996.
- SHANLEY, Patrícia **Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica**. Belém: CIFOR, Imazon, 2005.

- SILVA E SOUZA, L.A. **“Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz”**. Rio de Janeiro: Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro, tomo V, 1849.
- SILVA, D. B.; SILVA, J. A.; JUNQUEIRA, N. T. V.; ANDRADE, L. R. M. **Frutas do Cerrado**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2001.
- THEMAG **Estudos Ambientais para a Usina Hidroelétrica de Serra Quebrada**. 2000.
- THEMAG. **Complementação das informações apresentadas para os “Estudos de Viabilidade de Serra Quebrada – relatório final de ictiofauna” (THEMAG/ELETRONORTE, 1989)**. Brasília, THEMAG, 2000.
- THEMAG-ELETRONORTE. **Estudos de Inventário e Viabilidade do Médio Tocantins**. 1984.
- TURNER, TERENCE **Da cosmologia à história : resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó** *in*: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CUNHA, Manuela Carneiro da (Orgs.) Amazônia : etnologia e história indígena. São Paulo: USP-NHII-Fapesp, 1993.
- TUNDISI, J. G. **Gerenciamento Integrado de Bacias Hidrográficas e Reservatórios – Estudos de Caso e Perspectivas**. *In* M. G. Nogueira; R. Henry; A. Jorcin (org.). *Ecologia de Reservatórios: Impactos Potenciais, Ações de Manejo e Sistemas em Cascata*. São Carlos: Rima, 2005.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2002.
- ZARUR, George. **Parentesco, Ritual e Economia no Alto Xingu**. Brasília: FUNAI, 1975.